



Vanessa Irene Silvério Quico

Licenciada em Ciências da Engenharia do Ambiente

Metodologia de Avaliação do Processo Participativo do Projeto PRACTICE

*Promovendo a Colaboração nas Ações de Combate à
Desertificação*

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia do Ambiente,
Perfil em Ordenamento do Território e Impactes Ambientais

Orientadora: Lia Maldonado Teles de Vasconcelos,
Prof. Auxiliar, FCT-UNL

Júri:

Presidente: Prof. Doutora Maria Teresa Calvão Rodrigues

Arguente(s): Prof. Doutora Iva Maria Miranda Pires



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Abril de 2013

Metodologia de Avaliação do Processo Participativo do Projeto PRACTICE

Promovendo a Colaboração nas Ações de Combate à Desertificação

© Vanessa Quico

“A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor’.

*"Alé diria que é quase aquele assunto envergonhado, que
estará sempre na relaguarda das nossas preocupações, e que só
o vamos tratar quando tivermos tratado todos os outros."*

Lúcio do Rosário, 2012

(sobre a desertificação)

RESUMO

A desertificação é um problema ambiental com profundas consequências sociais e económicas. São numerosas as causas da desertificação, nas quais se incluem a agricultura, sendo simultaneamente causadora mas também uma atividade mais diretamente afetada pela desertificação.

Os impactes sociais são especialmente relevantes no contexto português. O mundo rural tem vindo a perder habitantes, já que as produções agrícolas, florestais e de gado não proporcionam aos cidadãos o mesmo tipo de qualidade de vida que possuem aqueles que vivem nas cidades. Em Portugal o "despovoamento é igualmente efeito e causa da degradação das terras" (ICNF, 2013e).

A mitigação das consequências da desertificação está em tudo dependente daqueles que tratam e possuem a terra, já que são estes que têm a capacidade de introduzir, ou não, medidas que minimizem a degradação do solo. De facto, só envolvendo os cidadãos é que se conseguem atingir resultados positivos no combate à desertificação, já que o Estado não o consegue fazer, exclusivamente, por si próprio. É no contexto de conciliação de esforços e conhecimentos que surge o Projeto PRACTICE.

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do projeto internacional PRACTICE - Ações de Recuperação e Prevenção para Combater a Desertificação. O PRACTICE foi promovido e coordenado pelo Centro de Estudos Ambientais do Mediterrâneo, sendo que em Portugal a equipa parceira do projeto foi a Liga para a Proteção da Natureza. O caso de estudo foi a área abrangida pela Zonal de Proteção Especial de Castro Verde, no Baixo Alentejo.

O objetivo primordial desta dissertação foi a definição da Metodologia de Avaliação do Processo Participativo do PRACTICE. A metodologia de avaliação foi realizada através de três distintos métodos - inquéritos, observação e entrevistas - aliando a avaliação qualitativa à avaliação do tipo quantitativo. Esta metodologia baseou-se na avaliação de cinco desempenhos que se consideram fundamentais para um qualquer processo participativo: o projeto per se, o desempenho do desenho e implementação da metodologia, o desempenho do facilitador, o desempenho dos participantes e, por fim, o desempenho dos parceiros.

A complementaridade de métodos permitiu realizar uma análise aprofundada do processo participativo do PRACTICE e, ainda, o desenvolvimento de um índice de sucesso de um processo participativo, onde é identificado o qual o grau de sucesso que este processo obteve.

Palavras-chave: Avaliação do Processo Participativo, Desertificação, Participação Pública, PRACTICE.

ABSTRACT

Desertification is an environmental issue with deep socio-economic consequences. It has many causes, agriculture being one of them. In fact, agriculture is the cause and the sole activity the most affected by desertification.

In what Portugal is concerned, the social impact is particularly important. The rural world has been losing inhabitants ever since agriculture, forestry and livestock produce cannot give its citizens the same quality living as the citizens living in the city. In Portugal, "depopulation is cause and effect of the land degradation" (ICNF, 2013e)¹

The mitigation of the causes of depopulation is completely dependent on the people who own and take care of the land, as they are the ones who have the ability to introduce, or not, measures that can minimize the soil degradation. In fact, only by bringing together the citizens can we achieve positive results on the fight against depopulation – as the State can no longer do it alone. Therefore, the effort and knowledge offered by the two parties come together in the PRACTICE project.

This dissertation was composed within the PRACTICE international project - *Prevention and Restoration Actions to Combat Desertification*. PRACTICE was coordinated and fostered by the Mediterranean Environmental Studies Centre. In Portugal the partner team of this project was the Liga para a Proteção da Natureza (League for the Protection of Nature). The case study was the area encompassed by the Special Protection Area of Castro Verde, in Lower Alentejo.

The primordial objective of this dissertation was the definition of the methodology on the evaluation of the participatory process of PRACTICE. The evaluation methodology was carried out by three distinct methods – surveys, observation and interviews – joining both qualitative and quantitative evaluations. This methodology was based on the evaluation of five fundamental performances to any participatory process: the project itself, the performance of the drawing and the implementation of the methodology, the performance of the facilitator, the performance of the participants and lastly, the performance of the partners.

The complementarily nature of these methods allowed the accomplishment of a broad analysis of the participatory process of PRACTICE and as well the development of a success indicator of a participatory process where the degree of success of the process is indicated.

Key words: Desertification, Participatory Process Evaluation, PRACTICE, Public Participation.

¹ "despovoamento é igualmente efeito e causa da degradação das terras" (ICNF, 2013e)

AGRADECIMENTOS

Desde cedo me ensinaram a agradecer, a dizer obrigada ao mais simples gesto de alguém, a reconhecer o que deve ser reconhecido. Assim, terei muitos agradecimentos a distribuir a todos aqueles que tornaram possível o fim deste percurso:

À minha professora Lia Vasconcelos que sabiamente me direcionou para este projeto apaixonante.

A todos aqueles que contribuíram de forma inestimável para esta dissertação, a quem espero ter traduzido de forma fiel. Em especial: Artur Lagartinho, Ana Lampreia, David Marques, Esmeralda Luís, Eugénio Sequeira, Fernando Rosa, Gabriel Lontro, João Madeira, José Pinto, Lília Fidalgo, Lúcio do Rosário, Manuel Tomé, Nuno Lecoq e Úrsula Caser.

Ao meu pai Joaquim por me mostrar que nada se constrói sem trabalho, por não me ter dado peixe, mas sim ensinado a pescar.

À minha mãe Carolina, pelo amor e carinho, pela paciência e força que a caracterizam.

À minha tia Lourdes, minha grande amiga e cúmplice.

Ao meu irmão Nelson, pelo exemplo de Homem de causas e lutas, por ter sido ele o principal responsável pela minha escolha de vida, por me levar a crer que eu posso fazer a diferença.

À minha irmã Célia, por me ter "encomendado" aos meus pais, porque literalmente sem ela não estaria aqui hoje.

Ao meu namorado e amigo David, pelo encorajamento e enorme paciência.

Aos meus amigos e companheiros de estrada, em especial à Iolanda, à Janete, à Márcia e à Vera. À Daniela pela preciosa ajuda.

Faço, ainda, votos para que todos estes me acompanhem no percurso que se segue!

ÍNDICE GERAL

Resumo	VII
Abstract	IX
Agradecimentos.....	XI
Índice Geral	XIII
Índice de Figuras	XV
Índice de Quadros	XVII
Lista de Acrónimos e Siglas	XIX
1. Enquadramento Geral.....	1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Objetivos e Âmbito	3
1.3. Organização da Dissertação	5
2. Metodologia.....	7
3. Enquadramento conceptual	11
3.1. A dimensão da Problemática da Desertificação	11
3.1.1. Desenvolvimento Sustentável	11
3.1.2. As alterações climáticas	13
3.1.3. Desertificação	14
3.2. Governância e Participação Pública	18
3.2.1. Conceito	18
3.2.2. Boa Governância.....	19
3.2.3. Governância Ambiental	20
3.3. Participação Pública	22
3.3.1. Contextualização	22
3.3.2. Avaliação da Participação Pública	24
3.4. Castro Verde	26
3.4.1. Contextualização	26
3.4.2. As Campanhas do Trigo.....	27
3.4.3. A Proteção das Aves estepárias	28
3.4.4. LPN na região.....	31

3.4.5. Associação de Agricultores	33
4. O Projeto PRACTICE	35
4.1. Contextualização	35
4.2. Metodologia do PRACTICE	38
4.3. Resultados do PRACTICE: resumo	48
5. Metodologia de Avaliação do Processo Participativo do PRACTICE	51
5.1. Contextualização	51
5.2. Metodologia de Avaliação	51
5.2.1. 1ª Fase: Inquéritos aos <i>stakeholders</i>	56
5.2.2. 2ª Fase: Observação	67
5.2.3. 3ª Fase: Entrevistas	76
5.2.4. 4ª fase: Avaliação e Proposta de Índice de Sucesso do Processo Participativo ..	107
5.3. Discussão da Metodologia	123
6. Considerações finais	127
7. Referências Bibliográficas.....	129
Anexos.....	135
Anexo I: Inquéritos PRACTICE	135
Anexo II: Entrevista Tipo 1 - <i>Stakeholders</i>	139
Anexo III: Entrevista Tipo 2 - Equipa de Parceiros	141
Anexo IV: Entrevista Tipo 3 - Equipa de Facilitadores	143
Anexo V: Entrevistas PRACTICE	145

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 - Esquema da organização da tese.	5
Figura 2.1 - Esquema da metodologia aplicada para esta dissertação.	7
Figura 2.2 - Etapas do processo participativo do PRACTICE acompanhadas.....	8
Figura 3.1 - Propaganda do Estado Novo às Campanhas do Trigo. Fonte: http://campanhatrigo.blogspot.pt/ (2009).	27
Figura 3.2 - Áreas de Proteção de Avifauna (Fonte: SNIG, 2013) - a tracejado a área de proteção da avifauna de Castro Verde.	28
Figura 4.1 - Ações de combate à desertificação consideradas para a avaliação pelo PRACTICE.	37
Figura 4.2 - Representação das classes de <i>stakeholders</i> existentes na plataforma definida e validada pela entrevista.....	40
Figura 4.3 - Classes dos <i>stakeholders</i> que participaram no 1º <i>workshop</i> de avaliação integrada participada, de 23 de novembro de 2011.....	43
Figura 4.4 - Classes dos <i>stakeholders</i> que participaram no 2º <i>workshop</i> de avaliação integrada participada, de 10 de maio de 2012.	44
Figura 4.5 - Classes dos <i>stakeholders</i> que participaram no 3º <i>workshop</i> de avaliação integrada participada, de 11 de maio de 2012.	44
Figura 4.6 - Representação das várias etapas do processo participativo do PRACTICE.....	47
Figura 5.1 - Representação gráfica das etapas metodológicas utilizadas para avaliação do processo participativo do PRACTICE.	51
Figura 5.2 - Representação em classes dos 18 participantes do <i>workshop</i> final, de 1 de Outubro de 2012, que responderam ao inquérito.	58
Figura 5.3 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão "Como classifica a importância deste projeto?".	59
Figura 5.4 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão "Acha que este projeto vai trazer benefícios diretos para Castro Verde?".	60
Figura 5.5 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão "Considera que vão existir mudanças significativas no combate à desertificação como consequência este projeto?".	60
Figura 5.6 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão " Teve acesso à informação que considera necessária acerca do projeto PRACTICE?"	61
Figura 5.7 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão " Qual considera ser o grau de importância da sua participação?"	62
Figura 5.8 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão: " Acha que a sua opinião tem menos importância para o projeto do que a opinião dos cientistas?".	63
Figura 5.9 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão múltipla: "Que razão o levou a participar?".	63

Figura 5.10 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão: "Sente que a sua opinião foi respeitada".	64
Figura 5.11 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão: "Gostou do fórum?".	65
Figura 5.12 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão: "Se soubesse de antemão que o fórum de hoje seria assim voltaria a participar?".	66
Figura 5.13 - Entrevistados por categoria, num total de catorze.	78
Figura 5.14 - Entrevistas <i>stakeholders</i> do processo participativo do PRACTICE, num total de dez.	78
Figura 5.15 - Resultados da avaliação à pergunta "Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?".	90
Figura 5.16 - Resultados da avaliação à pergunta	91
Figura 5.17 - Distribuição das avaliações dos 10 <i>stakeholders</i> relativamente ao parâmetro do desenho e implementação da metodologia: "Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos <i>workshops</i> ?".	98
Figura 5.18 - Resultados da avaliação à pergunta "Como avalia o desempenho da equipa de facilitação?".	100
Figura 5.19 - Distribuição das avaliações dos 10 <i>stakeholders</i> relativamente à questão "Como avalia o seu desempenho enquanto <i>stakeholder</i> ?".	103
Figura 5.20 - Resultados da avaliação à pergunta "Como avalia o desempenho da equipa de parceiros?".	106
Figura 5.21 - Componentes que influenciam o sucesso do processo participativo.	112
Figura 5.22 - Atribuição da importância dos desempenhos que influenciam o sucesso do processo participativo. Recolha de uma amostra de 25 indivíduos.	113
Figura 5.23 - Metodologia para a construção do índice de sucesso do processo participativo do PRACTICE.	115
Figura 5.24 - Metodologia simplificada para a construção do índice de sucesso do processo participativo do PRACTICE.	116
Figura 5.25 - Resultados da avaliação dos desempenhos do processo participativo do PRACTICE.	117

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 - Esquematização das etapas do processo participativo do PRACTICE.	38
Quadro 4.2 - Classes genéricas de <i>stakeholders</i> utilizadas no PRACTICE.....	39
Quadro 4.3 - Indicadores definidos para a avaliação das ações de combate à desertificação implementadas em Castro Verde.....	41
Quadro 4.4 - Metodologia seguida nos <i>workshops</i> de avaliação integrada de indicadores e ações.	41
Quadro 4.5 - Fases metodológicas seguidas no <i>workshop</i> final do PRACTICE, de 1 de outubro de 2012.....	45
Quadro 5.1 - Categorias utilizadas para a avaliação da metodologia de um processo participativo.	53
Quadro 5.2 - Questões realizadas nos inquéritos e o desempenho que cada uma pretende avaliar.	56
Quadro 5.3 - Indicadores definidos para a observação de uma sessão de participação pública do tipo fórum.....	68
Quadro 5.4 - Resultados da observação obtidos no <i>workshop</i> final de 1 de Outubro de 2012. 72	
Quadro 5.5 - Dados das entrevistas realizadas.	77
Quadro 5.6 - Categoria de sucesso de um processo participativo.	109
Quadro 5.7 - Resultados obtidos para a avaliação dos desempenhos do PP do PRACTICE. 116	
Quadro 5.8 - Cálculo do Índice de Sucesso.....	117

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

AACB	Associação de Agricultores do Campo Branco
ADPM	Associação de Defesa do Património de Mértola
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CEAM	Centro de Estudos Ambientais do Mediterrâneo
CM	Câmara Municipal
CNAD	Comissão Nacional de Combate à Desertificação
COM	Comissão das Comunidades Europeias
GEE	Gases com Efeito de Estufa
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
JF	Junta de Freguesia
LPN	Liga para a Proteção da Natureza
ONG	Organização Não Governamental
ONGA	Organização Não Governamental de Ambiente
PANCD	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
PNPOT	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP	Processo Participativo
PPA	Participação Pública Ativa
PRACTICE	<i>Prevention and Restoration Actions to Combat Desertification. An Integrated Assessment.</i> // Ações de Recuperação e Prevenção para Combater a Desertificação
UE	União Europeia
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
ZPE	Zona de Especial Proteção

1. ENQUADRAMENTO GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

A degradação ambiental e os seus impactes sobre os sistemas que asseguram a vida encontram-se entre os grandes desafios a ser enfrentados pela humanidade. O desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos levanta atualmente uma situação paradoxal onde o Homem é capaz de reduzir as fragilidades e limitações da vida, mediante os avanços nas áreas da medicina, biologia e saúde pública, sendo, contudo, refém das condicionantes da natureza em aspetos tão basilares como a subsistência alimentar.

Os impactes das atividades antropogénicas sobre os recursos naturais tem vindo a ganhar maior dimensão, principalmente devido à perda de bens e serviços ambientais que afetam o bem-estar das sociedades, tendo como pano de fundo o atual contexto de alteração climática. Nesse sentido a utilização indiscriminada do recurso solo e as condicionantes climáticas existentes, fazem com que a desertificação seja uma problemática de especial interesse.

A desertificação é, também, um problema ambiental que, muitas das vezes, tem origem nas atividades do Homem. Atividades como a desflorestação, a agricultura e o pastoreio intensivos, mau planeamento de sistemas de irrigação agrícolas, entre outros (UNCCD, 2012). A agricultura é simultaneamente uma atividade causadora da desertificação mas também uma das atividades mais diretamente afetadas pela problemática da desertificação, contudo os seus nefastos efeitos não se findam aí. A desertificação afeta a capacidade para suportar o crescimento das plantas, o que tem como consequência perdas significativas de vegetação e produtividade económica. Apesar do facto de, muitas vezes, animais e plantas se adaptarem às terras secas, a desertificação tem geralmente graves consequências para o ecossistema.

Para além de ser um grave problema ambiental, a desertificação possui implicações socioeconómicas de extrema relevância. Apesar de nos termos da UNCCD o termo desertificação apenas se referir à degradação do solo em termos biofísicos, a verdade é que este conceito muitas vezes é utilizado como sinónimo de despovoamento, ou seja, de desertificação humana. De facto, o "despovoamento é igualmente efeito e causa da degradação das terras" (ICNF, 2013e).

O despovoamento ocorre, em muitas situações, devido ao facto de a terra já não ser capaz de providir sustento às necessidades das populações. Muitas vezes foram estas mesmas populações a esgotar os recursos que a natureza tinha ao seu dispor, contudo as responsabilidades dividem-se também entre agentes políticos e económicos que não acautelaram o futuro do recurso solo.

Em Portugal os problemas de desertificação já possuem graves dimensões ambientais, económicas e sociais. As regiões a sul do Tejo são as mais afetadas por esta problemática, tendo sido alvo nos últimos anos da intervenção de planos e políticas de gestão do solo.

Contudo, esta problemática apenas consegue ser de alguma forma mitigada caso os tratadores e detentores da terra concretizem as medidas contidas nesses planos e políticas. De facto, só envolvendo os cidadãos é que se conseguem atingir resultados positivos no combate à desertificação.

É neste contexto que surge o Projeto PRACTICE. Este é um projeto proposto a conciliar esforços e conhecimentos técnicos com os conhecimentos latentes das populações que todos os dias se deparam com a crescente degradação dos solos.

O PRACTICE é um projeto internacional, que conta com dezasseis casos de estudo em doze países do mundo afetados pela desertificação, que tem por objetivo associar e integrar diferentes tipos de conhecimento para a avaliação de ações/ medidas de combate à desertificação. Em Portugal, o caso de estudo foi em Castro Verde, no Baixo Alentejo, e teve como parceiros nacionais a Liga para a Proteção da Natureza.

O projeto assentava no desenvolvimento de um processo participativo que permitisse a integração das visões que os diversos atores possuíam, atores esses onde se incluíam agricultores, caçadores, educadores, decisores governamentais, representante de associações locais e regionais, entre outros. A componente de governância está, por isso, efetivamente presente no PRACTICE, fazendo parte do seu protocolo. Governância traduz a ideia de ação colaborativa de todos, governantes e governados. A governância é um conceito baseado no envolvimento ativo e expandido do cidadão que através da sua participação direta contribui para a solução (Vasconcelos *et al.*, 2009).

Contudo, Castro Verde é um caso de estudo "especial", já que possui um tipo de biodiversidade muito importante não apenas no contexto nacional, mas também no contexto europeu. Tal biodiversidade está todavia condicionada pela manutenção de *status* de conservação da natureza e solo, estando intimamente ligada aos processos de desertificação, nomeadamente devido às estepes cerealíferas, consequência de processos de degradação do solo verificados desde há décadas. De facto, foram processos de desertificação que permitiram que as denominadas aves estepárias se fixassem na região de Castro Verde.

A abetarda (*Otis tarda*) é a ave ex-líbris da região, sendo uma ave ameaçada a nível global de risco de extinção. Em Portugal a abetarda distribui-se de forma fragmentada desde o sudoeste da Beira Baixa até ao sul do Alentejo (ICNF, 2013a), contudo é em Castro Verde que encontra o seu mais vasto território, contando com 68 mil hectares de área territorial (Pinto *et al.*, 2005).

Em suma, estamos perante uma problemática e um território sujeito a inúmeras pressões e condicionantes, sendo que a componente humana não pode ser afastada das suas responsabilidades. Contudo, se são os Homens os grandes causadores do problema desertificação, a verdade é que são também eles a chave para a solução.

1.2. OBJETIVOS E ÂMBITO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do projeto PRACTICE - Ações de Recuperação e Prevenção para Combater a Desertificação. Este é um projeto internacional, que abrange 16 casos de estudo de 12 países, nomeadamente: África do Sul, Chile, China, Espanha, Estados Unidos da América, Grécia, Itália, Israel, Marrocos, México, Namíbia e, por fim, Portugal.

O PRACTICE foi promovido e coordenado pelo Centro de Estudos Ambientais do Mediterrâneo (CEAM), sendo que em Portugal a equipa parceira do projeto foi a Liga para a Proteção da Natureza (LPN). O caso de estudo foi a área abrangida pela Zonal de Proteção Especial (ZPE) de Castro Verde, no Baixo Alentejo.

A importância deste projeto revela-se no objetivo do mesmo: promover a colaboração entre a comunidade científica e a sociedade, de modo a associar e integrar os diferentes tipos de conhecimentos que estas possuem para um combate mais eficaz da desertificação. A integração dos conhecimentos técnicos e empíricos bem como das dimensões socioeconómicas e biofísicas da desertificação é o ponto chave deste projeto.

Para isso foram selecionadas uma série de medidas de combate à desertificação, aplicadas pela LPN nas herdades que possui em Castro Verde, pretendendo-se que tais ações sejam avaliadas pelos atores locais, bem como cientistas e técnicos da área da desertificação. Promove-se, assim, uma avaliação integrada das práticas de combate à desertificação, onde sejam essas sejam avaliadas não apenas por cientistas, mas também pelos diretamente afetados pela problemática.

Deste modo foi promovido um processo participativo que permitisse a integração dos diversos tipos de conhecimentos que os atores possuíam, independentemente das suas habilitações técnicas. A componente de governância está, por isso, efetivamente presente no PRACTICE, fazendo parte do seu protocolo.

O processo participativo do PRACTICE contou com a realização de diversas sessões de participação/workshops onde várias categorias de stakeholders interagiam em si. Em cada um dos workshops para além das atividades de avaliação determinadas pelo protocolo do PRACTICE, era dado tempo para debate aberto, mediado profissionalmente por um facilitador, sendo esta uma das mais-valias do processo participativo.

Este projeto deverá ser um ponto de partida para outros projetos de combate à desertificação em Portugal, já que é evidente que a efetiva mitigação desta problemática ambiental apenas se consegue realizar com as pessoas que vivem e tratam a terra. Pretende-se que, com as devidas alterações e adaptações ao contexto português (ou mesmo aos diversos contextos que existem em Portugal) este projeto possa ser replicado.

Deste modo, é importante verificar e analisar o processo participativo do PRACTICE, transferindo ao máximo as visões de quem o vivenciou por dentro: os stakeholders, os observadores do processo e os coordenadores das equipas de parceiros (LPN de Castro Verde) e de facilitação. A definição de

uma metodologia de análise e avaliação do processo participativo do PRACTICE é, portanto, o objetivo primordial desta dissertação. Esta metodologia também se pretende que seja replicável, com as devidas adaptações, a outros projetos de combate à desertificação ou a outras problemáticas ambientais e de gestão do território.

Para além da definição de uma metodologia de avaliação de processos participativos, é objetivo, ainda, a realização de uma proposta de um índice de sucesso de um processo participativo, sendo este um complemento à avaliação qualitativa. O índice de sucesso de um processo participativo deve aferir quantitativamente a avaliação realizada de forma qualitativa.

A utilização de uma metodologia de avaliação de um processo participativo que contenha a intersecção de avaliações qualitativas e quantitativas pensa-se ter uma enorme aplicabilidade e potencialidade, já que a avaliação feita através de um índice pode ajudar a determinar agilmente quais são os pontos mais débeis do processo participativo, promovendo a sua melhoria continua.

Salienta-se, porem, que o apresentado nesta dissertação é apenas uma proposta de índice, que deve ser devidamente testada e novamente aferida a sua aplicabilidade noutros projetos, sendo que no contexto do projeto PRACTICE apenas foi possível de realizar a construção de um índice de sucesso de um processo participativo simplificado.

1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação aqui apresentação encontra-se estruturada segundo a figura 1.1.

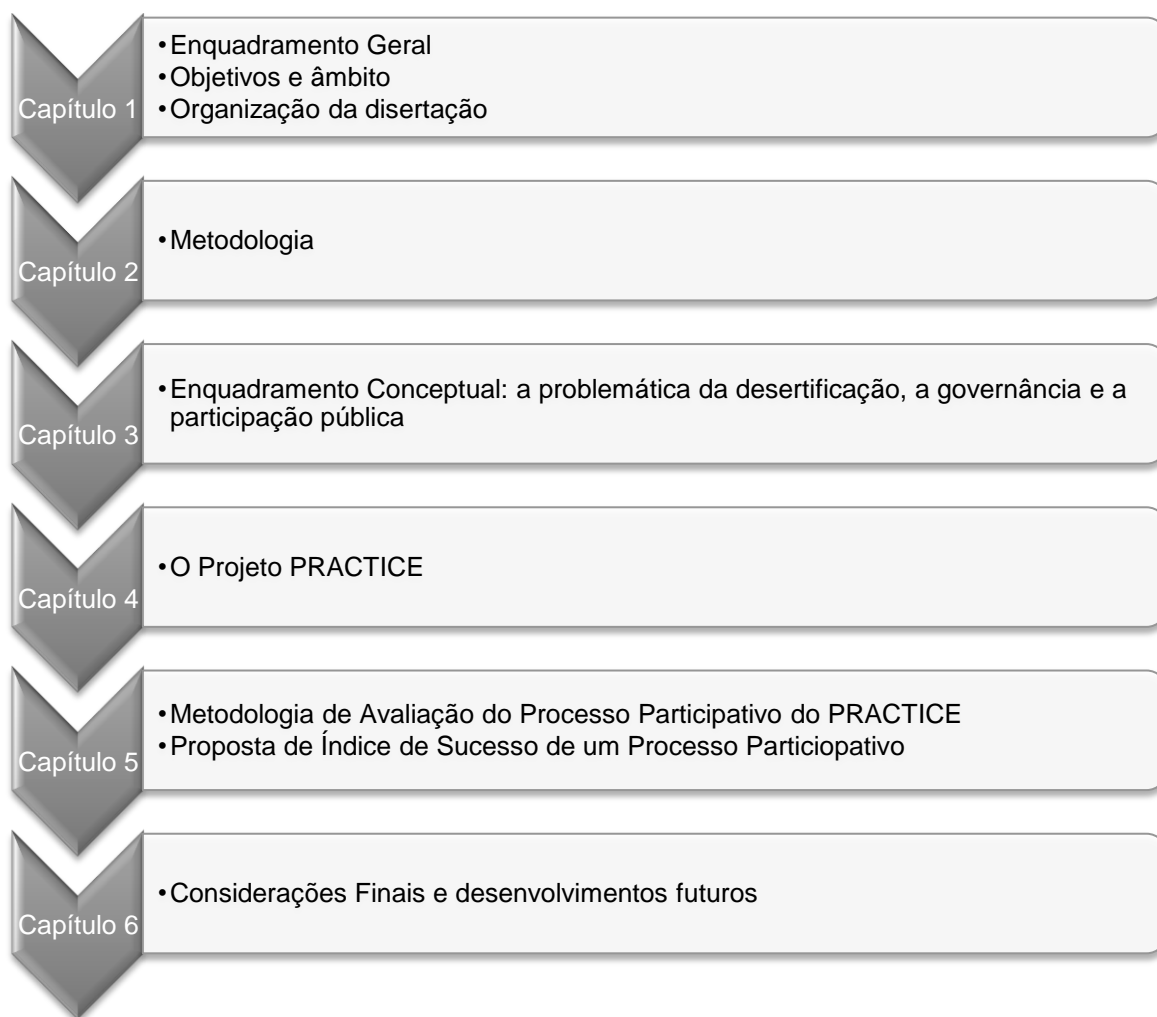


Figura 1.1 - Esquema da organização da tese.

Abaixo descrevem-se mais pormenorizadamente quais os objetivos a atingir em cada um dos capítulos que compõe esta dissertação:

Capítulo 1 É realizada a apresentação da temática que subordina esta dissertação, sendo efetuado um enquadramento geral sobre quais os objetivos da mesma. É apresentada a estrutura da dissertação;

Capítulo 2 Apresenta-se e descreve-se a metodologia seguida para a elaboração do trabalho;

Capítulo 3 É efetuada a revisão do estado da arte que se incidiu, particularmente, sobre os conceitos de governância, participação pública,

Capítulo 4 Discriminação do projeto PRACTICE nos seus objetivos e metodologias, sendo este o caso de estudo em que se baseou a dissertação.

Capítulo 5 Apresentação e discussão da proposta de metodologia de avaliação do processo participativo do PRACTICE.

Apresenta-se, ainda, uma proposta de índice de sucesso do processo participativo.

Capítulo 6 Refere-se às considerações finais da dissertação, sendo aferido o cumprimento dos objetivos que inicialmente foram propostos.

São apontados os potenciais desenvolvimentos futuros.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento desta dissertação está esquematicamente identificada pela figura 2.1.

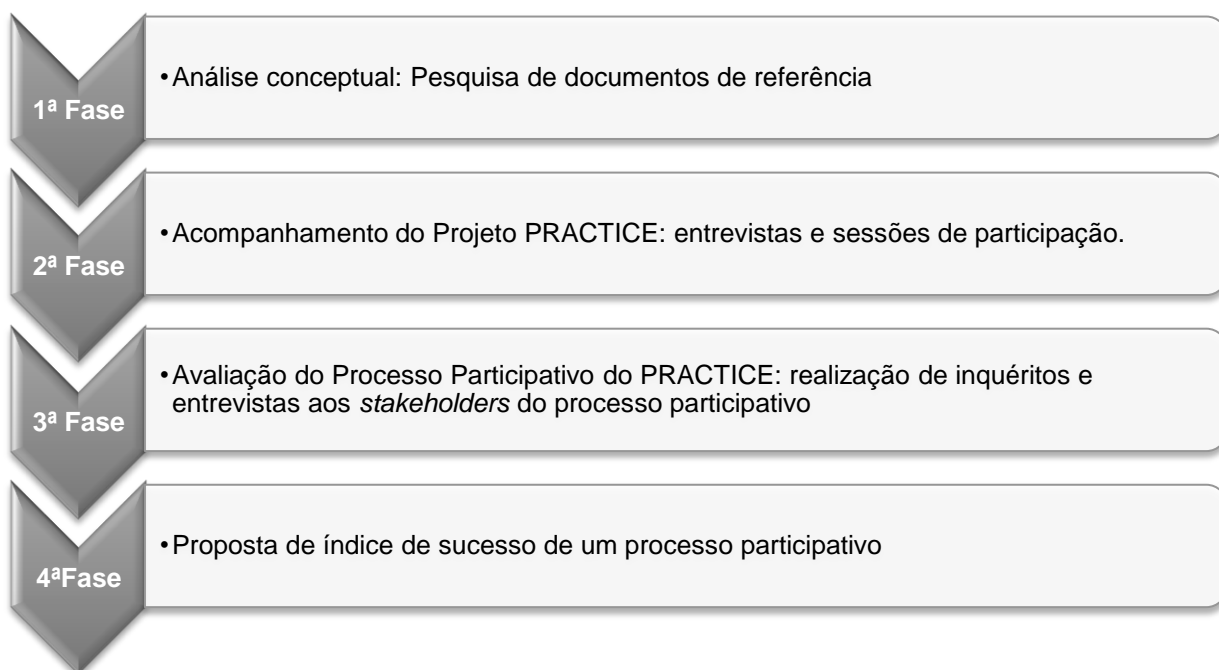


Figura 2.1 - Esquema da metodologia aplicada para esta dissertação.

1ª FASE

A primeira fase compreende a etapa de pesquisa de documentos de referência sobre os conceitos teóricos acerca da governância e da participação pública, bem como acerca da temática desertificação. Dos documentos analisados destacam-se trabalhos nacionais desenvolvidos por especialistas na área e alguns exemplos internacionais.

2ª FASE

O acompanhamento do projeto PRACTICE foi realizado de fevereiro de 2011 a outubro de 2012, percorrendo todas as fases participativas que estavam definidas pelo próprio PRACTICE. Dentro dessas fases destacam-se (figura 2.2):



Figura 2.2 - Etapas do processo participativo do PRACTICE acompanhadas.

O processo participativo do PRACTICE contou com o envolvimento de atores locais bem como de representantes de instituições públicas regionais e técnicos/ investigadores da temática da desertificação.

As entrevistas e os workshops foram palco de reflexões não apenas acerca da problemática da desertificação na região de Castro Verde, mais sobre os desafios enfrentados pelo mundo rural.

3ª FASE

Em seguida, iniciou-se a etapa de Avaliação do Processo Participativo do PRACTICE onde foi definida uma metodologia de avaliação do processo. A metodologia de avaliação foi categorizada em três diferentes fases: 1) inquéritos, 2) observação das sessões de participação e, por fim, 3) entrevistas.

Quanto aos inquéritos, a análise fez-se incidir sobre dezoito dos participantes do workshops de encerramento do PRACTICE, a 1 de Outubro de 2012. A informação adquirida revelou-se bastante útil na medida em que se pode aceder a informações quantitativas e qualitativas de enorme relevância, nomeadamente interesses e expectativas dos *stakeholders* para a área em estudo e o modo como decorreu o processo participativo do PRACTICE.

A observação foi realizada de modo formal e informal no decorrer da última sessão de participação do processo participativo do PRACTICE, ou seja, no workshop de encerramento. Para a observação foi definida uma matriz de indicadores que avalia de modo mais formalizado a sessão de participação, permitindo obter uma análise mais coerente e sistemática.

As entrevistas foram realizadas a catorze indivíduos entre stakeholders, observadores do processo e coordenadores das equipas de facilitação e de parceiros, no período compreendido entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. A entrevista foi construída de forma semi-estruturada, permitindo obter as visões alargada e profundas dos entrevistados - informação qualitativa. Foi, ainda, possível obter informação quantitativa necessária para a avaliação do processo participativo

4ª FASE

Por fim, é proposto um índice de sucesso de um processo participativo baseado na avaliação de cinco desempenhos que se consideram fundamentais:

- 1) O projeto *per se*;
- 2) Desempenho do desenho e implementação da metodologia;
- 3) Desempenho do facilitador;
- 4) Desempenho dos participantes;
- 5) Desempenho dos parceiros (equipa coordenada pelo promotor).

Estes desempenhos foram avaliados com os dados obtidos através dos inquéritos, da observação das sessões de participação e das entrevistas realizadas posteriormente à finalização do projeto PRACTICE.

3. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

3.1. A DIMENSÃO DA PROBLEMÁTICA DA DESERTIFICAÇÃO

3.1.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável, conceito utilizado pela primeira vez em 1980 pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais é definido como: "integração da conservação e do desenvolvimento de modo a garantir que as modificações provocadas no planeta assegurem o bem-estar de todos os povos" (IUCN *in* Duarte Santos, 2007).

Este conceito foi entretanto alterado e amplamente difundido pelo Relatório de Brundtland de 1987. O desenvolvimento sustentável assenta, então, na aptidão de assegurar que se "satisfaçam as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras assegurarem a satisfação das suas próprias necessidades" (UN, 1987). Os polos sociedade, instituições governamentais, economia e ambiente estão ligados nestas políticas de sustentabilidade, onde o espaço para o diálogo e a coordenação deverão ser promovidos. A equidade, a justiça social e a continuação intergeracional do desenvolvimento são as bases onde este conceito se fundamenta (Kates *et al.*, 2005).

Pretende-se que o futuro da Humanidade esteja assente no desenvolvimento sustentável, sendo as dinâmicas entre o mundo rural e o mundo urbano fatores decisivos no sucesso da aplicação deste conceito. No século XX assistiu-se a um enorme crescimento da percentagem de pessoas que vivem em áreas urbanas. Se em 1950 30% da população mundial vivia em áreas metropolitanas, em 2000 essa percentagem já tinha subido para os 47 pontos percentuais. A tendência de subida destes valores mantém-se, estimando-se que pelo ano de 2028 já 60% da população total viverá em áreas urbanas (Duarte Santos, 2007).

Em Portugal, o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) revelava que, em 2001, 75% da população do Continente residia em "áreas com características predominantemente urbanas" (PNPOT, 2007). A maior oferta de emprego, a facilidade de acesso a equipamentos e serviços, e a possibilidade de uma melhor qualidade de vida faz com que as cidades sejam bastante atrativas para a maioria da população.

Ao invés, o mundo rural perdeu população velozmente, não apenas pela atratividade das cidades mas por diversas razões que vão desde o facto de serem zonas sem acesso fácil a serviços de saúde e a serviços institucionais (como tribunais, repartições de finanças, etc.), aliando-se ao baixo nível de vida existente, bem como aos riscos de incêndio, de seca, de desertificação, entre outros (Sequeira *et al.*, 2011).

São por isso zonas de baixa densidade populacional com menos de 50 hab/km², contudo responsáveis por mais de 5% do Produto Interno Bruto português e, também, por mais de 30% do emprego e por 25% do Valor Acrescentado da indústria transformadora (Sequeira *et al.*, 2011).

Pensa-se que apenas no último par de anos a situação de perda de população se tenha alterado em favor da migração das zonas urbanas para as zonas rurais, devido às adversas condições económicas que não permitem que, em especial, uma faixa etária mais jovem permaneça nas cidades. No entanto, ainda não existem dados que constatem definitivamente essa migração.

A aposta dos mais jovens nos serviços primários da economia pode levar à regeneração do mundo rural, contribuindo para a diminuição da dependência alimentar do país face ao exterior. Para isso, a manutenção e mesmo a melhoria das condições de saúde e do acesso a serviços estatais é absolutamente essencial.

Todavia, mais do que garantir as condições do acesso ao setor dos serviços, se o objetivo é levar a que mais pessoas habitem o mundo rural, essencial é garantir que estes tenham condições para o desenvolvimento laboral, sobretudo ligado ao setor primário: produção florestal, apicultura, produção de gado, agricultura, entre outros.

O solo está na base de todas as atividades do setor primário ligadas ao mundo rural, sendo crucial a sua manutenção e conservação. Contudo, verifica-se que os solos portugueses apresentam baixa qualidade quando comparados com os restantes países europeus. De facto, verifica-se que 45% dos solos portugueses são muito pobres e rochas, sendo que apenas 4,5% são solos muito férteis. Estes solos (vertissolos, luvisolos, etc.) encontram-se nas zonas urbanas, em especial junto ao litoral português: aluviões de Braga, barros vermelhos de Lisboa, entre outros (Sequeira *et al.*, 2011).

A verdade é que a maioria destes solos, altamente produtivos e, por isso, aptos à atividade agrícola, encontram-se impermeabilizados devido à construção de edifícios de habitação e comércio, de acessos rodoviários, e todas as outras infraestruturas que fazem parte da paisagem citadina (Sequeira *et al.*, 2011). Estamos perante um enorme desafio: conciliar a atividade agrícola com os impedimentos próprios de um solo com baixa qualidade cujas características edáficas se estão a degradar dia após dia.

Um desenvolvimento realmente sustentado é somente alcançado através do equilíbrio entre o mundo urbano e o mundo rural. O mundo rural é efetivamente essencial para a nossa qualidade de vida, fornecendo-nos alimentação bem como inúmeros serviços tão "básicos" como a paisagem ou a diversidade de plantas e animais.

Portugal é um dos países europeus com maiores níveis de biodiversidade, sendo esta uma oportunidade económica invejável. A promoção de turismo associado à natureza, bem como a produção de serviços e produtos com rótulos ecológicos e altamente qualificados, são hipóteses de promoção de tipo de desenvolvimento económico, social e ambiental verdadeiramente sustentável.

3.1.2. AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

É a fina camada de gases que compõem a atmosfera da Terra que proporciona condições para a existência de vida no planeta, protegendo-nos, desde os primórdios, de radiações solares perigosas (UVA, UVB, entre outras), mas permitindo a entrada da radiação infravermelha que aquece o globo. Se não existisse atmosfera, nem o seu efeito de estufa, a temperatura à superfície da Terra seria cerca de 33°C mais baixa do que é atualmente (15°C), impossibilitando a existência de vida tal como hoje a conhecemos (Naves & Firmino, 2009).

Todavia, a intensa emissão de gases com efeito de estufa (GEE), com origem antropogénica, está a mudar a composição da atmosfera terrestre. O aquecimento global é inequívoco, e é também clara a relação entre a emissão de GEE e as mudanças climáticas a que hoje assistimos.

Apesar de a Terra ter um historial climático onde se observam variações entre períodos glaciares (períodos frios) e interglaciares (períodos amenos), estas alterações dão-se em períodos longos de centenas, milhares ou milhões de anos e tem origem natural (variações na posição do eixo de rotação da Terra, alterações da atividade solar e da atividade vulcânica da Terra, entre outras). No entanto, nunca uma alteração do clima da Terra foi tão brusca como a atual. Os registos de temperaturas revelam, também, que 1998 foi o ano mais quente desde 1861 (Duarte Santos & Miranda, 2006), sendo que os valores que lhe seguem verificaram-se nos últimos anos.

As atuais alterações climáticas são, portanto, o fruto do aquecimento anormal do planeta, havendo um, quase generalizado, consenso científico acerca do papel que o Homem tem nessas alterações através das emissões de GEE para a atmosfera. Este aumento das emissões segue, inevitavelmente, o crescendo desenvolvimento da economia global (assente na energia fóssil e nos padrões de consumo ocidentais), bem como o crescimento exponencial da população mundial.

A vulnerabilidade às alterações climáticas dos sistemas naturais e sociais é bastante variável ao longo do globo e prende-se não só com a localização geográfica, mas também com as condições sociais, económicas e ambientais em que estão inseridos estes sistemas (Duarte Santos & Miranda, 2006). Os países em desenvolvimento serão, sem sombra de dúvida, os mais afetados pelas alterações climáticas não só pela localização geográfica da maioria deles mas, também, pela menor capacidade para adotar medidas de adaptação que possam minimizar os efeitos do aquecimentos global.

As alterações climáticas são, portanto, inevitáveis no século XXI, sendo o seu agravamento bastante plausível num futuro relativamente próximo. Perante este problema de escala mundial, em que Portugal é fortemente afetado, há dois tipos de soluções: a mitigação e a adaptação. A adaptação consiste em minimizar os efeitos negativos dos impactes das alterações climáticas nos diversos sistemas naturais e sociais. Já a mitigação das alterações climáticas assume um papel mais ativo, em que o que é pretendido é a estabilização da concentração de GEE na atmosfera por meio da redução das emissões atuais e futuras (Duarte Santos & Miranda, 2006).

O contexto global das alterações climáticas não permite que Portugal se descarte das suas responsabilidades enquanto emissor de GEE e enquanto país afetado pelas alterações do clima. É, portanto, essencial o desenvolvimento de medidas de adaptação, mas, principalmente, medidas de mitigação que visem reduzir as nossas emissões de GEE.

O contexto de alterações climáticas em Portugal irá incidir, principalmente, pela ocorrência cada vez mais frequente de fenómenos climáticos extremos, como sejam precipitações muito elevadas ou períodos alargados de seca. Ambos estes fenómenos contribuem para acentuar a degradação das condições do solo e, portanto, para a desertificação.

O aumento de áreas de solo em processos de desertificação é mais do que um cenário distante é uma realidade já sentida pelos agricultores nacionais. Compreender o cenário de alteração climática do globo é, portanto, fundamental para que se tomem medidas de mitigação e adaptação à desertificação.

De referir, ainda, que cenários do SIAM II (2006) identificam, ainda, ondas de calor cada vez mais frequentes ou a migração para Norte de vetores (mosquitos e roedores, por exemplo) potencialmente perigosos para a saúde humana (Duarte Santos & Miranda, 2006). Alguns destes cenários lançados em 2006 são atualmente visíveis nas manchetes dos jornais, como é o caso o vírus do dengue na Região Autónoma da Madeira.

3.1.3. DESERTIFICAÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas ambientais têm, na sua grande maioria, origem nas atividades antropogénicas. Estes genéricos problemas ambientais vão desde a poluição atmosférica às alterações climáticas, da contaminação dos aquíferos à perda de biodiversidade, entre outros.

A desertificação é um outro exemplo de problema ambiental que tem vindo a afetar o nosso país, estando o seu agravamento associado às alterações climáticas verificadas nas últimas décadas. Segundo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), a desertificação consiste na "degradação da terra, nas zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas, em resultado da influência de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas" (UNCCD, 2012) resultando numa perda significativa de produtividade económica e biológica.

A UNCCD tem sido a "peça central nos esforços da comunidade internacional para combater a desertificação" (Rosário, 2011). Esta Convenção das Nações Unidas, aprovada a 17 de junho de 1994 e ratificada por Portugal a 1 de abril de 1996, decorre das recomendações do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e para o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, entre 3 e 14 de Junho de 1992 (Rosário, 2011).

A desertificação é, também, um problema ambiental tem muitas das vezes tem origem nas atividades do Homem. Atividades como a desflorestação, a agricultura e o pastoreio intensivos, mau planeamento de sistemas de irrigação agrícolas, entre outros (UNCCD, 2012).

Os solos de áreas degradadas têm menos capacidade para suportar o crescimento das plantas, o que tem como consequência perdas significativas de vegetação e produtividade económica. Apesar do facto de, muitas vezes, animais e plantas se adaptarem às terras secas, a desertificação tem graves consequências para o ambiente.

Portugal inclui-se na região do Mediterrâneo Norte (Região Anexo IV da Convenção), que possui fatores específicos relacionados com a desertificação, nomeadamente:

- i. condições climáticas semiáridas que afetam grandes áreas, secas periódicas, grande variabilidade pluviométrica e as chuvadas repentinas e de grande intensidade;
- ii. os solos caracterizam-se por serem pobres e altamente propensos à erosão, sendo propensos à formação de crostas superficiais;
- iii. o terreno caracteriza-se pelos declives acentuados e paisagens bastante diversificadas;
- iv. grandes perdas no coberto vegetal consequência dos incêndios florestais;
- v. exploração não sustentável e destruidora dos recursos hídricos;
- vi. concentração das atividades económicas no litoral, como resultado do crescimento urbano, da atividade industrial, do turismo e da agricultura de regadio.

A estas condições soma-se a atual crise na agricultura tradicional, amplamente associada ao abandono da terra e à deterioração das estruturas de proteção do solo e de conservação da água (Rosário, 2004).

Esta Convenção levou à criação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), cujos objetivos se prendem, essencialmente, com a "conservação do solo e da água", sendo este o primeiro dos seus cinco objetivos estratégicos. Os restantes objetivos pretendem: (2) a fixação das populações nas regiões mais despovoadas, (3) a recuperação das áreas degradadas, (4) a sensibilização da população para a problemática da desertificação e, por fim, (5) a consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais (ICNF, 2013e).

O PANCD pretende não apenas promover a conservação do solo e da água, mas fazê-lo com as populações, já que estas desempenham um papel fundamental pelas atividades que realizam no solo. O "envolvimento alargado e ativo de todos os agentes" (ICNF, 2013e) quer sejam económicos, institucionais (inclusive associações e organizações não governamentais), ou sociais no combate da problemática da desertificação

DESERTIFICAÇÃO E AGRICULTURA

A desertificação, para além de um problema ambiental, possui implicações socioeconómicas de extrema relevância. A agricultura é uma das atividades mais diretamente afetadas pela problemática da desertificação e pelas alterações climáticas. Num clima mediterrâneo, caracterizado pelas variabilidades interanuais das condições meteorológicas, os produtores agrícolas estão habituados a adaptarem-se de modo a dar a melhor resposta às alterações de disponibilidade hídrica, à ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos (como grandes precipitações) e à evolução desfavorável das temperaturas (Pinto *et al.*, 2006).

Posto isto, é de esperar que num cenário de alteração climática em que estão previstas mudanças significativas ao nível das temperaturas e dos níveis de precipitação, os impactes na agricultura poderão tornar-se extremamente expressivos (Pinto *et al.*, 2006).

O projeto SIAM II - Alterações climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação, em qualquer dos cenários simulados para o Alentejo, prevê que vejam reduzidas as produtividades de trigo em 12% a 15%. As culturas de sequeiro, como o trigo, a cevada, pastagens e forragens, estão altamente dependentes das condições edáficas (relativo ao solo) ao contrário das culturas de milho ou de arroz, que estão mais dependentes das condições climáticas (Pinto *et al.*, 2006).

A proteção deste tipo de ecossistemas e dos seus serviços, nomeadamente a sua função de suporte - a formação do solo, do ciclo de nutrientes e da produção primária - é, por isso, premente. Os serviços do ecossistema, ou seja, os benefícios que os Homens obtêm do ecossistema, vão desde a produção de alimentos, a serviços de regulação do clima (regulação de cheias e secas), controlo de doenças e, ainda, serviços culturais (paisagísticos e espirituais). Alterações nestes ecossistemas vão ter grandes e diversos impactes no bem-estar humano (Pereira *et al.*, 2009).

DESERTIFICAÇÃO E DESPOVOAMENTO

Contudo, desertificação tem sido utilizado como sinónimo de despovoamento. É usual o uso deste termo quando estamos perante uma situação de abandono de terras, de perda de habitante num local ou região, sendo uma espécie de "desertificação humana".

Apesar de nos termos da UNCCD o termo desertificação apenas se referir à degradação do solo em termos biofísicos, em Portugal os dois conceitos mais do que cruzam, entrelaçam-se. De facto, o "despovoamento é igualmente efeito e causa da degradação das terras" (ICNF, 2013e). O despovoamento ocorre, em muitas situações, devido ao facto de a terra já não ser capaz de providir sustento às necessidades das populações. Muitas vezes foram estas mesmas populações a esgotar os recursos que a natureza tinha ao seu dispor, contudo as responsabilidades dividem-se também entre agentes políticos e económicos que não acautelaram o futuro do recurso solo.

Todavia o abandono das terras não conduz à sua regeneração, pelo contrário: os fenómenos de degradação agravam-se, já que as condições que permitiam a regeneração do coberto vegetal existente e, consequentemente, da infiltração da água no solo deixam de existir com o fim da atividade agrícola. Sem a ação humana, o solo fica mais propenso à existência de incêndios, ficando consequentemente desprotegido aquando de precipitações elevadas. A conjugação destes fenómenos leva a que a desertificação do solo se agrave.

Para além do abandono progressivo das zonas rurais do país, verificadas ao longo das últimas décadas, a migração dessas populações para o litoral, em especial para as grandes zonas urbanas de Lisboa e Porto, conduz a uma série de pressões sobre este território, também ele tão sensível. Os elevados níveis de poluição do ar, de poluição acústica, a impermeabilização e a poluição do solo são alguns dos atuais problemas ambientais das nossas cidades.

COMBATER A DESERTIFICAÇÃO

Dar resposta à problemática da desertificação é essencial para melhorar e garantir o bem-estar das populações, em especial das populações rurais. “Uma comunidade sustentável é um lugar onde as pessoas querem viver e trabalhar agora e no futuro” (CLG, 2010), sendo que a qualidade de vida das pessoas que ali residem é uma prioridade num modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável. As populações têm inclusive um papel determinante no combate à desertificação, sendo importante envolvê-las nas ações e medidas de mitigação e adaptação referentes a esta problemática. De facto, o conhecimento empírico presente nas pessoas que trabalham a terra é essencial para a construção de medidas mais eficazes de combate à desertificação.

Tal como definido pelo Anexo IV da UNCCD a participação das populações das áreas afetadas é absolutamente essencial para o melhor tratamento desta problemática, já que são populações consideradas “mais frágeis e mais sensíveis”. A “participação das populações na identificação dos problemas e construção das soluções” é premissa para o combate à desertificação, integrando as diferenças do pensamento tecnocrata citadino e dos problemas e anseios das populações que efetivamente vivem a terra (ICNF, 2013f).

Inverter as tendências de despovoamento do mundo rural é essencial para o combate à desertificação. Contudo os benefícios não se findam neste ponto já que maiores níveis de habitantes por km² promovem o acesso a melhores serviços (saúde, escolares, institucionais, entre outros) no mundo rural, e, assim, o equilíbrio entre este e o mundo urbano. Promove-se, portanto, uma maior coesão social devido ao apaziguamento das discrepâncias entre o litoral e o interior do país.

3.2. GOVERNÂNCIA E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.2.1. CONCEITO

Segundo Aragão (2005), o termo mais apropriado para traduzir o inglês *governance* é governância, devendo ser utilizado em detrimento da tradução oficial "governança". A opção pela palavra governância advém da sua terminação "ância", que exprime a ideia de ação ou de resultado de ação, enquanto que o sufixo "ança" transmite exagero.

Governância traduz, assim, a ideia de ação colaborativa de todos, governantes e governados. A governância é um conceito baseado no envolvimento ativo e expandido do cidadão que através da sua participação direta contribui para a solução (Vasconcelos *et al.*, 2009).

A construção efetiva de uma solução/decisão de forma colaborativa, traduz-se numa cidadania mais efetiva e corresponsável, favorecendo, assim, a responsabilidade social. Esta é uma forma de *empowerment*² da sociedade civil, onde esta possui maior poder de decisão nos processos que assumem aqui um cariz deliberativo.

De facto, governância é um conceito bastante mais abrangente do que o governo (ato de governar). Já o conceito de governância envolve a interação entre as instituições formais que compõem os órgãos de soberania do país (com exceção dos Tribunais) e da sociedade civil.

A Comissão para a Governância Global (*Commission on Global Governance*) considera que "não há outra alternativa senão trabalhar juntos e usar o poder coletivo para criar um mundo melhor". Esta Comissão define que governância "é a soma das várias formas com que os indivíduos e instituições, públicas e privadas, gerem os seus assuntos comuns"(CGG, 2010), sendo este um processo contínuo de cooperação em todos os atores.

Existem inúmeros exemplos de governância, tanto a nível local com a nível global. A aplicação da governância na gestão do território pode ser vista através da de uma simples cooperativa de bairro ou associação de moradores formada para a instalação de equipamentos sociais coletivos, definição de espaços públicos, entre outros. Ou, numa escala global, a governância passa pela interação não só entre Governos, mas entre ONG, movimentos de cidadãos, empresas multinacionais, entre outros atores de carácter global (CGG, 2010).

A governância apresenta-se, portanto, sob vários moldes, sendo definidos por Healey *in* Vasconcelos *et al.* (2009), segundo a ênfase que lhe é dada:

- i. **A abordagem por critério:** converte os interesses do cidadão em critérios técnicos – que se apoia em infraestruturas inflexíveis do tipo de medidas políticas;

² *Empowerment*: conceito assente na delegação de poderes às pessoas, dando-lhes liberdade e informação para que possam tomar decisões em consciência. Termo não existente no dicionário português.

- ii. **O modelo de empreendedorismo:** processos de construção de consensos entre atores-chave - que se concentra em infraestruturas flexíveis,;
- iii. **A abordagem participativa:** uma abordagem mais sistemática para incluir membros das comunidades políticas, assegurando um espaço que traz para o processo um leque de conhecimentos e valores das comunidades políticas e entre as partes interessadas – que integra infraestruturas rígidas e flexíveis, com ênfase na argumentação e debate e na construção de direitos no que se refere ao processo.

Healey *in* Vasconcelos *et al.* (2009) refere, ainda, que os formatos de governância supra mencionados assumem: (1) uma forma de democracia formal para a governância onde os representantes políticos são devidamente eleitos pelos cidadãos; (2) sendo que estes se demonstraram insuficientes para legitimar a relação entre a atividade governativa e a componente socioeconómica. Estes formatos de governância (3) procuram abrir os processos de governação de modo a atingir uma interação continua entre governo, cidadãos e setor empresarial (Healey *in* Vasconcelos *et al.*, 2009).

3.2.2. BOA GOVERNÂNCIA

O Livro Branco da Governança Europeia define cinco princípios basilares para a boa governância europeia: princípio da abertura, princípio da participação, princípio da responsabilização, princípio da eficácia e princípio da coerência. Estes são indicadores que permitem aferir a estabilidade e desempenho da sociedade, permitindo aferir sobre a qualidade e desempenho de um qualquer sistema político/ administrativo (COM, 2001). Verifica-se pela edição deste documento a importância dada pela União Europeia à nova e emergente forma de governação de e com os cidadãos.

Cada um destes cinco princípios tem enorme importância sendo focada ao nível europeu. No domínio da abertura é referido que as instituições estatais “deverão trabalhar de uma forma mais transparente” (COM, 2001). De facto, é essencial promover a transparência das instituições de modo a melhorar a confiança dos cidadãos nas mesmas. A utilização de uma linguagem acessível ao grande público e facilmente compreensível é um dos métodos para se conseguir maior transparência. O acompanhamento das atividades governamentais por entidades externas que garantam a independência face ao Governo (ou qualquer outra instituição do Estado); a divulgação de informações relevantes aos cidadãos; a transparência ao nível financeiro (contas públicas); a contratação de funcionários públicos deve ser realizada através de concursos públicos abertos, entre outros, são procedimentos que devem ser realizados quando o objetivo é promover o princípio da transparência.

Outro princípio definido é a participação, devendo esta ser promovida pelo Governo e instituições estatais. A qualidade, pertinência e eficácia das políticas nacionais e europeias dependem da ampla participação de todos os intervenientes. Como refere o Livro Branco da Governança Europeia “o reforço da participação criará seguramente uma maior confiança no resultado final e nas instituições que produzem as políticas”. De modo a promover este princípio de boa governância é fundamental

garantir o acesso à informação, também pode ser traduzido pela garantia de equidade entre todos os membros da sociedade.

De facto, se o objetivo é conseguir uma maior participação e envolvimento local é necessária a promoção da identidade local e um sentido de cidadania para todos, numa relação de equidade inabalável. Reuniões públicas, planeamento e orçamento participativo, referendos ao nível local, investimento em melhores estruturas democráticas e de cultura e, ainda, o envolvimento de minorias nos sistemas de participação e de decisão poderão ser alguns dos instrumentos utilizados para o envolvimento local da sociedade civil.

A responsabilização é outro dos princípios focados nas boas práticas da Governança Europeia. Segundo a Comissão Europeia “cada instituição da União Europeia deverá explicar a sua ação na Europa e assumir as responsabilidades correspondentes” (COM, 2001). No entanto o mesmo pode ser transferido para o panorama nacional, sendo que todos os atores existentes em processos de decisão devem ser responsabilizados pelas suas ações, quer sejam instituições políticas ou cidadãos individuais. Ou seja, deve promover-se a corresponsabilização de todos os envolvidos.

Já no domínio da eficácia é referido que “as políticas deverão ser eficazes e oportunas, dando resposta às necessidades com base em objetivos claros, na avaliação do seu impacto futuro e, quando possível, na experiência anterior” (COM, 2001).

Por fim, o princípio da coerência é também focado pela Comissão Europeia referindo que “as políticas e as medidas deverão ser coerentes e perfeitamente compreensíveis”. Ao nível europeu este princípio toma uma relevância extrema já que é notória a necessidade de coerência na União. Essa necessidade advém do maior o leque das tarefas existentes na UE, que aumentou com alargamento aos países do leste europeu na formação da UE dos 27. O aumento da diversidade consequente da abertura da UE trás novos desafios pelo que a coerência não pode ser menosprezada. “A coerência implica uma liderança política e uma forte responsabilidade por parte das instituições, para garantir uma abordagem comum e coerente no âmbito de um sistema complexo.” (COM, 2001).

Para além dos cinco princípios básicos definidos pelo Livro Branco da Governança Europeia outros atributos estão assentes no conceito de governância. A garantia de equidade e igualdade no acesso a direitos básicos (como ao emprego e à saúde) são exemplos de outros princípios de uma boa governância.

3.2.3. GOVERNÂNCIA AMBIENTAL

É em matérias de Ambiente e Ordenamento do Território que o conceito de governância mais é aplicado. Através da Convenção de Aarhus sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, assinada em Aarhus (Dinamarca) em 25 de Junho de 1998, o cidadão viu contemplado na Lei os seus direitos relativamente ao seu poder de intervenção em processos de Ambiente. Apesar de a ratificação para a Lei Portuguesa só acontecer a 25 de Fevereiro de 2003, através da Resolução n.º 11/2003 da Assembleia da República, esta assume que “de forma a contribuir para a proteção do direito que

qualquer indivíduo, das gerações atuais ou futuras, tem de viver num ambiente adequado à sua saúde e bem-estar, cada Parte garantirá os direitos de acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente, de acordo com as disposições desta Convenção.” (Resolução n.º 11/2003 da Assembleia da República, de 25 de Fevereiro).

O território faz parte da vida intrínseca de qualquer ser vivo e assume uma importância vital no seu desenvolvimento, pelo que o seu ordenamento e planeamento são determinantes para todos os cidadãos. De facto, o envolvimento da sociedade civil dá-se, particularmente em (1) planos de transformação do uso do solo (Planos Diretores Municipais, Planos Regionais de Ordenamento de Território, entre outros), (2) estudos de Impacte Ambiental e Avaliações Ambientais Estratégicas e (3) políticas (Vasconcelos, 1997) .

A governância poderá ser entendida como uma técnica de planeamento urbano e de gestão do território, onde a sociedade civil se junta aos técnicos e políticos na determinação da decisão. A resolução de conflitos e disputas através da negociação, onde o processo de decisão é feito por desenvolvimento de consenso são atributos da boa governância (Vasconcelos, 1997). Não é, portanto, uma técnica de planeamento dita “tecnocrata”, ou seja, esta técnica não se encontra fundada no predomínio dos técnicos e das suas deliberações. Pelo contrário, a governância é uma técnica verdadeiramente integradora, onde todos tendem a contribuir quer sejam técnicos, políticos ou "apenas" cidadãos.

O envolvimento de todas estas fações da sociedade é o que diferencia esta técnica de todas as outras. Apesar de não ser uma técnica tão expedita, esta contribui para a formação de uma sociedade mais coesa, visto que promove maior interação entre governantes e governados na construção de uma decisão que satisfaça todos.

Para se conseguir atingir a governância colaborativa devem-se ter em consideração todos os *stakeholders*³ e os seus interesses. Estes devem ser envolvidos nos processos de decisão através de uma participação pública ativa, onde os *stakeholders* contribuam, de facto, para a solução.

De facto, este é o grande objetivo da boa governância, conseguir que todos se envolvam numa democracia mais ativa e expandida. Vários documentos europeus apontam a boa governância como meta de desenvolvimento europeu. A União Europeia (UE) exige aos países membros que reformulem as democracias de modo a que os cidadãos estejam no cerne das decisões. De facto, o exercício da cidadania ativa é imprescindível para atingir de um desenvolvimento dito sustentável.

³ Interveniente com interesses em jogo. Parte interessada.

3.3. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Através de processos de participação pública (ativa) os cidadãos são impelidos a exercer a sua própria responsabilidade social. De facto, a pessoa sente que o seu contributo é importante nos destinos do local onde vive, e que o seu papel não se limita à eleição de um representante de tempos a tempos. O cidadão toma, assim, o território como verdadeiramente seu, apreendendo o espaço público, também, como seu e como algo de que deve cuidar.

Segundo o Decreto Lei n.º 69/2000 define-se participação pública como a "informação e consulta dos interessados, incluindo-se neste conceito a audição das instituições da Administração Pública cujas competências o justifiquem, nomeadamente em áreas específicas de licenciamento do projeto".

Existem, no entanto, outras definições para participação pública. Segundo André *et al.* (2006) a participação pública pode ser definida como "o envolvimento de indivíduos e grupos que são positiva ou negativamente afetados por uma intervenção proposta (por exemplo, um projeto, um programa, um plano, uma política) sujeita a um processo de decisão ou que estão interessados na mesma".

Constata-se, assim, que a definição de participação é lata e que "tanto se pode chamar participação a apenas um processo informativo, onde o cidadão é apenas informado do que vai acontecer, como a um trabalho de grupo, em que as pessoas interagem e propõem ações" (Vasconcelos *et al.*, 2009).

Os processos democráticos estão ampla e fortemente ligados à participação, não sendo conceitos indissociáveis que se condicionam. De facto, quando estamos perante formas mais deliberativas de democracia assistimos a formatos de participação mais ativos (sessões participativas: workshops, por exemplo), enquanto que numa democracia do tipo representativo se assiste a tipos de participação passivos (informação ou a consulta pública, por exemplo) (Vasconcelos *et al.*, 2009).

Assim sendo, podem ser definidos vários níveis de participação pública. De facto, esta pode ir da simples consulta ou receção de informação sendo estas forma de participação passiva ou participação unidirecional, à participação através de consultas (tais como audiências públicas e reuniões abertas), à participação ativa e interativa (*workshops*, negociação, mediação, cogestão, entre outros). Estes níveis de participação poderão coexistir no mesmo processo participativo, podendo ser uma forma eficaz de criar diferentes dinâmicas de participação consoante o objetivo pretendido (André *et al.*, 2006).

Segundo André *et al.* (2006) os objetivos da participação pública desmembram-se em vários ramos, sendo essencial para a boa governância. A participação pública pretende:

- i. Convidar os stakeholders para o processo de decisão para promover a justiça, a equidade e a colaboração;
- ii. Informar e educar as partes interessadas (incluindo o proponente, o público, o(s) decisor(es) e o regulador) acerca da intervenção planeada e das suas consequências;

- iii. Reunir informação junto do público sobre o seu ambiente humano (incluindo as dimensões cultural, social, económica e política) e o seu ambiente biofísico, bem como sobre as relações que têm com o seu ambiente;
- iv. Obter reações do público sobre a intervenção planeada, incluindo a sua escala, calendarização e formas de reduzir os seus impactos negativos ou aumentar os seus resultados positivos ou compensar impactos que não possam ser mitigados;
- v. Contribuir para melhorar a análise de propostas, levando a um desenvolvimento mais criativo, intervenções mais sustentáveis e, conseqüentemente, maior aceitação e apoio do público, comparativamente ao que sucederia noutras circunstâncias.
- vi. Contribuir para a aprendizagem mútua entre as partes interessadas e para a melhoria da prática de PP e da AI de uma proposta.

Contudo, independentemente do tipo de participação esta deve ser adaptada ao contexto socioeconómico, sendo inclusiva de todos os cidadãos e garantindo a sua equidade no processo. A participação deve ser direcionada para a promoção de cooperação, para a convergência e a criação de consenso por parte dos stakeholders. Deve ser, ainda, informativa e pro-ativa, devendo adaptar-se ao público a que se destina (André *et al.*, 2006). A necessidade manifesta do envolvimento dos stakeholders desde o início do projeto é evidente para vários autores (André *et al.*, 2006; Blackstock *et al.*, 2007; Reed, 2008).

Os benefícios da participação são inequívocos. Segundo Reed (2008) o envolvimento dos stakeholders num processo participativo minimiza a probabilidade que as minorias da sociedade ou do processo sejam de alguma forma colocadas à margem das decisões. Através da participação os stakeholders podem ser devidamente incluídos nas decisões que os afetam e, assim, a cidadania ativa é promovida, com benefícios para toda a sociedade (Martin e Sherington *in* Reed, 2008).

Os processos participativos tendem a aumentar confiança dos cidadãos e da sociedade civil nas decisões, Já que os processos são percebidos por estes como transparentes sendo que consideram, tentando integrar, os diferentes interesses dos stakeholders (Richards *et al.* *in* Reed, 2008).

Verifica-se, ainda, que os benefícios da participação se estendem à geração de um novo tipo de conhecimento, resultante do cruzamento do conhecimento latente das populações e do conhecimento técnico dos cientistas. A participação pode ainda promover a aprendizagem social onde os stakeholders aprender uns com os outros (Blackstock *et al.*, 2007). Muitas vezes iniciais relações de conflito entre os stakeholders transformam-se em relações de cooperação, verificando a legitimidade de cada um dos outros pontos de vista (Forester, 1999; Pahl-Wostl e Hare, 2004; Leeuwis e Pyburn, 2002; Stringer *et al.*, 2006 *in* Reed, 2008).

A literatura sugere globalmente que a participação das partes interessadas pode melhorar a qualidade das decisões ambientais, contudo: a qualidade de uma decisão é fortemente condicionada pela qualidade do processo que conduz às decisões (Reed, 2008). Assim, verifica-se a necessidade de avaliar a participação/ processo participativo.

3.3.2. AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Segundo Vasconcelos *et al.* (2009) "é fundamental que os participantes avaliem o processo de participação nas suas várias etapas de forma a que as metodologias e organização das sessões de participação possam ser devidamente melhoradas".

A Participação Pública deve ser avaliada através de metodologias sensíveis ao contexto em que se está a desenvolver o trabalho. Segundo Blackstock *et al.* (2005) a escolha dos métodos depende do objetivo do projeto de pesquisa.

A utilização de métodos qualitativos tem inúmeras vantagens quando se trata de avaliar a participação, já que permitem o estudo de um caso em profundidade e em detalhe, capturando a riqueza das percepções e das experiências das pessoas através dos seus próprios termos.

Contudo a avaliação qualitativa não deve apenas ser baseada na utilização de um único método, já que contexto da participação é bastante complexo, pelo que se sugere que a interseção de vários métodos. A avaliação realizada por uma metodologia "multi-métodos" é particularmente eficaz para uma avaliação profunda dos diferentes aspetos da realidade empírica (Patton, 1987; O'Meara *et al.*, 2004, *in* Blackstock *et al.*, 2005). Ao invés, a utilização de apenas um método de avaliação qualitativa pode levar à simplificação e distorção da análise, sendo que muitas vezes não permite identificar processos dinâmicos subjacentes (Wicker, 1989, *in* Blackstock *et al.*, 2005).

A utilização de vários métodos e várias fontes/ tipos de dados aumentam a probabilidade de uma compreensão em profundidade da participação, aumentando assim a validade da avaliação. Assim sendo, segundo Blackstock *et al.* (2005), sugere-se a interseção de vários métodos qualitativos, nomeadamente:

- i. observação feita de modo informal (notas) e/ ou formal (*checklists*);
- ii. entrevistas (semi-estruturadas);
- iii. questionários;

As entrevistas são uma fonte rica de dados, onde os stakeholders referem as suas reflexões acerca do projeto e do processo participativo. Contudo são uma metodologia morosa e complexo de analisar (Blackstock *et al.*, 2005). Já os inquéritos e a observação são ferramentas mais expeditas, sendo especialmente uteis para capturar a evolução do processo ao longo do tempo.

A literatura revela-se deficitária na definição de metodologias quantitativas confiáveis para a avaliação da participação. Blackstock *et al.* (2005) considera, ainda, que as atuais metodologias quantitativas baseadas dimensão custo-benefício da avaliação são inadequados para avaliar as relações e os processos em questão Assim, constata-se que a escolha dos critérios e das metodologias para realizar a avaliação da participação poderá ser o aspeto mais controverso da mesma (Holloway, 2001 Blackstock *et al.*, 2005).

Ao avaliar os processos participativos, é importante recolher dados e visões de múltiplos stakeholders de modo a capturar a diversidade de pontos de vista sobre os objetivos, critérios e resultados da

participação (Bellamy *et al.*, 2001;. Martin, 2001;. Rowe *et al.*, 2004 *in* Blackstock *et al.*, 2005). Salienta-se, ainda, a importância que as "vozes" dos stakeholders estejam traduzidas na avaliação do processo participativo, devido à relevância das suas percepções para a devida análise da participação.

A avaliação deve ser rigorosa no que concerne à seleção das amostras, bem como à validade e confiabilidade dos dados recolhidos. A análise deve, ainda, ter em consideração a própria relação de subjetividade no que concerne à recolha de dados para a avaliação da participação, já que estes podem ser de alguma forma condicionados pelo próprio avaliador do processo (Blackstock *et al.*, 2005).

O modo com se faz a seleção da equipa de avaliação do processo participativo é, também, é fundamental para a própria credibilidade do relatório de avaliação final. A realização desta por avaliadores externos, não diretamente envolvidos no processo de participação, assume relevância como forma de assegurar imparcialidade e neutralidade. A equipa deve ser, ainda, interdisciplinar de modo a garantir diferentes abordagens e visões aquando da recolha de dados (Martin, 2001; Holloway, 2001 *in* Blackstock *et al.*, 2005).

Contudo, é importante um acompanhamento de perto por parte dos avaliadores, já que será difícil realizar uma avaliação de um processo participativo sem o ter conhecido por "dentro", sem ter conhecido as caras e vozes da participação (Blackstock *et al.*, 2005).

Ressalva-se que os avaliadores do processo participativo não devem manipular os processos, mas observa-los e acompanhá-los tão de perto quanto possível, tendo não introduzir quaisquer alterações (Patton, 1987 *in* Blackstock *et al.*, 2005)

3.4. CASTRO VERDE

3.4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O concelho de Castro Verde localiza-se no Baixo Alentejo (Distrito de Beja), fazendo fronteira com os concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Beja, Mértola e Ourique. Segundo o Censos de 2011, Castro Verde tem 7276 habitantes (INE, 2011) que se dividem pela área de 567,2 km² do concelho. Castro Verde possui cinco freguesias: Casével, Castro Verde, Entradas, São Marcos da Atabueira e Santa Bárbara de Padrões (CMCV, 2007), sendo que a freguesia de Castro Verde é onde reside a maioria da população, com 4898 habitantes (INE, 2011).

O concelho de Castro Verde, inserido na peneplanície alentejana, apresenta uma variação altimétrica entre os 160 e os 230 metros, com declives que raramente ultrapassam os 10%. Já o clima da região é do tipo mediterrâneo, com as estações verão e inverno bem definidas, sendo que no verão se podem atingir temperaturas máximas superiores a 40°C e no inverno temperatura pode descer abaixo de zero. A precipitação média anual na região é de 541mm, sendo Novembro a Março o período em que se concentram as precipitações, no entanto, ocorrendo de forma irregular (Marta-Pedroso *et al.*, 2009).

Os solos desta região são, geralmente, delgados e derivados de xisto. Apresentam uma baixa capacidade de drenagem e, também, baixo teor em matéria orgânica. De facto, e segundo a classificação da capacidade de uso do solo, verifica-se que apenas 17,44% dos solos do concelho apresentam aptidão agrícola, sendo que os restantes 82,5% não são aconselháveis a estas práticas (CNROA (1972) *in* Marta-Pedroso *et al.*, 2009).

Todavia, Castro Verde possui uma paisagem marcadamente agrícola de carater aberto. O cultivo de cereais de sequeiro (trigo, aveia, cevada, etc.) em carater extensivo é a principal atividade, muitas vezes aliada à prática da pecuária em extensivo. A paisagem é, ainda, caracterizada pela muito baixa densidade de árvores e arbustos. Este tipo de paisagem é denominada por estepe cerealífera ou pseudo-estepe, sendo composta por um mosaico espaço-temporal de campos de cereal, pousios, campos lavrados e restolhos de cereal (Pereira *et al.*, 2009).

De facto, as verdadeiras estepes não ocorrem em território português. As estepes ocorrem em climas onde se verificam baixas temperaturas e precipitação reduzida, aliando-se a solos pobres (com baixo teor em matéria orgânica) que apenas permitem vegetação herbácea rasteira. As estepes são paisagem típica das extensas planícies da Mongólia, Sibéria, Rússia e China, com climas completamente diferentes do clima mediterrânico que caracteriza a região de Castro Verde (LPN, 2013b).

A pseudo-estepe resulta da ação humana sobre o território, ocupando uma vasta área do Alentejo. Em Castro Verde abrange cerca de 80% do concelho, estendendo-se, ainda, aos concelhos limítrofes de Aljustrel, Beja, Mértola e Ourique (Pereira *et al.*, 2009). Toda esta zona é vulgarmente denominada por Campo Branco.

3.4.2. AS CAMPANHAS DO TRIGO

A estepe cerealífera ou pseudo-estepe é um tipo de paisagem relativamente recente, tendo surgido como consequência de grandes transformações que a paisagem do Alentejo sofreu desde finais do século XIX. Todavia, o ponto exponencial de transformação da paisagem ocorreu durante os anos 30 do século XX: as Campanhas do Trigo (Pereira *et al.*, 2009).

Promovidas pelo regime do Estado Novo, as Campanhas do Trigo pretendiam transformar o Alentejo no celeiro de Portugal (figura 3.1). O incentivo ao "desbravamento de terras incultas, charneca com maior ou menor densidade de azinheira e/ou de sobreiro, e a sua conversão em área de monocultura de cereais" (Pereira *et al.*, 2009) tinha o objetivo de garantir "pão para o povo" e a subsistência alimentar de Portugal.



Figura 3.1 - Propaganda do Estado Novo às Campanhas do Trigo. Fonte: <http://campanhatrigo.blogspot.pt/> (2009).

Esta expansão da área de cultivo de cereais apenas foi travada pelos próprios condicionalismos edáficos da região. A destruição do coberto vegetal existente na região e a mobilização de solo derivado de xisto, geralmente com pouca profundidade, foram fatores que conduziram a uma situação de erosão grave nos solos do Campo Branco (Marta-Pedroso *et al.*, 2009).

Segundo Feio *in* Marta-Pedroso *et al.* (2009) "Agora que as reservas acumuladas durante muitos anos estão esgotadas e que a prosperidade enganosa a que elas conduziram desapareceu, a realidade surge cruelmente: a cultura de trigo não é rentável, os solos são delgados e pobres, o clima é dos mais ingratos". De facto, cedo se começou a perceber os enormes impactes das Campanhas do Trigo nos solos daquela região do país. Quando confrontados com o empobrecimento dramático do solo, a produção de cereais começou a ser feita com recurso a rotações, aliando-se à pastorícia. A secular tradição de pastorícia em Castro Verde ressurgiu, assim, como importante atividade complementar ao cultivo de cereais, já que o solo necessitava de longos períodos de pousio antes de se iniciar nova sementeira (Marta-Pedroso *et al.*, 2009).

Atualmente, o cultivo de cereais em extensivo é cada vez menos economicamente viável, já que o rendimento das explorações agrícolas é bastante baixo, sendo menos de metade da média europeia (Suarez (2007) *in* Marta-Pedroso *et al.*, 2009).

3.4.3. A PROTEÇÃO DAS AVES ESTEPÁRIAS

A transformação da paisagem da região de Castro Verde em pseudo-estepe levou a que um novo ecossistema surgisse. Espécies de aves, mamíferos, répteis, anfíbios e insetos adaptaram-se a este novo habitat "formando um ecossistema que está dependente da manutenção da atividade agrícola tradicional" (LPN, 2013b). A avifauna está altamente dependente da manutenção e conservação deste habitat. Aves como a abetarda, o sisão e o peneireiro-das-torres são espécies cuja existência depende destas estepes cerealíferas, sendo por isto mesmo designadas como aves estepárias (LPN, 2013b).

Devido à importância que a manutenção do habitat tem para a sobrevivência destas espécies foi criada a área de proteção de avifauna de Castro Verde (figura 3.2), que foi iniciada com mais de 79 mil hectares (SNIG, 2013), tendo aumentado em 2008 para uma área superior a 85 mil hectares (INCF, 2013c).



Figura 3.2 - Áreas de Proteção de Avifauna (Fonte: SNIG, 2013) - a tracejado a área de proteção da avifauna de Castro Verde.

A abetarda (*Otis tarda*) é a ave ex-líbris da região do Campo Branco. Esta ave encontra-se distribuída descontinuamente pela Península Ibérica, Norte de Marrocos até às planícies de Amur no Leste da China. Em Portugal a abetarda também se distribui de forma fragmentada desde o sudoeste da Beira Baixa até ao sul do Alentejo (ICNF, 2013a).

A abetarda, segundo o Livro Vermelho das Espécies, encontra-se ameaçada a nível global, sendo uma espécie "vulnerável" ao risco de extinção. Já ao nível português o estatuto da espécie encontra-se num grau de ameaça superior, encontrando-se "em perigo" (IUCN *in* ICNF, 2013a).

Castro Verde é o maior território de abetardas ao nível português, contando com 68 mil hectares de área territorial. Censos realizados a estas aves demonstram que as populações de abetarda têm vindo, maioritariamente, a decrescer em território nacional. Aliás, tornaram-se praticamente extintas na zona mais a norte do seu território (Pinto *et al.*, 2005).

Apenas em Castro Verde e Campo Maior se verificam aumentos das populações de abetarda, especialmente, no caso de Castro Verde. De facto, a partir de 1995 as populações de abetarda de Castro Verde sofrem um aumento quase exponencial, sendo que representa atualmente mais de 80% das abetardas ao nível do território português, sendo que em 1980 representava 50% (Pinto *et al.*, 2005).

É devido às populações de abetarda que existem em Castro Verde que o número total de abetardas no período de 1980 a 2002 cresceu de 759 para 1151 aves. A população de abetarda de Castro Verde é, aliás, nove vezes maior do que a segunda mais importante população em Portugal, contando com uma população de 912 abetardas em 2002 (Vila Fernando com 101 aves, segundo o Censo de 2002) (Pinto *et al.*, 2005).

Estas grandes diferenças em termos do crescimento das populações de abetarda relativamente às outras populações presentes em território português, podem advir do facto de Castro Verde possuir uma grande área arável, com uma grande proporção de pousio e campos de cereais e leguminosas secas (Pinto *et al.*, 2005).

No entanto, para além das condições naturais para o desenvolvimento e reprodução destas aves em Castro Verde, o que maioritariamente contribuiu para o inverter de uma situação de declínio do número de aves desde o início da década de 90 foi o começo das medidas agroambientais provenientes do Plano Zonal de Castro Verde e a aquisição de áreas-chave pela LPN (Pinto *et al.*, 2005).

De facto, a chegada da LPN à região do Campo Branco em 1993 parece ter sido um importante fator para que as populações de abetarda aumentassem, através das suas ações de gestão e de proteção do território destas aves.

Já o Plano Zonal de Castro Verde, criado em 1995, integra um conjunto de medidas que disponibiliza apoios destinados à manutenção dos sistemas agroflorestais de relevo para a preservação da avifauna (INCF, 2013c).

Ao Plano Zonal sucederam-se outros planos, nomeadamente pela introdução da Intervenção Territorial Integrada (ITI de Castro Verde) que se aplica ao território abrangido pela Zona de Proteção Especial (ZPE) de Castro Verde. A ITI de Castro Verde abrange um conjunto de medidas silvo e agroambientais.

A Zona de Proteção Especial (ZPE) de Castro Verde criada no âmbito da Rede Natura 2000, em 1999, integra a área nuclear do Campo Branco. Esta é, também, a maior ZPE de Portugal contando com mais de 85 mil hectares. Aliás, cerca de 23% do território português está classificado como Rede Natura 2000 (Sequeira *et al.*, 2011).

As Zonas de Proteção Especial foram estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, destinando-se a garantir a conservação das espécies de aves, dos seus ovos e ninhos, dos seus habitats e das espécies de aves migratórias cuja ocorrência seja regular no território. Nas ZPE estão ainda limitadas as atividades cinegéticas a um conjunto de espécies e em determinadas condições e períodos, proibindo alguns métodos de captura e abate (ICNF, 2013d).

O objetivo primordial que leva à criação desta ZPE é a proteção das aves estepárias e do seu habitat. Assim sendo, os objetivos da ZPE de Castro Verde reconhecem como fundamental a manutenção do cultivo de cereais em extensivo, bem como a manutenção de manchas florestais de montado de sobro e azinho e dos olivais tradicionais. A manutenção deste mosaico paisagístico consta nos objetivos primários da ZPE de Castro Verde, que para isto disponibiliza medidas de apoio aos agricultores, para que estes continuem as práticas de cultivo agrícola e florestal em regime extensivo. (ICNF, 2013c). Os agricultores que adotam tais medidas são compensados financeiramente de modo a manterem competitividade económica com as outras explorações que não adotaram as medidas, já que o nível do rendimento que os produtores agrícolas conseguem retirar das terras é menor e, portanto, os seus lucros potenciais também irão ser menores.

Os agricultores subscritores da atual ITI de Castro Verde devem adotar práticas agrícolas em que seja restrito o uso de agroquímicos, devendo optar por outras técnicas alternativas, já que o uso destes produtos conduz à diminuição da capacidade reprodutivas das aves estepárias, bem como ao aumento da mortalidade das mesmas (ICNF, 2013a).

Os agricultores não devem fazer a lavra no início da primavera, devendo também retardar a ceifa e o corte de feno (ICNF, 2013c). A ZPE de Castro Verde assume-se como a mais importante área de nidificação de aves estepárias, em especial para a abetarda e para o peneireiro-das-torres, bem como para algumas espécies de aves invernantes. Pelo que a ceifa e a lavoura de pousios realizadas no período de nidificação das aves estepárias constituem ameaças à sobrevivência das espécies, já que a lavoura e a ceifa são responsáveis pela destruição de ovos e morte de crias (ICNF, 2013a).

A ZPE determina, ainda, o condicionamento da construção de infraestruturas e da expansão urbano-turística, bem como a construção de barragens em zonas sensíveis. O regulamento da ZPE menciona ainda que devem ser tomadas medidas de forma a reduzir a mortalidade da avifauna causada pelas linhas elétricas (ICNF, 2013c).

Devido às cada vez maiores dificuldades em manter a viabilidade económica das explorações agrícolas, verifica-se que a manutenção das populações destas aves poderá estar em risco. De facto, poderá ser difícil a manutenção deste tipo de sistema agrícola, que revela ter uma importância

extrema para a manutenção das populações das aves estepárias, já que as extensões de cultivo de cereais constituem parte fundamental do habitat destas espécies.

O desaparecimento do cultivo de cereais em sistemas em extensivo é, portanto, o maior fator de ameaça às aves estepárias. A baixa rentabilidade das explorações agrícolas, altamente dependentes de sistemas de subsídios, alia-se ao abandono das terras menos produtivas. O aliciamento dos produtores agrícolas para a florestação do terreno em virtude de apoios comunitários ou a pastorícia com encabeçamentos superiores, são igualmente fatores que ameaçam a continuidade deste sistema altamente biodiverso que é a estepe cerealífera (Pereira *et al.*, 2009; ICNF, 2013a; ICNF, 2013c).

Ainda a intensificação da agricultura pelo recurso a monoculturas de cereais, em detrimento de culturas de leguminosas, pousios e montado disperso, levam a que o mosaico paisagístico que caracteriza a zona de Castro de Verde se reduza significativamente. Assim, poem-se em causa o habitat das aves estepárias, já que se reduz a disponibilidade alimentar e áreas de reprodução (ICNF, 2013a).

De facto, a compatibilização das atividades agrícolas e florestais e a conservação da natureza através de uma correlação forte ao nível da gestão das práticas que atuam sobre o solo existe em 90% da Rede Natura 2000 portuguesa (Lima Santos *in* Sequeira *et al.*, 2011). Em Castro Verde verifica-se esta premissa, já que a proteção dos valores naturais está altamente dependente da gestão das atividades relacionadas com o solo.

3.4.4. LPN NA REGIÃO

A Liga para a Proteção da Natureza (LPN) "nasce" a 28 de Julho de 1948, sendo a mais antiga ONGA de Portugal. Em 1948 a LPN assumia-se como uma organização que pretendia apostar na educação pública de modo a fomentar "o interesse pela Natureza e pelas ciências que lhe respeitam", no "desenvolvimento de trabalhos científicos na área da Proteção da Natureza" e, também, na "criação de Parques Naturais e Reservas" (Sequeira (2008) *in* Humberto Teixeira, 2011).

Com uma vasta história ligada à proteção da natureza, a LPN inicia o Programa Castro Verde Sustentável no início da década de 90. As primeiras herdades em Castro Verde foram adquiridas no ano de 1993 através da candidatura ao Programa LIFE-Natureza (1993-1999). Assim se assume o projeto de "Conservação da Avifauna Estepária de Castro Verde", com o intuito de conservar áreas consideradas nucleares para as aves estepárias (LPN, 2012a).

O Programa LIFE-Natureza possibilitou a aquisição de cinco herdades na região, com uma área total de 1700 hectares, funcionando como reservas de biodiversidade, classificadas como Zonas de Interdição à Caça. Estas herdades são geridas a vários níveis, integrando ações agrícolas com a gestão de um património biológico e edáfico sensível. A gestão agrícola de áreas destas herdades, tem sido feita através de acordos anuais com agricultores da região. Estes agricultores, que podem desenvolver a sua atividade pelo pagamento de uma renda à LPN, comprometem-se a seguir as suas condições em termos de práticas agrícolas menos lesivas para o solo e para a biodiversidade (LPN, 2012b).

Foram e são várias as atividades da LPN no âmbito do Programa Castro Verde Sustentável, sendo que este programa visa "promover a conservação das aves estepárias da região do Campo Branco e do seu habitat" (LPN, 2012a). As estepes cerealíferas são essenciais para o desenvolvimento de várias espécies de aves, muitas delas em risco de extinção. É o caso já mencionada abetarda, do peneireiro-das-torres (espécie considerada "vulnerável" segundo o IUCN (2004) in ICNF, 2013b), mas também do Grou (*Grus grus*), do Sisão (*Tetrax tetrax*), do Cortiçol-de-barriga-negra (*Pterocles orientalis*) e do Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), entre outras. Tanto a abetarda como o peneireiro-das-torres são espécies ameaçadas, sendo aves consideradas de conservação prioritária pela União Europeia (LNP, 2012a).

A LPN desempenhou, ainda, um papel fundamental na classificação da região do Campo Branco como ZPE no âmbito da Rede Natura 2000, tendo contribuído para o processo de candidatura desta região a zona de proteção especial para as aves.

A Liga tem continuado a adquirir propriedades na região do Campo Branco ao longo dos anos, considerada áreas de relevo para a conservação das espécies, de forma a poder dar continuidade às suas ações de gestão sustentável do território. Esta ONGA é, atualmente, proprietária da maior área privada abnegada à conservação da biodiversidade no país, já tendo 1812 hectares (número conseguido devido ao Projeto LIFE Estepárias) (LPN, 2012b).

A LPN tem continuado a desenvolver projetos que promovam a conservação das aves estepárias como a abetarda, o sisão ou o peneireiro-das-torres. É o caso do projeto LIFE Estepárias, iniciado em 2008 e recentemente terminado em Novembro de 2012 (LPN, 2012c).

Este projeto com o objetivo primordial de proteger estas aves e os seus habitats (em especial os seus locais de reprodução), promoveu, ainda, minimização os impactes das linhas elétricas nas espécies alvo (um dos objetivos definidos para a ZPE de Castro Verde), dotando o Centro de Acolhimento e Recuperação de Animais Silvestres, da LPN-Alentejo em Évora, no tratamento e recuperação de aves estepárias quando necessário (LPN, 2013a).

O LIFE Estepárias pretendia, inclusive, encorajar os agricultores a aderirem aos esquemas agroambientais existentes, com o intuito de promover a manutenção dos sistemas agrícolas extensivos de cultivo de cereal de sequeiro. Este projeto determinava a colaboração da equipa do projeto com os gestores diretos dos solos, nomeadamente, agricultores, proprietários e gestores de caça. A sensibilização destes atores e da restante sociedade civil acerca das boas práticas de gestão do território, de modo a conservar o habitat das aves estepárias, é outro dos objetivos a que este projeto se propôs (LPN, 2013).

Este projeto não se limitava a intervir no território da ZPE de Castro Verde, mas também nos territórios das ZPE de Piçarras, Vale do Guadiana e Mourão/Moura/Barrancos.

3.4.5. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES

A Associação de Agricultores do Campo Branco (AACB) tem a sua área de intervenção nos terrenos do Campo Branco, ou seja, nos concelhos de Almodôvar, Aljustrel, Ourique e, de forma maioritária, Castro Verde. Criada no ano de 1989 tem a sua sede em Castro Verde, tem cerca de 900 associados (FAABA, 2013).

Esta associação promove a "defesa dos interesses dos seus associados" auxiliando-os técnica, económica e cientificamente. A AACB candidata-se a fundos comunitários, tendo em vista a melhoria sustentada da agricultura e pecuária em conjunto com a conservação e proteção da natureza da região.

A AACB tem responsabilidades nas implementações dos planos e programas de medidas agroambientais desde o Plano Zonal de Castro Verde à atual ITI de Castro Verde.

A associação de agricultores, pela sua proximidade com a realidade e, assim sendo, com os problemas que os produtores agrícolas enfrentam atualmente, tem um papel de enorme relevância no apoio à implementação destas medidas. Medidas essas que são muitas vezes vistas como impedimentos à atividade dos agricultores, visto que não lhes permitem realizar determinadas práticas agrícolas.

De referir, ainda, a importância desta associação na comunicação e na passagem de informação aos agricultores associados.

4. O PROJETO PRACTICE

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O projeto PRACTICE é um projeto internacional cujo coordenador é o Centro de Estudos Ambientais do Mediterrâneo (CEAM), sendo financiado por fundos da UE. Este projeto envolve dezasseis casos de estudo de doze países, nomeadamente: África do Sul, Chile, China, Espanha, Estados Unidos da América, Grécia, Itália, Israel, Marrocos, México, Namíbia e, por fim, Portugal. Em Portugal, o CEAM escolheu como seu parceiro a LPN e caso de estudo de Castro Verde, com a ZPE de Castro Verde e as, então, cinco herdades da LPN.

PRACTICE é o acrónimo de *Prevention and Restoration Actions to Combat Desertification. An Integrated Assessment*. Em português o título do projeto PRACTICE toma a forma de: "Ações de Recuperação e Prevenção para Combater a Desertificação. Uma Avaliação Integrada."

O projeto PRACTICE propõe-se combater a desertificação pela melhoria da gestão do território. Este projeto procura a mais-valia de aliar as mais avançadas tecnologias que estão atualmente ao dispor de técnicos e investigadores, como sejam tecnologias de monitorização e modelos, ao conhecimento prático daqueles com real impacto no tratamento da terra: produtores agrícolas, produtores florestais, caçadores, entre outros. A integração dos conhecimentos e das dimensões socioeconómicas e biofísicas da desertificação é o ponto chave deste projeto.

O PRACTICE pretende, então, realizar uma avaliação integrada das práticas de combate à desertificação, onde essas sejam avaliadas não apenas por cientistas, mas também pelos diretamente afetados e interessados, ou seja, os *stakeholders*. Assim sendo, o PRACTICE tem o objetivo principal de fazer a ponte entre a comunidade científica e a sociedade, de modo a associar e integrar os diferentes tipos de conhecimentos que estas possuem (PRACTICE, 2013a).

Para este projeto foi desenvolvido um protocolo de avaliação de ações de combate à desertificação por parte de uma plataforma de *stakeholders*, que inclui vários tipos de atores: agricultores, caçadores, investigadores, técnicos, representantes governamentais, entre outros. Através da participação dos *stakeholders* no processo participativo do projeto PRACTICE, pretende-se determinar a eficácia das práticas de recuperação e de prevenção da desertificação, integrando os vários tipos de conhecimento que estes atores possuem.

As ações de combate à desertificação foram selecionadas pela LPN (promotora nacional do PRACTICE), sendo que estas são colocadas em práticas nas herdades que esta ONGA possui no Campo Branco, mas inclusive por agricultores que colaboram com a Liga.

Para além da avaliação das ações de combate à desertificação foram também avaliados e definidos pesos dos indicadores que irão avaliar as ações do ponto de vista biofísico e socioeconómico. Essa análise é realizada pela equipa do projeto e não pelos *stakeholders*, no entanto, estes têm um papel determinante nessa avaliação já que são eles que escolhem alguns indicadores, particulares ao caso

de Castro Verde. Os restantes indicadores são globais e transversais a todos os dezasseis casos de estudo do PRACTICE.

O desenvolvimento de metodologias que permitam a avaliação de problemas ambientais através da ligação das diversas partes interessadas é, portanto, o segundo objetivo do PRACTICE. A formação e educação, gestão adaptativa, e partilha de conhecimento e divulgação, através da implementação de abordagens inovadoras e participativas é o que se pretende com o processo participativo do projeto. A replicação, com as devidas adaptações, de um projeto deste género que trate outros problemas ambientais seria uma meta a atingir no desenvolvimento de uma metodologia que se pretende que seja transversal a várias áreas da ciência (PRACTICE, 2013).

A criação de uma rede internacional de locais de monitorização a longo prazo dos processos de desertificação é o terceiro objetivo do PRACTICE. Esta rede deverá dar apoio a futuras análises e investigações, facilitando o intercâmbio de práticas de sucesso no combate à desertificação a nível mundial (LPN, 2012d).

As várias experiências na gestão do território e da avaliação de numerosas ações de combate à desertificação condicionadas pelo seu contexto socioeconómico, fazem do PRACTICE um projeto que permite a avaliação integrada e comparada das ações nos dezasseis casos de estudo. Esta matriz de conhecimento poderá, por ventura, alargar-se a outros locais do globo onde as consequências da desertificação também se façam sentir, podendo ser adotadas ações semelhantes consoante as analogias com as condições biofísicas e socioeconómicas.

Além disso, a avaliação integrada da eficiência das técnicas de mitigação e adaptação na rede de casos de estudo irá promover *feedbacks* criando condições para o surgimento de propostas novas ações de combate à desertificação, no âmbito dos princípios da gestão adaptativa (PRACTICE, 2013).

As ações de combate à desertificação a avaliar no PRACTICE começaram por ser oito (etapa 2), foram ao longo do processo reduzidas para seis. As ações avaliadas foram as seguintes (figura 4.1):

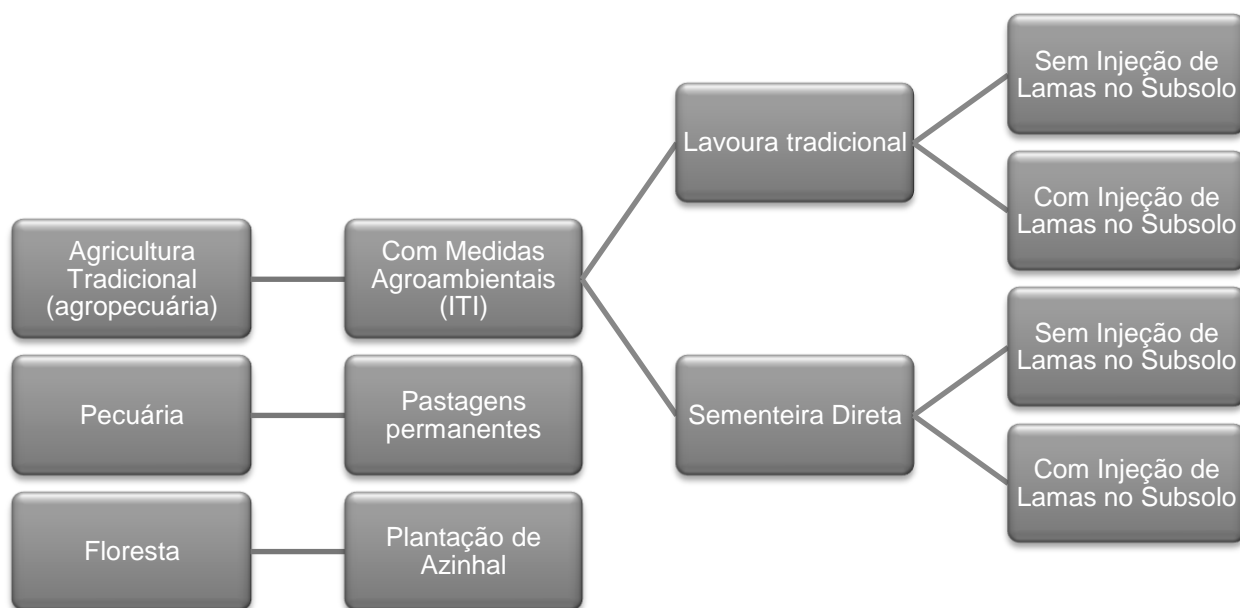


Figura 4.1 - Ações de combate à desertificação consideradas para a avaliação pelo PRACTICE.

O projeto desenvolveu-se durante 36 meses, com início a 1 de Setembro de 2009 (LPN, 2012d). No entanto o processo participativo do PRACTICE durou cerca de um ano e meio, de Fevereiro de 2011 a Outubro de 2012.

4.2. METODOLOGIA DO PRACTICE

A metodologia do processo participativo do PRACTICE era transversal aos vários países que nele participaram. Todas as equipas de parceiros envolvidas no PRACTICE tiveram de cumprir os mesmos pressupostos metodológicos para a avaliação das ações de combate à desertificação.

Assim, foram definidas seis etapas (quadro 4.1):

Quadro 4.1 - Esquematização das etapas do processo participativo do PRACTICE.

Etapa	Tipo	Número de Participantes	Datas
1	Definição da plataforma de <i>stakeholders</i> : identificação	54	-
2	Validação da plataforma de <i>stakeholders</i> : Entrevistas a <i>stakeholders</i> e identificação de indicadores	48	De fevereiro a junho de 2011
3	Avaliação e definição dos pesos dos indicadores	24	23/11/2011;
4	Avaliação integrada e participada das ações		10/05/2012;
5	Reavaliação da plataforma de <i>stakeholders</i>	-	11/05/2012.
6	<i>Workshop</i> Final	18	01/10/2012

1ª ETAPA: DEFINIÇÃO DA PLATAFORMA DE *STAKEHOLDERS*

Primeiramente, a equipa de parceiros, a LPN de Castro Verde, definiu a plataforma de *stakeholders*, bem como quais as ações de combate à desertificação que iriam ser avaliadas no PRACTICE português. De facto, a LPN ao longo dos anos de atuação na região de Castro Verde desenvolveu uma série de práticas de combate à desertificação nas suas herdades. A LPN tenta, também, expandir o conhecimento sobre essas práticas aos agricultores da região, tendo realizado numerosas ações de divulgação até ao momento.

A seleção dos *stakeholders* teve como critério assegurar que a plataforma possua um conjunto "abrangente e representativo de atores que possam contribuir para o processo de avaliação" (PRACTICE, 2012). Os potenciais *stakeholders* foram contactados e convidados a participar neste projeto pela LPN. De referir que o facto de a LPN de Castro Verde já ter promovido outras sessões de participação pública ajudou à definição da plataforma, já que tinha uma rede de contactos prévios.

2ª ETAPA: ENTREVISTA AOS *STAKEHOLDERS*

A definição da plataforma de *stakeholders* foi validada através de entrevista. A entrevista estava construída de forma estruturada, onde era pedido aos entrevistados que caracterizassem a região da ZPE de Castro Verde ao nível socioeconómico, bem como que realizassem uma avaliação das ações de combate à desertificação relativamente ao sucesso e ao nível de conhecimento que cada um dos *stakeholders* possuía. Aos entrevistados era ainda pedido que sugerissem indicadores para avaliar as ações de combate à desertificação. Estes indicadores foram depois selecionados e utilizados nas sessões participativas.

As entrevistas foram realizadas de fevereiro a junho de 2011, a um total de 48 *stakeholders*. Estes *stakeholders* foram categorizados segundo a sua classe. Classe essa que deriva da atividade que os indivíduos possuem. Esta categorização de *stakeholders* foi sugerida pela equipa portuguesa do PRACTICE e adotada ao nível das equipas de parceiros internacionais.

Foram definidas dez classes em que se poderia dividir os *stakeholders* (quadro 4.2):

Quadro 4.2 - Classes genéricas de *stakeholders* utilizadas no PRACTICE.

Classes de <i>stakeholders</i>		Descrição
1	Representantes governamentais	Representantes governamentais a vários níveis: nacional, regional, distrital, local (freguesia e câmaras municipais)
2	Representantes de associações	Associações de desenvolvimento; Associações culturais; entre outras.
3	Empresários	Em especial, empresários da extração de minérios, empresários de energias renováveis, empresários de material agrícola, entre outros.
4	Técnicos	Técnicos que trabalhem em quaisquer entidades, como: governo, associações culturais e de desenvolvimento, ONG, entre outras.
5	Agricultores	Agricultores e produtores de gado.
6	Proprietários da terra	-
7	Caçadores	-
8	Educadores	Professores de escolas locais (ensino básico/ secundário)
9	Investigadores	Profissionais académicos (ensino superior)
10	Outras pessoas com conhecimento local	Formadores de opinião

Tendo em consideração estas dez classes, os 48 entrevistados foram divididos segundo as mesmas, obtendo-se os resultados presentes na figura 4.2:

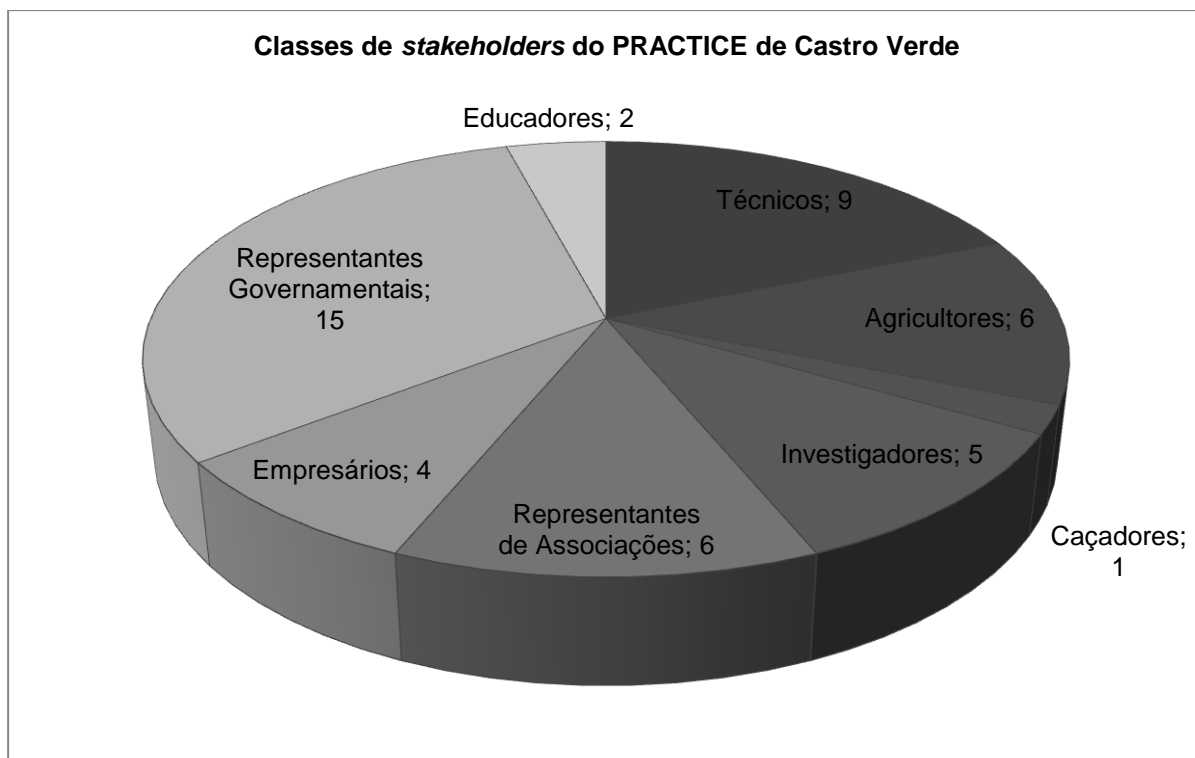


Figura 4.2 - Representação das classes de *stakeholders* existentes na plataforma definida e validada pela entrevista.

A definição dos indicadores foi realizada tendo por base as entrevistas, sendo definidos indicadores de cariz biofísico, económico e sociocultural para posterior medição nas áreas de implementação das ações. A análise do conteúdo do discurso dos entrevistados foi o método por excelência para definir os indicadores. De facto, quando era pedido aos entrevistados que nomeassem indicadores estes revelavam dificuldades em identificar indicadores que pudessem avaliar a desertificação e as suas ações de combate. Foram escassos os entrevistados que conseguiram denomina-los, havendo alguma propensão para que fossem técnicos e investigadores.

No entanto, o projeto impunha que um conjunto de indicadores fosse transversal a todos os casos de estudo. Assim sendo, a lista de indicadores final é o produto da junção dos indicadores comuns (gerais a todos os casos de estudo do projeto PRACTICE internacional) e dos particulares ao caso de Castro Verde (específicos do caso de estudo português).

Os indicadores que foram avaliados nos *workshops* foram os seguintes (quadro 4.3):

Quadro 4.3 - Indicadores definidos para a avaliação das ações de combate à desertificação implementadas em Castro Verde.

	N.º	Indicadores
Indicadores comuns	1	Produtividade (total de kg/ha)
	2	Valor de Produção (€/ha)
	3	Matéria Orgânica do Solo (percentagem)
	4	Biomassa - produção de matéria seca (kg/ha)
	5	Condição da superfície do solo (índice de infiltração e do ciclo de nutrientes)
	6	Diversidade de plantas (numero total de espécies)
Indicadores particulares	7	Erosão do solo (kg/ha/ano)
	8	Paisagem
	9	Nível de sustentabilidade
	10	Imagem sociocultural da atividade
	11	Apoios financeiros (€/ha)

Posteriormente, na Etapa 3, este conjunto de indicadores foi apresentado e discutido com os *stakeholders*, de forma a verificar a sua concordância com a seleção feita.

ETAPAS 3 E 4: WORKSHOPS DE AVALIAÇÃO INTEGRADA DE INDICADORES E AÇÕES

Foram realizados três *workshops* com *stakeholders* com vista à aplicação de metodologias participativas definidas pela equipa do PRACTICE internacional. A Etapa 3 previa a avaliação dos indicadores, bem como a determinação do seu peso em termos da sua importância para a avaliação das ações de combate à desertificação. Já a Etapa 4 previa a avaliação das ações de combate à desertificação sob várias perspetivas, nomeadamente como avalia a ação ao nível da sua sustentabilidade, ao nível dos impactes na paisagem e ao nível sociocultural. Estas duas etapas foram conjugadas no mesmo *workshop*.

Estes três *workshops* seguiram a mesma metodologia, sendo estruturados em seis fases distintas, nomeadamente (quadro 4.4):

Quadro 4.4 - Metodologia seguida nos *workshops* de avaliação integrada de indicadores e ações.

N.º	Descrição da Fase
1ª Fase	Receção dos participantes/ <i>stakeholders</i> .
2ª Fase	<p>Avaliação das ações de combate à desertificação:</p> <ol style="list-style-type: none"> avaliação por cada um dos participantes segundo três parâmetros: sustentabilidade, paisagem e sociocultural. Foi pedido a cada participante que votasse cada ação atribuindo-lhe, com marcadores autocolantes, de 1 a 5 pontos conforme essa prática contribui pouco (1) ou muito (5) para cada um dos parâmetros

N.º	Descrição da Fase
3ª Fase	<p>Avaliação individual dos indicadores utilizados, em três passos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Recorrendo a cartões identificando cada indicador, o participante a colocava os indicadores por ordem de importância (à direita os menos importantes e à esquerda os mais importantes); Uma vez completado o passo i), os <i>stakeholders</i> recebiam cartões em branco para reforçar ordens e importância, sendo-lhes solicitado que os colocassem sempre que considerassem que as distâncias entre dois indicadores é superior a um grau, de modo a vincar o nível hierárquico; Após ii), os <i>stakeholders</i> indicam o “z-score”, ou seja, a distância numérica que consideram existir entre o indicador com menos e o com mais importância.
4ª Fase	Avaliação/discussão dos indicadores em grupos de dois elementos, para esclarecimento e debate visando a partilha de ideias e questões.
5ª Fase	É oferecida aos participantes a possibilidade de reordenarem os seus indicadores.
6ª Fase	Depois de um intervalo, que serviu para calcular os indicadores com os respetivos pesos em computador, foram mostrados aos <i>stakeholders</i> os resultados do exercício desde uma fase inicial de uma primeira hierarquização, face a uma reordenação final dos indicadores.

Estas metodologias tinham o intuito de obter dados quantitativos e qualitativos acerca da importância dos indicadores para medir as ações de combate à desertificação (2ª e 3ª Fases). Pretendia-se medir, ainda, a troca de conhecimentos e a aprendizagem social entre os participantes, através de uma metodologia de reordenação de cartões após discussão em grupo (4ª e 5ª Fases).

Estes três *workshops* contaram com um total de 24 *stakeholders* participantes, ou seja, metade dos 48 definidos para a plataforma de *stakeholders* do PRACTICE. De referir a parca participação de mulheres, já que apenas quatro dos participantes pertenciam ao sexo feminino. (PRACTICE, 2012)

No primeiro *workshop*, realizado a 23 de novembro de 2011, participaram doze *stakeholders* sendo que metade destes eram representantes governamentais e de associações. Estavam, também, presentes três gestores diretos da terra (dois agricultores e um caçador), bem como um educador, um técnico e um investigador. Este foi o *workshop* que mais classes de *stakeholders* teve representadas bem como o maior número de participantes (figura 4.3).

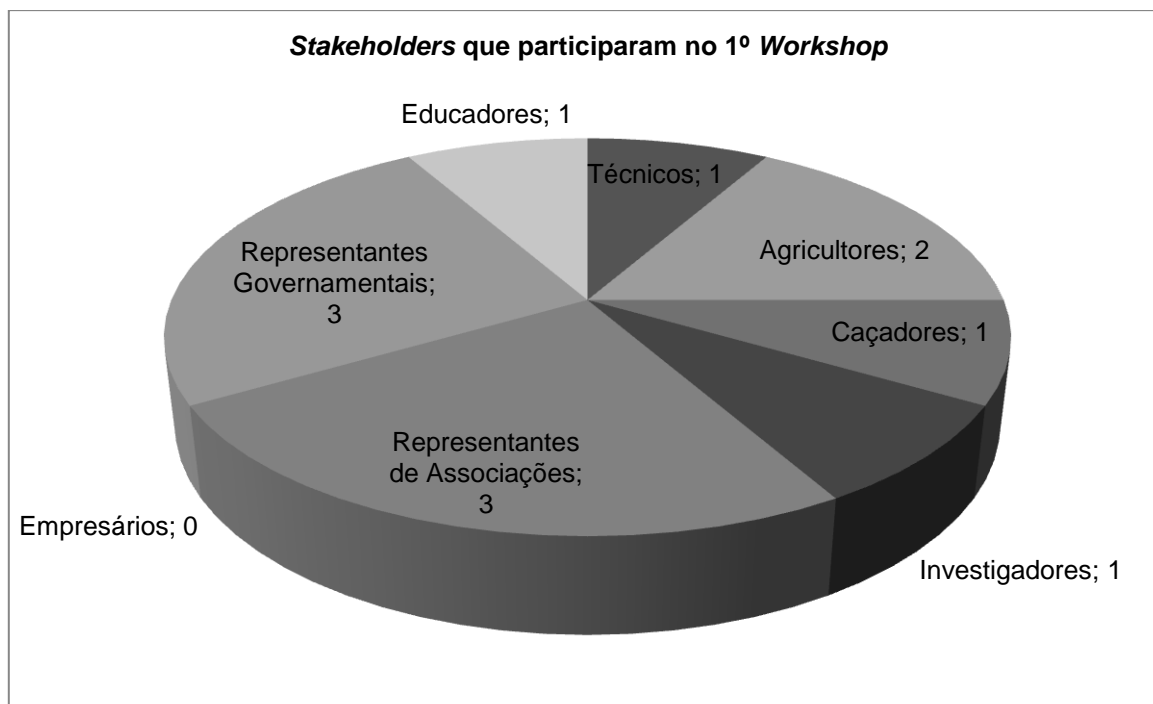


Figura 4.3 - Classes dos *stakeholders* que participaram no 1º *workshop* de avaliação integrada participada, de 23 de novembro de 2011.

O segundo *workshop* foi realizado a 10 de maio de 2012 tendo contado com a presença de sete *stakeholders*. Este *workshop* contou com a presença maioritário de técnicos (três *stakeholders*) e de representantes governamentais (dois *stakeholders*). Ainda participaram um agricultor e um empresário. As restantes classes de *stakeholders*, sejam elas "caçadores", "educadores", "investigadores" e "representantes de associações", não foram representadas por nenhum *stakeholder* (figura 4.4).

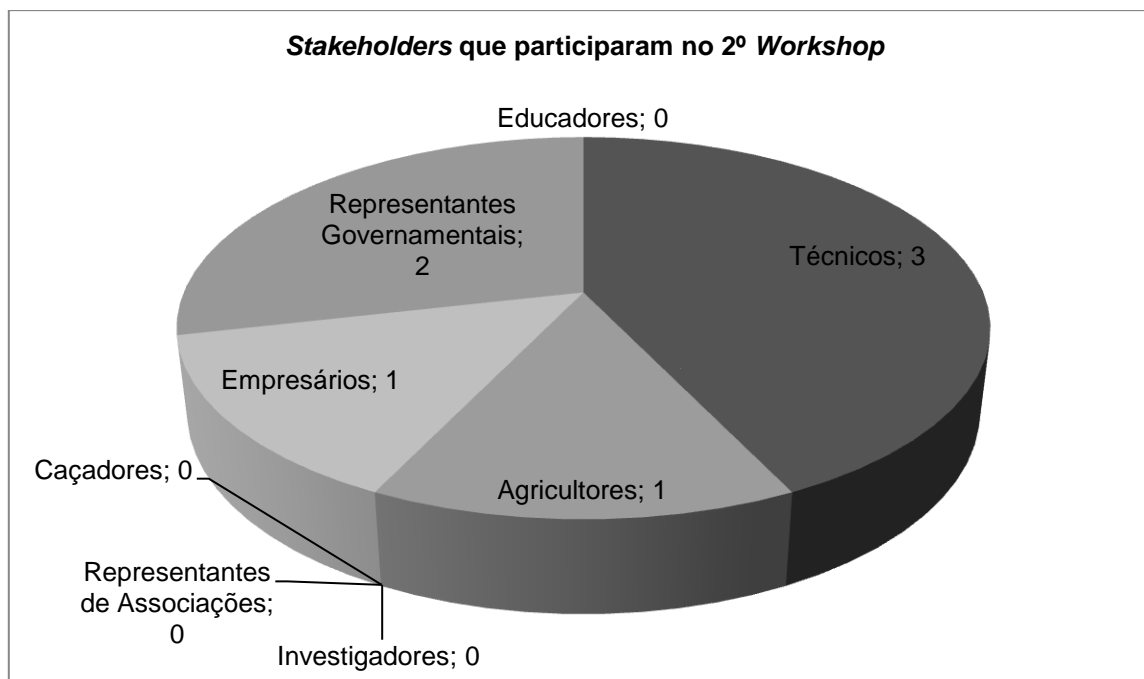


Figura 4.4 - Classes dos *stakeholders* que participaram no 2º *workshop* de avaliação integrada participada, de 10 de maio de 2012.

Finalmente, o terceiro *workshop* foi realizado a 11 de maio de 2012 tendo contado com a presença de 5 cinco *stakeholders*. Este foi o *workshop* em que menos *stakeholders* participaram, e também em que estavam menor número de classes de *stakeholders* representados. Neste *workshop* participaram dois investigadores, um técnico, um agricultor e um representante governamental (figura 4.5).

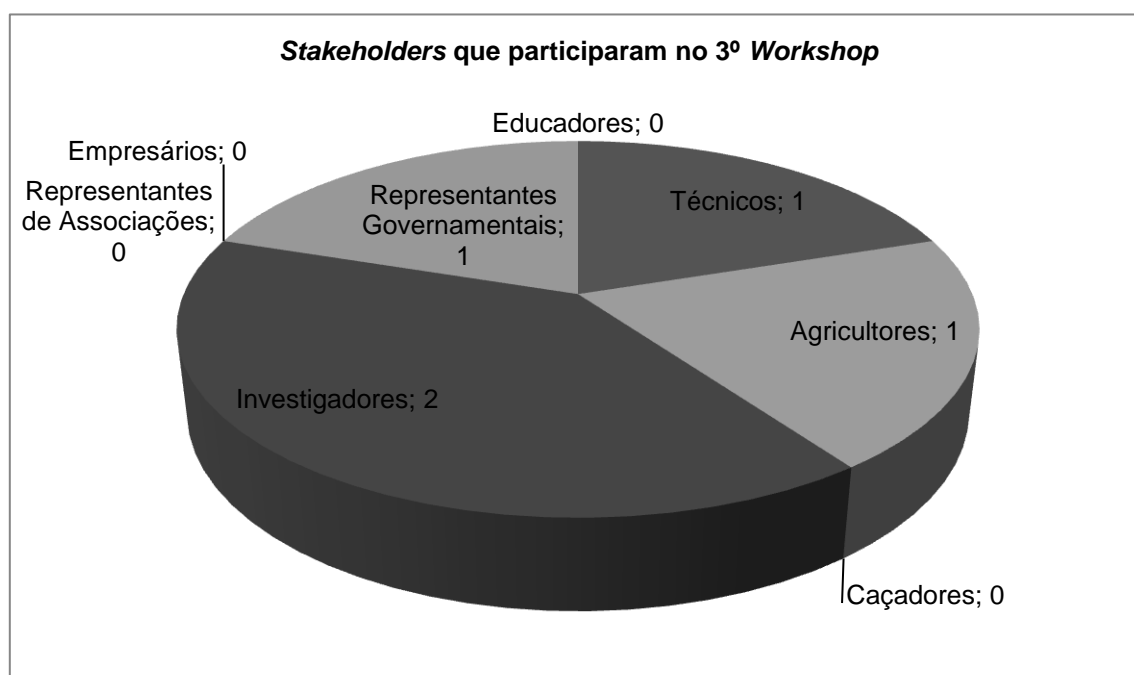


Figura 4.5 - Classes dos *stakeholders* que participaram no 3º *workshop* de avaliação integrada participada, de 11 de maio de 2012.

ETAPA 5: REAVALIAÇÃO DA PLATAFORMA DE *STAKEHOLDERS*

A quinta etapa do PRACTICE propunha a realização de uma reavaliação da plataforma de *stakeholders*, de modo a garantir que as classes em que os *stakeholders* se dividiam possuísem valores idênticos em termos da sua representatividade. Para a garantir de representatividade da classe não eram apenas equacionados o número de *stakeholders* a que lhe estavam acoplados, mas também às " circunstâncias reais locais", isto é, a consideração que mesmo que uma classe possuisse poucos *stakeholders*, estes podiam ter uma enorme capacidade de ser ouvidos e vice-versa. Através desta etapa pretendia-se reduzir o risco de conflito entre as partes interessadas e/ ou classes excessivamente dominantes ou o contrário (Orr *et al.*, 2010).

ETAPA 6: *WORKSHOP* FINAL

Esta etapa finalizou o processo participativo do projeto PRACTICE, fazendo a demonstração dos resultados obtidos durante o PRACTICE (dados obtidos através da aplicação da análise multicritérios, que integra os dados quantitativos e qualitativos recolhidos nas etapas anteriores). Foi, ainda, solicitado aos *stakeholders* que fizessem a reavaliação das ações de combate à desertificação, de forma a inferir sobre a troca de conhecimento e aprendizagem social que o PRACTICE possibilitou.

O *workshop* final contou com a presença inicial de 24 *stakeholders*, contudo 34 tinham previamente confirmado a sua presença no *workshop* final. Desses 24, quinze tinham sido anteriormente entrevistados, no entanto, foram treze aqueles que participaram até ao final do *workshop*, procedendo à execução de todas as fases metodológicas. No debate interativo participaram dezoito *stakeholders*. O *workshop* final foi estruturado em seis fases distintas, nomeadamente (quadro 4.5):

Quadro 4.5 - Fases metodológicas seguidas no *workshop* final do PRACTICE, de 1 de outubro de 2012.

N.º	Descrição da Fase
1ª Fase	Receção dos participantes/ <i>stakeholders</i> .
2ª Fase	Apresentações de Lúcio Pires do Rosário e de José Luís de Oliveira Faustino.
3ª Fase	Debate interativo.
4ª Fase	Resultados do Projeto PRACTICE: Castro Verde como caso de Estudo em Portugal i. Processo Participativo: Grau de conhecimento e avaliação das ações de combate à desertificação em Castro Verde e proposta de indicadores; ii. Recolha ou compilação de indicadores (biofísicos e socioeconómicos); iii. Análise Multicritérios: Integração Processo participativo – Dados dos indicadores.
5ª Fase	Reavaliação individual das ações de combate à desertificação em Castro Verde, em três passos:

N.º	Descrição da Fase
	<ul style="list-style-type: none"> i. Recorrendo a <i>post-its</i>, cada participante deve reavaliar as ações tendo em consideração as várias fases do PRACTICE; ii. Findo o ponto i), foi pedido aos <i>stakeholders</i> que colocassem <i>post-its</i> pequenos de modo a registar o conhecimento que consideram ter de cada uma das 6 ações; iii. Por fim, foi solicitado aos <i>stakeholders</i> que colocassem os <i>post-its</i> maiores de modo a referir se adotavam ou não cada uma das seis ações, bem como os seus pontos fortes e fracos <p>Debate interativo sobre resultados do projeto</p>
6ª Fase	Apresentação dos resultados finais do Projeto PRACTICE e apresentação das razões que os <i>stakeholders</i> referem para adotar ou não as ações e os pontos fracos/ fortes das mesmas.

É de salientar que as apresentações feitas no início do workshop, realizadas pelo Ponto Focal Nacional para a Desertificação e pelo representante da Comissão Regional de Combate à Desertificação, foram consideradas importantes para os *stakeholders* presentes, em especial para os agricultores. Os agricultores puderam, assim, questionar e imprimir sugestões a indivíduos que possuem elevadas responsabilidades nas questões do combate à desertificação, contribuindo assim para o sentimento de que a participação no projeto não foi uma perda do seu tempo. (PRACTICE, 2012)

De referir que dos 48 *stakeholders* que definiram a plataforma, 22 não participaram em qualquer sessão de participação.

Na figura 4.6 demonstram-se algumas imagens representativas de cada uma das fases do projeto PRACTICE.



Figura 4.6 - Representação das várias etapas do processo participativo do PRACTICE.

4.3. RESULTADOS DO PRACTICE: RESUMO

Os resultados do PRACTICE aferiram qual o conhecimento que os *stakeholders* detinham das ações de combate à desertificação aplicadas no Campo Branco pela LPN e pelos agricultores que com a organização colaboram.

Relativamente ao conhecimento das ações, verificou-se durante as entrevistas (Etapa 2) que 21% dos *stakeholders* não conheciam algumas ações, em especial a ação de combate à desertificação com a aplicação de lamas providas de Estações de Tratamento de Águas Residuais no subsolo. Já as ações em que os *stakeholders* revelaram maior conhecimento foram as da agricultura tradicional (sem aplicação de lamas). Verificou-se, ainda, que 55% dos *stakeholders* não se sentiram suficientemente confortáveis para fazer uma avaliação do sucesso das ações no combate à desertificação.

Já relativamente à determinação da importância e do respetivo peso de cada indicador, verificou-se existirem diferenças entre a primeira posição dos cartões e a segunda, realizada após os *stakeholders* discutirem a ordenação dos indicadores em grupo. Assim, se conclui acerca da existência de aprendizagem social.

Os resultados da avaliação do PRACTICE às ações de combate à desertificação demonstraram que a melhor ação é a plantação de azinhal, a que se segue a agricultura tradicional com recurso a sementeira direta e as pastagens permanentes (PRACTICE, 2012).

Relativamente à comparação dos resultados obtidos na Etapa 2 e na Etapa 6, para o mesmo grupo de *stakeholders*, verificou-se que no workshop final todos os *stakeholders* se sentiram confortáveis para realizar a avaliação de cada uma das ações de combate à desertificação. Verificou também a redução das respostas "excelente" enquanto as classificações médias aumentaram. Este facto pode dever-se à sensibilidade de que na ZPE de Castro Verde devem coexistir várias soluções, de modo a preservar o mosaico de paisagem existente (PRACTICE, 2012), que é contributo fundamental para a sobrevivência das aves estepárias. A importância da manutenção de um mosaico na paisagem, e portanto um investimento em várias ações de combate à desertificação, foi uma das conclusões mais importantes que se obteve nas sessões e do debate do workshop final.

A análise dos resultados tendo em consideração a categoria dos *stakeholders* revelou que a agricultura tradicional com recurso a sementeira direta possui melhores avaliações por parte de agricultores, do que por técnicos e investigadores, que condiram as pastagens permanentes e a plantação de azinheiras como as melhores ações de combate à desertificação (PRACTICE, 2012).

Por fim, quando no último workshop os *stakeholders* foram questionados acerca da adoção das seis ações, registou-se uma maior número de *stakeholders* dispostos a adotar as ações relativas à plantação de azinheira e à agricultura tradicional com sementeira direta. Por outro lado, as ações de agricultura tradicional com e sem recurso à injeção de lamas no subsolo foram aquelas que obtiveram um maior número de negações quanto à adoção destas medidas (PRACTICE, 2012).

Constatou-se, ainda, que o conhecimento acerca do conceito de desertificação aumentou, já que a ideia inicial da maioria dos *stakeholders* (exceto de técnicos e de investigadores ligados à temática) referia a desertificação como termo relativo à perda de população. O conhecimento global do conceito de desertificação e as ações de combate à desertificação melhorou ao longo do processo participativo.

O PRACTICE contou ainda com a "perda" de alguns *stakeholders* ao longo do processo participativo "principalmente aqueles com baixos níveis de educação, como foi o caso de alguns agricultores, mas não só" (PRACTICE, 2012). Estes *stakeholders* não se devem ter sentido confortáveis para expressar as suas opiniões em sessões participativas ou pensado que não tinham conhecimentos suficientes de modo a dar contributos para o projeto.

O processo participativo do PRACTICE foi relevante, também, para se debater um problema ambiental e socioeconómico com reais impactes na vida da região de Castro Verde.

5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DO PRACTICE

5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Como referido por Vasconcelos et al (2009) "é fundamental que os participantes avaliem o processo de participação nas suas várias etapas de forma a que as metodologias e organização das sessões de participação possam ser devidamente melhoradas.

Assim sendo, verifica-se a importância da construção de uma metodologia de avaliação de processos participativos do tipo ativo, dignamente, nas sessões de participação/ workshops

5.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Esta metodologia assenta em três vértices de avaliação, nomeadamente: 1) inquéritos aos *stakeholders*, 2) observação das sessões de participação e entrevistas a uma amostra representativa de *stakeholders*, bem como às equipas de facilitação e de parceiros e 3) outros observadores e atores cuja opinião e visão se considera relevante para a melhor análise deste caso de estudo.

Em termos temporais, a metodologia realiza-se em momentos distintos. Os inquéritos e a observação ocorrem enquanto decorre o processo participativo e as entrevistas foram feitas após o término do processo participativo.

A metodologia encontra-se abaixo descrita (figura 5.1):

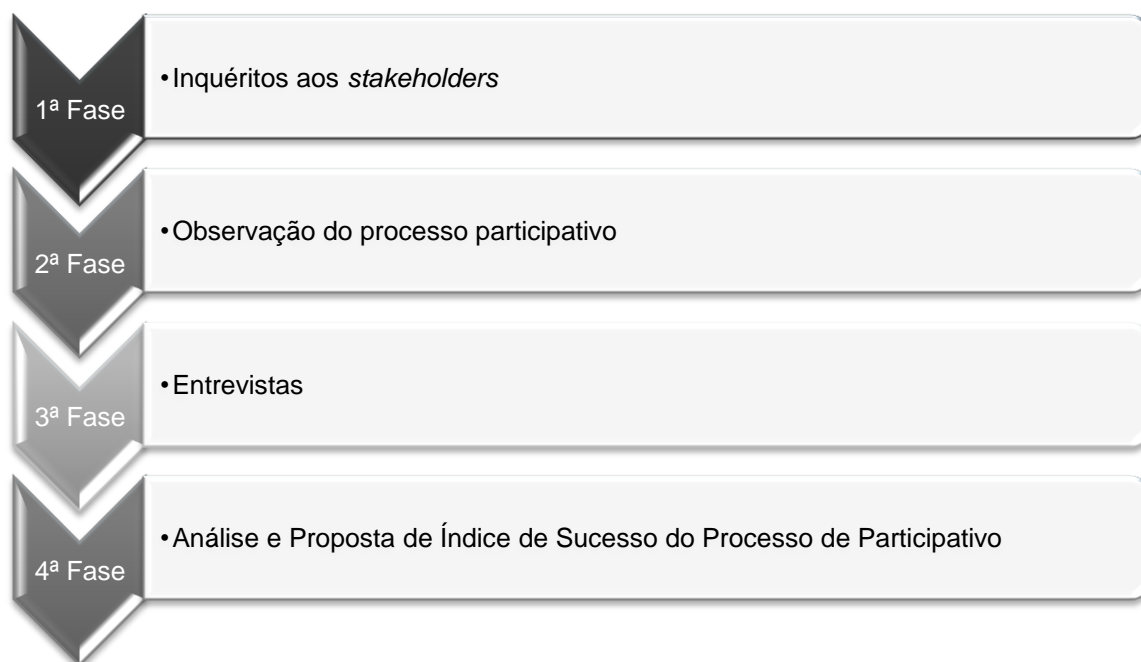


Figura 5.1 - Representação gráfica das etapas metodológicas utilizadas para avaliação do processo participativo do PRACTICE.

Todas estas componentes da metodologia de avaliação do processo participativo apresentam vantagens e desvantagens. De facto, a utilização deste conjunto de metodologias pretende que a avaliação de um processo participativo seja realizada de um modo global e o menos redutor possível. Pretende-se, assim, tirar o melhor do que cada uma destas diferentes metodologias tem para "oferecer", potenciando as complementaridades.

Enquanto os inquéritos são uma ferramenta expedita para obter resultados facilmente mensuráveis permitindo conseguir rapidamente uma ideia global da avaliação feita pelos *stakeholders*, já a observação tem características subjetivas e de complexa mensurabilidade. A metodologia de observação é feita com base nas perceções da realidade que o observador tem do processo e dos seus intervenientes. O observador deve acompanhar o processo de forma mais isenta possível.

Já as entrevistas permitem obter as perceções de cada um dos entrevistados de uma forma mais alargada. Sendo este um método que apesar de complexo, quer no seu tratamento quer no dispêndio de tempo na obtenção de resultados, é essencial para a boa compreensão das questões prementes. As entrevistas pessoais permitem obter informações acerca do processo participativo visto através dos olhares de cada um dos intervenientes, onde estes vão referindo as suas preocupações e visões acerca da problemática tratada no projeto e sobre o seu processo participativo.

Assim sendo, para o desenvolvimento consistente de uma metodologia de avaliação de um processo participativo, que possa ser replicada noutros contextos, consideraram-se cinco grandes categorias de avaliação. Estas, representam os vários desempenhos que expressam o sucesso da participação.. Para além da importância do projeto *per se* (1) contribuem para a boa realização do processo participativo os seguintes desempenhos:

- 2) desempenho do desenho e implementação da metodologia
- 3) desempenho do facilitador;
- 4) desempenho dos participantes;
- 5) desempenho dos parceiros (equipa coordenada pelo promotor);

Estes desempenhos são avaliados aquando da sessão ou das sessões de participação.

No quadro 5.1 encontra-se a descrição de cada uma das categorias a serem consideradas na avaliação do sucesso de um processo participativo:

Quadro 5.1 - Categorias utilizadas para a avaliação da metodologia de um processo participativo.

Categoria	Descrição	Pontos Chave a Avaliar
Projeto <i>per se</i>	<p>Importância do projeto (plano ou política) na base do processo participativo.</p> <p>O tema, os objetivos, a metodologia, os resultados e a conclusão do projeto são fatores que determinam o grau de importância deste num determinado contexto espacial e temporal.</p>	<p>Deve ser avaliada a relevância do projeto e os seus potenciais benefícios para a sociedade (a vários níveis de grandeza).</p> <p>As repercussões do projeto no futuro e a utilidade do mesmo são outros pontos importantes a considerar.</p>
Desenho e implementação da metodologia	<p>Forma como são desenhadas e aplicadas as dinâmicas que compõem a sessão participativa.</p>	<p>Deve ser avaliada a clareza da metodologia utilizada numa sessão participativa, bem como o grau de conforto da metodologia para os participantes.</p> <p>Os ganhos de informação e de conhecimento por parte dos participantes são pontos fundamentais da avaliação.</p> <p>A suficiência do tempo de sessão participativa também deve ser avaliada.</p>
Desempenho do facilitador	<p>Modo como a equipa de facilitação dirige a sessão de participação pública, pondo em prática a metodologia definida.</p> <p>As competências desta equipa passam por toda a gestão de tempos das várias componentes da metodologia, bem como a gestão das intervenções dos participantes ao longo da sessão de participação.</p>	<p>Deve ser avaliada a forma como é conduzida a sessão, nomeadamente se a equipa de facilitação foi capaz de criar um ambiente propício à operacionalização das metodologias e em que os participantes se sintam seguros e confortáveis para participar.</p> <p>Pretende-se, também, analisar a forma como a equipa promoveu a interação com os participantes durante a sessão de participação.</p>

Categoria	Descrição	Pontos Chave a Avaliar
Desempenho dos participantes	<p>Modo como recebem os inputs da metodologia e contribuem para o desenvolvimento da mesma.</p> <p>Modo como cada um dos participantes interage entre si e com a equipa de facilitação.</p>	<p>Deve ser avaliado o comportamento dos <i>stakeholders</i> relativamente à sua capacidade de partilha de opiniões e ideias durante a sessão de participação, bem como as de outros participantes.</p> <p>Pretende-se, ainda, avaliar se houve aprendizagem por parte do participante ou se de alguma forma a interação com os outros participantes contribuiu para o enriquecimento da sua opinião.</p>
Desempenho dos parceiros	<p>Equipa de promotores ou diretamente coordenada pelos promotores do processo participativo.</p> <p>Equipa a quem estão alocadas as questões logísticas, como por exemplo, a formação de uma plataforma de <i>stakeholders</i> (quando aplicável), a divulgação do projeto, a disponibilização de informação aos participantes, entre outros.</p>	<p>Deve avaliar-se a disponibilização de informação aos participantes e em que circuitos foram feitos, bem como a forma como os participantes tomaram conhecimento da existência do projeto e como foi estabelecida da plataforma de <i>stakeholders</i>.</p> <p>A divulgação do projeto é outro dos pontos importantes da avaliação da atuação desta equipa.</p>

Assim sendo, as três fases da metodologia de avaliação do processo participativo propõem-se a analisar e avaliar estes desempenhos. Os inquéritos e as entrevistas permitem avaliar os cinco desempenhos propostos - projeto *per se*, desempenho do desenho e implementação da metodologia, desempenho do facilitador, desempenho dos participantes, desempenho dos parceiros (equipa coordenada pelo promotor) - como fatores que contribuem para o sucesso do processo participativo. A observação visa avaliar dois desempenhos, e a sua interação, nomeadamente: desempenho dos facilitadores e desempenho dos participantes.

5.2.1. 1ª FASE: INQUÉRITOS AOS *STAKEHOLDERS*

Foram realizados inquéritos aos *stakeholders* em três momentos distintos. Numa primeira fase, realizaram-se, em dois momentos, inquéritos a 10 e 11 de Maio de 2012, nos *workshops* de destinados à avaliação das ações de combate à desertificação, que ocorreu no Vale Gonçalinho (LPN Castro Verde). Estes dois *workshops* seguiram a mesma metodologia de participação (metodologia igualmente seguida no *workshop* de Outubro de 2011, nos quais não foram realizados estes inquéritos) e contaram com oito e cinco *stakeholders*, respetivamente.

O terceiro momento no qual os inquéritos foram aplicados teve lugar no *workshop* de encerramento do PRACTICE, a 1 de Outubro de 2012. Este *workshop* seguiu uma metodologia ligeiramente diferente dos primeiros, tendo sido realizado no auditório do Fórum de Castro Verde. Foram recolhidos 18 inquéritos. Em qualquer dos casos os inquéritos foram preenchidos pelos participantes no final das sessões.

Os inquéritos efetuados realizaram-se de forma anónima, isto é apenas se solicita ao inquirido que se identifique segundo a sua classe de *stakeholder* (agricultor, caçador, educador, etc.). Qualquer dos inquéritos seguiu a mesma estrutura, sendo compostos por catorze categorias de questões. As questões colocadas pretenderam avaliar de forma expedita alguns pontos considerados fundamentais de avaliação do processo participativo, designadamente: a importância do projeto e dos potenciais benefícios locais, a importância da participação, o respeito pela opinião do *stakeholder* e o acesso à informação, entre outros. Desse modo, as questões podem ser respondidas através de uma escala de 1 a 5, onde 1 é o elemento de menor importância (nada importante) e 5 o elemento de maior importância (totalmente importante). O inquérito pode ser consultado no Anexo I. As perguntas que o compõem e o desempenho que é avaliado encontra-se especificado no quadro 5.2.

Quadro 5.2 - Questões realizadas nos inquéritos e o desempenho que cada uma pretende avaliar.

N.º	Questão	Desempenho Avaliado
1.	Como classifica a importância deste projeto?	Projeto <i>per se</i>
2.	Acha que este projeto vai trazer benefícios diretos para Castro Verde?	Projeto <i>per se</i>
3.	Considera que vão existir mudanças significativas no combate à desertificação como consequência deste projeto?	Projeto <i>per se</i>
4.	Teve acesso à informação que considera necessária acerca do projeto PRACTICE?	Desempenho dos Parceiros
4.1.	Isso foi importante para decidir participar?	Desempenho dos Parceiros
4.2.	Como soube do projeto PRACTICE e onde arranjou informação sobre ele?	Desempenho dos Parceiros
5.	Qual considera ser o grau de importância da sua	Desempenho dos

N.º	Questão	Desempenho Avaliado
	participação?	Participantes
6.	Sente que a sua opinião foi respeitada?	Desempenho do Facilitador
7.	Acha que a sua opinião tem menos importância para o projeto do que a opinião dos cientistas?	Desempenho dos Participantes
8.	Que razão o levou a participar?	Desempenho dos Participantes
9.	Já participou em fóruns de outros projetos?	-
10.	São diferentes deste?	Desempenho do desenho e implementação da metodologia
11.	Gostou do fórum?	Avaliação Global
12.	O que gostou mais?	Avaliação Global
13.	O que gostou menos?	Avaliação Global
14.	Voltaria a participar neste fórum se soubesse de antemão que seria assim?	Avaliação Global

De referir que as últimas quatro questões (n.º 11 a 14) permitem realizar uma avaliação global do sucesso do processo participativo, já que permitem avaliar vários desempenhos. As questões n.º 11 e n.º 12 são questões de resposta aberta, em que os participantes podem referir o que lhes agradou mais e menos na sessão de participação.

De modo a evitar a repetição de respostas aos inquéritos por parte dos mesmos *stakeholders*, já que muitos dos *stakeholders* que participaram nos *workshops* de Maio de 2012 participaram no *workshop* final de Outubro de 2012, foram analisados em particular os inquéritos realizados a 1 de Outubro. Estes inquéritos são também aqueles que tiveram maior número de respostas, sendo relevante a sua importância relativamente aos demais não só pela representatividade, mas também devido à sua situação temporal, já que se realizaram no final do projeto PRACTICE

Como já foi referido, este inquérito contou com as respostas de dezoito participantes do *workshop*. Segundo a classificação que os próprios participantes se atribuíram nos inquéritos, obteve-se uma expressiva representatividade de técnicos, sendo que onze em dezoito participantes pertenciam a esta classe. Seguidamente, como classes mais representadas, temos quatro agricultores, dois representantes governamentais e um perito/investigador. As restantes classes de *stakeholders* consideradas para o PRACTICE não contaram com a participação de qualquer indivíduo, designadamente: caçadores, educadores, empresários e representantes de associações.

Salvaguarda-se, no entanto, que alguns dos participantes que se denominaram por "técnicos" foram convidados na qualidade de "representantes de associações" ou "investigadores/peritos" obedecendo

à metodologia do PRACTICE, uma vez que tinham mais que um “chapéu”. Esta é a causa de algum desfasamento dos dados do projeto e dos inquéritos. Já que os dados do projeto indicam apenas a participação de nove técnicos como *stakeholders*.

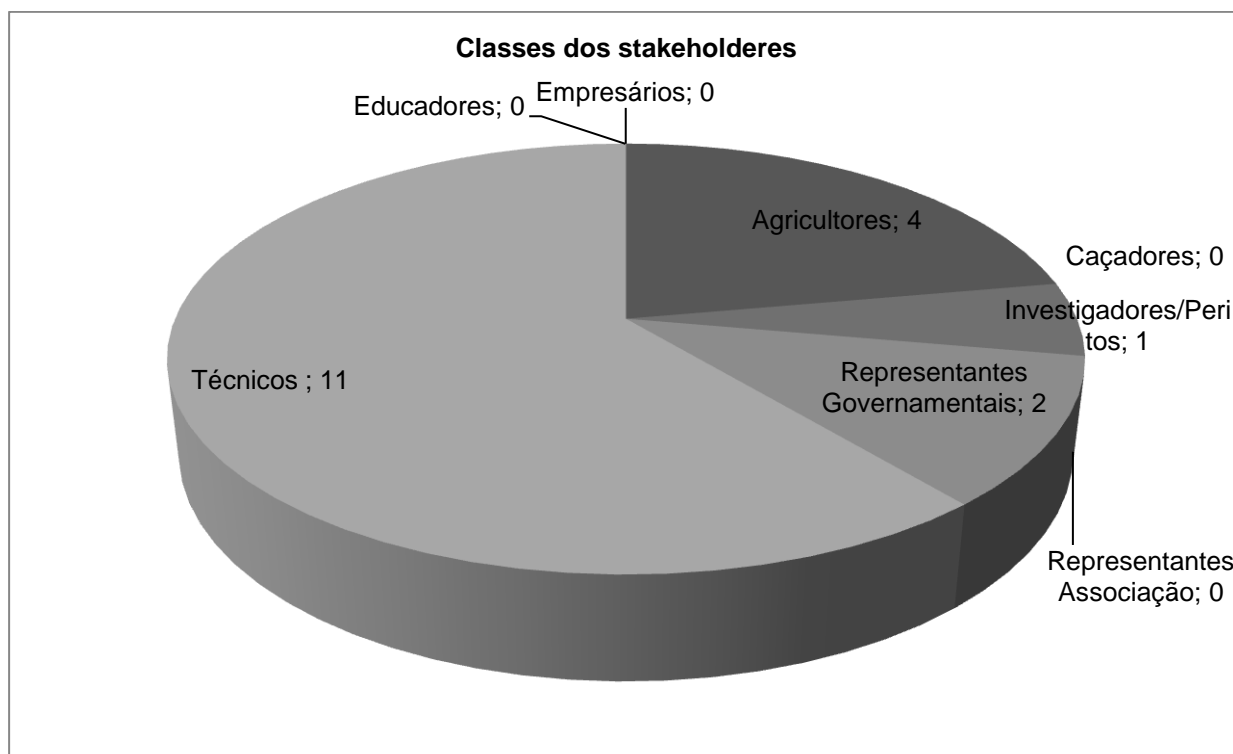


Figura 5.2 - Representação em classes dos 18 participantes do *workshop* final, de 1 de Outubro de 2012, que responderam ao inquérito.

A primeira questão do inquérito pede aos participantes do *workshop* que classifiquem a importância do projeto PRACTICE. Como se pode observar na figura 5.3, dezasseis dos dezoito participantes classificaram o projeto como tendo muita ou total importância. Apenas dois participantes consideraram que o PRACTICE não tinha "nem pouca nem muita importância". Estes dois resultados foram partilhados por um agricultor e um técnico.

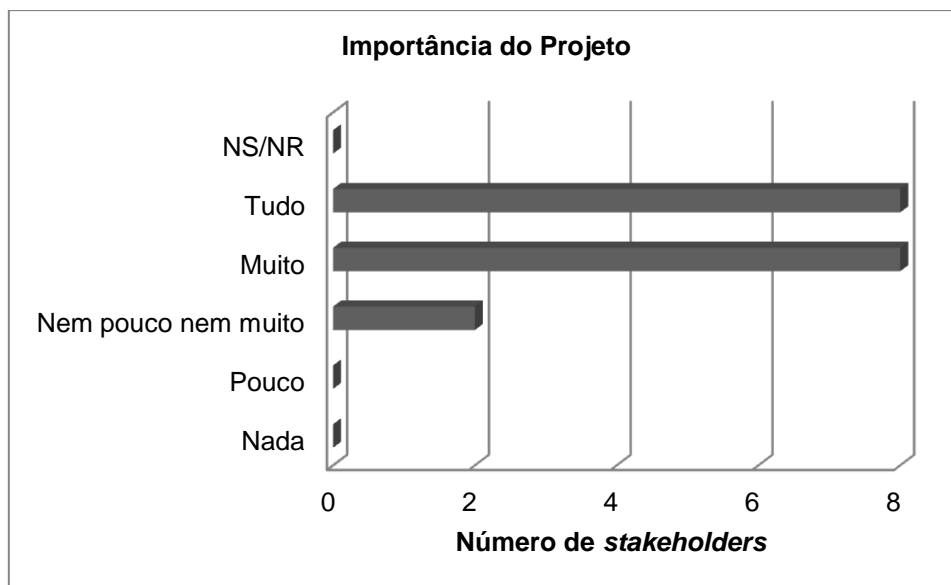


Figura 5.3 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão "Como classifica a importância deste projeto?".

São estes mesmos participantes que consideraram que o projeto irá trazer poucos benefícios para Castro Verde. Um técnico reflete que "é um estudo muito confuso e com resultados pouco fiáveis" (Técnico 1).

No entanto, a opção que reúne maior número de preferências é de que o projeto irá trazer muitos benefícios para a localidade, sendo que sete *stakeholders* deram o seu voto a esta opção. Um técnico reflete que o projeto "pode contribuir para a implementação de medidas com benefício direto na região e nos agricultores" (Técnico 6). Outro participante menciona que o projeto trará benefícios para Castro Verde "se for convenientemente divulgado" (Técnico 4). Ainda outro técnico, considerou que o PRACTICE não iria trazer nem poucos nem muitos benefícios diretos para Castro Verde e sublinha que "o processo de participação pública abriu um espaço de discussão muito importante e interessante, em especial para os atores locais, que deve ser continuado" (Técnico 5).

Ainda quatro participantes consideraram que os benefícios iriam ser totais ("tudo"), considerando que este projeto "poderá constituir uma base para a definição de estratégia de desenvolvimento de regiões desfavorecidas e com riscos de desertificação" (Técnico 2). Estes resultados podem ser verificados pela figura 5.4.

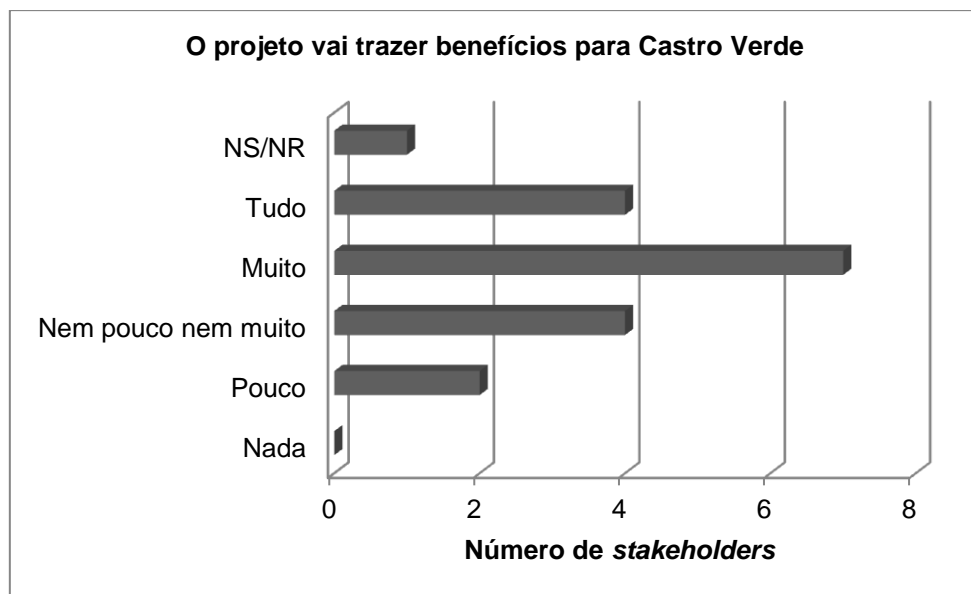


Figura 5.4 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão "Acha que este projeto vai trazer benefícios diretos para Castro Verde?".

Já relativamente à questão se o projeto PRACTICE vai conduzir a mudanças significativas no combate à desertificação, pela observação do gráfico da figura 5.5 é claro que a grande maioria dos indivíduos acreditam que este projeto não vai trazer alterações significativas. É, ainda, de salientar que quatro dos participantes (três técnicos e um agricultor) acreditam que este projeto vai trazer poucas mudanças e um participante (agricultor) não acredita em quaisquer mudanças como consequência do PRACTICE.

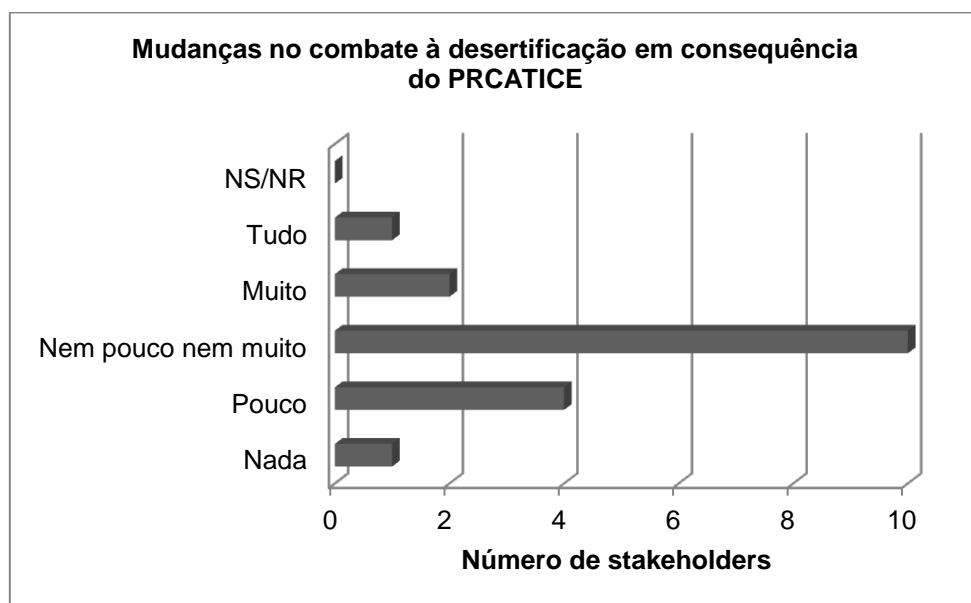


Figura 5.5 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão "Considera que vão existir mudanças significativas no combate à desertificação como consequência este projeto?".

A quarta questão do inquérito faz menção ao grau de acesso à informação que o participante possui sobre o PRACTICE. Como se pode verificar pelo gráfico da figura 5.6, treze dos dezoito participantes deste *workshop* consideram ter tido acesso a muita informação ou à totalidade da informação acerca deste projeto.

Desta questão não se pode inferir qual o grau de informação que os participantes consideram ter. Assim sendo, esta questão deverá ser adicionada numa revisão deste inquérito. A entrevista realizada (3ª fase da metodologia) já contempla referências a este ponto.

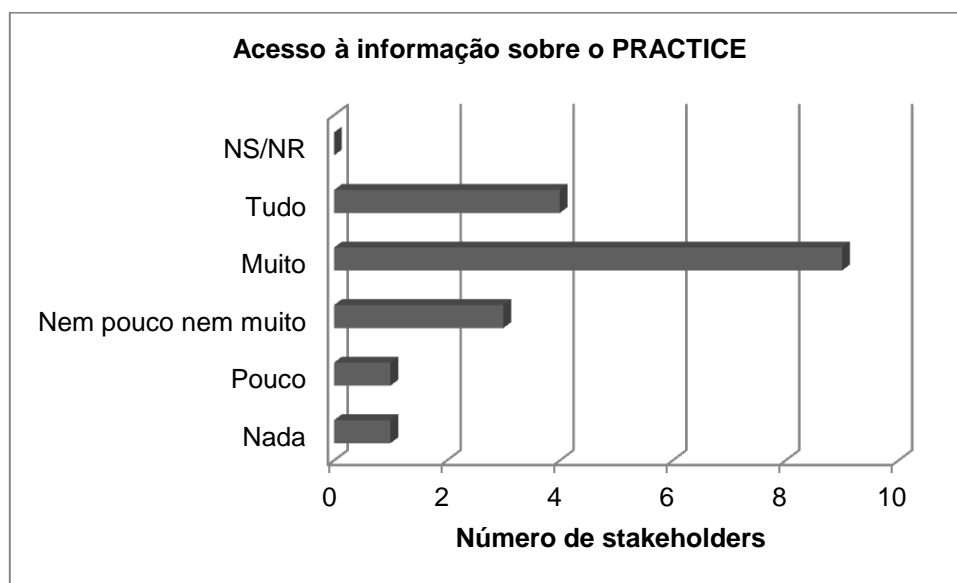


Figura 5.6 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão " Teve acesso à informação que considera necessária acerca do projeto PRACTICE?"

Quando os participantes são questionados sobre como tomaram conhecimento e conseguiram informação acerca do PRACTICE, a LPN é apontada como sendo esse veículo na grande maioria dos casos.

Relativamente à importância da participação dos indivíduos no *workshop*, a maioria dos inquiridos considera que a participação não é muito nem pouco importante. Um agricultor considera que a sua opinião "é tão importante quanto a dos outros atores" (Agricultor 1).

Aqueles que responderam que a sua participação é muito importante (classificações 4 e 5) referiram que é "importante que o projeto tenha em consideração a opinião de diferentes atores" (Técnico 4) sendo que "são importantes os contributos de todos numa cidadania ativa" (Técnico 3). Dos sete participantes que consideraram que a importância da sua participação é 4 ou 5, seis são técnicos e um é agricultor, que refere que "todos nunca somos demais para podermos alterar todo este rumo de acontecimentos" (Agricultor 3).

Os dois participantes que consideraram que a sua opinião era pouco importante são o perito em desertificação e um agricultor (Agricultor 2). O perito explica que "é uma questão, nesta fase,

importante ao nível local", sendo que a sua participação não será tão relevante nestes *workshops* como poderá vir a ser no futuro.

Estes resultados podem ser observados pelo gráfico da figura 5.7:

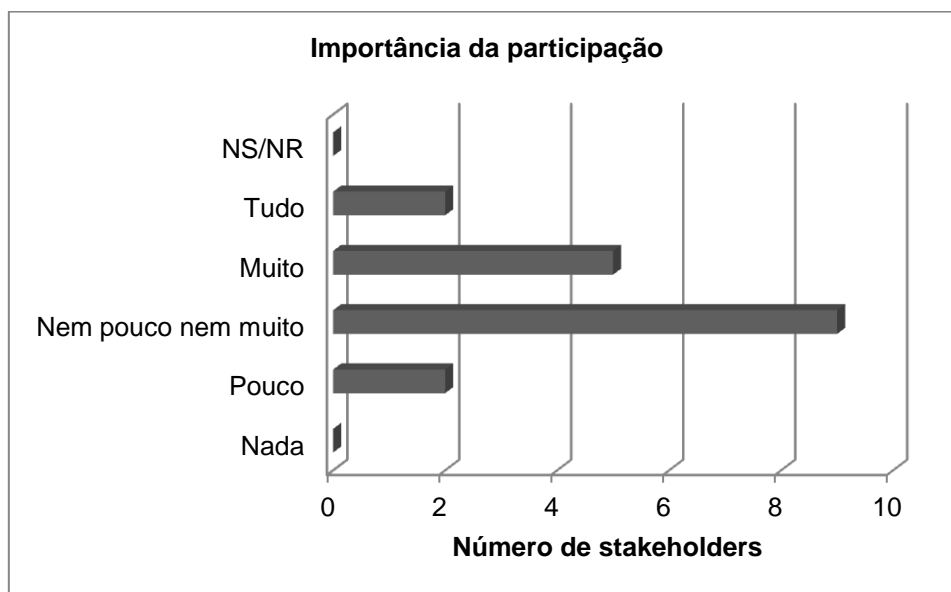


Figura 5.7 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão " Qual considera ser o grau de importância da sua participação?"

Já quando questionados sobre se a sua opinião tem menos importância para o projeto PRACTICE do que a opinião dos cientistas, como se pode observar pela figura 5.8, é evidente que uma expressiva maioria considera que a sua opinião é tão importante como a dos cientistas. Apenas quatro dos dezoito participantes consideram que a sua opinião é menos importante para o projeto do que a opinião dos cientistas, sendo que dois são técnicos, um é político e um é agricultor. Este agricultor reflete que "a maior parte das vezes não se tem em conta a experiência/as dificuldades do pessoal do campo" (Agricultor 3). Um dos técnicos refere que "o meu conhecimento técnico é certamente insuficiente para ter um valor decisivo" (Técnico 5). No entanto, deve referir-se que pelo menos um dos participantes, um técnico, deve ter-se equivocado quando selecionou o "sim", já que a sua reflexão acerca desta questão vai no sentido contrário da sua resposta: "muitas vezes o conhecimento da realidade do terreno é diferente e mais importante que a opinião dos cientistas" (Técnico 4).

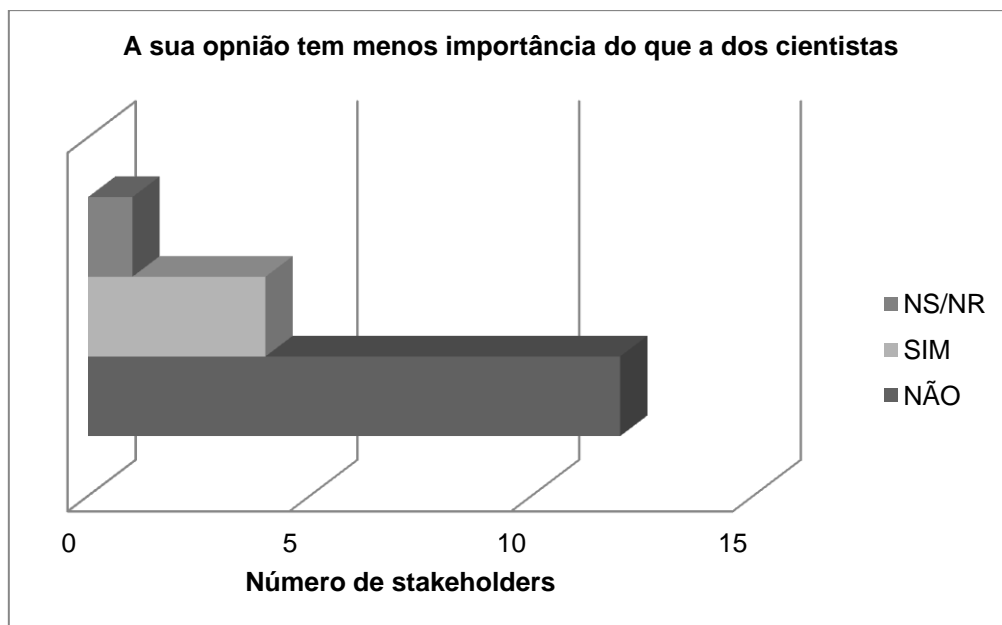


Figura 5.8 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão: "Acha que a sua opinião tem menos importância para o projeto do que a opinião dos cientistas?".

Tentou-se, também, perceber que tipos de razões levam os *stakeholders* a participar. Através do gráfico da figura 5.9, é perceptível que aquilo que motiva a maioria dos participantes é "exercer os seus direitos e deveres de cidadania". Quatro dos participantes referem que gostam de participar e três dizem que esta foi uma forma de conhecer o projeto PRACTICE.

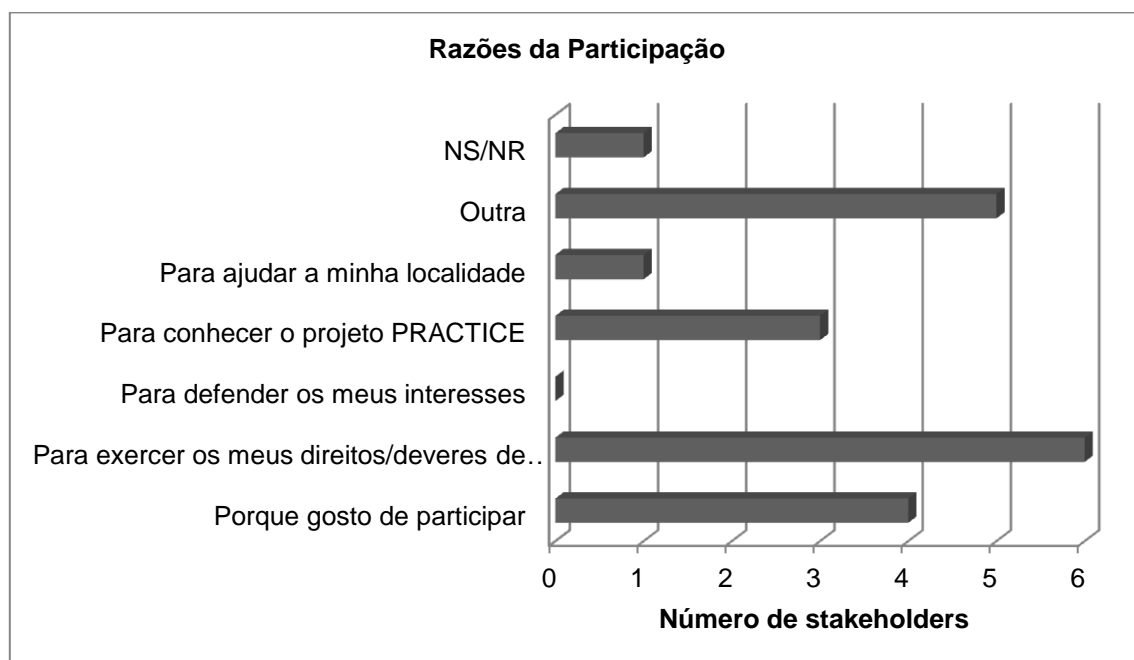


Figura 5.9 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão múltipla: "Que razão o levou a participar?".

Ainda no campo aberto de resposta às razões da participação, um técnico refere que a razão que o levou a participar é para dar uma "ajuda e contributo a uma área do Alentejo 'esquecida' por quem

devia ajudar" (Técnico 7), outros referem que participam devido às suas "atividades profissionais" (Técnico 5 e Técnico 8).

Outras das questões realizadas durante o inquérito reflete o sentimento dos participantes relativamente ao respeito que sentiram pela opinião que exprimiram durante as sessões de participação. Esta questão avalia o desempenho dos facilitadores, já que cabe a esta equipa definir as regras que permitam dinâmicas de participação que primam pelo respeito pelos participantes.

Assim sendo, pelo gráfico da figura 5.10 verifica-se que nenhum dos dezoito participantes sentiu que a sua opinião foi desrespeitada, já que nenhum respondeu "pouco" ou "nada". De facto, as votações foram bastante homogéneas: onze participantes responderam que sentiram que a sua opinião foi em "tudo" ou "muito" respeitada.

Já outros seis participantes referem que a sua opinião não foi "nem pouco nem muito" respeitada. No entanto, os seus comentários a esta questão evidenciam que sentiram-se respeitados na sua opinião: "porque penso que foi (respeitada) " (Político 1) ou "penso que em estudos como o que foi apresentado é reconhecida a opinião de todos os participantes" (Técnico 2).

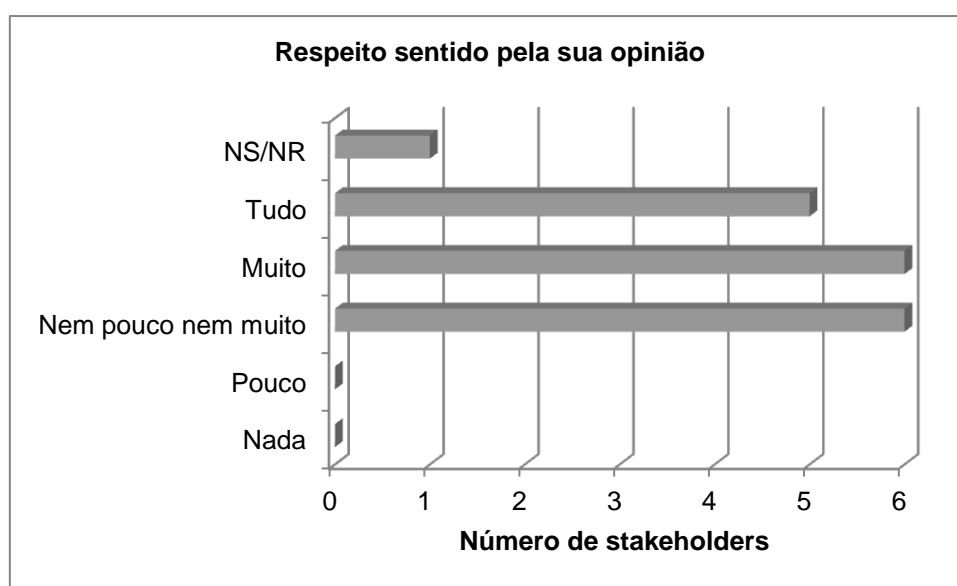


Figura 5.10 . Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão: "Sente que a sua opinião foi respeitada".

Relativamente ao que os participantes mais gostaram neste *workshop* final, grande parte menciona as partes de debate interativo. De facto, os participantes, em geral, prezam especialmente a interação com os outros: "ouvir os diferentes participantes, especialmente os agricultores" (Técnico 7), "da troca de impressões, de ouvir as diferentes opiniões de cada um e das suas razões" (Agricultor 1).

Já sobre o que gostaram menos, os participantes refletem sobre o escasso acesso à informação bem como alguns constrangimentos como referente à metodologia: "devia ter havido maior acesso a informação como maior antecedência, bem como aos resultados dos outros parceiros" (Técnico 5); "da metodologia: mas reconheço que é uma metodologia que produz resultados" (Agricultor 1) e "muitas explicações demasiado técnicas" (Político 1).

Alguns dos participantes referem que devia ter existido mais tempo de debate: "debate pouco aprofundado" (Técnico 9). No entanto, um dos participantes critica a forma como o debate decorreu: "ainda há algumas pessoas que gostam de se ouvir" (Técnico 7). Outro participante reflete sobre as condicionantes próprias da área de Castro Verde: "o facto de o estudo ter em consideração 'estudos' e o facto de ser efetuado numa área de proteção especial com certas restrições" (Técnico 4).

Todavia, globalmente, os participantes sentem-se muito ou em tudo satisfeitos com a sessão de participação, tendo doze em dezoito participantes atribuído uma classificação muito positiva. Dois participantes revelam que gostaram "pouco" ou "nem pouco nem muito" do fórum de dia 1 de Outubro de 2012. Estes dados podem ser observados no gráfico da figura 5.11.

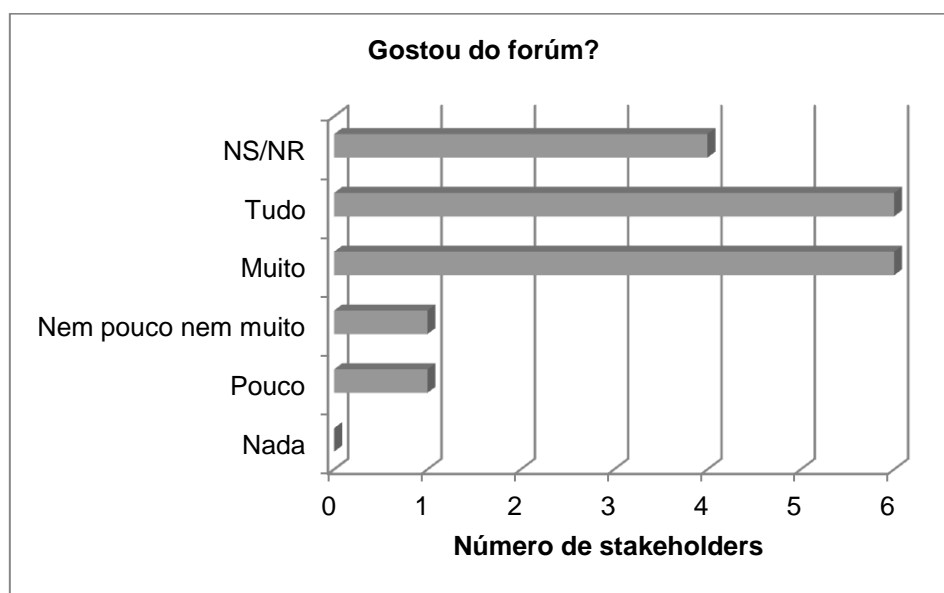


Figura 5.11 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão: "Gostou do fórum?".

Finalmente, à pergunta "voltaria a participar neste fórum se soubesse de antemão que seria assim?", quinze dos dezoito participantes responde que voltaria a participar (figura 5.12). Refere-se, ainda, que dois dos participantes não responderam a esta questão e um participante refere que não voltaria a participar nesta sessão. Este participante, um técnico, refere que "os assuntos em debate não foram muito claros. Houve grande confusão nos assuntos abordados" (Técnico 1). Este técnico reflete, ainda, que "a participação pública é bastante interessante, embora tenha havido uma grande concentração de técnicos e reduzida intervenção de agricultores e agentes locais" (Técnico 1).

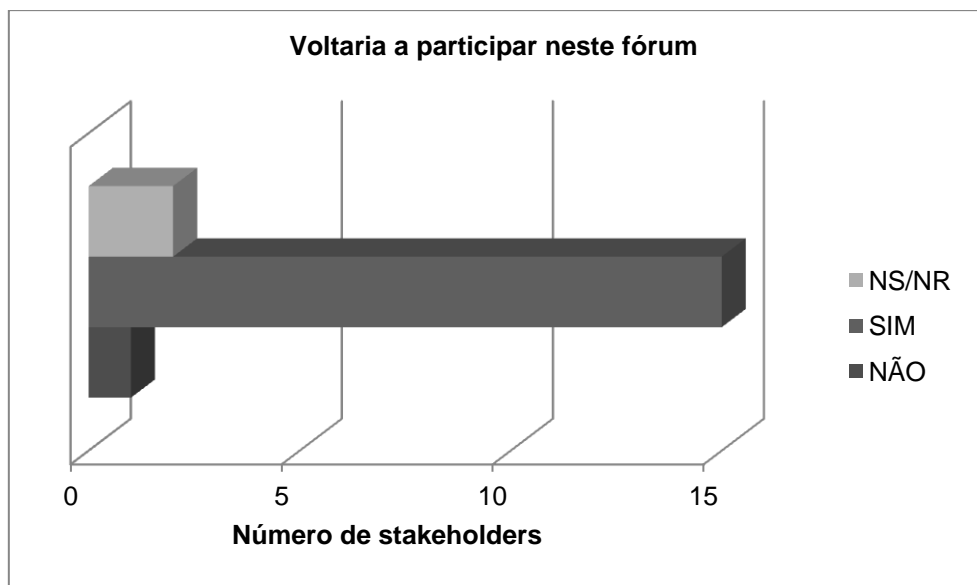


Figura 5.12 - Resultados do inquérito de 1 de Outubro de 2012 à questão: "Se soubesse de antemão que o fórum de hoje seria assim voltaria a participar?".

5.2.2. 2ª FASE: OBSERVAÇÃO

A segunda fase da metodologia de avaliação do processo participativo do PRACTICE é relativa à observação do próprio processo. Esta observação prevê a avaliação de apenas dois dos desempenhos que condicionam o sucesso do processo participativo. São eles o desempenho dos participantes e o desempenho dos facilitadores.

A fase de observação do processo participativo é realizada de forma integrada, onde se concilia uma observação informal do processo participativo, onde o observador vai retirando notas acerca do que é referido pelos participantes e como estes interagem entre si e com os facilitadores, e de observação mais formalizada. Para isto mesmo, foram desenvolvidos indicadores que podem ajudar a formalizar este processo de observação, diminuindo a sua intrínseca subjetividade. Foram, portanto, definidos indicadores que permitem aos observadores contabilizar momentos que auxiliam a esquematizar a forma como decorreu a sessão participativa.

Inicialmente foram identificados 26 indicadores. No entanto, devido à complexidade de observação e contabilização de tão elevado número de indicadores, chegou-se a uma tabela final com dezasseis indicadores. Destes dezasseis indicadores, oito avaliam o desempenho dos participantes e oito avaliam o desempenho dos facilitadores. No quadro 5.3 apresenta-se a lista de indicadores final, sendo registadas quais as suas vantagens e limitações, bem como o desempenho que pretende avaliar.

A sessão participativa que foi analisada através desta metodologia foi o último *workshop*, de 1 de Outubro de 2012, que finaliza o processo participativo do PRACTICE, tendo sido este o fórum mais participado.

Todavia, a metodologia pode ser utilizada nos vários fóruns/*workshops* que compõem o processo participativo, podendo-se deste modo avaliar a evolução do processo. Desta forma, reduzem-se erros de interpretação na observação, no entanto, o observador pode "viciar-se" na identificação de alguns comportamentos por parte de *stakeholders* em particular. Esta é, portanto, uma metodologia que deve ser utilizada com algum cuidado, tal como qualquer outra metodologia baseada na observação.

A metodologia foi seguida por três observadores, de modo a reduzir a subjetividade a que este tipo de metodologia está subjacente. Estes três observadores do processo foram contabilizando os indicadores, chegando-se, posteriormente, a uma média de observação de cada indicador. Efetuou-se, ainda, um rácio que permite avaliar os desempenhos dos participantes e dos facilitadores. Os resultados encontram-se no quadro 5.4.

Quadro 5.3 - Indicadores definidos para a observação de uma sessão de participação pública do tipo fórum.

Desempenho Avaliado	N.º		Indicadores	Oportunidades	Limitações
Participantes	1	Contabilização de participantes	Número de participantes que ficaram desde o início até ao fim da sessão	Determinar o interesse do participante no projeto e satisfação com a metodologia implementada. Escala positiva.	Considerar as limitações em termos de horários que os participantes apresentam. Compromissos familiares e laborais podem originar a que os participantes não fiquem do início ao fim da sessão mesmo estando deveras interessados.
Participantes	2		Número de participantes que fazem uma saída estratégica (saem da sessão antes da pausa ou na pausa de café)	Determinar o interesse do participante no projeto e satisfação com a metodologia implementada. Escala negativa.	Considerar as limitações em termos de horários que os participantes apresentam. Compromissos familiares e laborais podem originar a que os participantes não fiquem do início ao fim da sessão mesmo estando deveras interessados.
Facilitador	3	Intervenções	Número de participantes que solicitaram intervir ao facilitador	Determina apreensão da metodologia por parte do participante. Avalia o bom desempenho do facilitador que consegue assegurar o cumprimento de regras de funcionamento do <i>workshop</i> . Escala positiva.	Devem ser considerados os constrangimentos que um debate em plenário pode ter em termos de tempo, devido ao número de participantes que poderão aparecer.
Participantes	4		Número de participantes que solicitaram intervenções repetidamente tentando monopolizar a sessão	Avalia o desempenho dos participantes de forma negativa, devido às tentativas de monopolizar opiniões Determina a existência de posições pré definidas que procuram manipular o processo participativo. Escala negativa.	Poderá ser difícil fazer a distinção entre um participante que pretende monopolizar a restante audiência ou um participante convicto que pretenda apenas partilhar a sua opinião.
Facilitador	5		Número de intervenções que visam monopolizar a sessão e às quais o facilitador reage com eficácia	Avalia o modo como o facilitador conduz a sessão e identifica <i>stakeholders</i> que podem colocar em causa o processo. Eliminar possíveis monopolizações, é absolutamente fundamental para o sucesso do processo participativo e credibilização do	Não identificadas limitações relevantes.

Desempenho Avaliado	N.º	Indicadores	Oportunidades	Limitações
			mesmo. Escala positiva.	
Participantes	6	Número de participantes que fizeram intervenções espontâneas	Identifica que os participantes não apreenderam o funcionamento do <i>workshop</i> . Escala negativa.	Tem relações socioculturais evidentes, sendo que em contextos sociais mais rígidos este pode ser um excelente indicador para a avaliação do desempenho dos participantes. No contexto social português este indicador tem de ser olhado com alguma prudência e flexibilidade, visto que somos culturalmente entrópicos no que concerne ao funcionamento debates.
Facilitador	7	Número de intervenções espontâneas às quais o facilitador reage com eficácia	Avaliar o funcionamento da sessão e capacidade do facilitador colocar em prática a metodologia. Escala positiva.	Não identificadas limitações relevantes.
Facilitador	8	Número de participantes que não respeitaram os seus tempos de palavra	Avalia a capacidade que o facilitador tem em coordenar a sessão. A igualdade em termos de tempos de debate é importante para que os participantes sintam equidade no que concerne à importância da sua participação. Também importante para avaliar se os <i>stakeholders</i> apreenderam a metodologia do <i>workshop</i> . Escala negativa.	Gestão complexa por parte do facilitador, que muitas vezes poderá ter que dar mais tempo a <i>stakeholders</i> mais fragilizados e com “menos voz” no processo (com menor capacidade de expressão), para que estes sintam a sua opinião valorizada.
Facilitador	9	Número de vezes em que a sessão foi interrompida pelo facilitador para acabar com "conversas paralelas"	Avalia a aplicação da metodologia pelo facilitador, bem como o modo como este consegue manter a ordem e o bom funcionamento da sessão. Determina a atenção que os participantes têm na sessão participativa e, por ventura, do seu interesse na mesma. Escala positiva.	Não identificadas limitações relevantes.

Desempenho Avaliado		N.º	Indicadores	Oportunidades	Limitações
Facilitador	10		Número de vezes em que são solicitadas respostas a perguntas já respondidas pelos facilitadores acerca da metodologia	Avaliar o desempenho de comunicação da metodologia efetuada pelo facilitador que conduz à sessão. Avaliar se a linguagem do facilitador é apropriada para o público-alvo a que se dirige. Escala negativa.	Alguns participantes podem não ter simplesmente ouvido o facilitador. Avaliação que requer cuidados.
Participantes	11	Falta de respeito ou violência	Número de participantes que cortaram a palavra a outro participante	Determina um possível não respeito pela opinião do outro que é seu par na sessão participativa. Identifica situações de conflitos de interesses. Escala negativa.	Pode acontecer que um participante corte a palavra a outro sem que esse corte seja sinal de não respeito. Pode ser, apenas, um complemento dado por outrem à opinião do participante Contexto cultural português é, de alguma forma, propício a que situações deste género possam acontecer.
Facilitador	12		Número de interrupções às quais o facilitador reage com eficácia	Determina a forma como o facilitador coordena a sessão. Importante para avaliar o desempenho do facilitador, já que uma sessão de participação deve fazer primar pelas regras de respeito pelas opiniões dos vários <i>stakeholders</i> . Escala positiva.	Não identificadas limitações relevantes.
Facilitador	13		Número de participantes que cortaram com êxito a palavra ao facilitador.	Identifica o desafio por parte de um participante às regras da sessão e ao próprio facilitador. Sinal de perda do processo por parte do facilitador. Escala negativa.	Podem existir situações onde não seja intuito do participante cortar a palavra ao facilitador e, por consequência, desafiar o seu papel de líder da sessão de participação.
Participantes	14		Número de participantes que utilizaram violência verbal/denegriram a opinião de outrem.	Indicador de mau desempenho dos participantes. Indica um sinal de perda do processo por parte do facilitador. Escala negativa.	Por vezes é difícil definir o que é violência verbal de um comentário irónico menos conseguido.

Desempenho Avaliado		N.º	Indicadores	Oportunidades	Limitações
Participantes	15		Número de participantes que utilizaram violência física	Avalia o desempenho dos participantes. Indica um sinal de perda absoluta do processo participativo. Processos participativos com conflitos. Escala negativa.	Não identificadas limitações relevantes.
Participantes	16	Consensos	Número de participantes que promoveram o consenso/ideia de um participante é adotada por outros	Determina o interesse e bom desempenho dos participantes. Existência de construção de conhecimento e aprendizagem dos <i>stakeholders</i> . Escala positiva.	Pode ser difícil a avaliação sobre se estamos perante uma produção de consenso.

Quadro 5.4 - Resultados da observação obtidos no *workshop* final de 1 de Outubro de 2012.

Desempenho Avaliado	N.º	Indicadores	Observadores			Média	N.º de participantes	Rácio
			I	II	III			
Participantes	1	Número de participantes que ficaram desde o início até ao fim da sessão	18	18	18	18,00	24	75%
Participantes	2	Número de participantes que fazem uma saída estratégica (saem da sessão antes da pausa ou na pausa de café)	3	3	3	3,00	24	13%
Facilitador	3	Número de participantes que solicitaram intervir ao facilitador	0	2	11	4,33	18	24%
Participantes	4	Número de participantes que solicitaram intervenções repetidamente tentando monopolizar a sessão	0	0	0	0,00	18	0%
Facilitador	5	Número de intervenções que visam monopolizar a sessão e às quais o facilitador reage com eficácia	0	0	0	0,00	18	0%
Participantes	6	Número de participantes que fizeram intervenções espontâneas	3	13	6	7,33	18	41%
Facilitador	7	Número de intervenções espontâneas às quais o facilitador reage com eficácia	4	3	2	3,00	18	17%
Facilitador	8	Número de participantes que não respeitaram os seus tempos de palavra	0	0	0	0,00	18	0%
Facilitador	9	Número de vezes em que a sessão foi interrompida pelo facilitador para terminar com "conversas paralelas"	3	0	0	1,00	18	6%
Facilitador	10	Número de vezes em que são solicitadas respostas a perguntas já respondidas pelos facilitadores acerca da metodologia	0	0	2	0,67	18	4%
Participantes	11	Número de participantes que cortaram a palavra a outro participante	2	0	0	0,67	18	4%
Facilitador	12	Número de interrupções às quais o facilitador reage com eficácia	0	0	0	0,00	18	0%
Facilitador	13	Número de participantes que cortaram com êxito a palavra ao facilitador.	0	1	1	0,67	18	4%
Participantes	14	Número de participantes que utilizaram violência verbal/denegriram a opinião de outrem.	1	0	0	0,33	18	2%
Participantes	15	Número de participantes que utilizaram violência física	0	0	0	0,00	18	0%
Participantes	16	Número de participantes que promoveram o consenso/ideia de um participante é adotada por outros	0	2	0	0,67	18	4%

Antes de mais, é interessante verificar as diferenças existentes entre os apuramentos dos três observadores. De facto, há diferenças entre as perspetivas dos observadores da sessão, por isso, a importância de esta avaliação ser feita de forma múltipla para poder enriquecer os resultados com olhares variados.

Relativamente aos resultados obtidos, verificou-se que foram dezoito os participantes que ficaram desde o início ao fim da sessão, apesar de 24 terem chegado a estar na primeira parte da mesma, sendo que destes duas pessoas chegaram com uma e duas horas de atraso. Assim sendo, verifica-se que o *workshop* final alcançou uma percentagem significativa dos participantes, sendo que 75% ficaram desde o início até ao fim. Este indicador demonstra o interesse que os participantes têm no projeto, considerando que o PRACTICE vale o tempo despendido.

Observou-se que dos iniciais 24 participantes, três fizeram a chamada "saída estratégica" na pausa para café. Estes três participantes eram agricultores, tendo saído em grupo, podendo este facto demonstrar que a metodologia seguida estava a ter pouco sucesso em particular neste público-alvo, ou que estes tinham afazeres a atender. Os restantes três participantes saíram durante a segunda parte da sessão quando decorriam algumas dinâmicas metodológicas.

A contabilização da grande maioria dos indicadores fez-se aquando do debate, já que a primeira parte deste *workshop* final foi dedicada à apresentação de alguns resultados do projeto PRACTICE e a outras intervenções de oradores convidados. Assim sendo, para a construção do rácio considerou-se como referência o número de atores que ficaram do início ao fim da segunda parte do *workshop*.

Em média, os participantes fizeram mais intervenções do tipo espontâneas do que intervenções que fossem previamente solicitadas à facilitadora que dirigia a sessão. Assim sendo, pode verificar-se que os participantes não estavam a seguir as regras de participação em plenário que foram definidas, embora houvesse uma certa disciplina. Verificou-se, ainda, que a facilitadora não impediu estas intervenções, sendo que dos 41% de intervenções que os participantes fizeram de forma livre, a facilitadora só interveio para colocar ordem na sequência das intervenções, interrompendo-as, em 17% das vezes. A facilitadora optou várias vezes por deixar seguir as intervenções prosseguindo, assim, o debate.

Houve pelo menos 3 *stakeholders* que foram particularmente vocais e interventivos durante todo o debate, partilhando as suas opiniões de forma razoavelmente ordeira. Contudo, não solicitavam permissão da facilitadora para intervir. Das intervenções destacaram-se a de um agricultor que trouxe para o debate o "problema da alimentação em Portugal" cruzando isto com os problemas das diminuições de produtividade devido à desertificação. Este ator fez ainda referência ao "problema da imposição da sementeira direta", visto que considera existir um desfasamento da teoria e da "prática real neste tipo de solos de Castro Verde". O mesmo agricultor referiu, ainda, a questão dos subsídios, considerando que deviam existir subsídios que apoiassem as práticas de agricultura sustentável, no entanto, sublinha que "se estivermos à espera dos subsídios estamos 'tramados'". Já outro agricultor referiu que "não podemos esperar que nos paguem para produzirmos trigo outra vez".

Relativamente à questão dos subsídios, um dos especialistas referiu que se deve mudar o paradigma: "não aos subsídios, sim ao pagamento de serviços!". Sublinha que podem encontrar "esquemas financeiros comunitários", ou seja, "formas estruturadas para se ir buscar apoios financeiros à comunidade europeia". Durante a sua intervenção o ponto focal adjunto da UNCCD refere que os indicadores utilizados neste tipo de projeto "têm de ser perceptíveis para toda a gente", observando-se um tom crítico relativamente ao PRACTICE.

De sublinhar que não se observaram situações de potencial conflito entre *stakeholders* durante o debate que ocorreu, tendo sido observado por um dos observadores a existência da promoção de consensos entre os *stakeholders*.

Todavia, houve igualmente participantes que não contribuíram para o debate, não manifestando a sua opinião por esta via. Destaca-se, portanto, a importância de utilizar metodologias de avaliação de participação complementares, já que permitem obter a opinião de todos os participantes de forma linear e equitativa.

Refere-se, ainda, que não foi registado, por nenhum dos observadores do processo, que as intervenções dos participantes, espontâneas ou não, tivessem o intuito de monopolizar os restantes *stakeholders*. Pelo que também não houve necessidade da facilitadora intervir no sentido de cortar qualquer monopolização.

Disto também se retira que os *stakeholders* partilhavam, de geral modo, dos mesmos interesses, apesar de terem opiniões diferentes. Observou-se uma enorme partilha de visões acerca da temática do projeto PRACTICE, ou seja, de ações de combate à desertificação, mas também das problemáticas a ela associadas. Questões relacionadas com a agricultura, as suas práticas mais sustentáveis, a proteção do ambiente e a ZPE de Castro Verde, as questões económicas e os subsídios foram temas recorrentes durante o debate.

Relativamente ao desempenho da facilitadora, como já referido, verificou-se que esta deixou decorrer o debate apesar da maioria das intervenções serem feitas sem qualquer ordem.

Apesar de nenhum dos observadores ter contabilizado que algum participante tenha ultrapassado o seu tempo de palavra, a verdade é que essa mesma percepção não foi tida por alguns dos participantes. Esta avaliação faz-se não apenas devido a comentários no inquérito passado no final da sessão onde um técnico refere que "ainda há alguma pessoas que gostam de se ouvir", mas devido a uma situação que ocorreu entre um *stakeholder* e a facilitadora. Este *stakeholder*, que esperou pela sua vez de palavra durante o debate, quando a facilitadora lhe pede que seja breve na exposição da sua opinião este refere "porque é que eu tenho um tempo 'curtinho' e os outros não?!", referindo, ainda, o facto da facilitadora ser alemã. Um dos observadores considerou que esta situação se inseria na utilização de violência verbal e no denegrir da opinião de outrem. Os outros observadores consideram que esta situação se inseria no corte com êxito da palavra por parte do facilitador, sendo que este indicador revela uma situação de menor gravidade.

Esta situação deve ser relativizada, já que se deve olhar para esta tendo em consideração o contexto social e político onde esta manifestação se insere. De facto, esta alusão à nacionalidade da facilitadora foi um acontecimento menos feliz e em muito deriva do contexto de recessão da economia portuguesa e consequente resgate económico à União Europeia, no qual a Alemanha e a sua *chanceler* desempenharam um papel determinante. De referir, ainda, que no fim da sessão de participação o participante teve a amabilidade de pedir desculpas à facilitadora, já que não era de seu intuito ofendê-la. Este pode até mesmo ser um indicador a inserir numa futura lista da observação formal aquando a existência de situações semelhantes a esta: o facto do participante se ressentir com o seu comportamento e manifestar as suas desculpas ao facilitador ou a outro participante.

Excetuando este caso, que, como referido, foi apenas apontado por um dos observadores do processo, não foi contabilizada nenhuma outra situação que se inserisse nas categorias de "Número de participantes que utilizaram violência verbal/denegriram a opinião de outrem" ou "Número de participantes que utilizaram violência física". Estes dois indicadores, ao ocorrerem, podem revelar o insucesso do processo participativo, ou pelo menos da sessão de participação, de forma bastante expedita.

5.2.3. 3ª FASE: ENTREVISTAS

As entrevistas ocorreram durante os meses de Dezembro de 2012 e de Fevereiro de 2013 de forma presencial. A entrevista foi construída para ser aplicada de forma semi-estruturada, em que a estrutura base e essencial da entrevista foi sempre mantida, para se poder analisar o conteúdo das mesmas de modo transversal.

A metodologia definida para esta fase de avaliação do processo participativo foi a seguinte:

- I. Definiu-se uma amostra que se considerou representativa da população, tendo em consideração a amostragem de um leque diversificado de *stakeholders* pertencentes a várias classes. No total foram entrevistados dez *stakeholders* dos 48 que formaram a plataforma de *stakeholders* do PRACTICE. De referir que vinte e dois dos *stakeholders* tido para a definição da plataforma nunca participaram em qualquer sessão de participação pública;
- II. Os entrevistados foram selecionados de acordo com:
 - a. a representatividade da classe;
 - b. a participação em pelo menos um dos *workshops* de avaliação integrada que foram promovidos e, preferencialmente, também no *workshop* final.Os entrevistados faziam parte dos seguintes grupos: "agricultores", "investigadores" "representantes de associações", "representantes governamentais" e "técnicos". As classes "empresários", "educadores" e "caçadores" não foram entrevistadas por impossibilidades de agenda. Essas entrevistas foram atribuídas a outras classes/ participantes que se considerou relevante a sua contribuição;
- III. Para além destes dez *stakeholders*, foram entrevistados:
 - a. a representante da Associação de Agricultores do Campo Branco, de Castro Verde, que foi *stakeholder* no processo participativo, no entanto, não participou em nenhum dos *workshops* onde foi desenvolvida a metodologia de participação. Não corresponde, portanto, aos critérios definidos pela metodologia para a escolha da amostra de *stakeholders*;
 - b. o Ponto Focal Nacional de Combate à Desertificação servador do processo PRACTICE, tendo estado envolvido no mesmo e cuja opinião se considera relevante para o melhor tratamento do tema desertificação;
 - c. a coordenadora da equipa de parceiros da LPN;
 - d. e, por fim, a representante da equipa de facilitação, que facilitou os três *workshops* que decorreram em 2012.
- IV. Foram definidas três tipos de entrevistas, designadamente:
 - a. Entrevista Tipo 1: *stakeholders* (Anexo II);
 - b. Entrevista Tipo 2: equipa de parceiros (Anexo III);
 - c. Entrevista Tipo 3: equipa de facilitadores (Anexo IV);

No quadro 5.5 estão identificados os entrevistados, onde a sua ordem é definida pela data de entrevistas, num total de 14 entrevistas:

Quadro 5.5 - Dados das entrevistas realizadas.

	Nome	Categoria	Data	Entidade
1	Eugénio Sequeira	Investigador (perito em desertificação)	13/12	-
2	Esmeralda Luís	Equipa de Parceiros	14/12	Equipa de Parceiros - LPN
3	Fernando Rosa	Agricultor	14/12	-
4	Manuel Batista Tomé	Rep. Governamental	14/12	JF de S. Marcos
5	Gabriel Lontro	Rep. Associação	14/12	Lar
6	José Pinto	Rep. Governamental	14/12	JF Casével
7	Artur Lagartinho	Técnico	14/12	LPN
8	Lúcio do Rosário	Perito em desertificação Observador do processo	17/12	ICNF
9	Lília Fidalgo	Técnico	19/12	CCDR Alentejo
10	Ana Lampreia	Rep. Associação	19/12	AACB
11	David Marques	Rep. Associação	19/12	ESDIME
12	João Madeira	Agricultor	19/12	-
13	Nuno Lecoq	Investigador	21/12	ISA/UTL
14	Úrsula Caser	Equipa de Facilitação	08/02	Equipa de Facilitação

Na figura 5.13, pode ver-se a organização dos entrevistados segundo a sua categoria de atores:

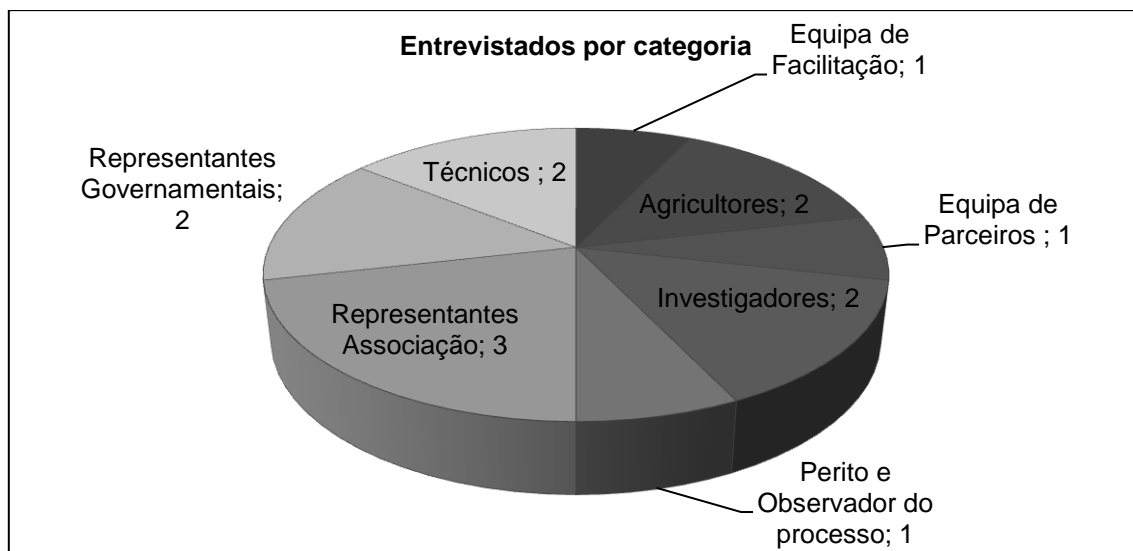


Figura 5.13 - Entrevistados por categoria, num total de catorze.

A análise das entrevistas decorre em duas frentes, baseando-se numa avaliação qualitativa, mas também na avaliação quantitativa. A análise quantitativa foca-se apenas na avaliação dos 10 *stakeholders*, já que não foi possível obter resultados quantitativos de três dos quatro entrevistados. Na figura 5.14 demonstra-se a representatividade das classes de *stakeholders* entrevistados.



Figura 5.14 - Entrevistas *stakeholders* do processo participativo do PRACTICE, num total de dez.

Assim sendo, a terceira fase da metodologia, procurava obter as perspetivas dos *stakeholders* e outros observadores sobre este processo participativo. A entrevista foca-se, portanto, sobre a (1) importância do próprio processo participativo do PRACTICE e sobre as quatro grandes categorias em que se baseou a metodologia, nomeadamente:

2. desempenho do desenho e implementação da metodologia;
3. desempenho do facilitador;

4. desempenho dos participantes;
5. desempenho dos parceiros (equipa coordenada pelo promotor).

Para além destas questões de avaliação do processo participativo, muitas delas transversais aos três tipos de entrevistas que foram realizadas, outras questões foram sendo realizadas à medida que decorria a entrevista. Questões de contextualização da problemática da desertificação e sobre as visões socioeconómicas que os entrevistados possuem são pertinentes para o bom tratamento dos dados, já que é impossível dissociar qualquer processo participativo do seu contexto territorial e social.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para tratamento das entrevistas foi utilizado o *software* QSR NVivo 10, como ferramenta para codificação e análise qualitativa do processo participativo. A informação foi catalogada/codificada sendo esta uma forma mais expedita e fiável de analisar as catorze entrevistas realizadas.

Para esta análise foram criadas as seguintes siglas: agricultor (A), equipa de facilitação (Eq.F), equipa de parceiros (Eq.P), investigador (I), perito em desertificação (P), representante de associações (RA), representante governamental (RG), técnico (T).

0. CONTEXTUALIZAÇÃO

Qual o conceito de desertificação que a sociedade possui é uma das questões mais importantes a esclarecer, de forma a contextualizar o tema do projeto PRACTICE. De facto, de todos os entrevistados, apenas o perito considera que a sociedade civil está devidamente informada sobre o conceito de desertificação. Para tal, menciona um inquérito feito a uma amostra da população portuguesa em 2008, pelas comemorações do Ano Mundial do Combate à Desertificação, no qual se concluiu que mais de 50% dos inquiridos em Portugal sabiam o que era a desertificação. O mesmo especialista refere, ainda, que a sociedade está devidamente informada: "Tanto têm noção disso que até conseguiram encontrar formas superlativas de aplicar o termo desertificação a outras coisas (que) estão ligadas mas são diferenciadas. (...) Em Portugal, quase aplicamos indiferentemente o termo a uma coisa e outra. Mas as conclusões que o inquérito traz, é que cerca de 50% da população sabia do que é que estávamos a falar".

Para os outros treze entrevistados, esta distinção entre desertificação e despovoamento não é clara para a sociedade civil. Uma *stakeholder* neste processo, entrevistada como (T) considera que "as pessoas costumam confundir (a desertificação) com despovoamento, obviamente que está ligado em muitas situações, mas não é a mesma coisa". Refere a pouca consciencialização para este tipo de problemática: "há de facto uma realidade que não está a melhorar e está a agudizar-se, e não há consciência para ela". Uma técnica local expressa a mesma opinião: "confunde-se muito o abandono da terra com a desertificação".

O *stakeholder*, representante da Junta de Freguesia de Casével, refere que ele próprio confundiu o termo aquando do seu convite para integrar a plataforma de *stakeholders*: "Quando fui convidado para participar para este problema da desertificação... foi tão mal explicado que interpretei que a desertificação era demográfica... Numa zona destas falarem em desertificação, qualquer pessoa pensa logo em emigração".

Uma das técnicas considera, ainda, a falta de informação que a sociedade tem acerca desta temática, que considera que este problema se resolve com o acesso à água: "Ah! com a Alqueva resolvem-se alguns problemas!". Quer dizer, não têm a real noção do que é, e do que pode implicar em termos futuros. E, às vezes, o futuro não é assim tão longe: começa a haver indicadores que demonstram que está mais à porta do que aquilo que se imagina. Mas acho que ainda estamos longe de ter as pessoas bem informadas a respeito, apesar do esforço que tem sido feito".

Apesar de o problema desertificação em Portugal afetar direta ou indiretamente todo o país, um dos peritos considera que esta "não é uma questão transversal à sociedade", apesar da desertificação ser um "problema que deve preocupar toda a sociedade na medida, por exemplo, do problema da subsistência alimentar que é um problema transversal à sociedade". Ainda, o mesmo perito observa que este é sobretudo um problema para os agricultores, para os produtores florestais e para as pessoas que estão ligadas à pastorícia, estando relacionado com a forma como tratam a terra e a sua sustentabilidade: "É um problema que diz respeito a qualquer coisa como menos de 20% da sociedade, que são aqueles que vivem, entre meios urbanos e rurais, nas áreas rurais do interior do país". Um agricultor de Mértola, refere que "a sociedade ouve falar em desertificação como uma coisa que está longe. Está no campo. A sociedade em geral, (que) está essencialmente localizada na cidade, não tem noção". Este agricultor observa que os sinais de desertificação são absolutamente visíveis no território, declarando que "já vejo pessoas a queixarem-se que no intervalo, na duração da sua vida, já verem as coisas a degradar-se. Que é uma coisa que nós tínhamos noção que seria entre gerações, ou seja, nós íamos ver agora que na geração dos nossos avós havia mais do que nós temos agora."

Considera, ainda, que os agricultores mais do que já visualizarem os efeitos da desertificação, começam a habituar-se a estes: "A sociedade local esta malogradamente familiarizada com os sintomas de degradação. E, muitas vezes, essa familiaridade não lhes permite ter o alerta que as coisas deviam suscitar. As pessoas estão familiarizadas com os efeitos da erosão. Veem valas abertas nos terrenos agrícolas e não lhes dão o devido valor. Sempre viram, sempre viram. E esquecem-se que isto é um processo cumulativo. Quanto mais nós perdemos menos temos para perder. E, portanto, acho que faz falta um alerta". De facto, as tecnologias que permitem mitigar os sinais da desertificação são cada vez mais apuradas e disponíveis. Máquinas e equipamentos, adubos e fertilizantes, permitem que os produtores agrícolas continuem a tirar da terra o mesmo rendimento de outrora sem o também anterior cuidado pela preservação do recurso, que no Campo Branco é bem escasso. E refere isso mesmo: "temos máquinas mais potentes, adubos mais eficazes, conseguimos conviver com a delapidação do nosso solo e da nossa água e não ter impactes tão proporcionais como seria de esperar. Temos impactes menos proporcionais e o que é certo é que

vamos delapidando os recursos que temos". Há falta de darmos um abanão às pessoas localmente e globalmente. E, também, nos próprios agricultores e atores que têm alguma interferência com o recurso natural solo e água".

Os agricultores são, de facto, um elo de extremo relevo para o tratamento do problema desertificação. Os agricultores das terras do Campo Branco são proprietários de grandes latifúndios. Sendo a agricultura uma atividade muito trabalhosa na qual, como observa a técnica local, a escassa mão-de-obra disponível no campo faz com que os agricultores tenham "um dia muito ocupado" e pouco tempo para participar nestes projetos. Já um técnico faz menção a que não é apenas a questão do tempo que leva a que os agricultores não participem em grande número: "o agricultor aqui na região ainda é uma pessoa muito fechada, pouco participativa, com um grau de conhecimento que ainda é baixo, embora já haja alguns com formação superior, tem pouco tempo, a atividade de agricultor é uma atividade muito ocupada, depois alguns não gostam de participar, ou têm uma visão muito pessoal, vêm as coisas de um ponto de vista muito económico".

Outra técnica é da opinião que "há de tudo: há agricultores bem informados e capazes de dar resposta a questões ambientais e há ou outros que não, e que não gostam de mudar práticas que fazem há muitos anos e se calhar só o vão fazer se forem compelidos a tal". Refere, ainda, que a questão etária influencia muito a adoção de novos comportamentos: "Aos 70 anos nem toda a gente tem a mente suficientemente aberta para inovar ou para perceber algumas coisas, porque a prática dos pais era assim... Agora, como também há muitos agricultores novos, essas sessões e estes grupos de trabalho permitem, de facto, uma troca de ideia que eu acho muito produtiva".

Já um dos agricultores considera que há uma grande diversidade de tipos de agricultores: "os que se acomodam, os que lutam e os que não querem saber. (...) Se a gente for ver a classe aí representada dos agricultores, estão aí aqueles que têm algum interesse, porque se os outros demonstrassem algum interesse por estas atividades a gente poderia estar muito melhor". O perito vai ao encontro da opinião deste agricultor referindo que "é óbvio que esses aí têm de estar fortemente motivados para participarem".

Contudo, não é possível analisar o projeto PRACTICE sem ter em consideração a relação de quase 20 anos que os agricultores e esta região têm com a LPN. De facto, são raros os casos em Portugal onde uma ONG desenvolve trabalho no campo a par dos outros atores locais. Uma técnica refere que "a LPN ao ser proprietária e ao trabalhar diretamente com os agricultores, tem um trabalho bastante válido". Um dos agricultores bastante participativo neste e em outros projetos desenvolvidos pela LPN local, considera que "o trabalho feito pela LPN é válido, mas falta aqui alguma coisa palpável". Critica, ainda, que "a gente vê que já demos muitos passos para pouco caminho, ou seja, começamos com um plano zonal nos anos 90, já temos quase duas décadas, e a gente olha trás e diz assim 'não podíamos ter feito melhor!?' Na minha opinião, sim. E porque não se fez? Porque é que a gente não consegue demonstrar à sociedade o trabalho destes 20 anos?"

Verifica-se a esperança deste agricultor no trabalho da LPN apesar das críticas, continua a participar em projetos e a disponibilizar-se para outros que aí venham: "os agricultores tentam ir a algum lado,

mas os entraves são tantos que depois de tanta coisa feita, e de tantos passos dados, e de tantas conferências e palestras feitas a gente olha para trás e o princípio do tapete não se desenrolou, ficou lá todo à mesma. Portanto, com o que já se fez, com aqueles estudos que já se debruçaram, com tantos colóquios já eramos para ter um patamar mais vasto e ainda estamos num patamar muito reduzido" No entanto, outros agricultores já parecem ter desistido da sua participação, e será que os numerosos projetos e processos participativos desenvolvidos pela LPN contribuíram para isso? Na opinião de um investigador e professor universitário do Instituto Superior de Agronomia, este certo descrédito pode ser ultrapassado "com a publicitação dos resultados", sendo que "ao implementar o projeto, é dada a indicação que os objetivos têm que ser visíveis até ao fim do período do projeto, portanto é só publicitar os resultados".

O trabalho da LPN, que ocorre em Castro Verde desde meados da década de 90 do século passado, é já indissociável do contexto da própria sociedade local. De facto, sete dos catorze entrevistados mencionaram "Castro Verde é um caso especial". "Castro Verde não é um padrão para o Alentejo. É uma sociedade completamente específica, com questões internas e exógenas que lhe dão uma matriz muito diferenciada. Não se replica em mais lado nenhum do Alentejo, sequer do Baixo Alentejo, aquilo que são os acontecimentos em Castro Verde. Não se leva sequer o que acontece em Castro Verde para Aljustrel, ou para Mértola, ou para Almodôvar ou para Ourique. Porque aquilo que acontece em Castro Verde é exclusivo de Castro Verde" (perito em desertificação).

Indissociável é, também, a razão que primariamente motivou a LPN a instalar-se na região: a proteção das aves estepárias, em especial, a abetarda. A conservação destas espécies leva a que os agricultores obedeçam a regras conservacionistas com as quais nem sempre concordam. Um agricultor, considera que os agricultores são um dos principais elos na conservação das aves: "Muitas vezes o motor da conservação é a pessoa que acha o ninho da abetarda e o preserva, em vez de lhe partir os ovos. Porque naquele momento em que o acha tem essa decisão: ou preservo o ninho e vai haver aqui mais abetardas ou parto os ovos e acabam-se os problemas".

A proteção destas aves está intimamente ligada à desertificação, para o perito de desertificação: "conservar determinado tipo de espécies, por exemplo, estas estepárias, pode implicar do ponto de vista do ordenamento do território, não se querem estancar de forma absoluta os processos de desertificação ou degradação do solo". Um dos agricultores reflete igualmente que geralmente "a conservação da natureza é igual a não-distúrbio, ou seja, à não-atividade", no entanto em "Castro Verde (...) os valores conservação estão intimamente ligados à atividade humana".

Sendo, então, essencial para a proteção das aves estepárias a manutenção de um determinado *status* de utilização do solo, ter-se-á de referir à sempre difícil questão dos subsídios aos agricultores. O técnico do ICNF e perito nacional em desertificação, é perentório a rejeitar a classificação de subsídios, substituindo o termo e o conteúdo por serviços do ecossistema: "Não é subsídio, é um pagamento por um serviço. Se a sociedade exige que uma determinada região ou um determinado local, conserve um determinado tipo de *status*, que tem um custo associado do ponto de vista da economia". A opinião de que os agricultores devem ser compensados pelas perdas que têm devido

às restrições a que estão impelidos devido a estarem numa ZPE é compartilhada por outros entrevistados como um investigador e professor universitário, bem como por um dos agricultores e uma das técnicas. Esta última sublinha que "tem de haver alguma compensação" aos agricultores sujeitos a desenvolver práticas menos lesivas para as aves e para o solo. Um investigador também se mostra avesso à utilização do termo subsídio referindo preferir o termo compensação "parece que subsidio é uma 'esmolinha' e não é nada uma 'esmolinha'. As pessoas continuam a trabalhar, têm é de ser compensadas. Porque se utilizassem determinados agroquímicos se calhar obteriam maiores produções, mas isso se calhar não interessava, como é evidente, a uma série de parâmetros ambientais (...) acho que devem ter uma compensação, é justíssimo".

A aplicação das denominadas boas práticas leva, muitas vezes, a que os agricultores que as aplicam se coloquem em desvantagem económica, visto que os rendimentos agrícolas são tendencialmente menores. Isto mesmo explica um dos agricultores: "o que nós percebemos é que as explorações que se portam mal têm vantagens competitivas de curto prazo sobre as que se portam bem. E, portanto, as pessoas ficam em desvantagem. Na prática o conservador fica em desvantagem face ao delapidador". Este agricultor refere ainda que "num cenário em que as explorações ou as empresas, competem umas com as outras, eu acho que as ajudas devem entrar na equação. De forma a que a pessoa que conserva ganhe pelo menos tanto como, tenha pelo menos o mesmo nível de rendimento, do que aquele que não conserva. E isso não deve ser tanto entendido como uma ajuda, mas como um valor, como uma internalização de uma externalidade, se formos para o conceito económico. Na prática, um contributo que a sociedade paga para corrigir aquele enviesamento de mercado".

As palavras do especialista de desertificação estão consonância com as deste agricultor: "As pessoas que lá estão têm de ter rendimento, daquilo que são convidadas ou obrigadas a fazer. Você não pode dizer a um agricultor que é convidado a participar na conservação da abetarda, quando isso a seguir não é uma fonte de rendimento e de bem-estar. Antes pelo contrário, é uma fonte de restrições e de condicionamento do ponto de vista daquilo que ele julga que pode fazer". O investigador e professor universitário, sublinha que "estamos a falar de agricultores descapitalizados, estamos a falar de uma zona particularmente pobre. Estamos a falar de pessoas que precisam de dinheiro para sobreviver como qualquer cidadão. Nessa perspetiva, vejo uma certa dificuldade em pessoas aderirem a projetos para perderem dinheiro".

No entanto, o perito em desertificação confessa que "se os subsídios forem subsídios por si só, para perpetuar *status* que não têm possibilidade nenhuma de continuarem no futuro" então não fazem qualquer sentido. Quando encarados como uma forma fácil de os agricultores terem liquidez, os subsídios podem ser uma arma letal para as medidas de conservação da natureza: "Se as ovelhas e a vacas me dão rendimento *per capita* por cabeça todos os anos de tanto, para que é que eu me vou estar a preocupar? Mesmo que as ovelhas e a vacas me estoirem com o mantado, e com os matos, que me tornem as área agrícolas menos produtivas, as pastagens menos vigorosas... Que importância é que isso tem?! Durante 10 anos já recebi o dinheiro. E, agora, ainda vou receber de 2012 a 2014, ninguém me pode controlar as despesas porque já me asseguraram que vou receber.

Porque é que eu vou estar preocupado com o raio da terra e com a qualidade da terra!? O meus netos que depois se preocupem com essas questões!" (perito em desertificação). Como este refere, "os subsídios são, de facto, um instrumento de trabalho. Um instrumento de trabalho para resolver e tentar estruturar respostas no curto, muito curto prazo. Tem de ser encarado como um investimento, e um investimento que a seguir tem de ser, de facto, desenvolvido, replicado, virado para o futuro" .

Um dos agricultores faz referência à importância do reconhecimento que um agricultor regido por valores de conservação da natureza deve ter pela sociedade: "Se não for possível ou pertinente a compensação financeira da pessoa, ao menos a compensação social. Trazer para cima, exibir às pessoas, à comunidade, que fulano tal ou um conjunto de fulanos tais, vive em regime de compromisso com a conservação da natureza, com exploração produtivas, competitivas e que no fim produzem bens de que toda a comunidade vai beneficiar".

Já o outro agricultor, foca a questão da sensibilização da sociedade, que considera não estar a par da situação que os agricultores atravessam quando confrontados com a necessidade de produção de bens alimentares essenciais e a proteção da natureza segundo as medidas agroambientais. Refere, ainda, que no meio de uma grave crise económica o contexto de compatibilização da proteção ambiental às necessidades da sociedade levanta inúmeras questões e até confrontos de interesses: "quando eles pedem pão e se desvia dinheiro para proteger um passarinho e não se produz o pão que eles necessitam vai ser complicado". O agricultor refere as incompatibilidades "(A proteção às abetardas) para mim é válida, acho justa, mas depois aquilo que a sociedade não compreende é que vai pagar impostos para isso e quando reclamam pão... É complicado nós agricultores dizermos assim: 'vamos produzir pão para a nação' é complicado, porque vamos gastar divisas...".

A desertificação é, sem dúvida, um problema ambiental complexo intrinsecamente ligado à atividade humana. Como refere o especialista de desertificação recordando as convenções do Rio, ratificadas por Portugal em 1992 no Rio de Janeiro (Brasil): "É a única convenção do Rio que tem implícita na sua matriz que o seu desenvolvimento é feito de baixo para cima. É feito primeiro com as populações e depois a partir do trabalho feito com as populações se trazem conclusões a nível global".

O projeto PRACTICE tenta integrar estas duas vertentes: a componente humana, através do processo participativo, e as medições, através de indicadores, das ações de combate à desertificação. O processo participativo do PRACTICE contou com a disponibilidade de 48 pessoas que foram entrevistadas, sendo que dessas 23 participaram em pelo menos um dos *workshops* promovidos. De facto, muitos dos *stakeholders* estiveram disponíveis para dar o seu contributo para o projeto PRACTICE e, principalmente, para o combate à desertificação. No entanto, a pergunta impõe-se: será que todos estes contributos, toda esta vontade de ajudar a construir a solução, têm realmente consequências? As respostas divergem, contudo com um ponto em comum: a esperança que, de facto, este processo participativo conduza a mudanças efetivas.

Uma das técnicas sublinha "a pouca experiência de quem participa" neste tipo de processos participativos. No entanto, considera a sua extrema importância referindo que "é a chave, sobretudo em ambiente, para se perceberem as questões da sustentabilidade".

Um agricultor refere-se ao PRACTICE como "um exercício que até pode ser interessante mas a repercussão das conclusões a que eles chegaram, ao longo da cadeia de poder, cadeia de responsabilidade da administração pública, parece-me que se vai propagar muito pouco". Reitera, ainda, que "quando nós estamos na base de uma cadeia de comando muito extensa e burocrática, as pessoas por muito que queiram aquilo fica com eles, morre ali. Não influência políticas, que na prática seria o importante".

Uma técnica local, conhecedora da realidade dos agricultores de Castro Verde, refere que "Os agricultores estão muito saturados de reuniões, de *workshops*, de seminários, de nem sei o quê. Acabam por ser coisas que não saem dali e que não se transpõem, que depois não se aplicam. Não veem nenhum resultado daquilo e acabam por dizer: 'isto é sempre a mesma coisa'. Muitas vezes as pessoas que promovem estas coisas são sempre as mesmas. Acha-se que não vale a pena."

O especialista de desertificação considera que se os processos participativos não forem para integrar *inputs* nas políticas nem valeria a pena iniciá-los: "(...) se não forem para esse objetivo nem vale a pena começá-los. E, portanto, essa é uma questão essencial. É preciso trazer a estes processos quem lhes possa dar enquadramentos alargados, porque senão... Não quer dizer que se calhar alguns processos participativos não devam ser apenas isso. Começar e morrer ali. Pronto, consolidar, cristalizar o processo, fechou-se. Concluímos. Mas mesmo esses não deixam de criar plataformas para a seguir ser um processo de afirmação do ponto de vista da vontade da sociedade em relação a essas coisas".

O representante duma associação (associação proprietária de herdades agrícolas), menciona que "muitas vezes fazem-se 'maravilhas' neste campo e depois fica por ali, portanto é essencial ter seguimento".

No entanto, quais as razões para que processos considerados tão importantes, de verdadeira democracia (o perito em desertificação refere, aliás, que "se a democracia funcionasse os processos participativos eram completamente desnecessários"), não verem muitas vezes transposta essa verdade participativa para o papel? Dois dos entrevistados, ambos pertencentes a instituições estatais, esclarecem esta questão. Um referindo-se à "falta de hábito" de participação, em que o próprio Estado encara a participação pública como uma "obrigatoriedade e não como um processo interessantíssimo de estratégia de planeamento". Menciona, ainda, que "as pessoas que estão (nos cargos públicos) são um bocadinho presas de determinados procedimentos e é muito difícil fugir ou propor novos, não é impossível mas torna-se difícil e isso ajudava. O processo de participação pública exige que a gente limpe da cabeça algumas ideias feitas, exigiria alguma gente nova nos serviços que desse a volta à questão". Um dos entrevistados vai mais longe fazendo menção aos "pequenos poderes" que podem minar este tipo de processos participativos: "Uma parte das organizações, não só públicas, vivem dos pequenos poderes... E quando um determinado tipo de questões começa a ameaçar a nossa existência no dia-a-dia e aqueles poderes que vamos construindo, as pessoas tentam reagir pela negativa. Os processos de participação pública são por natureza processos incómodos". O perito é claro quando reflete acerca dos entraves que um

processo deste tipo pode criar: "O *empowerment* das pessoas significa uma retirada de *empowerment* das instituições. E, portanto, mais uma vez, estamos em termos de passagens de paradigmas. As organizações públicas do futuro não vão voltar a ser as mesmas que são atualmente. E obviamente que os novos funcionários públicos vão ver estes processos de uma forma completamente diferente".

Um dos entrevistados sublinha que "agora, se calhar, era a altura de começar a promover muito e em várias frentes a questão da participação pública e da tomada de decisão". Contudo, considera que "não se está na estaca zero" e que a participação pública tem progredido apesar da "falta de informação" que ainda persiste sobre este assunto. Esta *stakeholder* menciona que para "as pessoas para participarem, para poderem dar a sua opinião, também têm de ter a informação toda e acho que muitas vezes não lhes chega e portanto elas não percebem a importância dessa participação".

A importância de processos de participação pública é amplamente reconhecida pelos entrevistados. Um processo de participação pública tem pelo menos o dom de fazer comprometer as pessoas que nele participam. "O processo participativo obriga as pessoas a dizer as coisas em voz alta", afirma um dos entrevistados. Este agricultor faz referência à importância da participação *per si* para a pessoa humana: "A pessoa, integrada num fórum com gente com preocupações deste género, ela própria com consciência que devia ter uma preocupação deste género, começa a policiar-se mais. Portanto, o processo participativo em abstrato parece-me sempre bom. Porque não há nada como envolver as pessoas que estão no terreno nas questões que as afetam".

Já outro entrevistado considera que "o processo participativo tem uma metodologia muito interessante. E é tão ou mais interessante quanto menos desenvolvido é o processo democrático no país ou menos desenvolvidas são certas práticas democráticas no contexto do país". Todavia, este entrevistado reflete acerca do seguimento que o processo pode vir a ter: "E como é que se passa de um processo participativo completamente focalizado, para um processo muito mais alargado do ponto de vista de cumprimento de compromisso social. E como é que não se faz 'trampa'? Como é que não se engana? Como é que não se aldraba?"

A importância estrutural de que o processo de combate à desertificação seja realizado de baixo para cima da pirâmide democrática é absolutamente basilar: "Isto faz-se de baixo para cima e não de cima para baixo. Quando do ponto de vista metodológico e pragmaticamente estrutural, quando propusemos que isto fosse extensificado. A nossa ideia é que o trabalho comece de baixo. Primeiro que tudo e antes de mais nada, que as pessoas possam ser implicadas a nível local. E, em relação ao projeto em concreto, que elas possam ser implicadas, possam vir participar, que possam avaliar os resultados que o PRACTICE faz" (P).

Esta extensificação de um projeto de combate à desertificação português baseado no PRACTICE, será tanto mais fácil quando existirem ONG que trabalhem localmente, tal como faz a LPN em Castro Verde. Isto refere um dos agricultores: "acho que há também um processo de participação das pessoas com a questão da conservação na natureza ali no Vale do Guadiana. E aí a Liga tem menos intervenção. Mas o parque natural, a equipa gestora do parque soube fazer aquilo que a Liga fez aqui

também, que é ir junto das pessoas, envolve-las, explicar, agir preventivamente e não corretivamente".

Outro entrevistado refere as vantagens de se trabalhar no Alentejo em termos do número de trabalhadores/proprietários por área agrícola: "É mais fácil, porque basta eles engatarem no bom sentido três ou quatro, e ficam logo com uma área brutal. Ao passo que se quiser ir fazer isso numa zona do país de minifúndio é muito complicado, é mais complicado por ali pôr uma data de gente de acordo" (I).

Sendo mais fácil trabalhar no Alentejo do que noutros pontos do país devido ao tamanho médio da propriedade agrícola, a verdade é que são inúmeros os desafios que precedem o que pode ser o futuro PRACTICE quer seja no Alentejo quer seja no Minho.

Em suma, e utilizando as plenas palavras de um dos entrevistados "o resultado mais importante destes processos não é o relatório final, não são os *workshops*. É aquilo que nós conseguimos convencer na cabeça das pessoas, que participaram nisto, e que a seguir passam a ser pessoas diferentes do ponto de vista daquilo que fazem no seu mundo rural, no âmbito das suas áreas de intervenção, de investigação, como técnico um ou outro. E, portanto, neste processo aquilo que fica na cabeça das pessoas é mais importante" (perito em desertificação).

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

A primeira questão pede aos entrevistados para refletirem sobre a representatividade dos *stakeholders* que participaram neste processo. Em suma, verifica-se que existe uma clara propensão dos entrevistados a considerarem que o número de representantes governamentais é, decididamente, exagerado. De facto, a classe mais representada neste processo participativo são os representantes políticos, que contam 15 *stakeholders* num total de 48. Ou seja, cerca de 30% dos *stakeholders* são representantes do Estado, sendo que na grande maioria dos casos falamos de representantes da administração local, ou seja, presidentes de juntas de freguesia e câmaras municipais. Como é referido por um entrevistado, "parece-me que são sobretudo os que quase têm obrigação de participar. Isto é, as pessoas não participam neste processo porque o processo lhes interessa. Participam nesse processo porque é quase uma obrigação do ponto de vista maioritário" (perito em desertificação). Para além disso, é referido que estes representantes do Estado, apesar do seu largo número, "têm muito pouca capacidade de reportar para cima", como refere um dos agricultores, não chegando a informação a quem, efetivamente, tem poderes decisórios efetuando políticas e planos.

No sentido oposto, os agricultores são vistos como uma classe pouco representada, tal como refere um dos agricultores: "quando vejo seis representantes de agricultores e quinze do Estado, parece-me que há uma desproporção". Aliás, quando são questionados sobre qual a categoria de *stakeholders* mais importante a ser ouvida neste processo, treze dos catorze dos entrevistados responderam que seria os agricultores. Como refere um dos entrevistados "são todos necessários, mas os homens que

decidem efetivamente que se faz ou não, os *stakeholders* mais importantes, são os agricultores". Visão partilhada por um dos agricultores referindo que "os agricultores têm ali uma importância um bocadinho diferente porque são os gestores daquele território, gestores diretos", a par das associações de agricultores.

No entanto, houve óbvias dificuldades em trazer estes importantes *stakeholders* para o processo participativo. Como refere a coordenadora da equipa de parceiros e técnica da LPN "os agricultores têm que ser mais ouvidos do que o que foram, foi um bocado difícil mantê-los até ao fim". De facto, o parco número de agricultores que participaram no processo participativo do PRACTICE, deve-se não só à falta de tempo dos próprios e a horários de *workshops* pouco convenientes (já que os *workshops* ocorreram sempre no intervalo temporal das 14-18h), mas também a uma desconfiança resiliente sobre o trabalho da LPN. Apesar da opinião dos entrevistados não ser unânime nesta matéria, muitos reconhecem que apesar de muito trabalho ter sido feito, ainda subsistem "desconfianças que têm razões infundadas". Um dos entrevistados, durante anos presidente da LPN, foi perentório: "A desconfiança brutal dos agricultores face aos senhores de Lisboa. Estás numa sociedade onde eles se sentem cidadãos porque trabalham com a terra e os que vem das cidades comportam-se como figurinos, portanto eles não acreditam". Um agricultor refere, também, a existência de desconfiança em relação à LPN por parte dos seus colegas, mas lembra que "estas coisas da defesa do ambiente começaram mal, começaram com um Ministério do Ambiente muito autista, muito impositivo e pouco ouvinte". O mesmo entrevistado diz, ainda, que "esta desconfiança inicial com o Estado, com os organismos da administração, acabou por se estender às ONG de Ambiente. E, eventualmente, com alguma culpa delas nesta fase do processo."

No entanto, apesar de existir ainda um sentimento de desconfiança em relação a esta ONGA, o facto de a LPN ser latifundiária é um ponto de viragem importante, como refere um dos entrevistados: "Nós (LPN) fizemos a ponte porque tínhamos 2 mil hectares, se fôssemos uma ONG sem terreno não tínhamos feito a ponte, e porque fomos para o campo trabalhar, e os agricultores começaram a ver de longe que estávamos a trabalhar com máquinas iguais às deles e que tínhamos algumas diferentes e quando nós estávamos a colher os talhões de ensaio eles vinham ver. (...) Eles vieram ver os sacos e metiam as mãos e comparavam o grão, e passaram a acreditar. (...) Foram ver a terra lesionada num talhão e num outro. A partir daí acreditaram em nós e não é por ser uma ONG, é por trabalharmos no campo". Os próprios agricultores referem que "nós hoje em dia assistimos a comportamentos extremamente responsáveis, como eu acho que é o caso aqui da Liga em Castro Verde." (A)

Apesar de a LPN ter "conseguido entrosar-se com os agricultores e entender que as pessoas agem de determinada forma porque na prática aquilo é uma reação a um conjunto de condicionalismos que elas enfrentam" (P), a representante duma Associação de Agricultores considera que "ainda existem pessoas que pura e simplesmente se negam a participar em ações de conservação. Às vezes até elas fariam aquela ação, mas se calhar se lhes vierem dizer que se fizer assim é melhor, acabam por não fazer. Há um bocado essa mentalidade, mas acho que aos poucos tem vindo a alterar-se".

De facto, os *stakeholders* entrevistados foram unânimes em reconhecer que os agricultores são a classe que mais em falta esteve durante este processo, a par das associações de agricultores e caçadores. Os *stakeholders* apontam, ainda, a falta de representantes governamentais com maior influência política. Este sentimento é traduzido pelas palavras de um agricultor: "se fossem bons não precisavam de lá estar quinze!". Depreende-se, portanto, a necessidade do processo ser partilhado por membros do governo regional e central, e não apenas da administração local. Como refere um técnico da LPN em Castro Verde, "os decisores governamentais mais ao nível daqueles que diretamente tem a ver com o ordenamento do território" não participaram no processo. O mesmo refere um agricultor "há uma grande dificuldade em transmitir coisas ao longo desta cadeia. Ou seja, quem é da casa e está no terreno, tem muito pouca capacidade de influenciar quem está no topo e desenha políticas. E, portanto, aí parece-me que estes processos devem trazer simultaneamente, sem prejuízo dos agentes locais, devem tentar trazer os outros que decidem. Porque estes não decidem nada e influenciam muito pouco a capacidade de decisão". Este *stakeholder* faz notar a importância da presença de representantes governamentais que, realmente, criassem e/ou influenciassem políticas de combate à desertificação.

QUESTÕES CHAVE DA PARTICIPAÇÃO

Quando questionada acerca desta questão, a representante da equipa de facilitação reflete que um representante político pode não estar presente fisicamente nas etapas do processo participativo, contudo "tem que haver um acompanhamento de perto e interessado, pela Secretaria de Estado ou qualquer outro organismo que depois pode legislar eventualmente sobre a matéria. Eu acho que é ilusório ter alguém deste nível envolvido em muitas reuniões". A facilitadora sublinha que os decisores, quando verdadeiramente interessados nos resultados da participação pública, podem efetuar "metodologias de acompanhamento", que garantam ter um "*feedback* regular" do processo. Embora os decisores políticos não estejam presentes nas sessões do processo participativo, é necessário que "alguém que acompanhe o projeto", devendo "haver mecanismos que façam a ponte" entre a sociedade civil que contribui para o processo e os decisores políticos. Seria, portanto, muito importante que esta situação se invertesse, a bem da credibilidade do próprio processo e como forma de existirem reais repercussões do projeto em questão.

Relativamente a este último ponto, os *stakeholders* demonstraram um amplo sentimento de esperança relativamente ao seguimento e repercussões do projeto no futuro. Apesar de demonstrarem alguma desconfiança e renitências acerca da continuidade do projeto, é facto que doze dos catorze entrevistados, evidenciaram esperar que o processo conduza a alterações nas políticas de combate à desertificação. Um dos entrevistados acredita que o projeto "vai ter uma repercussão enorme porque vai obrigar os decisores, os *stakeholders* da terra, os detentores da terra, e os *stakeholders* das políticas a pensar". Outros *stakeholders* sublinham, também, as dificuldades na transição de um processo deste género: "depende do *follow up* que lhe for dado. Muitas vezes fazem-se "maravilhas" neste campo e depois fica por ali, portanto é essencial ter seguimento" (RA). A representante da associação de agricultores de Castro Verde, refere: "eu espero que sim. Sou otimista e espero que sim, que tenha. Porque eu acho que estarmos a envolver pessoas, tempo e

dinheiro para depois ficar tudo dentro da gaveta... Assim, realmente, não vamos a lado nenhum" (RA).

Já quando questionados acerca da utilidade deste processo participativo, as opiniões divergem um pouco. Enquanto que o perito em desertificação conclui que o processo participativo tem "completa" utilidade, classificando-o com 5 pontos (numa pontuação de 1 a 5, em que 5 corresponde ao valor máximo) "porque e é possível tirar ilações suficientes para caminharmos para outra coisa", e uma técnica também classifica a utilidade do processo com 5 pontos "antes de mais e sobretudo, porque permitiu pôr as pessoas a discutir" (T). Já outros entrevistados referem as suas dúvidas em relação à utilidade do processo, referindo: "não sei se os resultados têm alguma utilidade" (T) e "a ver vamos. Uma coisa foi o decorrer da sessão outra coisa, esperemos agora os resultados da globalidade para depois realmente ver se isto chega aos ouvidos de alguém" (A).

No entanto, e como se pode observar na figura 5.15, oito dos dez *stakeholders* respondeu que o processo teve "utilidade" ou "muita utilidade", respetivamente, pontuação 4 e 5. Verifica-se, portanto, uma clara tendência a assumir a utilidade do processo participativo como algo que vale por si próprio e não só pelos resultados que se podem obter no combate à desertificação.

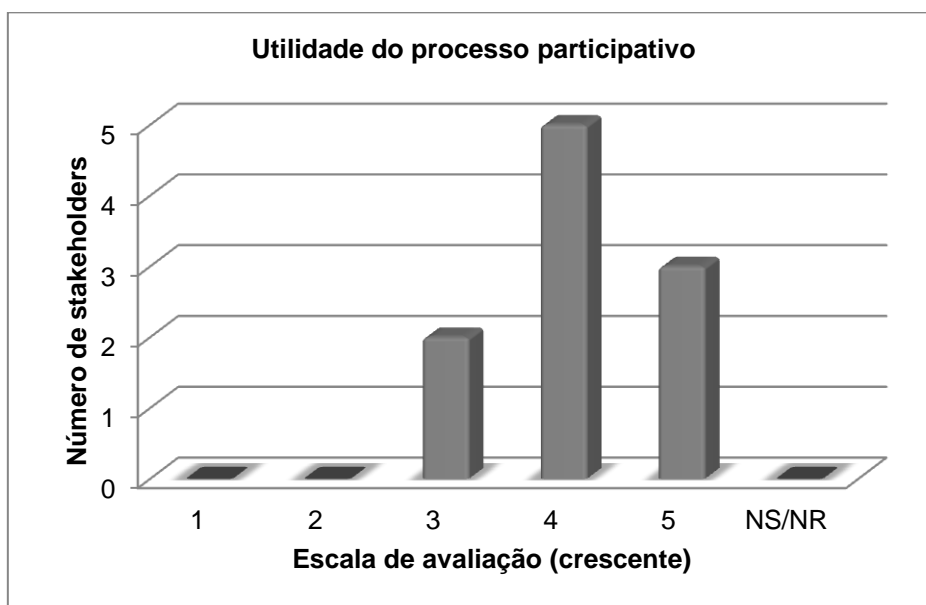


Figura 5.15 - Resultados da avaliação à pergunta " Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?".

Os resultados da avaliação dos *stakeholders* ao sucesso do processo participativo vai ao encontro dos resultados obtidos para a utilidade do mesmo. Ou seja, apesar das renitências de alguns *stakeholders* no real sucesso deste processo e, por consequência, do projeto PRACTICE, estes atribuem uma avaliação bastante positiva ao sucesso do processo participativo. Como referido por um dos agricultores: "vamos apostar num 4 porque a totalidade era a gente ver os resultados palpáveis".

Na figura 5.16 verifica-se que existe uma avaliação maioritariamente positiva acerca do sucesso do processo participativo, sendo que cinco *stakeholders* avaliaram em "4" e dois *stakeholders* em "5". Observa-se, ainda, que três *stakeholders* consideram que o sucesso é relativo.

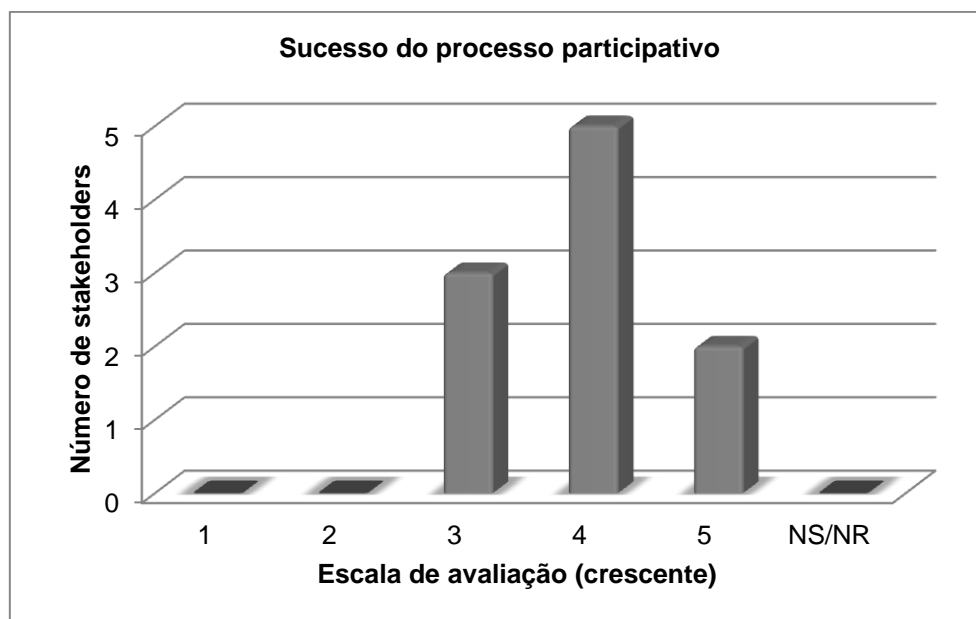


Figura 5.16 - Resultados da avaliação à pergunta

Em suma, e como menciona o perito em desertificação "este processo só tem que ser um processo ganhador. Pelo que ganha e pelo que perde. E portanto a sua capacidade de evolver os locais, de os fazer participar e comungar de certas ideias que são levadas aqui, só que em simultâneo quando se procura levar uma certa mensagem, em simultâneo não se deixa de estar a incorporar aquilo que é a visão do lado de lá. E, portanto, seja qual for o final deste processo, ele será seguramente um processo ganhador, quer para um lado seja para o outro. Mesmo que sejam duas frentes e consciências e o tempo em que venha a acontecer este reencontro já foi".

2. DESEMPENHO DO DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Relativamente à clareza e à facilidade de perceção da metodologia dos *workshops*, as opiniões foram bastante divergentes. Seis dos dez entrevistados consideraram que a metodologia foi clara e perceptível. Um representante de uma associação considera mesmo que esta "é uma das mais-valias". No entanto, os *stakeholders* com menos habilitações académicas, como agricultores e representantes das autarquias locais, revelaram algumas dificuldades em compreender a metodologia. Um representante governamental (presidente da Junta), constatou que "houve muita gente que metia os pés pela cabeça e não tinha muito conhecimento daquilo que estava a fazer". Considerou haver "pessoas, principalmente da parte dos agricultores, com muita dificuldade nessa parte. Eu também tive dificuldade em algumas". Um agricultor considera que os *workshops* deviam ser "menos

elaborados e mais simplificados". Um técnico compartilha a opinião dos agricultores: "julgo que não foi clara", referindo-se à metodologia.

Estes mesmos *stakeholders* consideram, também, que a metodologia impunha um ambiente desconfortável, nomeadamente, nas metodologias de atribuição de pontuação em quadros. O representante da Junta de Freguesia, contestou inclusive a fiabilidade e credibilidade da metodologia pois "via que as outras pessoas punham "sim" ou "não" naquele lado como podiam colocar outra coisa qualquer. Não era fiável, o que lá se punha não era fiável". A declaração de um agricultor atesta isso mesmo: "eu senti-me confortável, talvez quem estivesse a gerir é que não se sentisse tão confortável com a minha posição. A maneira como eu colocava o papelinhos, queriam que eu fosse distribuindo, e eu normalmente punha à parte. Mas no fim a gente entendeu-se. (...) Eu fazia à minha maneira e no fim logo se via".

Interpretação muito diferente têm outros entrevistados, nomeadamente um representante de uma associação e um investigador: "pela forma como as outras pessoas aderiram e interpretaram a metodologia, pareceu-me que houve uma interpretação comum e clara" (RA), "estava toda a gente numa boa! Havia agricultores contentíssimos. (...) Foi giro, foi útil e eles participaram ativamente" (I).

Todavia, o facto de a metodologia assentar neste sistema de pontuação foi dos pontos fracos mais frequentemente apontados pelos *stakeholders*. Os dois representantes governamentais possuem a minha linha de opinião: "a colocação dos papelinhos, acho que muita gente teve dificuldades" (RA), "não achei que a colocação dos papelinhos fosse clara, foi confuso" (RA). Este último refere ainda a dificuldade em perceber os fundamentos teóricos e técnicos da metodologia de atribuição de importância aos indicadores seguida nos *workshops* de Novembro de 2011 e Maio de 2012, mencionando "os computadores, as perguntas, os programas, etc. (...) tive dúvidas por não perceber os programas", "a utilização de programas de computador é um ponto fraco". A equipa de parceiros nacionais quando questionada acerca desta aparente dificuldade, reflete que: "é difícil estar a explicar-lhes o tipo de cálculos que está naquela folha de Excel... Acho que se calhar tem que se usar outro tipo de processos mais expeditos, se calhar uma pessoa com formação neste tipo de trabalhos participativos consegue aplicar numa coisa mais simples que as pessoas vêm logo o resultado daquilo que estão ali a trabalhar naquela sessão e depois com um bocadinho de magia aparece ali o resultado" (Eq.P).

Um investigador e professor universitário, refere que "devia ser mais bem explicitada a forma de votação através dos papelinhos", pois esta fase da metodologia criou muitas dúvidas aos participantes. Um agricultor sublinha, também, que "há partes na metodologia que acho que foram opacas e que de alguma forma nos formatam". Este *stakeholder* refere as dificuldades sentidas "em reduzir conceitos a uma palavra", constatando, ainda, que fica "sempre com a sensação se aquilo de facto representa o que eu acho ou se não foi uma forma de eu cumprir aquele objetivo".

A rigidez da metodologia foi também apontada como um ponto menos conseguido do processo participativo. Uma técnica considera que "houve ali questões que foram muito direccionadas e não nos deram muito espaço para sair para outras questões ou abordar outras questões. Era mesmo a

metodologia que já estava muito direcionada". Na mesma linha, um agricultor sublinha que "as perguntas eram muito, muito redutoras. Eram tratados assuntos com algum grau de complexidade e eram tratados de forma muito telegráfica. E acho que as pessoas sentiram dificuldade em tornar, umas conhecendo melhor outras pior, conceitos relativamente complexos em dizer "sim/não". Há que coisas que não são nem preto nem branco, são cinzento".

De facto, a metodologia do PRACTICE exigia que todos os parceiros dos vários países seguissem regras semelhantes. A equipa coordenadora internacional do PRACTICE obrigava a que metodologia dos *workshops* passasse pelos mesmos passos, designadamente, pelo sistema de pontuação dos indicadores (alguns dos quais eram obrigatórios, mesmo podendo não ser determinantes para a avaliação da desertificação no contexto de Castro Verde), das ações, entre outros. O perito em desertificação explica que "uma questão é estar a fazer um processo participativo puro: vamos lá ver o que é que as populações pensam, o que é que dizem, o que é que explanam. Outra coisa é ter que simultaneamente conviver com processos e com indicadores que nos são impostos. Obrigatoriamente há um conjunto de indicadores externos que têm de ser avaliados." No entanto, a validade de tais indicadores é colocada em causa, já que muitos podem não refletir o contexto de Castro Verde. Como refere a facilitadora "se querem indicadores que valham alguma coisa, tem que se construir com as pessoas que tenham conhecimentos técnicos mas também as pessoas que tenham conhecimento do terreno propriamente dito e fazer isto de raiz".

De facto, a pouca adaptação ao contexto cultural e social português e, em particular, de Castro Verde é um dos pontos que levanta maiores dúvidas. A facilitadora sublinha que o "desafio" de um processo participativo "é fazer uma metodologia mais adequada ao sítio, mas que é repetível em termos de comparação entre os sítios. De cruzar informações. Isso seria o desafio que tinha que haver". Critica, ainda, a forma demasiado generalista da metodologia do processo participativo do PRACTICE: "este era para as necessidades da África do Sul até ao Chile. Foi muito geral".

Outro dos pontos fracos que os *stakeholders* apontaram na metodologia seguida nos *workshops* foi a necessidade de mais tempo para debate. Um agricultor considera que "o debate poderia ter sido um bocadinho mais aberto". Opinião partilhada por um investigador: "acho que devia ter havido mais tempo para debate". Um técnico reflete que "não houve assim grande debate neste processo. Houve entrevistas pessoais e depois houve aquelas sessões em que cada um colocava no quadro as suas opções e opiniões, mas as opiniões não foram muito debatidas".

Este *stakeholder* refere, ainda, a dificuldade no diálogo entre técnicos e não técnicos no desenrolar da metodologia, sublinhando que "estas questões são muito técnicas e, por vezes, mesmo sendo eu um técnico muitas vezes não as domino. Depois quando se misturam outras pessoas que não dominam estas matérias nota-se que há vazios. Não há grande debate, há algum, mas... No grupo em que estava havia uma ou duas pessoas que dominavam bem o assunto, mas outras que não dominavam nada e depois não há um grande debate, o debate não é de igual para igual". A representante da Associação de Agricultores, compartilha desta opinião: "às vezes o que acontece nestas sessões é que se fala de termos mais técnicos, não quer dizer que eles não se apliquem no

dia-a-dia, mas para eles aquilo que outro nome, tem outra maneira de se abordar. E chegam ali, começa a 'apanhar bonés' e então 'já chega, vou-me embora'. Esta stakeholder sublinha que "falamos todos português, mas cada um tem a sua maneira de ver. (...) Nestes casos destes encontros, muitas vezes aquilo que se tá a dizer para eles não faz sentido, não percebem. Já tem acontecido pessoas irem assistir a sessões de esclarecimento disto e daquilo, e no dia seguinte virem-me perguntar o que é que se lá fez, porque não tiveram com muita atenção ou não entenderam".

Para estes dois entrevistados é evidente a falta de uma linguagem comum entre os vários atores do processo participativo. Sendo este um verdadeiro fator de exclusão dos participantes com menor grau de habilitações académicas e técnicas, considerados *stakeholders* mais "frágeis" e difíceis de manter no processo. A coordenadora da equipa de parceiros nacionais, admite falhas na metodologia apicada sublinhando que "eles (referindo-se aos agricultores) não tinham conhecimentos suficientes para dar resposta aquela metodologia, como tinham menos qualificações literárias, acabaram por se indo desligando do processo". Já um dos investigadores tem uma opinião oposta, tendo sentido que "os *stakeholders* estavam todos satisfeitos, em especial porque estavam os investigadores, os técnicos, os políticos a fazer a mesma coisa e as pessoas começaram a achar muito engraçado quando começaram a descobrir que afinal todos tinham as mesmas ideias, porque estavam convencidos que era tudo ao contrário". Sublinhando, portanto, que este tipo de fóruns e *workshops* contribui para a construção de uma linguagem e perceções comuns a técnicos/ investigadores e agricultores/ outros membros da sociedade civil.

Para a facilitadora, criar um processo participativo cuja linguagem seja integradora dos vários conhecimentos, técnicos e práticos, não se apresenta como um desafio intransponível, pelo contrário: "Eu acho que isso não é assim tão difícil como isso. Porque cada um desses grupos-alvo tem de ter, numa primeira fase, um envolvimento adequado. Se há alguém que sabe da desertificação nos últimos 30 anos são os caçadores e os agricultores. Não é por razões técnicas mas sabem o que mudou na própria terra deles, eles sabem. A questão é fazer as perguntas certas dentro de metodologias específicas, por exemplo, não muito formalizadas num primeiro passo com os agricultores". A facilitadora refere que se devem fazer outro tipo de metodologias, como por exemplo, realizar fóruns específicos para agricultores, de modo a integrar verdadeiramente estes *stakeholders* no processo participativo. No entanto, esta facilitadora, quando questionada sobre se este objetivo foi realmente conseguido com o PRACTICE, a representante da equipa de facilitação responde que "pelas coisas que eu vi pareceu-me que não, francamente".

Já quando questionados sobre se conseguiram retirar informação dos *workshops*, os entrevistados, de modo geral, responderam que descobriram alguma informação nova sendo que "a troca de experiências, a troca de ideias é sempre enriquecedora" (A). Apenas dois *stakeholders*, um técnico e um representante de associação, referem que não retiram nenhuma nova informação. Contudo por motivos diferentes: o técnico é perentório ao referir que não obteve qualquer nova informação, sendo que o representante da associação local refere que para fazer essa análise necessitava de acesso ao relatório final.

Já relativamente a se o *workshop* foi esclarecedor ao nível dos resultados do projeto PRACTICE, os *stakeholders* revelam que a divulgação dos mesmos não foi devidamente realizada, pelo que restaram dúvidas. Como mencionou um agricultor "a troca de ideias é enriquecedora, mas tenho dúvidas na parte final dos resultados. (...) Não se consegue perceber bem". O agricultor diz ainda: "Mas na parte final, se toda a gente tem opinião unânime, então vamos lá ver o que conseguimos tirar daqui, e é isso que falta, para que daqui consigamos encaminhar qualquer coisa para além. Porque assim parece que estamos a fazer um polvo, mas assim o polvo retrai outra vez os tentáculos e não transmite... Ou seja, em vez de ser um polvo a transmitir parece que é um polvo a arrecadar". Outro *stakeholder* (RG) refere a pouca credibilidade dos resultados já que "estava mentalizado para as tais respostas que não eram refletidas. Os resultados que viessem depois disso eram irreais".

Alguns *stakeholders* referem que seria necessário um outro *workshop* dedicado à exposição e discussão dos resultados do PRACTICE. Uma técnica refere "se calhar até justificava uma nova sessão só para perceber todo o processo. Fazer uma leitura do processo em geral e da opinião dos outros também. Se calhar até valia a pena debater os resultados. (...) Essa sessão final a explicar todo o encadeado, como é que as coisas se articularam e como é que chegamos ali, falhou um bocadinho". Um agricultor possui opinião semelhante: "eu acho que haveria eventualmente interesse em fazer um *workshop* de apresentação de resultados e um encontro... uma espécie de debate/tertúlia para revisitarmos aquilo e pedir às pessoas que comentassem criticamente as coisas". Ainda a *stakeholder* (T) refere "que a parte final foi muita atabalhoada porque estava toda a gente a querer ir embora", "atabalhoada no aspeto de falta de tempo". Um outro agricultor tem a mesma opinião: "chega-se aquela parte e diz-se aquilo e depois é «adeus, até amanhã!» e ninguém fica debruçar-se «o que achaste do resultado final?!»". Este *stakeholder* reflete que "falta um *workshop* final, com todos os intervenientes internacionais", de modo a perceber o contexto global do projeto PRACTICE. Lúcio do Rosário também refere que "faz sentido fazer um *workshop* final de consensualização e de renovação das ideias". Aliás, a própria equipa de parceiros está consciente desta lacuna e considera a possibilidade de fazer um outro *workshop* quando tiver todos os resultados do PRACTICE, inclusive os resultados internacionais: "nós também gostávamos de fazer ainda, assim que tivermos os outros resultados dos outros parceiros, que ainda não temos" (Eq.P).

Contudo, quando questionados acerca da suficiência de tempo do *workshop* consideraram-no razoável já " que é difícil também ser mais tempo. Acho que é o tempo adequado" (RA). Já um técnico refere que "o tempo foi suficiente, mas não sei se se conseguiu atingir os resultados que se queriam. Não sei, tenho dúvidas". Todavia, alguns *stakeholders* consideram que sentiram necessidade de mais tempo para a construção do processo participativo: "Se fosse mais tinha mais efeito. Para o fim de tirar as conclusões (deste processo participativo) chegava, mas se fosse para "resultar" devia ser mais tempo." (I). Verifica-se, portanto, que os entrevistados consideram mais proveitoso realizar um *workshop* num outro dia, em vez de alargar o tempo do último *workshop*.

A realização de um outro *workshop* é, de facto, uma das sugestões de melhoria do processo participativo mais frequentemente apontadas. Cinco dos catorze entrevistados refere que se deve considerar fazer um outro *workshop* de encerramento. Para além desta sugestão, os entrevistados

referiram que deve ser criado mais tempo para debate, bem como criar mais dinâmicas de grupo, onde os *stakeholders* possam refletir em conjunto: "para além das entrevistas individuais que me parecem pertinentes, mas creio que se deve criar mais condições e investir na componente conjunta" (RA).

Uma técnica sugere, ainda que se deve apostar em "metodologias para pôr as pessoas à vontade, para se conhecerem melhor", "bocadinho só de conversa e de mais convívio antes de entrar na metodologia, porque depois estão mais à vontade". A reflexão da representante da associação de agricultores vai nesse sentido: "Estas coisas também têm o seu *timing*, o seu tempo, às vezes temos de mudar de assunto. Para os pôr à vontade, às vezes temos de ouvir histórias que não têm nada a ver com o assunto para chegar a dizerem aquilo que pretendem. Têm de os pôr à vontade para depois a partir daí construir." (RA). Esta entrevistada sugere, tal como a técnica, mais dinâmicas de grupo de forma a pôr os agricultores o mais confortáveis e seguros possível, lembrando que a metodologia do *workshop* não deve ser rígida e apenas orientada para os resultados: "lembro-me uns onde se ponham as pessoas a falar num grupo e depois havia um representante, é melhor do que estarmos só a pôr indicadores, este é mais este é menos. Conseguir que as pessoas falassem mais e daí tirar qualquer coisa. Não cingir àquilo que já está pré-estabelecido, em que as respostas já estão ali à frente. Era só escolher daqui. Não: temos que ir mais além" (RA). Opinião partilhada pela técnica que considera que não devia "ser tão rígida a apresentação do que se pretendia como escolha".

Outro técnico refere, ainda, o sentimento de confusão por parte da intervenção das equipas de parceiros (nacionais e internacionais) e a equipa de facilitação, nomeadamente, pela dificuldade de esclarecer dúvidas aos participantes acerca de um tema que considera ser bastante técnico e do qual as equipas não estavam, muitas vezes, preparadas para responder de forma clara. Este stakeholder refere: "A análise que faço disso é que o processo ou o método que foi utilizado, não discuto isso porque não é a minha área, mas notou-se claramente que por vezes as pessoas estavam a responder a questões que as moderadoras não as colocavam claramente, por não ser a área delas. Por ser um assunto de certo modo complexo, quando não é bem explicado as perguntas que se fazem depois... não se atinge as respostas próprias".

É perceptível, através da análise das entrevistas, que existem dois grupos de *stakeholders* que cujas opiniões divergem. Por um lado temos os *stakeholders* com maiores habilitações académicas e que, na maior parte dos casos, não vivem no contexto de Castro Verde que consideram que metodologia válida e clara para todos os participantes, apesar de apontarem alguns pontos fracos. Por outro lado, os *stakeholders* com menores habilitações académicas e/ ou com elevado grau de conhecimento do terreno, que consideram a metodologia pouco clara, sendo difícil perceber qual o seu intuito.

Conclui-se, portanto, que a metodologia não chegou a todos os seus públicos-alvo. Os agricultores, um público-alvo especialmente importante dentro do contexto das medidas de combate à desertificação, entrevistados foram especialmente críticos desta metodologia. A representante da Associação de Agricultores reflete que neste tipo de *workshops* "trabalha-se muito à base de jogos, por assim dizer, que neste público não sei se será o mais adequado".

Quando questionada acerca do motivo que leva a que os agricultores não participem em grande número, a RA responde que "os agricultores estão muito saturados de reuniões, de *workshops*, de seminários, de nem sei o quê. Acabam por ser coisas que não saem dali e que não se transpõem, que depois não se aplicam. Não veem nenhum resultado daquilo e acabam por dizer: "isto é sempre a mesma coisa". Muitas vezes as pessoas que promovem estas coisas são sempre as mesmas. Acha-se que não vale a pena". Um investigador também reflete acerca dos horários em que os *workshops* foram realizados: "Achava que essas reuniões não deviam ser às 15h nem às 14h, porque nessa altura estão a trabalhar. Se dissessem que se essa altura for às 21h, não vai lá aparecer nenhum técnico do Estado. Nessa altura ... para lá estar essa gente, essa gente que trabalha, se calhar as melhores horas para essas reuniões deviam ser outras."

A coordenadora da equipa de parceiros e a representante da Associação de Agricultores quando questionadas sobre se o maior envolvimento da Associação de Agricultores do Campo Branco no projeto PRACTICE teria trazido mais agricultores a dar o seu contributo no processo, participando ativamente, ambas admitem que sim: "Com a presença deles, se calhar havia mais alguns que viriam" (Eq.P), "Se calhar sim. Quando há mais envolvimento da nossa parte, talvez também haja mais vontade de as coisas também evoluírem. É um bocadinho o que eu sinto também: "hoje vou, não vou, hoje não posso ir". Se tivermos diretamente no projeto trabalhamos mais no sentido de aquilo ir dar melhores resultados" (RA).

A opinião da facilitadora vai ao encontro destas últimas, referindo que: "se a associação de agricultores não está interessada em colaborar, o projeto não é propriamente muito favorável com qualquer metodologia que seja". A facilitadora sublinha, ainda, que "são estes os primeiros afetados por qualquer decisão", sendo portanto extremamente importante que estes *stakeholders* participem ativamente.

Em suma, quando pedida a avaliação dos *stakeholders* ao desenho e implementação metodologia do processo participativo, cinco dos dez *stakeholders* avaliaram com nota máxima este ponto. Os restantes *stakeholders*, repartiram os seus votos entre as restantes, sendo que as classificações de "3" e "4" pontos foram dadas por dois *stakeholders* cada. Houve apenas um *stakeholder* a avaliar com "2" o desempenho e a implementação da metodologia. Estes números podem ser verificados no gráfico seguinte (figura 5.17):

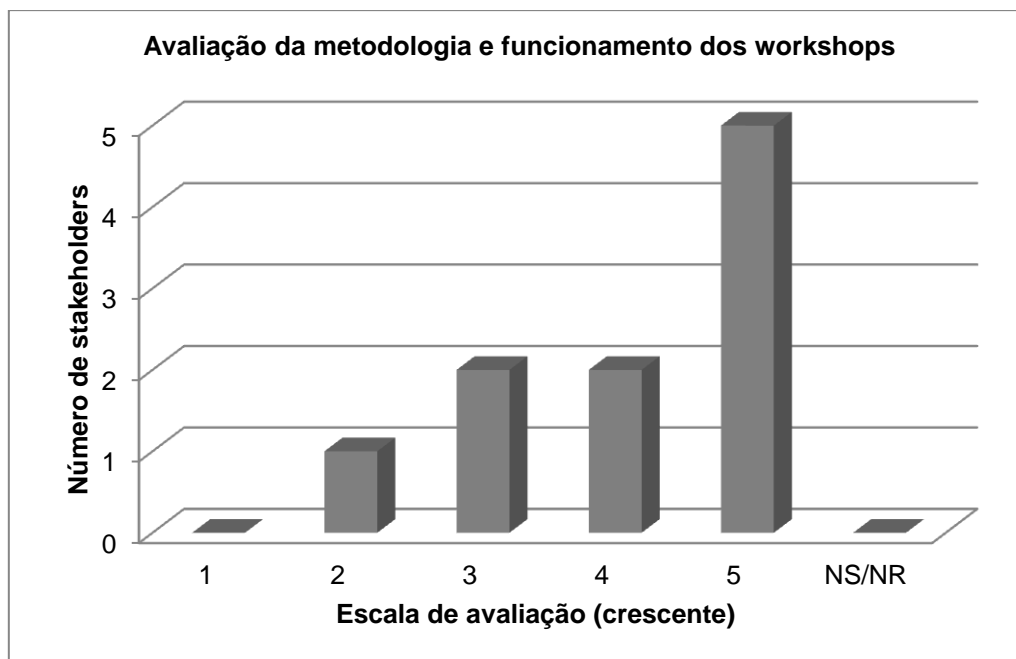


Figura 5.17 - Distribuição das avaliações dos 10 *stakeholders* relativamente ao parâmetro do desenho e implementação da metodologia: "Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*?".

Verifica-se, portanto, que apesar das críticas que foram feitas à metodologia, sete dos *stakeholders* entrevistados deram avaliação "muito boa" ou "boa" à metodologia. Dos dez *stakeholders*, três não proferiram qualquer crítica negativa à metodologia do processo participativos, considerando que a metodologia era "clara e perceptível" e que "toda a gente percebeu, toda a gente entendeu e toda a gente gostou" (I).

Embora muitos dos entrevistados referirem as dificuldades que sentiram durante a implementação da metodologia do *workshop* muitas vezes catalogando-a como "confusa" e "rígida", os *stakeholders* teceram, também, vários comentários positivos à metodologia, sendo de salientar a importância dos debates: "Gostei de ter ouvido os debates. Houve muito diálogo entre as pessoas e trouxe muito conhecimento de coisas que nós não sabíamos." (RG), " Acho que é muito interessante o debate. A parte de debate em que nós, enfim, confrontamos aquilo que achamos com aquilo que as outras pessoas acham." (A). Um dos investigadores refere que "estas conversas são o melhor sítio para isto passar (referindo-se à desconfiança). Se tivermos um projeto que obrigue a fazer isto: a pôr as pessoas a conversar e depois ir tomar café a falar destes temas, é a melhor maneira, talvez a única. Isto tem uma grande importância". Um técnico também sublinha que gostou "da oportunidade de ter juntado com um grupo de pessoas diferentes". Verificou-se que os debates são as partes da metodologia que os participantes mais apreciam, já que todos os entrevistados referem ou que devia ter havido mais tempo para debate ou que gostaram de ouvir as opiniões dos outros participantes.

Um dos agricultores que teceu várias críticas à rigidez e formatação da metodologia ao longo da entrevista, considera, ainda, que "as pessoas saem daqui com a noção, para ou bem ou para o mal, a sua opinião foi registada. Ao longo das sessões tem transparecido que a equipa está essencialmente interessada nas nossas opiniões e isso é bom. Dá uma sensação de gratificação e de vontade de

participar. Acho que desse ponto de vista a metodologia é conseguida. (...) As coisas criam os tais constrangimentos, mas ficam registadas (...) nesse sentido a metodologia é boa."

A ser replicado este projeto no contexto nacional, a metodologia deveria sofrer ajustes, permitindo maior flexibilidade e maior adaptação ao contexto local. A construção das próprias ações de combate à desertificação e dos indicadores deverá ter maiores contributos dos *stakeholders*. A equipa de parceiros tem consciência desta lacuna na metodologia que foi seguida no PRACTICE e refere os pontos que devem ser melhorados: "fazer a definição das ações de combate à desertificação (...) em conjunto com as pessoas, e não sermos nós a dizer quais são as ações", "a seleção dos indicadores, não ser tanto pela entrevista (...) devendo-se agrupar as pessoas numa sessão e tentar criar os indicadores naquela sessão". Ou seja, a ser replicado o projeto deve "tentar fazer tudo em conjunto com as pessoas desde o início" (Eq.P).

Concluindo, no futuro pretende-se que a metodologia consiga chegar a todos os participantes, à "pessoa que tenha um grau de ensino de 1ª classe (atual primeiro ano) e à pessoa que tenha uma escolaridade mais de mestrado ou doutoramento: que seja acessível a todos. Ou seja, que todos se sintam integrados, não pode haver ali dificuldades" (Eq.P).

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

Relativamente ao trabalho da equipa de facilitadores do processo participativo, os entrevistados são unânimes no reconhecimento do bom trabalho que realizaram. De facto, quando questionados acerca da propiciação de um ambiente favorável ao trabalho nos *workshops*, todos os *stakeholders* referiram que a equipa de facilitação o conseguiu fazer. Um dos agricultores constatou que "o trabalho delas foi interessante e é de louvar".

Um investigador considera que a equipa criou um ambiente favorável ao trabalho, todavia refere que "deviam dar um bocadinho mais tempo... Se eu tivesse mais tempo para pensar não estava ali sob pressão". Uma técnica acrescenta que "faltou-lhes se calhar aquilo que estava a falar: no início ter um tempo para criar um ambiente mais descontraído". Um técnico reflete que "assisti a vários (*workshops*) e acho que houve melhoria. No início houve muita confusão, no fim já estava a coisa mais clara". A facilitadora menciona que "houve uma mistura de tarefas: as pessoas do projeto facilitavam os *workshops*. Isto não foi bem separado. Eventualmente foram-me buscar por causa disso, porque eu tinha uma separação nítida entre as pessoas e o problema. Isto vai dar ser uma grande confusão se os mesmos do projeto são os facilitadores. Estes têm de ser neutros".

Relativamente à transmissão de segurança por parte da equipa de facilitação, dos dez *stakeholders* apenas um refere que a equipa não lhe transmitiu segurança: "Não. Transmitiu mais no final (nos últimos *workshops*) do que no início. Notava-se que a própria equipa não sabia o que estava a fazer, notava-se que nós estávamos a ser alvo de uma experiência que não tinha sido ainda bem testada, bem aprimorados os seus contornos" (T).

Já quando questionadas acerca do conforto para fazer intervenções, nove em dez *stakeholders* referiram que estavam completamente confortáveis para tal. Apenas um *stakeholder* referiu que gostaria de ter tido mais tempo para debater e pensar, dizendo, ainda, que "houve ali pessoas que gostam muito de se ouvir. Há alguns que se alastram sempre é aí que a nossa amiga (referindo-se à facilitadora) não os devia deixar falar muito. E não se meter com os outros que gostavam de contribuir."

De facto, no decorrer do último *workshop* a facilitadora considera ter-se sentido "desafiada" pelas palavras de um dos stakeholders, que com o intuito de contribuir para o debate interrompe o pedido da facilitadora para que a sua intervenção seja breve tecendo um comentário acerca da sua nacionalidade alemã. Olhando para a situação atualmente, a facilitadora considera que "foi uma situação em que nem era para desafiar. Aliás, eu com esta situação política em que estamos, as outras pessoas deram uma interpretação de que, pelos vistos, nem foi intencionada. Portanto, nessa situação senti-me desafiada. Mas acho que ninguém nunca pôs em causa as minhas competências de facilitadora". De facto, e como referido pela própria facilitadora este comentário "é uma repercussão de uma situação política e social que pode ir desde o agradecimento pelas medidas que levaram Portugal a bom porto ou, por outro lado, que nunca mais ninguém de pode contratar aqui porque tenho um sotaque alemão. Eu, sendo alemã, não posso ser um risco para o processo". No entanto, a nacionalidade da facilitadora também traz vantagens para o desenrolar do processo participativo, como sublinha um dos entrevistados: "resulta para disciplinar" (T).

Em suma, o desempenho da equipa de facilitação reuniu consenso no que concerne ao bom trabalho realizado. Na figura 5.18 isto mesmo pode ser observado, já que todos os *stakeholders* deram avaliações entre o bom e o muito bom, na escala "4" e "5" respetivamente.

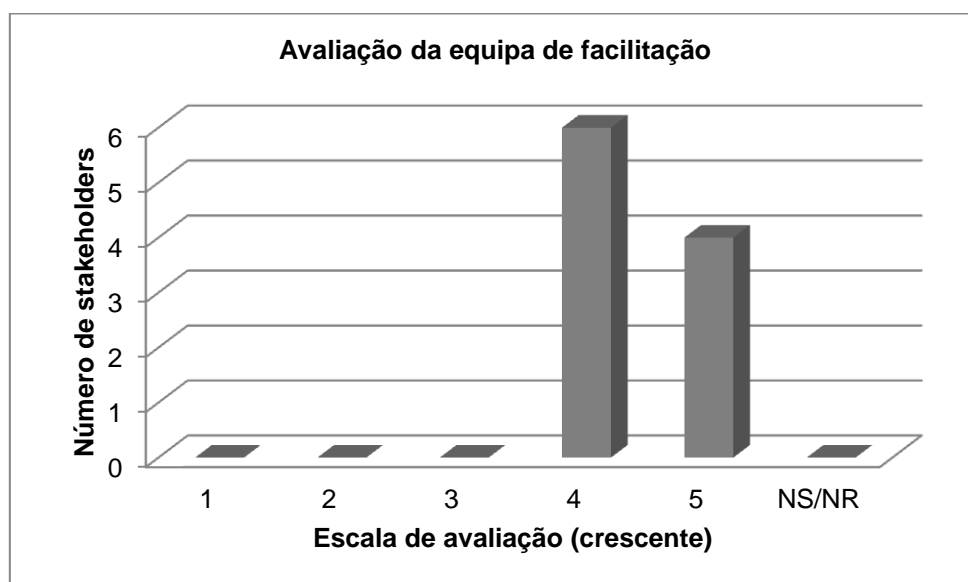


Figura 5.18 - Resultados da avaliação à pergunta "Como avalia o desempenho da equipa de facilitação?".

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

Os *stakeholders* afirmaram na sua maioria que as suas ideias foram claramente partilhadas durante os *workshops*. Um representante de uma associação regional refere que "no quadro da metodologia: sim". De facto, dos dez *stakeholders* apenas um refere que as suas opiniões "poderiam ter sido mais partilhadas" apontando que a equipa de facilitação deveria "dar o mesmo tempo para cada pessoa que quisesse intervir." (I).

Já quando lhes é solicitada uma avaliação da participação dos outros *stakeholders*, a generalidade das opiniões reflete que a participação dos colegas de *workshops* "foi muito, muito positiva" (RA), "muito positiva, acho que é uma participação muito positiva" (RA) e que "houve contribuições realmente importantes" (RG). Um investigador realça que "as pessoas estavam todas muito esclarecidas", considerando que a participação dos outros *stakeholders* foi "boa e muito importante. Nomeadamente a componente dos agricultores". A facilitadora menciona que ficou "com a sensação que toda a gente colabora de bom grado. Em primeiro lugar, a sensação com que eu fiquei foi que eles acharam interessante serem envolvidos numa coisa destas e acederam às metodologias propostas de bom grado mesmo".

Um dos agricultores faz, novamente, menção à metodologia que apesar de muitas vezes a classificar como "formatada" e "pouco aberta", a verdade que é tem a vantagem de mesmo não que nem todos se expressem nos debates, "uma das coisas boas na metodologia é que as nossas opiniões vão escritas em papelinhos, vão escritas em autocolantes e, portanto, as pessoas sentem que aquilo conta. Sentem que o que expressam é registado".

Todavia, outro agricultor afirma que "faltaram ali vozes ativas". Já um dos técnicos considera que "houve algumas participações muito boas, outras menos... Não estou a dizer que sejam boas ou más, mas a questão é que as pessoas têm graus de conhecimentos diferentes". A opinião de um dos representantes governamentais segue a mesma linha da anterior, referindo que "havia muita gente que percebia daquilo, os técnicos... Agora nos agricultores havia uns com mais dificuldades que outros".

Com mais ou menos convicção, todos os *stakeholders* afirmaram ter aprendido durante o processo participativo. Um dos *stakeholders* afirma convictamente que "Sim: da minha parte, da parte dos outros" (I) houve aprendizagem. Já um dos técnicos considera que "houve pontos de vista... Ali não era uma questão de aprender ou de não aprender, era uma questão de "ponto de vista" (...), mas isto é tudo muito ambíguo, com funções pouco claras".

Um dos agricultores reflete que "até aqui eu todas as sessões que em participei, a sensação com que fiquei é que foi um processo onde eu dei o meu contributo, bem ou mal, mas principalmente foi um processo de abertura para mim. Perceber como é que determinadas pessoas viam o problema. E, portanto, de alguma forma aprendi bastante".

Técnicos e investigadores afirmaram ter aprendido bastante e sobretudo com os agricultores. As palavras de uma técnica refletem isto mesmo: "Eu, por exemplo, aprendi imenso nas sessões que fui, sobretudo com os agricultores". Um investigador refere que "uma das coisas que mais aprendi foi a importância de estarem sempre lá presentes, e deviam lá estar mais presentes, eram os que quem lidam com a terra".

Apesar de considerarem que houve aprendizagem ao longo do processo participativo do PRACTICE, os *stakeholders*, de modo geral, afirmam que a sua opinião inicial foi pouco ou nada mudada. "Houve ajustes. Debates os problemas e chegámos a um consenso" (RA).

Já se o *stakeholder* voltaria a participar num processo participativo semelhante a este, dez dos dez *stakeholders* afirmaram que voltariam a participar. Uma técnica refere que gostou "de participar nele, fico muito contente porque achei muito interessante e inovador". Já os dois representantes governamentais entrevistados referem que voltariam a participar até mesmo porque faz parte das suas funções: "Sim, até por boa vontade. (...) Nós tiramos sempre proveitos destas coisas, aprende-se sempre, seja útil ou não" (RG), "Eu sou um representante do povo e uma das minhas funções é estar disponível para estas coisas" (RG). Sendo que estas palavras vão encontro das anteriormente proferidas pelo perito quando mencionava que estes representantes da administração local participaram neste processo não porque o projeto lhes interesse, mas, sobretudo, pelo exercício das suas funções ("parece-me que são sobretudo os que quase têm obrigação de participar. Isto é, as pessoas não participam neste processo porque o processo lhes interesse").

Embora no geral tenha havido avaliações muito positivas neste campo do desempenho de *stakeholders*, a verdade é que por modéstia ou não, as autoavaliações do desempenho enquanto *stakeholder* do processo participativo foram dispersas. Aliás, nenhum *stakeholder* avaliou o seu desempenho em "5", valor máximo da escala. Observa-se no gráfico da figura 5.19, que as avaliações se situam entre o "2" e o "4".

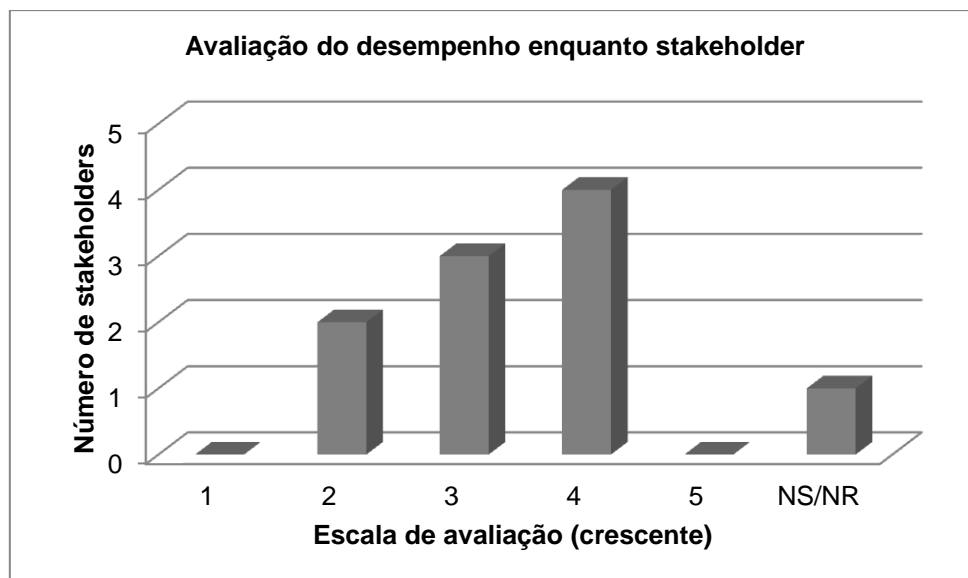


Figura 5.19 - Distribuição das avaliações dos 10 *stakeholders* relativamente à questão "Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*?".

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS (EQUIPA COORDENADA PELO PROMOTOR)

A LPN de Castro Verde foi escolhida pela equipa de promotores internacionais do PRACTICE como equipa de parceiros nacional. A avaliação do desempenho dos parceiros centrar-se-á somente na atuação da equipa da LPN que coordenou o projeto a nível nacional, sendo Castro Verde o caso de estudo.

O perito e observador do projeto PRACTICE a nível internacional, refere "que o processo português é certamente aberto quando comparado com os outros. Mais aberto e muito mais participado. (...) Comparativamente com outros, o processo PRACTICE português é extremamente interessante ". O perito mostra-se bastante satisfeito com o modo como foi conduzido o processo participativo português referindo que "apesar da matriz do processo ser a mesma, estamos a falar de universos completamente diferentes. Os grupos que fazem a aplicação do processo são muito diferentes. E, portanto, tendo em conta essas duas realidades, parece-me que por um lado há aqui uma genuína preocupação na condução do processo participativo, e que não está exclusivamente enraizado neste processo".

A plataforma de *stakeholders* foi desde início definida pela LPN que endereçou vários convites a um grupo restrito de pessoas. A coordenadora da equipa de parceiros explica como foi definida a plataforma: "Fomos nós aqui na LPN, como já temos conhecimento das pessoas com maior poder de intervenção e decisão. Os que consideramos mais úteis ter na plataforma de atores que poderiam dar assim algum contributo, que fossem representativos de todas as áreas, nós fizemos essa seleção e isso têm que ser as entidades locais a fazer". Para a facilitadora o processo de definição da plataforma de *stakeholders* deve ser feito de outra forma: "À partida, em termos de participação, na

análise de *stakeholders*, metodologicamente, faz-se uma investigação a quem é afetado diretamente ou indiretamente, quem pode bloquear as decisões e quem está sempre contra. E depois vai se falando com estes *stakeholders*, com estes grupos, a ver se eles querem, se estão dispostos a integrar o projeto de participação". Considera, ainda, que não se podem tomar decisões se tivermos "grupo-chave a não se quererem envolver", neste casos, os diretamente relacionados com a forma como se trata a terra (agricultores e representantes de associações, caçadores, entre outros). A facilitadora menciona que a definição da plataforma de *stakeholders* "pode ser um dos erros deste projeto PRACTICE: foram definidos os parceiros independentemente se eles se querem envolver ou não, com uma metodologia imposta, independentemente se isto serve ou não. E, assim, parece aos participantes, imagino eu, mais um exercício intelectual, mais um destes que eventualmente não chegará a bom porto".

A definição da plataforma de *stakeholders* pela equipa de parceiros é evidente, de facto, apenas um dos dez *stakeholders* afirmou ter tido conhecimento deste projeto através de outros meios que não a LPN. Os restantes nove tomaram conhecimento do PRACTICE através do próprio convite para ingressar na plataforma de *stakeholders*.

Já quando questionados acerca do seu grau de informação sobre o projeto PRACTICE, as respostas são diversas, no entanto, de modo geral os entrevistados consideram-se "razoável" ou "medianamente" informados acerca do PRACTICE. Uma técnica considera que apesar de estar bem informada, considera que devia ter "havido um pouco mais de informação na altura em que a pessoa é convocada (...), talvez ajudasse". Opinião partilhada por Gabriel Lontro que refere ter tido pouca informação acerca do projeto: "No meu ponto de vista houve alguma falha no acesso à informação".

Já um técnico, da própria LPN, considera que não estava bem informado: "Não, não estava e penso que os *stakeholders* também não estavam. Acho que devia ter sido melhor explicado. O problema é que essa clarificação deveria ter sido feita ao longo do projeto e explicar às pessoas o que é que se pretendia". A representante da AACB, também se considera medianamente informada, quando questionada acerca da dos conhecimentos dos agricultores afirma perentoriamente que estes não estavam bem informados apontado algumas razões: "Talvez o facto de o projeto ter um nome estrangeiro, talvez não seja perceptível de perceber à primeira o que é. Começa-se logo a pensar "isto não é para mim", "não percebo nada disto", "não tenho nada a ver com isto". Não se entregam logo à partida, porque acham que é uma coisa que lhes vai passar ao lado".

As opiniões dos entrevistados são divergentes no que concerne à divulgação do projeto PRACTICE. Cinco dos dez *stakeholders* consideram que houve divulgação do PRACTICE. Um agricultor, que partilha da opinião de que o projeto foi devidamente divulgado, considera que " só não foram mais pessoas porque não quiseram, digo eu. Acho que houve muita gente que foi convidada e que simplesmente não foi". Já outro stakeholder é da opinião que "este projeto não se previa que fosse muito divulgado. É um estudo dentro de um grupo e dentro do grupo houve divulgação. Agora para a opinião pública em geral não houve até porque nem me parece que seja esse o objetivo do projeto, pelo menos para já. Talvez no final, as conclusões possam ser" (T).

Todavia os restantes *stakeholders* e os entrevistados consideram que a LPN falhou na divulgação do projeto. Aliás, o perito em desertificação é categórico na sua avaliação à divulgação do PRACTICE, tecendo duras críticas à equipa de parceiros: "O processo não foi divulgado. O projeto tem vindo a ser divulgado mas a nível externo. Temos vindo a fazer um esforço a nível da comissão nacional para divulgar. Mas a LPN ainda não começou a divulgar este projeto. Eu diria que eles se enconcharam com os resultados deste projeto. Que estão interessados em finalizar o projeto. Eles próprios ainda não utilizaram este projeto como uma bandeira... Eu acho que eles ainda nem sequer perceberam a importância deste projeto quer no âmbito nacional, regional e global daquilo que se pode fazer". Considera, ainda, que "era muito importante que a sociedade, não só a sociedade civil, tivesse real conhecimento", e refletindo que "isto precisa de ser olhado de fora, mesmo por outras pessoas que não participam exatamente nestas coisas. E este processo devia ter uma divulgação muito mais alargada do que aquilo que está a ter. E digo isto para a LPN, como digo isto para os próprios organizadores do PRACTICE".

Já uma representante de uma associação considera que o projeto deveria ser mais divulgado, refletindo sobre o possível papel da Associação de Agricultores: "Talvez tenha de passar pela Associação, não sei. Às vezes a articulação também não é muito fácil, mas se calhar tem de ser um bocadinho melhorado esse ponto". Opinião semelhante possui uma técnica: "Isto interessa a quem? Aos agricultores. Então agora vamos tentar, através das associações, fazer chegar a eles, para além de Castro Verde e daqueles que lá estiveram, o que andamos a fazer e para que é que isto serviu. Portanto, mais aí, nesse nível. Nesse nível e ao nível das autarquias tem efeitos mais práticos do que mandar o relatório à CCDR". Um agricultor considera que a sociedade não se apercebeu da existência do PRACTICE, considerando que se devia apostar na divulgação deste projeto à sociedade: "A sociedade em geral, local, não me parece que tenha tido noção deste processo de consulta, a não as pessoas que estavam de facto a ser consultadas. O que me parece pouco. Valeria a pena elaborar um bocadinho uma divulgação pensada para a sociedade local".

Um dos investigadores reflete sobre a enorme importância deste projeto, sobretudo para as regiões onde a desertificação se assume como problema real, sendo perentório na utilidade da divulgação do PRACTICE à classe política: "Honestamente devia de ter havido mais (divulgação), era muito útil isso e não era para Lisboa mas sim para a região, uma região significativa. Era nestes dois terços para dentro e deixava o litoral sossegado. E chamava lá os políticos, não da terra mas do distrito. Achava muito importante estarem lá os políticos. No mínimo os regionais, se fosse um país evoluído deviam de estar os secretários de estado".

Quando observados os resultados da avaliação do desempenho à equipa de parceiros pelos dez *stakeholders*, o gráfico (figura 5.20) é bastante revelador da satisfação dos inquiridos. Conclui-se que apesar das críticas às questões de divulgação e de algumas lacunas na disponibilização de informação sobre o projeto, a LPN fez "o que estava ao alcance deles" (RG). Isto mesmo é perceptível quando aos entrevistados é perguntado se faria alguma coisa de forma diferente da que foi feita pela LPN: apenas dois *stakeholders* responderam que fariam a divulgação de outra maneira. Quatro dos

outros *stakeholders* foram categóricos no "não", revelando que não mudariam em nada o trabalho realizado pela equipa de parceiros.

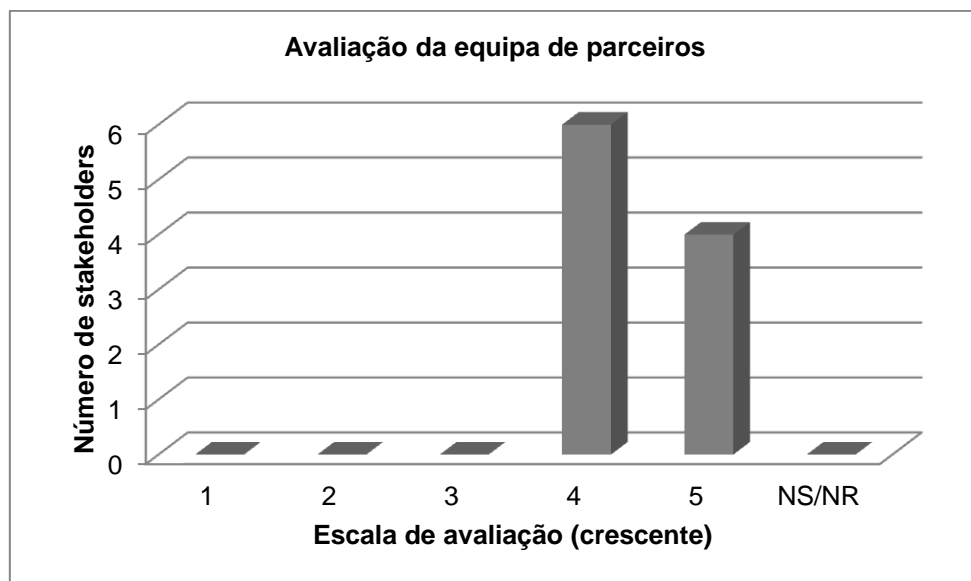


Figura 5.20 - Resultados da avaliação à pergunta "Como avalia o desempenho da equipa de parceiros?"

O perito em desertificação reflete e classifica o desempenho da equipa de parceiros: "como organização da sociedade civil em Portugal da forma como funcionaram, eu diria 4 a 5 como classificação deles. Daquilo que são as minhas expectativas em relação a esta matéria dar-lhe-ia uma nota muito má. Eu tenho direito de dar uma nota muito má aquele que fazem o melhor que sabem neste contexto? Eu dou-lhe 4...". Como é perceptível através das palavras deste perito e também da votação dos outros *stakeholders*, o passado da LPN em Castro Verde é indissociável da votação. Verifica-se que os *stakeholders* tem bastante apreço e consideração pelo trabalho que até agora foi realizado por esta organização, em especial no contexto de Castro Verde.

5.2.4. 4ª FASE: AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE ÍNDICE DE SUCESSO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

A metodologia de avaliação do processo participativo aqui apresentada visa ser passível de ser replicada na avaliação de outros processos participativos, estando ou não ligados à problemática da desertificação.

De facto, a interceção das três metodologias supramencionadas - inquéritos, observação e entrevistas - permite realizar uma análise abrangente de todo o processo participativo, procurando ser o mais completa possível. Aliar a avaliação qualitativa à quantitativa é uma das grandes vantagens desta metodologia. Assim, conseguem-se traçar várias linhas de análise transversal, onde por vários métodos se avalia o processo participativo.

PROPOSTA DE ÍNDICE DE SUCESSO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

Esta metodologia pretende, ainda, constituir a base para a construção de um índice de sucesso de um processo participativo, no qual são avaliados os desempenhos de cada uma das cinco componentes por fase metodológica: inquéritos, observação dos *workshops* e entrevistas (a *stakeholders*, observadores do processo, equipa de facilitação e equipa de parceiros).

No entanto, antes de avançar para a construção deste índice, é pertinente clarificar a definição de "sucesso". No dicionário da língua portuguesa, "sucesso" é definido como algo que tem bom resultado, sendo sempre precedido de uma qualquer ação. (Priberam, 2013) No entanto, a definição de sucesso não será tão linear no contexto da participação pública. Aliás, a questão da definição de sucesso num processo participativo é complexa e altera-se ao longo do tempo.

O bom resultado de um processo participativo não é de fácil definição, pois "cada caso é um caso". De facto, o contexto cultural ou socioeconómico são condicionantes em qualquer processo participativo. Poder-se-á aplicar a mesma metodologia, com as mesmas equipas de facilitação e de parceiros, com os mesmos *stakeholders* e igual tema de projeto e obter-se um resultado final diferente. Basta mudarmos o período temporal para alterarmos o processo participativo, porque as pessoas já não vão ser as mesmas intrinsecamente. A verdade é que a componente humana nunca pode ser esquecida de um processo participativo, visto que o seu âmago é feito por ela.

O sucesso de um processo participativo traduz-se na construção de uma "cidadania mais efetiva e corresponsável" (Vasconcelos, L., 2010), onde todos sintam que deram o seu máximo contributo para o projeto e, por consequência, para a sociedade. Um processo participativo deve gerar um sentimento de corresponsabilização dos *stakeholders* que nele participaram. O sucesso de um processo participativo também se verifica pelo cruzamento de conhecimentos. A geração de um novo tipo de conhecimento, produto da interseção das diferentes realidades e visões expostas num PP, ou seja, a aferição sobre se os participantes do processo aprenderam socialmente, é um contributo para o sucesso do processo.

Ainda é de referir, que um processo participativo só atinge o pleno sucesso quando consegue integrar todas as partes interessadas no processo, fazendo-se chegar a todos os públicos-alvo, levando-os à

formulação de consensos e de soluções *win-win*, ou seja, soluções em que o superior interesse da comunidade ganhe.

Possivelmente, será mais simples inferir sobre o insucesso de um processo participativo. Mesmo que apenas recorrendo ao senso comum, insucesso é tudo aquilo que não resulta, que não é bem conseguido, repleto de falhas e enganos. Assim sendo, o insucesso de um processo participativo pode definir-se como um processo que não contribuiu para o *empowerment* das pessoas e, em última instância, que não contribuiu para a sociedade.

Assim sendo, definiu-se uma escala crescente de 1 a 5, onde 5 representa o máximo sucesso que pode ser atingido num processo participativo e 1, o mínimo possível, o correspondente ao insucesso do processo (quadro 5.6).

Quadro 5.6 - Categoria de sucesso de um processo participativo.

Avaliação Qualitativa	Sucesso	Descrição do Sucesso
5	Total	<p>Total sucesso do processo participativo.</p> <p>Os cinco desempenhos foram atingidos na sua totalidade.</p> <p>Os objetivos do processo participativo foram conseguidos na sua totalidade.</p> <p>As equipas de facilitação e de parceiros conseguiram cumprir os objetivos traçados.</p> <p>Os <i>stakeholders</i> demonstraram uma grande capacidade de promoção de consensos, tendo havido aprendizagem social.</p> <p>Diálogo conseguido entre a comunidade científica/técnica e a sociedade.</p> <p>Não são necessárias alterações ao desenho da metodologia.</p>
4	Muito	<p>O processo participativo alcançou muito sucesso.</p> <p>Os cinco desempenhos foram, na generalidade, bastante bem conseguidos.</p> <p>Os <i>stakeholders</i> estão interessados em criar consensos. Houve aprendizagem durante o processo participativo.</p> <p>São necessárias algumas alterações/correções nos desempenhos que apresentaram menor avaliação.</p>
3	Moderado	<p>Sucesso moderado do processo participativo.</p> <p>Os cinco desempenhos foram medianamente conseguidos.</p> <p>Devem ser observados quais os desempenhos com menor grau de sucesso e fazer incidir alterações sobre esses.</p>

Avaliação Qualitativa	Sucesso	Descrição do Sucesso
2	Pouco	<p>O processo participativo demonstrou ter pouco alcance.</p> <p>Os cinco desempenhos foram pouco conseguidos, devendo-se fazer incidir alterações significativas na organização do processo participativo de modo a melhorar a avaliação dos desempenhos.</p>
1	Nenhum	<p>Nenhum dos desempenhos foi conseguido, conduzindo ao insucesso do processo participativo.</p> <p>Os objetivos do projeto poderão ter de ser revistos e alterados devido ao insucesso manifesto do processo participativo</p> <p>Devem mudar-se, ou pelo menos considerar mudanças significativas, nas equipas de parceiros e de facilitadores.</p> <p>A metodologia de participação não é adequada aos participantes, pelo que deve ser totalmente alterada.</p> <p>Os <i>stakeholders</i> não demonstraram capacidade de promoção de consensos, não tendo havido aprendizagem social.</p> <p>Diálogo não conseguido entre a comunidade científica/ técnica e a sociedade.</p>

Idealmente, a avaliação de sucesso de um processo participativo deve ser realizada em vários momentos, já que a percepção de sucesso por parte dos seus intervenientes poderá mudar à medida que o tempo evolui. De facto, e tendo em consideração que muitos dos processos participativos realizados têm o intuito de colocar a opinião e interesses dos *stakeholders* em políticas e planos, a não inclusão dos resultados do processo nos mesmos irá interferir com a avaliação que os próprios *stakeholders* fazem do processo participativo.

Assim sendo, esta metodologia de avaliação deverá ser realizada em vários momentos. Numa primeira fase, a metodologia de avaliação do processo participativo deve ser realizada aquando da ocorrência das sessões participativas, sendo que observação e inquéritos devem ser feitos durante e no fim de cada sessão de participação, respetivamente, e as entrevistas deverão ser realizadas após o fim do processo participativo (sendo que não é aconselhável que se deixe passar muito tempo do fim do processo, para que as pessoas ainda o tenham presente).

Caso o processo participativo seja bastante longo, poder-se-á considerar a realização de entrevistas não apenas no término do processo participativo, mas em momentos relevantes durante o processo, de modo a obter dados que possibilitem a análise da evolução do PP.

Considera-se, ainda, relevante que o processo participativo seja reavaliado passados meses após o fim do processo (podendo esta fase ser novamente sob a forma de entrevista e/ ou inquérito, dependendo de que resultados se pretendam obter). Esta forma de monitorização do sucesso do processo participativo deverá ser melhor desenvolvida no futuro, já que se considera essencial para a devida análise e avaliação do PP.

De facto, só a monitorização trará resultados fiáveis e completos acerca da participação e do sucesso que o processo participativo realmente atingiu. Aliás, isto mesmo é referido pelos entrevistados, em especial pelos agricultores, quando sublinham que é difícil fazer uma avaliação do sucesso do processo participativo, já que este depende do projeto e do cumprimento dos objetivos que nele estão propostos (um dos agricultores entrevistados: "vamos apostar num 4 porque a totalidade era a gente ver os resultados palpáveis").

Para esta metodologia, a avaliação de sucesso de um processo participativo está estritamente ligada com os desempenhos que foram avaliados ao longo das fases da metodologia (inquéritos, observação e entrevistas). Assim sendo, o Índice de Sucesso é, uma síntese, ou seja a soma das contribuições dos desempenhos de um processo participativo. Esquematicamente (figura 5.21):



Figura 5.21 - Componentes que influenciam o sucesso do processo participativo.

No entanto, serão estes desempenhos igualmente importantes para o sucesso do processo participativo? De modo a obter resposta a esta questão foi pedido aos entrevistados que participaram no PRACTICE e a um painel de especialistas em participação pública que avaliassem a importância de cada um destes desempenhos para o sucesso de um qualquer processo participativo.

Foi, portanto, pedido a vinte e cinco indivíduos que colocassem por ordem crescente de importância estas cinco categorias (desempenhos), onde 5 equivale a um grau "tudo" de importância e 1 equivale a "nada" importante para funcionamento e sucesso do processo participativo. Esta questão foi realizada a doze dos catorze entrevistados bem como a treze especialistas (doutores e doutorandos) em participação pública ativa.

Os resultados obtidos foram igualmente interessantes de avaliar, já que há diferenças entre as avaliações dos entrevistados e dos especialistas. No caso do painel de especialistas, em matérias de participação pública, estes colocam como fator mais importante para o sucesso do processo participativo o desempenho dos facilitadores, a que logo se segue o desempenho do desenho e implementação da metodologia. Já os entrevistados, sugerem que o desempenho do desenho e implementação da metodologia é o fator mais importante para o sucesso do processo participativo, seguido do projeto *per si*.

Todavia, entrevistados e especialistas contribuíram de igual forma para a definição da importância de cada um destes desempenhos. Em futuros projetos considera-se que esta forma de determinar fatores de importância é pertinente, pelo que se deve realizar esta pergunta aos novos entrevistados.

De notar, também, que poderá ser pertinente uma nova avaliação à importância destes desempenhos por parte do painel de especialistas, já que se constatou que esta mesma avaliação feita em momentos temporais diferentes, produz resultados diferentes.

Assim, tendo em consideração a opinião dos 25 indivíduos, observa-se, através da média de resultados, que o desempenho que mais importância tem para o sucesso do processo participativo é o desenho e implementação da metodologia, a que se segue o desempenho da equipa de facilitação. Com a mesma ponderação atribuída, encontram-se o desempenho dos participantes e a importância do projeto *per si*. Já o desempenho da equipa de parceiros parece ser o que menos determina o sucesso do processo participativo. Estes resultados podem ser observados na figura 5.22.

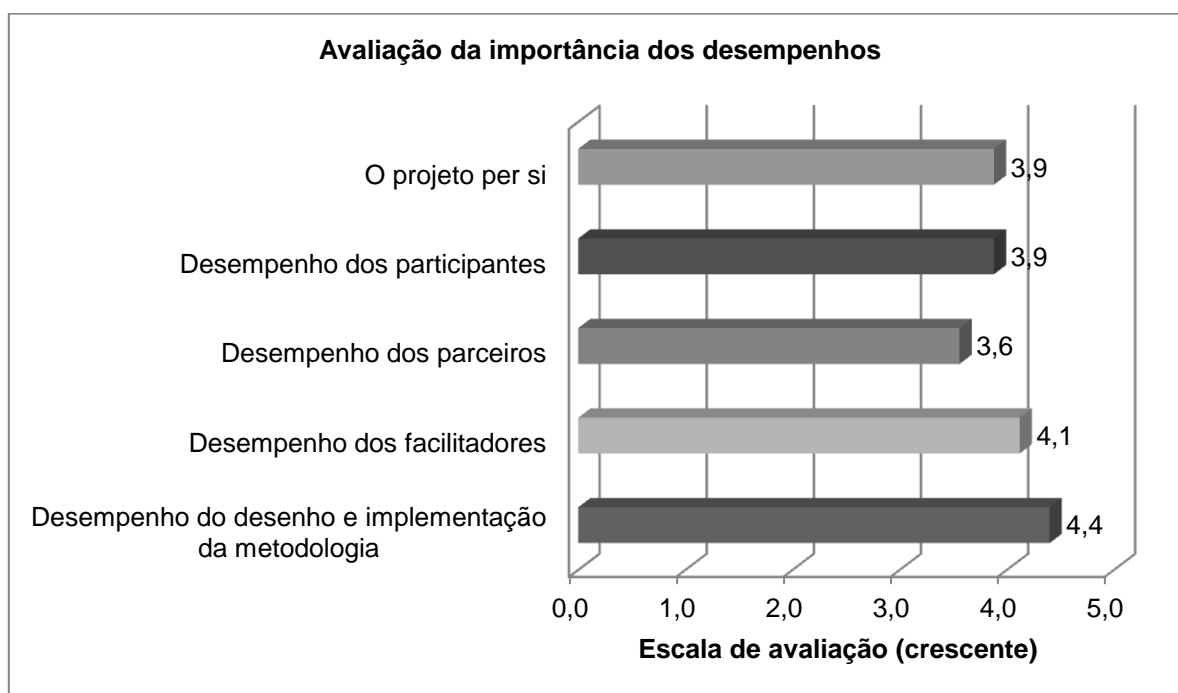


Figura 5.22 - Atribuição da importância dos desempenhos que influenciam o sucesso do processo participativo. Recolha de uma amostra de 25 indivíduos.

Assim sendo, a construção do índice de sucesso irá contemplar estes resultados, já que são ponderações que irão influir sobre a avaliação do desempenho do PRACTICE. Os resultados quantitativos do projeto PRACTICE foram transpostos dos resultados obtidos através dos inquéritos e das entrevistas.

ASPETOS A REFLETIR NA CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE

No entanto, esta não será a forma ideal se construir um índice de sucesso de um processo participativo. De facto, a construção deste índice revela-se como um processo de extrema complexidade, onde as três fases da metodologia (inquéritos, observação e entrevistas) contribuiriam para a avaliação de cada um dos desempenhos. Possivelmente, também estas fases metodológicas teriam um peso associado, caso se considerasse que, por exemplo, a observação valha menos do que as entrevistas para a construção do índice.

Aliás, relativamente à observação, esta fase revela-se complexa e necessita de um outro tipo de tratamento. A atribuição de pesos relativos a cada um dos dezasseis indicadores parece ser bastante pertinente, já que se considera que nem todos os indicadores revelam o mesmo sobre a avaliação dos desempenhos. Seria, ainda, relevante elaborar uma lista de indicadores que avaliasse todos os cinco desempenhos. No futuro poder-se-iam desenvolver indicadores que auxiliassem o observador a avaliar, também, os desempenhos dos parceiros, do desenho e implementação da metodologia e do projeto *per se*.

A avaliação dos desempenhos deverá, portanto, começar a fazer-se logo desde o início, ou seja, os inquéritos, os indicadores para a observação e a entrevista deverão estar metodologicamente trabalhados para que se consiga avaliar estes desempenhos de forma mais abrangente e transversal. No entanto, devido a um vasto leque de impossibilidades e complexidade levantada pela construção de um índice de sucesso deste tipo, não foi possível conseguir para já esse objetivo.

Salvaguarda-se, todavia, a importância da avaliação qualitativa, que deve estar presente sempre que possível. A avaliação qualitativa é indispensável para a avaliação do sucesso do processo participativo, sendo forma relevante de obter informação para além da mera quantificação. E, de facto, o que é pretendido pela proposta deste índice não é a mera quantificação de um processo ou de pessoas. Pelo contrário, as opiniões e visões das pessoas são o que mais contribui para a avaliação do processo participativo. Este índice pretende ser uma ferramenta, o mais completa possível, para avaliar um qualquer processo participativo, aliando uma componente qualitativa muito extensa a uma componente quantitativa o mais válida possível e que consiga efetivamente refletir as visões dos intervenientes do processo participativo.

PROPOSTA PARA CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE

Posto isto, com estes resultados genéricos sobre como os desempenhos contribuem para o sucesso processo participativo, pode avançar-se para o cálculo do índice de sucesso. Para se calcular o índice de sucesso foi definida a seguinte metodologia (figura 5.23):

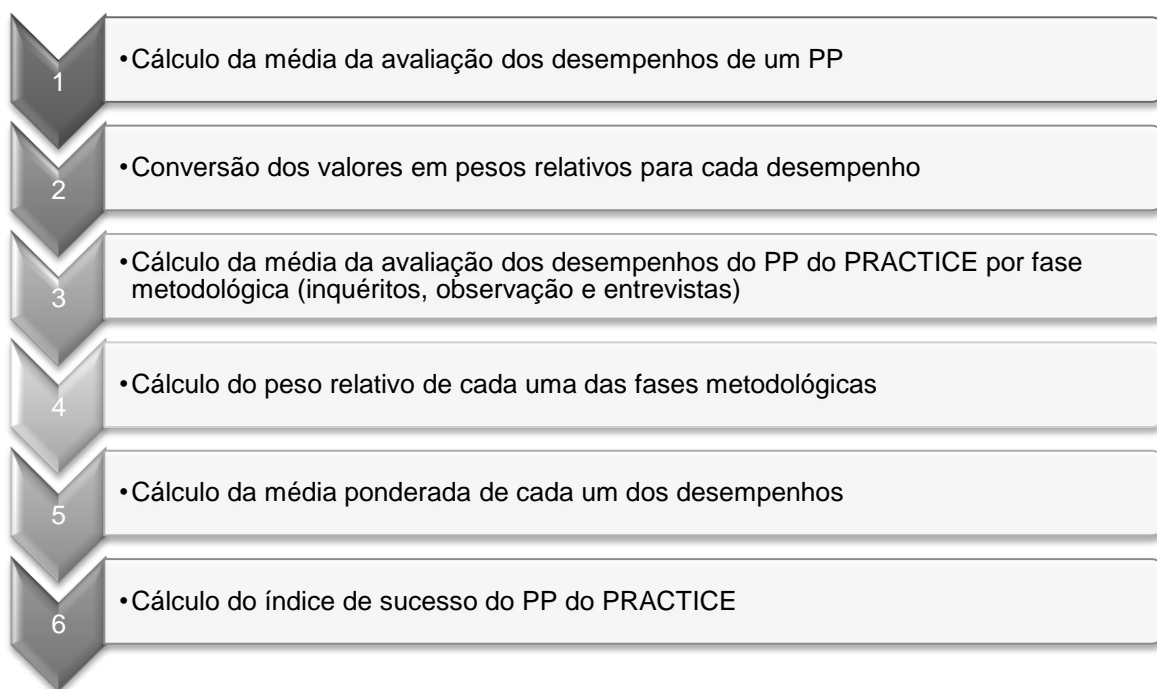


Figura 5.23 - Metodologia para a construção do índice de sucesso do processo participativo do PRACTICE.

CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE SIMPLIFICADO

No entanto, devido aos constrangimentos suprarreferidos acerca da complexidade da construção de um índice deste tipo, teve de se optar pela construção de uma versão dita simplificada, apenas a título experimental. Foi, então, definida uma metodologia simplificada que permita o cálculo do índice de sucesso, esquematicamente na figura 5.24, onde os pesos de cada uma das fases metodológicas não estão contempladas.

De referir, que a avaliação da importância do projeto *per se* foi realizada através das respostas de dezoito *stakeholders* no inquérito de 1 de Outubro de 2012 e as restantes avaliações foram feitas pelos 10 *stakeholders* entrevistados. No futuro, os cinco desempenhos devem ser avaliados quantitativamente nos inquéritos e nas entrevistas com idêntica questão.

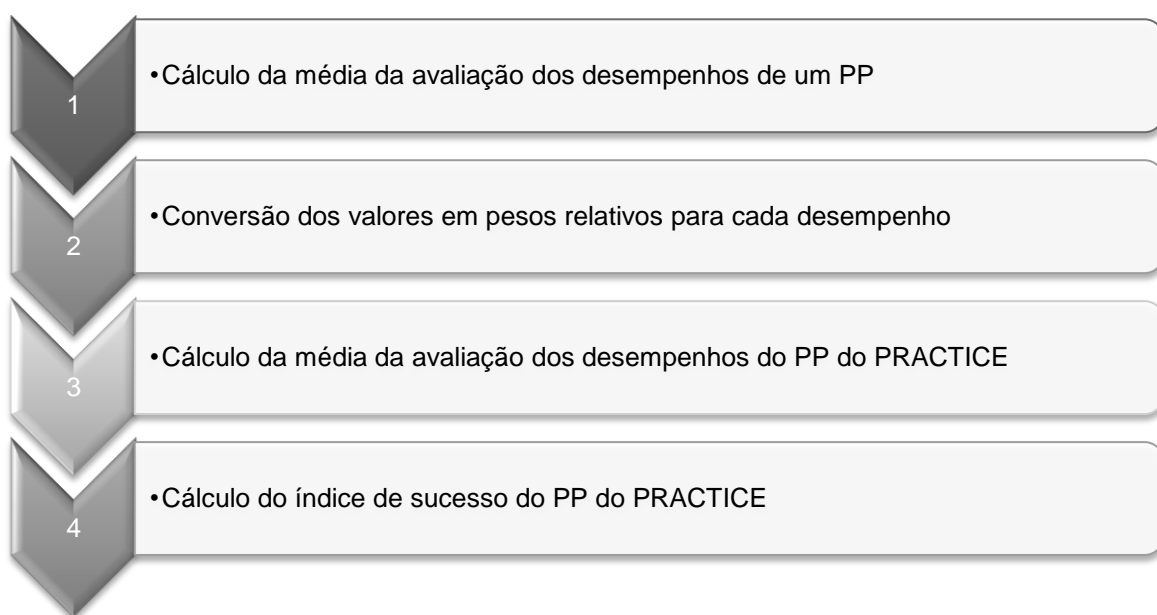


Figura 5.24 - Metodologia simplificada para a construção do índice de sucesso do processo participativo do PRACTICE.

Assim sendo, a metodologia para o cálculo do índice foi a seguinte:

- 1) Foi calculada a média da avaliação de cada um dos cinco desempenhos através dos resultados dados por 25 indivíduos (entrevistados do processo PRACTICE e especialistas em participação pública). Estes resultados estão supra mencionados na figura 5.22;
- 2) Os resultados obtidos foram convertidos em ponderações/ pesos relativos;
- 3) Foi calculada a média e o desvio padrão da avaliação de cada um dos desempenhos do processo participativo do PRACTICE, através dos resultados obtidos quantitativamente nos inquéritos e nas entrevistas (quadro 5.7). Na figura 5.25 podem observar-se os resultados médios da avaliação de cada um dos desempenhos do PRACTICE.

Quadro 5.7 - Resultados obtidos para a avaliação dos desempenhos do PP do PRACTICE.

Desempenhos	Média	Desvio Padrão
Desempenho do desenho e implementação da metodologia	4,1	1,04
Desempenho dos facilitadores	4,4	0,49
Desempenho dos parceiros	4,4	0,49
Desempenho dos participantes	2,9	1,22
O projeto <i>per si</i>	4,3	0,67

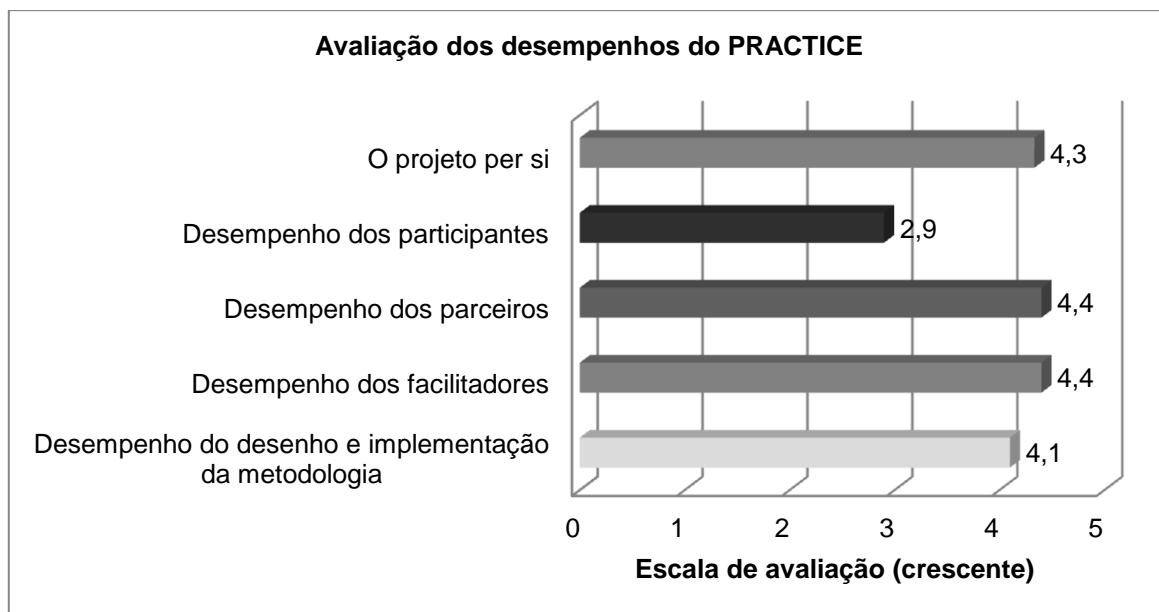


Figura 5.25 - Resultados da avaliação dos desempenhos do processo participativo do PRACTICE.

- 4) Tendo os resultados da avaliação dos desempenhos do PRACTICE e o seu peso relativo associado, o índice de sucesso de um processo participativo pode ser calculado através da seguinte fórmula:

$$I_{sucesso\ PP} = \sum D_n \times P_{D_n}$$

Ou seja, o índice de um processo participativo é o somatório da multiplicação de cada um dos desempenhos pelo seu peso relativo. No quadro 5.8 encontram-se os resultados obtidos.

Quadro 5.8 - Cálculo do Índice de Sucesso.

Desempenhos	Avaliação dos desempenhos do PRACTICE (D_n)	Peso do desempenho (P_{D_n})	Sucesso do desempenho ($D_n \times P_{D_n}$)
Desempenho do desenho e implementação da metodologia	4,1	22%	0,91
Desempenho dos facilitadores	4,4	21%	0,91
Desempenho dos parceiros	4,4	18%	0,79
Desempenho dos participantes	2,9	20%	0,57
O projeto <i>per si</i>	4,3	20%	0,85
Índice de Sucesso			4,0

Assim sendo, e sendo o sucesso do processo participativo o somatório do sucesso de cada um dos seus desempenhos, verifica-se que o processo participativo do PRACTICE obteve o valor de 4,0.

Pela análise destes resultados, verifica-se que os desempenhos que mais contribuíram para o sucesso deste processo participativo foram o desenho e a implementação da metodologia e desempenho dos facilitadores. Sendo o desempenho dos participantes o que menos contribuiu, no entanto, deve ressaltar-se que a pergunta apenas contabilizou o que os *stakeholders* entrevistados avaliaram como sendo o seu desempenho. No futuro, deve-se, para além desta questão, pedir a avaliação dos desempenhos que o entrevistado faz da prestação dos outros participantes intersetando estas duas variáveis para a avaliação final do desempenho dos participantes. Isto pode também ser feito nos inquéritos.

Deste modo, corrigem-se eventuais desvios de valores relativamente ao que efetivamente foi dito nas entrevistas. A análise das entrevistas revela que os entrevistados tiveram algum pudor em atribuir à sua prestação um valor elevado, havendo dois *stakeholders* que atribuíram "2" à sua prestação e os restantes sete dividiram-se pelo 3 e 4 de pontuação (houve um *stakeholder* que optou por não responder). Ao contrário da avaliação dos outros desempenhos, na avaliação do desempenho enquanto *stakeholder* não se contabilizou a atribuição da pontuação máxima. Este desempenho foi, portanto, aquele que apresentou maior desvio padrão em relação à média, verificando-se uma grande dilatação nas respostas dos *stakeholders* entrevistados.

Ainda de referir, que apesar de ser um dos dois desempenhos que mais contribuiu para o sucesso do processo participativo, o desenho e implementação da metodologia apresenta, também, um elevado desvio padrão. A grande amplitude de respostas, que apesar de se concentrarem em maior número na pontuação 5 (máxima), vão até à pontuação 2. Constata-se, portanto, as divergências de opinião dos *stakeholders* aquando da avaliação deste desempenho. Em oposta posição encontram-se os desempenhos das equipas de facilitação e de parceiros que possuem um desvio padrão pequeno, o que evidencia que os entrevistados possuem uma opinião semelhante acerca do bom desempenho destas equipas.

AValiação do Processo Participativo

No que concerne à análise deste processo participativo é notório não apenas pelo resultado obtido no índice de sucesso, mesmo que utilizando uma metodologia simplificada, que este foi um processo ganhador.

Primeiramente, devem olhar-se aos números: dos 48 *stakeholders* que definiram a plataforma de *stakeholders* do PRACTICE, vinte e dois não participaram em qualquer sessão de participação. De facto, houve mesmo classes de *stakeholders* que estiveram muito pouco representadas nas sessões, nomeadamente educadores e empresários, pelo que se perderam perspetivas diferenciadas vindas desses tipos de *stakeholders*.

A importância deste projeto de avaliação de ações de combate à desertificação é considerada como muito significativa pelos *stakeholders* e pelos observadores. De facto, um projeto que englobe os

conhecimentos técnicos/ científicos com os conhecimentos latentes da comunidade que efetivamente trabalha com a terra, é imprescindível para se tomarem medidas significativas para a mitigação de um problema que para além de ambiental é social. Um entrevistado refere que é perentório ao afirmar a grande utilidade do processo participativo do PRACTICE, referindo o interesse na replicação de um projeto desta índole a nível nacional: "é possível tirar ilações suficientes para caminharmos para outra coisa".

No entanto, em especial os agricultores não acreditam que este projeto vá ter repercussões, considerando que o PRACTICE não deverá trazer grandes benefícios para Castro Verde e para a sua gente. No caso dos agricultores esta opinião alia-se com um latente sentimento de desconfiança, não só das entidades estatais como da própria LPN. Para este sentimento de desconfiança parece contribuir o número de sessões participativas promovidas pela LPN em contextos de outros projetos e ações. Uma técnica entrevistada refere que os agricultores demonstram desânimo e cansaço de tão grande número de "reuniões, de *workshops*, de seminários, de nem sei o quê". É o facto de não verem as suas contribuições traduzidas em efetivas ações que descridibiliza o processo: "acabam por ser coisas que não saem dali e que não se transpõem, que depois não se aplicam. Não veem nenhum".

A metodologia proposta pelo projeto PRACTICE aliava a avaliação técnica à avaliação dos *stakeholders* (técnicos e não técnicos) de indicadores e de ações de combate à desertificação. O cruzamento destes dois tipos de conhecimento era um dos grandes objetivos do PRACTICE. De facto, e como referido por um perito, o problema da desertificação só pode ser resolvido como as pessoas que trabalham a terra, sendo elas a base da resolução: "Isto faz-se de baixo para cima e não de cima para baixo.(...) Primeiro que tudo e antes de mais nada, que as pessoas possam ser implicadas a nível local. E, em relação ao projeto em concreto, que elas possam ser implicadas, possam vir participar, que possam avaliar os resultados que o PRACTICE faz".

A metodologia do PRACTICE foi desenhada de modo uniforme para vários tipos de contextos territoriais e sociais. As diferentes realidades de países tão culturalmente distintos como Africa do Sul, Chile, China, México ou Portugal não foram devidamente contempladas no desenho da metodologia do PRACTICE. De facto, a diferença entre estes contextos e a pouca adaptabilidade permitida pelos coordenadores internacionais do projeto levou a alguns erros, principalmente, na implementação da metodologia de participação. Uma das especialistas de participação entrevistadas refere esta uniformidade e pré-formatação como uma das "grandes dificuldades deste projeto", considerando que a "metodologia que foi feita, por uma equipa exterior ao sistema português, ao sítio português, e depois teve que se fazer isto desta maneira".

De facto, na generalidade, a metodologia seguida nos *workshops* levantou dúvidas e críticas. Através das opiniões recolhidas durante as entrevistas, verificaram-se, sobretudo, duas linhas de pensamento divergentes no que concerne ao desempenho do desenho e da implementação da metodologia. A análise feita revela que existe uma primeira de linha de opinião que reúne os *stakeholders* com menores habilitações académicas e/ou com elevado grau de conhecimento do terreno que

consideram que a metodologia seguida nestes *workshops* foi pouco clara, rígida, sendo difícil de entender quais os objetivos do PP e do próprio PRACTICE. A segunda linha de opinião faz-se de *stakeholders* com maiores habilitações académicas e que, na maior parte dos casos, não vivem no contexto social de Castro Verde. Estes atores validam a metodologia seguida, adjetivando-a de clara para todos os participantes, contudo também apontando sugestões para a melhoria da mesma. Estas opiniões não surpreendem uma vez que o desenho original da metodologia participativa do PRACTICE foi feita por especialistas ligados à agricultura, sendo pois, esta muito clara para quem trabalha como especialista nestas áreas.

A análise feita à metodologia seguida nos *workshops* revela que esta não chegou a todos os seus públicos-alvo. Os agricultores, sendo um público-alvo especialmente importante dentro do contexto das medidas de combate à desertificação, não foram fáceis de trazer e manter no processo. Na verdade, a plataforma de *stakeholders* inicialmente considerada para o PRACTICE apenas se compunha por seis agricultores num total de 48 *stakeholders*. Trata-se, portanto, de uma baixa percentagem de participação deste importante grupo de atores. De facto, são os agricultores que decidem quais as técnicas de agricultura que diariamente aplicam nas suas terras, decidindo entre técnicas mais ou menos lesivas para o solo. A importância de grupo de atores foi amplamente reconhecida pelos entrevistados, manifestando-se todo o interesse em ter mais agricultores a participarem neste tipo de processos participativos.

Para trazer e manter estes importantes *stakeholders* no PP é necessário fazer algumas mudanças e ajustes na metodologia, podendo-se criar, por exemplo, *workshops* apenas para agricultores, onde se potencie o seu *empowerment* enquanto grupo de *stakeholders*. Uma das técnicas entrevistadas, conhecedora profunda da realidade dos agricultores de Castro Verde, sugere que as dinâmicas de grupo deveriam ser outras de modo a cativar este tipo de atores, referindo que neste tipo de *workshops* "trabalha-se muito à base de jogos, por assim dizer, que neste público não sei se será o mais adequado". Para além disso, os horários para a realização das sessões de participação devem ser escolhidos tendo em atenção a faina agrícola, para que estes atores possam participar sem os constrangimentos próprios de interromper o trabalho agrícola.

Os *stakeholders* que intervêm diretamente com a terra, no caso de Castro Verde, os produtores agrícolas e de gado e, noutras regiões do país, os produtores florestais, devem ser tratados com especial atenção, já que na maioria das vezes estes atores caracterizam-se pela elevada faixa etária, agarrados, por isso, a procedimentos antigos, e muitas vezes são detentores de baixos níveis de escolaridade. O envolvimento destes *stakeholders* poderá, por isto, ser mais delicado já que são *stakeholders* considerados mais frágeis, devendo-se prever técnicas específicas para este grupo.

Apesar do parco número de agricultores que participaram do projeto PRACTICE, alguns destes foram determinantes para as dinâmicas de debate criadas nas sessões. Notava-se haver um nítido interesse de técnicos e especialistas na opinião e experiência destes *stakeholders*. Sendo que esta foi, sem dúvida, uma das vantagens desta metodologia: o início da produção de um conhecimento

partilhado. Sugere-se um maior investimento neste campo, já que existem vantagens evidentes de colocar estes diferentes tipos de *stakeholders* a debater este tema.

Deve investir-se, também, no desenvolvimento de plataformas que transmitam informação aos decisores políticos. A análise das entrevistas torna patente a necessidade que os *stakeholders*, nomeadamente os agricultores, terem de ser ouvidos por quem efetivamente decide sobre a forma como se deve tratar a terra.

Relativamente ao desempenho da equipa de facilitadores, este reuniu consenso no que respeita à sua boa execução, tendo sido sobejamente reconhecida pelo seu bom trabalho pela maioria dos entrevistados.

As sessões de participação pública decorreram de forma pacífica. A única situação que merece registo decorreu no último *workshop*, onde um dos *stakeholders* cortou a palavra à facilitadora que dirigia a sessão, impedindo-a de prosseguir. No entanto, a situação não comprometeu o funcionamento da sessão, nem a avaliação da equipa de facilitação.

Já a atuação da equipa de parceiros, a LPN, sofreu algumas críticas por parte dos *stakeholders* no que diz respeito à divulgação do PRACTICE, considerando-a insuficiente dada a importância do projeto. Uma das técnicas entrevistadas considera que o projeto PRACTICE não chegou a quem deve aplicar as medidas de combate à desertificação, considerando que mesmo pelo facto do "projeto ter um nome estrangeiro", cujo objetivo não é facilmente retirado do seu título faz como que os agricultores pensem que "isto não é para mim", "não percebo nada disto", "não tenho nada a ver com isto". Este simples aspeto deve ser tido em consideração se feita uma replicação nacional deste projeto, já que se revela importante que o nome do projeto o explicita de alguma forma.

Em suma, numa possível replicação deste projeto a nível nacional devem ser realizadas alterações metodológicas para que se abranjam mais *stakeholders* envolvidos diretamente com o tratamento da terra, seja eles produtores agrícolas, produtores de gado, produtores florestais, caçadores, entre outros. Contudo, releva-se a importância da inclusão de mais educadores e representantes governamentais com poderes decisórios, já que destes se faz a transposição das conclusões do processo para o futuro, quer seja no nível educativo (através da sensibilização das boas-práticas ambientais), quer seja ao nível da sua inclusão em plano/ políticas.

5.3. DISCUSSÃO DA METODOLOGIA

A análise e avaliação dos desempenhos considerados relevantes para o sucesso do processo participativo em três fases metodológicas é uma das mais-valias desta proposta. O cruzamento de várias perspetivas acerca do processo participativo é relevante para o melhor entendimento do mesmo.

Relevante é, sobretudo, a determinação das categorias que se devem analisar num processo participativo: o projeto *per se*, o desempenho do desenho e implementação da metodologia, o desempenho dos participantes, o desempenho dos facilitadores e, por fim, o desempenho dos parceiros (equipa coordenada pelos promotores do projeto).

No entanto, o estabelecimento preciso da metodologia dividida nestes cinco pontos fundamentais, os denominados desempenhos, só foi possível de atingir já decorria o processo participativo. Todo o processo de desenvolvimento da avaliação dos desempenhos é, por isso mesmo, deficitário no que concerne ao seu acompanhamento inicial. No futuro, tais lacunas estarão apaziguadas, pois a avaliação de um qualquer PP irá iniciar-se dispondo de meios e metodologias já desenvolvidas e, de alguma forma, testadas. Ainda assim, surgirão outras lacunas, outros erros que deverão ser igualmente corrigidos, pois estes processos incidem sobre pessoas, e a análise destes processos terá como tal de as envolver. As pessoas são o elemento chave desta avaliação, já que dois terços da metodologia de avaliação da participação pública é realizada diretamente pelos seus intervenientes, isto é, por quem está por dentro do processo.

Aliás, uma das vantagens da metodologia é apropriar-se e transmitir as visões dos que estiveram dentro do processo, aliando a isso uma visão externa, neutra e também ela válida. As fases metodológicas definidas para a avaliação deste participação pública têm, contudo, alguns constrangimentos próprios de uma metodologia que se foi desenvolvendo à medida em que decorria o processo participativo do PRACTICE. As várias fases metodológicas devem ser, certamente, melhoradas, aprimorando-se a sua convergência para a avaliação transversal do processo. Assim sendo, sugerem-se, desde já, algumas emendas e melhorias:

Relativamente à 1ª fase da metodologia, considera-se que se devem incluir nos inquéritos futuros questões mais incisivas acerca da implementação e do desenho da metodologia. Seria importante ter o *feedback* dos participantes acerca deste ponto assim que termina o *workshop*. Questões como: "o que achou das dinâmicas do *workshop*?", "sentiu-se confortável como as dinâmicas propostas no *workshop*?", "como avalia o desenho e implementação da metodologia?", parecem ser pertinentes de avaliar em futuros processos participativos.

Ainda nesta fase da metodologia é importante incluir mais algumas perguntas acerca do desempenho dos facilitadores e dos participantes, de modo a poder traçar mais e diferentes linhas de avaliação entre as várias fases da metodologia.

A matriz de observação, na 2ª fase metodológica, deve ser aprimorada nos seus indicadores. Realizar uma matriz de observação que contemplasse a avaliação dos cinco desempenhos seria um objetivo primordial de atingir para se conseguir realizar uma avaliação transversal dos desempenhos nas diferentes fases metodológicas. No entanto, mesmo que tal não se consiga atingir a atual matriz deve ser testada noutros processos participativos e analisada criticamente.

Para a inclusão da avaliação desta fase no índice de sucesso é necessária a atribuição de pesos relativos a cada um dos indicadores, já que se considera que estes não possuem o mesmo peso para a avaliação do processo participativo. Esta atribuição de pesos relativos pode ser feita recorrendo-se a um painel de especialistas, tal como foi feito para a atribuição de graus de importância aos cinco desempenhos.

Esta qualificação requererá uma análise mais aprofundada quer do ponto de vista metodológico quer do ponto de vista estatístico e matemático. No entanto, ressaltam-se as potencialidades de uma metodologia formalizada de observação, que permita que o observador tenha dados mais aprimorados do processo participativo. A inclusão de uma matriz de observação na avaliação de analista do processo participativo parece pertinente mesmo como forma de validação da sua própria observação informal, já que se podem demonstrar pelo menos em termos numéricos o que foi acontecendo na sessão de participação pública.

Assim sendo, verifica-se que, apesar de ser uma fase metodológica que necessita de maior trabalho e aperfeiçoamento das eventuais lacunas, apresenta-se como uma metodologia com enorme potencial para a análise de processos participativos.

Já a 3ª fase da metodologia - a entrevista - é essencial para a melhor compreensão do modo como os *stakeholders*, parceiros, facilitadores e observadores viveram o processo participativo. Esta fase tentou espelhar as visões destes atores, realizando-se uma análise transversal às respostas destes ao questionário desenvolvido. A entrevista, desenvolvida de forma semi-estruturada, permitiu obter as respostas consideradas fundamentais para traçar linha de análise, contudo abrindo espaço para outras questões consideradas relevantes para a contextualização do projeto nas suas vertentes socioeconómicas.

De salientar a necessidade de uma pergunta complementar em que se questione o entrevistado acerca da importância e o sucesso do projeto, onde se inclua uma escala quantitativa. Apesar desta questão ser feita no inquérito passado aos participantes no final da sessão participativa, considera-se pertinente avaliar a sua importância de modo mais aprofundado e com alguma distância temporal, sendo este mesmo o início da monitorização do próprio projeto.

Outra questão que também deve ser incluída no questionário da entrevista aos *stakeholders* é a avaliação geral do desempenho dos *stakeholders* que participaram na sessão e não apenas a sua avaliação quantitativa enquanto *stakeholder*. Estas duas questões irão definir o desempenho dos participantes através da sua interseção.

De referir, ainda, a importância de estender esta fase a mais *stakeholders* e outros indivíduos considerados importantes de ouvir no contexto do PRACTICE. De facto, teria sido importante realizar entrevistas a outros atores de Castro Verde, nomeadamente, o presidente da Associação de Agricultores do Campo Branco (tido como um *opinion maker*), bem como com órgãos de comunicação local (sendo que se tentou obter essa entrevista, contudo não foi possível). Outra entrevista que não foi possível obter foi a da atual presidente do ICNF, que foi considerada como *stakeholder* na plataforma definida para o PRACTICE, já que na altura era presidente da ARH do Alentejo.

Em suma, todas as fases metodológicas as avaliações qualitativas são aliadas às avaliações quantitativas, quer estas sejam feitas pelos próprios atores do processo quer pelo observador. De facto, esta conjugação de avaliações mostra-se com uma das vantagens da metodologia desenvolvida.

Por um lado temos a qualidade da sistematização de processos e a possibilidade de clarificar e entender tendências de opinião por parte dos *stakeholders* através das suas avaliações quantitativas. Por outro, temos a necessidade de avaliações do tipo qualitativo, quer pela visão do observador (observação informal) quer pelas visões dos atores em inquéritos e entrevistas, por forma a entender profundamente como decorreu o processo. Por isto mesmo, a avaliação qualitativa nunca poderia ser descartada na construção do índice do sucesso, já que este só é validado através das visões transmitidas pelos atores.

Refere-se, ainda, que a escala de avaliação quantitativa pode ser amplificada para uma escala de 1 a 10, em vez de 1 a 5. Assim, poder-se-ão obter resultados mais dispersos e precisos. No entanto, poderá existir maior dificuldade em verificar tendências de opinião, pelo que tal questão deverá ser ponderada.

Por último, é de notar a necessidade de manter a neutralidade e transparência de avaliação de um qualquer processo participativo. Assim sendo, o avaliador ou a equipa de avaliação não deve pertencer, numa situação ideal, a nenhuma das outras equipas, nomeadamente de facilitadores ou parceiros. No entanto, quando isto não for possível, o avaliador deve permanecer independente, não devendo assumir nenhuma função de coordenação de nenhuma das equipas, nem nenhuma função demasiadamente evidente nas sessões de participação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e avaliação de processos participativos no âmbito da desertificação ou de outros problemas ambientais e de ordenamento do território poderá ser uma mais-valia para o desenvolvimento de uma participação pública mais efetiva e expandida.

No desenvolvimento desta metodologia procurou-se obter a conjugação e a interseção de visões e de análises, muitas delas feitas pelos próprios intervenientes no processo participativo, através de uma multiplicidade de métodos. Aliás, uma das vantagens da metodologia é apropriar-se e transmitir as visões dos que estiveram dentro do processo, aliando a isso uma visão externa, neutra e também ela válida. Considerou-se que esta seria a forma mais completa, apesar de complexa e morosa, de analisar e avaliar corretamente um processo participativo, no caso, o processo participativo do PRACTICE.

Para além de a avaliação do processo participativo se realizar através de três diferentes métodos - inquéritos, observação e entrevistas - a metodologia de avaliação foi dividida em cinco categorias denominadas por desempenhos: o projeto *per se*, o desempenho do desenho e da implementação da metodologia, o desempenho dos participantes, o desempenho do facilitador e o desempenho dos parceiros do projeto. A determinação das categorias que se devem analisar num processo participativo, e que de alguma forma condicionam o alcance e sucesso do mesmo, foi absolutamente fundamental no desenvolvimento desta metodologia de avaliação.

A avaliação de um processo participativo segundo a abordagem dos cinco desempenhos pode ser relevante para o contínuo melhoramento de um qualquer processo participativo do tipo ativo, já que identifica de modo expedito quais as variáveis que estão a causar entropia na participação. Assim, identificando-se o desempenho que apresenta menor recetividade, poder-se-ão fazer incidir melhorias mais precisas e eficazes.

A junção da utilização de métodos de avaliação qualitativos e quantitativos nas três fases da metodologia de avaliação permitiu obter resultados que se diferenciam de outras metodologias de avaliação de PP. A utilização destes dois métodos permite obter resultados que se complementam em termos da avaliação do processo participativo. Enquanto que a avaliação qualitativa é essencial para a obter as mais profundas visões e interesses dos stakeholders, a avaliação quantitativa permite sistematizar informação e perceber tendências de opinião.

A avaliação quantitativa é base para a proposta de um índice de sucesso de um processo participativo, onde se verifica como cada um dos cinco desempenhos contribui para sucesso da participação pública ativa.

O índice pode ser uma interessante ferramenta de facilitação de comunicação do sucesso de um processo participativo. Permite, ainda, realizar expeditas análises temporais, verificando qual a

evolução do sucesso do processo participativo ao longo do tempo, também numa vertente de monitorização do processo participativo.

É, contudo, de ressaltar que o índice de sucesso apenas é válido pela conjugação dos dois tipos de avaliação (quantitativa e qualitativa), não sendo intenção fazer uma avaliação do processo participativo meramente por métodos quantitativos.

Relativamente à revisão bibliográfica, foram encontrados alguns autores a abordar metodologias de avaliação da participação pública, contudo, nenhum dos consultados referia metodologias que conjugassem métodos qualitativos e quantitativos.

Já pela análise dos resultados obtidos pela aplicação desta metodologia, verificou-se que o PRACTICE é uma ótima base para o desenvolvimento de metodologias participativas de combate à desertificação. A avaliação revela que é imprescindível realizar a adaptação do processo ao específico contexto socioeconómico em que este é desenvolvido. Revela, ainda, a necessidade de alterações metodológicas de forma a que os *stakeholders* envolvidos diretamente com o tratamento da terra participem em maior número e com maior representatividade, já que são atores fundamentais no sucesso do combate à desertificação. A importância da inclusão de representantes governamentais com poderes decisórios é, ainda, de destacar, já que estes são responsáveis pela transposição das conclusões do processo para os planos/ políticas. Para além disso, a presença destes atores revela-se fundamental para trazer credibilidade ao processo participativo.

As vantagens de colocar estes diferentes tipos de *stakeholders* a debater a problemática da desertificação tornaram-se absolutamente evidentes no acompanhamento do PRACTICE. A importância deste projeto de avaliação de ações de combate à desertificação é considerada como muito significativa pelos *stakeholders* e pelos observadores. A conjugação dos conhecimentos técnicos/ científicos com os conhecimentos latentes da comunidade que efetivamente trabalha com a terra, é imprescindível para se tomarem medidas significativas para a mitigação de um problema que para além de ambiental é social.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, P., ENSERINK, B., CONNOR, D., CROAL, P. (2006) *Public Participation International Best Practice Principle. Special Publication Series No. 4*. Fargo, USA: International Association for Impact Assessment.
- ARAGÃO, A. (2005) *A Governância na Constituição Europeia. Uma oportunidade perdida?*. A Constituição Europeia. Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Lucas Pires, FDUC, Coimbra.
- BLACKSTOCK, K.L., KELLY, G.J., HORSEY, B.L.. (2007) *Developing and applying a framework to evaluate participatory research for sustainability*. Ecological Economics 60, 726–742.
- CGG - Comissão on Global Governance. (2010) *Defining Urban Governance*. The Global Development Research Center. Disponível em: <http://www.gdrc.org/u-gov/governance-define.html> (consultado em Novembro de 2012)
- CLG - Communities and Local Government. (2010) *Our Towns and Cities: The Future – Delivering na Urban Renaissance*. Disponível em: <http://www.communities.gov.uk> (consultado em março de 2012)
- CMCV - Câmara Municipal de Castro Verde. (2007) *Caracterização do concelho de castro verde*. Disponível em: http://www.cm-castroverde.pt/cm_castroverde/concelho/default.asp?t=territorio&s=caracterizacao (consultado em janeiro de 2013)
- CO2now.org. (2009) *Atmospheric CO₂ for February 2013*. Disponível em: <http://co2now.org/> (Março de 2013)
- COM - Comissão das Comunidades Europeias. (2001) *Governança Europeia: um livro branco*. Comunicação das Comunidades Europeias. Bruxelas.
- DUARTE SANTOS, F., MIRANDA, P. (editores). (2006) *Alterações climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação*. Projeto SIAM II. Gradiva. Lisboa
- DUARTE SANTOS, F. (2007) *Que Futuro? Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*. Fundação Calouste Gulbenkian. Gradiva. Lisboa
- FAABA - Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo. (2013) *Associação de Agricultores do Campo Branco*. Disponível em: <http://www.faaba.net/conteudo.php?cat=2&cat1=2&cat2=0&cat3=0&idioma=pt> (consultado em janeiro de 2013)

HUMBERTO TEIXEIRA, L..(2011) *Verdes Anos: História do ecologismo em Portugal (1947-2011)*. Esfera do Caos e Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. (2013a) *Fichas de caracterização ecológica e de gestão das espécies de Aves: Abetarda - Otis tarda*. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/rn-plan-set/aves/oti-tarda> (consultado em janeiro de 2013)

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. (2013b) *Fichas de caracterização ecológica e de gestão das espécies de Aves: Penereiro das Torres - Falco naumanni*. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/rn-plan-set/aves/falco-naumanni> (consultado em janeiro de 2013)

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. (2013c) *Zonas de Proteção Especial: Castro Verde*. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/zpe-cont/zpe-c-verde> (consultado em janeiro de 2013)

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. (2013d) *Rede Natura 2000: diretivas aves e habitats*. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/dir-ave-habit> (consultado em janeiro de 2013)

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. (2013e) *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação*. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/unccd-PT/pancd> (consultado em fevereiro de 2013)

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. (2013f) *Anexo IV: Convenção da Nações Unidas de Combate à Desertificação*. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/unccd-PT/pancd/resource/ficheiros/convencao/anexo-IV-pt.pdf> (consultado em janeiro de 2013)

INE - Instituto Nacional de Estatística. (2013) *Censos 2011: Concelho de Castro Verde*. Disponível em: <http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml> (consultado em março de 2013)

KATES, R. W., PARRIS, T. M. e LEISEROWITZ, A. A.. (2005). *What is sustainable development? Goals, Indicators, Values and Practices*. Environment Science and Policy for Sustainable Development. 47:8-21. Taylor & Francis Group. Philadelphia, PA.

LPN - Liga para a Proteção da Natureza. (2012a) *Programa Castro Verde Sustentável*. Lisboa. Disponível em: <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Programas/PCVSustentavel/Content.aspx?tabid=2477&code=pt> (consultado em Janeiro de 2013)

LPN - Liga para a Proteção da Natureza. (2012c) *Projeto LIFE Estepárias: conservação da Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres nas estepes cerealíferas do Baixo Alentejo*. Newsletter, edição n.º8, dezembro de 2012. Centro de Educação Ambiental Vale Gonçalinho. Castro Verde.

- LPN - Liga para a Proteção da Natureza. (2012d) *PRACTICE: Folheto informativo* . Distribuído aos participantes em maio de 2011 . Centro de Educação Ambiental Vale Gonçalves. Castro Verde.
- LPN - Liga para a Proteção da Natureza. (2012e) *Projetos a decorrer: PRACTICE. Lisboa*. Disponível em: <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Projetos/Projetos-a-decorrer/List.aspx?tabid=2459&code=pt&ItemID=176> (consultado em fevereiro de 2013)
- LPN - Liga para a Proteção da Natureza. (2013a) *Projeto LIFE Estepárias: objetivos*. Centro de Educação Ambiental Vale Gonçalves. Castro Verde. Disponível em: <http://www.lifeesteparias.lpn.pt/Projecto/Objectivos/Content.aspx?tabid=2439&code=pt> (consultado em março de 2013)
- LPN - Liga para a Proteção da Natureza. (2013b) *Projeto LIFE Estepárias: A Pseudo-Estepe em Portugal - um habitat a preservar*. Centro de Educação Ambiental Vale Gonçalves. Castro Verde. Disponível em: <http://www.lifeesteparias.lpn.pt/Especies-e-Habitat/Habitat/Content.aspx?tabid=2380&code=pt> (consultado em março de 2013)
- LPN - Liga para a Proteção da Natureza. (2012b) *Um pouco de história. Lisboa*. Disponível em: <http://www.lpn.pt/Homepage/PCVS/Um-Pouco-de-Historia/Content.aspx?tabid=2478&code=pt> (consultado em Janeiro de 2013)
- NAVES, F., FIRMINO, T. (2009) *Portugal a Quente e Frio*. Livros d'Hoje. Alfragide.
- ORR, B.J., BAUTISTA, S. (2010) Draft protocol for the participatory evaluation of prevention and restoration actions to combat desertification. PRACTICE Project. CEAM Foundation. Espanha.
- MARTA-PEDROSO, C., FREITAS, H., DOMINGOS, T. (2009) *A estepe cerealífera de Castro Verde - Ecossistemas e bem-estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. PEREIRA, H. M., DOMINGOS, T., VICENTE, L., PROENÇA, V. (editores). Fundação da Faculdade de Ciências da U.L. Escolar Editora. Lisboa.
- PINTO, A.P., BRAGA, R., BRANDÃO, A.P.. (2006) *Alterações climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação*. Projeto SIAM II. Duarte Santos, F, Miranda, P. (editores). Gradiva. Lisboa.
- PINTO, M., ROCHA, P., MOREIRA, F.. (2005) *Long-term trends in Great Bustard (Otis tarda) populations in Portugal suggest concentration in single high quality area*. Biological Conservation 124 (2005) 415-423. Disponível em: <http://www-personal.fc.ul.pt/~mcgomes/aulas/dinpop/ProjectosVortex/artigos/Pinto%20et%20al%20-%20abetarda.pdf> (consultado em janeiro de 2013)
- PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. (2007) *Relatório*. Disponível em: <http://www.territorioportugal.pt/pnpot/> (consultado em setembro de 2012)

- PRACTICE - Prevention and Restoration Actions to Combat Desertification. An Integrated Assessment. (2013a) *What is PRACTICE?*. CEAM Foundation. Espanha. Disponível em: <http://80.24.165.149/drupal/?q=node/8> (consultado em fevereiro de 2013)
- PRACTICE - Prevention and Restoration Actions to Combat Desertification. An Integrated Assessment. (2012) *LPN: Scientific Report - Appendix III*. CEAM Foundation. Espanha
- REED, M. (2008) *Stakeholder participation for environmental management: A literature review*. Sustainability Research Institute, School of Earth and Environment, University of Leeds, Woodhouse Lane, Leeds, West Yorkshire LS2 9JT, United Kingdom
- Resolução da Assembleia da República n.º11/2003, de 25 de Fevereiro. Diário da República – I Série A. Aprova, para ratificação, a Convenção de Aarhus.
- ROSÁRIO, L. (2004) *Indicadores de Desertificação para Portugal Continental*. Direção-Geral dos Recursos Florestais. Ministério da Agricultura. Núcleo de Desertificação. Editideias. Lisboa
- ROSÁRIO, L. (2011) *PANCD e sinergias com outras convenções*. Apresentação em conferência.
- SEQUEIRA, E., FERNANDES, E., LAVINHA, J., GUEDES VAZ, S., GONÇALVES, E., DUARTE SANTOS, F., MELO e MOTA, M., ALHO, J.M., PAIVA, J., OLIVEIRA, R.. (2011) *Partilhar o Futuro*. Coleção Gulbenkian Ambiente. Esfera do Caos. Lisboa
- SNIG - Sistema Nacional de Informação Geográfica. (2013) *Atlas de Portugal: Áreas de proteção de avifauna*. Instituto Geográfico Português. Lisboa. Disponível em: http://www.igeo.pt/atlas/cap1/Cap1e_p78_image.html (consultado em janeiro de 2013)
- UN - United Nations Documents. (1987) *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Disponível on-line em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm> (consultado em setembro de 2012)
- UNCCD - United Nations Convention to Combat Desertification (2012) *Desertification: a visual synthesis*. Zoi Environment Network. (Disponível em: <http://www.unccd.int/Lists/SiteDocumentLibrary/Publications/Desertification-EN.pdf> (consultado em Setembro de 2012)
- VASCONCELOS, L. (1997). *O envolvimento do cidadão nas decisões públicas complexas - instrumentos para a democracia participativa*. Workshop sobre participação pública. Associação Portuguesa dos Engenheiros do Ambiente. Lisboa.
- VASCONCELOS, L., BRITO FONSECA, R., ALHO, J.M., LOPES, M.A. (2010). *Ambiente, ciência e cidadãos*. Esfera do Caos, Lisboa.
- VASCONCELOS, L., OLIVEIRA, R., CASER, U. (2009) *Governância e participação na gestão territorial*. Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa. Disponível em:

http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents/Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/S%C3%A9rie%20Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/serie_politica_de_cidades-5.pdf
(consultado em dezembro de 2012)

ANEXOS

ANEXO I: INQUÉRITOS PRACTICE

PROJETO PRACTICE: INQUÉRITO

Escala: 1 a 5, onde: 1-nada; 2-pouco; 3-nem pouco nem muito; 4-muito; 5-total; NS/NR: não sabe/não responde.

Caracterização do participante:

Agricultor(a)
Caçador(a)
Educador (a)
Empresário (a)

Membro de Associação Local
Perito (a)
Político (a)
Técnico (a)

1. Como classifica a importância deste projeto?	NS/NR	1	2	3	4	5
2. Acha que este projeto vai trazer benefícios diretos para Castro Verde?	NS/NR	1	2	3	4	5

2.1. Como? Porquê?

3. Considera que vão existir mudanças significativas no combate à desertificação como consequência este projeto?	NS/NR	1	2	3	4	5
4. Teve acesso à informação que considera necessária acerca do projeto PRACTICE?	NS/NR	1	2	3	4	5
4.1. Isso foi importante para decidir participar?	NS/NR	1	2	3	4	5

4.2. Como soube do projeto PRACTICE e onde arranjou informação sobre ele?

5. Qual considera ser o grau de importância da sua participação?	NS/NR	1	2	3	4	5
--	-------	---	---	---	---	---

5.1. Porque diz isso?

6. Sente que a sua opinião foi respeitada?	NS/NR	1	2	3	4	5
--	-------	---	---	---	---	---

6.1. Porque diz isso?

7. Acha que a sua opinião tem menos importância para o projeto do que a ☐ **Sim** ☐ **Não**
opinião dos cientistas?

7.1. Porque diz isso?

8. Que razão o levou a participar?

<input type="checkbox"/>	Porque gosto de participar.
<input type="checkbox"/>	Para exercer os meus direitos/deveres de cidadania.
<input type="checkbox"/>	Para defender os meus interesses.
<input type="checkbox"/>	Para conhecer o projeto PRACTICE.
<input type="checkbox"/>	Para ajudar a minha localidade.
<input type="checkbox"/>	Outra. Qual? _____

9. Já participou em fóruns de outros projetos?

<input type="checkbox"/>	Nunca
<input type="checkbox"/>	1 vez
<input type="checkbox"/>	2 a 5 vezes
<input type="checkbox"/>	6 a 10 vezes
<input type="checkbox"/>	> 10 vezes

10. São diferentes deste? ☐ **Sim** ☐ **Não**
10.1. Porquê?

11. Gostou do fórum?	NS/NR	1	2	3	4	5
----------------------	-------	---	---	---	---	---

12. O que gostou mais?

13. O que gostou menos?

14. Voltaria a participar neste fórum se soubesse de antemão que seria assim? ☐ **Sim** ☐ **Não**

ANEXO II: ENTREVISTA TIPO 1 - *STAKEHOLDERS*

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

- 1.1. Os 48 stakeholders do processo participativo estão divididos pelas classes abaixo indicadas. Analise estes números:

Categoria	Nº Participantes
Agricultores	6
Caçadores	1
Educadores	2
Empresários	4
Investigadores	5
Representantes de Associações	6
Representantes Governamentais	15
Técnicos	9
Total	48

- 1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?
- 1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?
- 1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

- 1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?
- 1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

- 2.1. Considera que a metodologia seguida nos workshops foi clara e perceptível? Porquê?
- 2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do workshop? Dê exemplos
- 2.3. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?
- 2.4. Os workshops foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?
- 2.5. Considera que o tempo de workshop foi suficiente? Porquê?
- 2.6. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos workshops? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

- 2.7. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?
- 2.8. Pontos fortes: o que gostou mais?
- 2.9. Sugestões para melhoria.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

- 3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os workshops conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?
- 3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?
- 3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o workshop?
- 3.4. Como avalia o desempenho da equipa de facilitação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

- 4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?
- 4.2. Como avalia a participação dos outros stakeholders?
- 4.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?
- 4.4. A sua opinião inicial foi de alguma forma mudada (ou enriquecida) através da interação com os outros participantes? O que pensava antes sobre isso? O que pensa agora?
- 4.5. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?
- 4.6. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

- 5.1. Como teve conhecimento do projeto?
- 5.2. Acha que houve divulgação suficiente?
- 5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?
- 5.4. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?
- 5.5. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

ANEXO III: ENTREVISTA TIPO 2 - EQUIPA DE PARCEIROS

1. O Processo Participativo

1.1. Os 48 stakeholders do processo participativo estão divididos pelas classes abaixo indicadas. Analise estes números:

Categoria	Nº Participantes
Agricultores	6
Caçadores	1
Educadores	2
Empresários	4
Investigadores	5
Representantes de Associações	6
Representantes Governamentais	15
Técnicos	9
Total	48

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

1.4. A plataforma de *stakeholders* já estava criada? Como é que fizeram essa seleção?

1.5. Acha que se consegue avaliar se o processo participativo teve mesmo sucesso? Como? (indicadores para a monitorização)

1.6. Este projeto trouxe ou vai trazer benefícios diretos para Castro Verde?

1.7. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Quais foram os meios de divulgação utilizados?

5.2. Quais foram os meios de divulgação utilizados para plataforma de *stakeholders*?

5.2.1. Quantos dias de antecedência é que convidaram os stakeholders?

5.2.2. Houve uma rechamada dessas pessoas?

5.3. Considera que foi dada toda a informação necessária acerca do projeto PRACTICE aos participantes?

5.4. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

ANEXO IV: ENTREVISTA TIPO 3 - EQUIPA DE FACILITADORES

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 stakeholders do processo participativo estão divididos pelas classes abaixo indicadas. Analise estes números:

Categoria	Nº Participantes
Agricultores	6
Caçadores	1
Educadores	2
Empresários	4
Investigadores	5
Representantes de Associações	6
Representantes Governamentais	15
Técnicos	9
Total	48

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

1.4. Acha que se consegue avaliar se o processo participativo teve mesmo sucesso? Como? (indicadores para a monitorização)

1.5. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos workshops foi clara e perceptível para os participantes? Porquê?

2.2. Sentiu que os participantes estavam confortáveis com as dinâmicas de trabalhos do workshop? Dê exemplos.

2.3. Sentiu que os participantes conseguiram ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

2.4. Os workshops foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

2.5. Considera que o tempo de workshop foi suficiente? Porquê?

2.6. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos workshops? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.7. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?

2.8. Pontos fortes.

2.9. Sugestões para melhoria.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Considera que criou um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

3.2. Qual o seu grau de informação acerca do projeto? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

3.2.1. O grau de conhecimento do projeto é determinante para o sucesso do processo participativo?

3.2.2. Considera que quanto mais informado está sobre o processo, melhor a sua aptidão para o conduzir?

3.3. Considera importante o prévio conhecimento dos participantes? Através do método de entrevista?

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de facilitação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. Como avalia a participação e comportamento geral dos stakeholders?

4.2. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo?

4.3. Sentiu que existisse algum stakeholder a monopolizar o processo?

4.4. Sentiu-se desafiada enquanto facilitadora? Como?

4.5. Como avalia o desempenho dos *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Acha que houve divulgação suficiente?

5.2. Considera que a equipa de parceiro deu a devida informação sobre o projeto aos participantes?

5.3. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

5.4. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

ANEXO V: ENTREVISTAS PRACTICE

Professor Eugénio Sequeira

Perito em contaminação do solo e desertificação. Presidente da LPN de 2000 a 2008.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

É conveniente distinguir nos agricultores... É preciso haver mais, porque são os principais... Desde que comecei a trabalhar em desertificação, no fundo é um projeto de combate à desertificação, desde Nairobi até à discussão toda em Nova Iorque e em Paris, se descobriu que não se conseguia nada sem que se implicasse diretamente os detentores da terra. Isto é, sem o projeto não fosse *bottom-up* e se continuasse *up-down*, não se conseguia nada. Estes (*stakeholders*) são todos necessários, mas os homens que decidem efetivamente o que se faz ou não, os *stakeholders* mais importantes, são os agricultores. Mas há dois tipos de homens que trabalham a terra: há os donos da terra, os agricultores renteiros e os trabalhadores. Têm uma relação com a conservação do recurso completamente diferente. O renteiro é uma pessoa que se degrada a terra, vai para outra terra e aquela que se "lixo". O grande problema dos cerejeiros no Alentejo (para a produção de melão, etc.) é exatamente esse, como os espanhóis que vêm cá fazer agricultura de pera intensiva durante 10 anos, ao fim de 10 anos *poft!* (...) Ora, era importante haver essa distinção. É claro que era muito mais complicado, até porque estás a falar de *stakeholders* detentores que são detentores de grandes propriedades, a média de proprietários é que este seis correspondem a 6/7 mil hectares. Portanto, para arranjar mais é um grande sarilho, porque estes homens são aqueles que estão a trabalhar diretamente connosco que foi fácil arranjar. Tínhamos de ir falar com o Zé da Luz (que é um líder local) e com a Ana Lampreia, uma técnica da Associação de Agricultores, ...

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

Foram chamadas as pessoas mínimas para interpretar, mas era preciso... O chamar é uma forma de participação, é uma forma de ação junto dos agricultores, é uma forma de divulgação, de extensão de resultados. Nós queríamos apenas participar apenas no projeto internacional e ter uma ideia do que é - e chega. Mas podia-se ter usado isto e ir mais longe, e para isso tínhamos de ter alargado mais. Para o projeto em si chega, para aquilo que se podia ter aproveitado (problemática da desertificação a nível regional/nacional) não chega.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

Muita utilidade!

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Vai. A metodologia é muito engraçada, faz as pessoas participarem efetivamente e se nós usarmos isso como método de extensão e de divulgação, vai ter uma repercussão enorme porque vai obrigar os decisores, os *stakeholders* da terra, os detentores da terra, e os *stakeholders* das políticas a pensar.

É um primeiro passo. Isto é uma metodologia, um ensaio de uma metodologia para se passar à segunda fase. Para mim, isto foi um primeiro passo.

Eu falei com alguns dos *stakeholders* que estavam encantados (...) porque pela primeira vez debatemos em pé de igualdade as questões dos indicadores e das eficácias com um investigador, um técnico regional, um agricultor, um político. (...) Aqui obrigaste as pessoas a debater com os outros especialistas. (...) Esta metodologia que a vantagem de integrar (as várias visões dos *stakeholders*).

1.4. Acha que este projeto teria sido diferente se a LPN não estivesse em Castro Verde?

Sim, completamente diferente. A desconfiança brutal dos agricultores face aos senhores de Lisboa. Estás numa sociedade onde eles se sentem cidadãos porque trabalham com a terra e os que vêm das cidades comportam-se como figurinos, portanto eles não acreditam. (...) Nós (LPN) fizemos a ponte porque tínhamos 2 mil hectares, se fossemos uma ONG sem terreno não tínhamos feito a ponte, e porque fomos para o campo trabalhar, e os agricultores começaram a ver de longe que estávamos a trabalhar com máquinas iguais às deles e que tínhamos algumas diferentes e quando nós estávamos a colher os talhões de ensaio eles vinham ver. (...) Eles vieram ver o sacos e metiam as mãos e comparavam o grão, e passaram a acreditar. (...) Foram ver a terra lesionada num talhão e num outro. A partir daí acreditaram em nós e não é por ser um ONG, é por trabalharmos no campo. (...)

Estas conversas (referindo-se aos *workshops*) são o melhor sítio para isto (referindo-se à desconfiança) passar. Se tivermos um projeto que obrigue a fazer isto: a pôr as pessoas a conversar e depois ir tomar café a falar destes temas, é a melhor maneira, talvez a única. Isto tem uma grande importância.

1.5. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

Grande. Mas ainda não é possível neste momento aferir, porque não se sabe se foi isto (o projeto), se foram os talhões, etc.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Foi. Toda a gente percebeu, toda a gente entendeu e toda a gente gostou. Os *stakeholders* estavam todos satisfeitos, em especial porque estavam os investigadores, os técnicos os políticos a fazer a mesma coisa e as pessoas começaram a achar muito engraçado quando começaram a descobrir que afinal todos tinham as mesmas ideias, porque estavam convencidos que era tudo ao contrário.

E mais se convenceram quando os "gajos" da África dos Sul tiveram as mesmas reações que tiveram os gajos da China, que tiveram os americanos e que tiveram os chilenos.

2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.
Achei muita graça.

2.3. E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

Também. Estava toda a gente numa boa! Havia agricultores contentíssimos. (...) Foi giro, foi útil e eles participaram ativamente.

2.4. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

Tirei uma informação nova. É uma zona onde não é possível pôr a azinheira, onde os agricultores não podem pôr árvores, no entanto, uma das coisas que apareceu foi a azinheira e com um peso enorme. Isto é, toda a gente percebe que não pode pôr azinheira, toda a gente percebe que para o fim que ali estão e que para aquela agricultura não é possível pôr azinheira, mas todos têm noção embora não tendo experiência ali dentro que é chave. (...) Não é só o conhecimento da experiência, é inferir resultados a partir dos dados que têm. Claro que eles têm a sorte de terem ido ver lá cima as azinheiras doces. (...)

2.5. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Foi dado tempo suficiente às pessoas para discutirem?

Se fosse mais (tempo) tinha mais efeito. Para o fim de tirar as conclusões (do processo participativo) chegava, mas se fosse para "resultar" devia ser mais tempo.

2.6. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

Gosto muito da metodologia. Aqui aplicou-se a metodologia para tirar conclusões, mas não foram só as conclusões que me interessavam, foi o resultado da ação de cooperação entre os vários *stakeholders*. Foi vital!

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.7. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?

Devíamos ter tido mais tempo e alargado a mais agricultores.

2.8. Pontos fortes: o que gostou mais? Sugestões para melhoria.

A forma com se fez as perguntas e do trabalho em grupo com os *stakeholders* de qualidades diferentes a trabalharem. Se houvesse mais "coisas" dessas era muito mais útil. Nós fizemos grupos com três pessoas cada e podia-se fazer depois uma coisa de "guerra de grupos", quando se apanhassem conclusões diferentes. Ir mais longe, mas isso implica mais tempo e é preciso medir a eficácia disso em relação ao tempo disponível. (...)

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Criam. Eram simpáticas, agradáveis, falaram bem com as pessoas, conheciam a maior parte das pessoas.

3.1.1. E acha que isso é importante: conhecer previamente as pessoas?

Sim.

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Com certeza.

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim, plenamente à vontade.

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

Sim. O debate foi giro.

4.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

Exatamente da mesma forma.

4.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Sim: da minha parte, da parte dos outros.

4.4. A sua opinião inicial foi de alguma forma mudada (ou enriquecida) através da interação com os outros participantes? O que pensava antes sobre isso? O que pensa agora?

4.5. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Sim.

4.6. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Através da LPN.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Houve.

5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Sim.

5.4. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

Não.

5.5. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Dra. Esmeralda Luís

Técnica da LPN de Castro Verde. Responsável pelo projeto PRACTICE e coordenadora da equipa de parceiros.

0. CONTEXTUALIZAÇÃO

0.1. Alguns dos *stakeholders* ainda consideram que existe alguma desconfiança por parte dos agricultores ao trabalho da LPN, qual é a sua opinião enquanto membro da organização?

Às vezes geram-se desconfianças que têm razões infundadas, são boatos do estilo: as pessoas da LPN soltam cobras pela região. São coisas mesmo que vão passando a palavra e às vezes cria-se assim uma ideia um bocadinho errada daquilo que a gente faz. Há aquela noção de para preservar as espécies, às vezes há que ter alguns cuidados, não se pode fazer tudo... sem pensar nas espécies e nas aves. Mas depois também tem que se pensar nas contrapartidas que elas podem trazer para as pessoas aqui da região, em termos de turismo. Mesmo em termos das medidas agroambientais, as pessoas têm algum apoio, apesar de não ser suficiente, poderia ser um apoio que incentivasse mais as pessoas a aderir e não é suficiente pelo menos até agora.

Pode ser que com o PRACTICE e a Comissão Nacional de Combate à Desertificação pelo menos tenta que, introduzindo as políticas essa componente de ecossistemas, avaliar esta região com outros tipos de indicadores que até agora não têm sido utilizados. Se calhar, aí as pessoas já podem ver com outros olhos, o trabalho da LPN e as aves que existem aqui, quando perceberem que isto afinal tem aqui um grande potencial.

0.2. A ideia de os técnicos internacionais terem cá vindo, foi muito importante para algumas pessoas. Acha que isso de alguma forma dá crédito ao projeto? Acha que se tivesse sido só feito pela LPN, a receptividade teria sido diferente?

Se calhar deu alguma visibilidade, se calhar daria visibilidade se, por exemplo, nós apresentássemos os resultados doutros locais, a nível mundial.

0.3. Também foi um ponto que quase todos apontaram: a falta de um *workshop* verdadeiramente final. Que tem a dizer?

E é isso que nós também gostávamos de fazer ainda, assim que tivermos os outros resultados dos outros parceiros, que ainda não temos. Ainda não está disponível no site, nem os nossos nem os eles. O professor Eugénio também sugeriu e na discussão de encerramento eles disseram logo isso: Nós estávamos a apresentar os resultados e ainda não tínhamos tudo tratado, porque tivemos depois da sessão fizemos o relatório e já estavam a dizer que gostavam de conhecer os resultados de outros parceiros, quando eles também ainda estavam a fazer o mesmo processo, ainda estavam na última sessão e depois ainda tiveram os relatórios para preparar.

Mas isso era uma ideia que nós gostávamos de levar à cena, mesma na reunião na Comissão Nacional de Combate à Desertificação, o professor Eugénio novamente referiu que era importante conhecer os resultados dos outros parceiros, que são casos diferentes dos nossos, mas depois há alguns que se assemelham, têm algumas condições mais ou menos semelhantes. Talvez o da África do Sul que se assemelha mais ao nosso caso, porque também têm este tipo de valores naturais e a paisagem não é assim muito diferente. Mas depois há outros, a Grécia tem outro tipo de questões, mais na área das ovelhas, as pastagens. Pode haver aqui alguma ligação e era importante também para as pessoas verem que Castro Verde

tem visibilidade como outros sítios do mundo nesta temática, se calhar sentirem-se um bocadinho valorizados. Acho que era importante, acho que sim.

0.4. Outra coisa que as pessoas foram referindo ao longo das entrevistas, é que a metodologia era muito complicada de seguir e achavam de facto confuso. Algumas pessoas referiram a fiabilidade dos dados "metem-se os dados no computador e do computador sai aquilo". Qual a sua perceção dos resultados da metodologia?

"Como é que aquilo sai", pois. É um dos pontos fracos da metodologia.

É porque é difícil estar a explicar-lhes o tipo de cálculos que está naquela folha de Excel, não é? Se calhar tem que se usar outro tipo de processos mais expeditos, se calhar uma pessoa com formação neste tipo de trabalhos participativos consegue aplicar numa coisa mais simples que as pessoas vêm logo o resultado daquilo que estão ali a trabalhar naquela sessão e depois com um bocadinho de magia aparece ali o resultado.

0.5. Como é que se consegue melhorar esse texto de comunicação entre os técnicos e o cidadão comum?

Eu acho que isto da metodologia tem muita importância - as técnicas que são utilizadas, da recolha da informação e depois de mostrar como é que aquela informação vai ser utilizada.

Mas tem que ser de uma forma simples, ou seja, que uma pessoa que tenha um grau de ensino de 1ª classe (a antiga primeira classe, o primeiro ano) e a pessoa que tenha uma escolaridade mais de mestrado ou doutoramento – que seja acessível a todos – ou seja, que todos que sintam integrados, não pode haver ali dificuldades. As dificuldades ali podem compreender que é possível pôr as coisas naquele ficheiro de Excel e depois daqui vai sair um resultado. As pessoas não percebem como é que aquele resultado é obtido. Tem que ser uma coisa simples que toda a gente consiga perceber.

0.6. Qual é que acha que é o modelo de participação pública a seguir?

Como outras técnicas têm de ser especialistas nesta **questão** da participação que têm de ditar, o que se calhar foi um bocadinho o que faltou no projeto. Quem fez a metodologia do projeto foram técnicos, mas técnicos da parte física, portanto, dos solos... Da desertificação em si, do processo de desertificação e não do projeto participativo. Houve algumas pessoas que deram algumas formas alternativas de tentar captar a informação dos *stakeholders*. Por exemplo: *photovoice*, que era tirar fotografias; cada *stakeholder* tirava uma fotografia e depois tentava transmitir o que é que entendia com aquilo que estava a fotografar. Isto não foi propriamente incorporado na metodologia, foi um extra que foi feito na África do Sul, eles fizeram à parte da metodologia. Eu acho que se calhar a metodologia tem de ser traçada por alguém mesmo do processo participativo.

0.6.1. Deviam ser dois do processo em separado apesar de estarem obviamente interligados mas deviam ser tratados em separado.

Sim. A recolha dos indicadores tudo bem, que é para depois integrar com a parte participativa, mas a parte participativa em si é que causou aqui um bocadinho de dificuldade de compreensão às pessoas – a história dos cartões, aquele "introduzir os dados no ficheiro"... E dos pontinhos, pois. Porque havia muitas pessoas que colocavam os pontinhos todos no sítio em que não deviam, todos juntos numa linha.

Têm que ser processos simples, expeditos. Não pode ser nada de muito elaborado, tem que ser uma coisa direta.

0.7. Acha que este tipo de processos de participação pública tem de facto consequências para a sociedade?

Eu acho que o futuro tem que passar por esse tipo de processos, todo o tipo de políticas, todo o tipo de planos tem que passar por isto porque senão as pessoas não vão adotar as políticas e os planos como sendo suas, não foram envolvidas. E depois vai haver sempre problemas para a implementação.

0.8. Mas a sua experiência em processos participativos de ambiente, há de facto consequências dos projetos depois em políticas?

Eu não tenho assim uma experiência tão vasta, a não ser a do PRACTICE e agora ultimamente um projeto da Rede Rural que acompanhei, alguns *workshops* que foram feitos. E nesses *workshops* que têm a ver com as questões de biodiversidade, eu vi que as pessoas não têm a noção do que é a biodiversidade, por exemplo. Eu acho que há muito para trabalhar com as pessoas. E são pessoas que fazem proteção integrada, que supostamente tinham algumas noções do que é que é a biodiversidade e na realidade fazem-na mais pela questão dos apoios, que foi a perceção com que eu fiquei, do que propriamente de entenderem qual é o impacto daquilo que estão a fazer. Acho que este tipo de processos têm de ser aplicados em muitas áreas, não é só na parte da desertificação.

0.9. Acha que a sociedade civil tem uma perceção real da problemática da desertificação?

Já têm sido feitos alguns projetos, um outro projeto foi com a UNL (Universidade Nova de Lisboa) com a professora Maria José Roxo, não me recordo exatamente do nome. Teve a ver com tentar perceber o que é que as pessoas entendem por desertificação. A maior parte das vezes é como vemos na comunicação social, “desertificação = despovoamento”. É isso que é entendido.

E eu acho que isto do fenómeno da desertificação não é bem compreendido pelas pessoas, se calhar se o processo tivesse utilizado outro tipo de metodologias, as coisas tinham ficado mais facilmente na cabeça das pessoas. Já houve alguma melhoria em alguns casos mas o processo não facilitou.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Se calhar, os agricultores têm que ser mais ouvidos do que o que foram, foi um bocado difícil mantê-los até ao fim. São todos importantes, convém ser diversificada a plataforma de atores. Se calhar, os agricultores estiveram um bocadinho em falta : não conseguimos mantê-los ao longo de todo o processo, até ao final.

Se calhar o tipo de metodologia que foi aplicada... Eles não tinham conhecimentos suficientes para dar resposta aquela metodologia, como tinham menos qualificações literárias, acabaram por se ir desligando do processo.

1.1.1.1. O maior envolvimento da Associação de Agricultores teria trazido mais agricultores ao processo?

Talvez, sim. Com a presença deles, se calhar havia mais alguns que viriam.

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

Acho que os agricultores é que estavam bastante em falta, talvez.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Em princípio, julgo que sim. Os resultados já foram apresentados na Comissão Nacional de Combate à Desertificação. A ideia é replicar noutros locais em Portugal. A questão é que nós vamos ter que fazer algumas alterações na metodologia.

1.3.1. Que tipo de alterações?

Para já uma das questões é o tipo de metodologia... os cartões. Por exemplo, na definição das ações, fazer a definição das ações de combate à desertificação, encontrar quais são as ações de combate à desertificação em cada local, em conjunto com as pessoas. e não sermos nós a dizer quais são as ações. Ou seja, envolver as pessoas logo desde o início, que foi uma coisa que não foi feita no PRACTICE. Nós dissemos: têm estas ações, avaliem! Digam quais são as melhores. E acho que temos de começar a trabalhar logo com as pessoas aí, nessa parte. E depois a seleção dos indicadores, não ser tanto pela entrevista. De um modo mais participativo, agrupar as pessoas numa sessão e tentar criar os indicadores naquela sessão, mesmo construir com as pessoas no início. Não estarmos nós a construir as coisas antes, e depois mostrar às pessoas... Tentar fazer tudo em conjunto com as pessoas desde o início.

1.4. A plataforma de *stakeholders* já estava criada? Como é que vocês fizeram essa seleção?

Fomos nós aqui na LPN, como já temos conhecimento das pessoas com maior poder de intervenção e decisão. Os que consideramos mais úteis ter na plataforma de atores que poderiam dar assim algum contributo, que fossem representativos de todas as áreas, nós fizemos essa seleção e isso têm que ser as entidades locais a fazer. Se isto for feito noutros locais do país, as entidades locais, as associações de desenvolvimento local, as ONGs seja o que for, quem tenha conhecimento do terreno a selecionar os indicadores. Depois a partir daí é que têm que trabalhar todos em conjunto para definir tudo, ações e indicadores, tudo!

1.5. Acha que se consegue avaliar se o processo participativo teve mesmo sucesso? Como?

Talvez fazendo novas sessões. Tentando aferir se houve alguma evolução, de reconhecimento das pessoas em relação ao tema da desertificação.

Fazer esta monitorização para as pessoas.

Passado “xis” tempo, fazer uma nova sessão e tentar ver o que é que as pessoas aprenderam sobre a questão da desertificação. Por exemplo, a questão da definição da desertificação em si. Muitas pessoas nas entrevistas referiam que é um processo de perda de população. Não entendiam a desertificação como realmente ela é: processos físicos ligados ao solo. E no final já havia pessoas com um outro tipo de entendimento acerca da desertificação. Acho que depois, dependendo daquilo for recolhido nas sessões, ver onde é que as pessoas têm dificuldades, dependendo do tema, porque isto pode ser aplicado na desertificação ou em outro tema qualquer: ver onde é que as pessoas tiveram dificuldades e depois passado “xis” tempo voltar a fazer uma sessão e ver se houve alguma evolução do conhecimento, do tema em si.

Fazer esta monitorização com as pessoas. Passado “xis” tempo fazer uma nova sessão com as pessoas e tentar perceber o que eles aprenderam.

1.6. Avalie o sucesso do projeto PRACTICE relativamente a mudanças significativas no combate à desertificação?

Pensando nas consequências se for replicado a nível nacional: se for replicado a nível nacional, diria um 4. Com potencial para 5.

Se o processo PRACTICE ficar por aqui um 3.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.7. Este projeto trouxe ou vai trazer benefícios diretos para Castro Verde?

Diria um 4. Talvez pelo impacto ... a Comissão Nacional de Combate à Desertificação e com políticas que possam ser alteradas, em virtude de alguma informação que foi recolhida aqui e que nós já apresentamos e dos processos que depois se iniciarem noutros locais.

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Quais foram os meios de divulgação utilizados?

Fizemos um cartaz para apresentar num seminário, com os resultados preliminares do projeto. Era um seminário sobre indicadores de combate à desertificação. Nós levamos os resultados que tínhamos do processo participativo até àquele momento, foi em Setembro de 2011.

E saiu também no jornal local, quando vieram cá os parceiros do projeto e alguns *stakeholders* locais tiverem presentes.

5.2. Quais foram os meios de divulgação utilizados para plataforma de *stakeholders*?

Usamos fax, email, telefonemas. Nós temos também informação na internet, temos no nosso site da LPN e no site do projeto.

5.2.1. Quantos dias de antecedência é que convidaram os *stakeholders*?

Os locais (agricultores e afins) 4 a 7 dias. As entidades governamentais mais de 20 dias.

5.2.2. Houve uma rechamada dessas pessoas?

Sim. Tivemos que voltar a confirmar que essas pessoas vinham mesmo. Depois também alguns de 8 a 15 dias, locais e de âmbito regional.

5.3. Considera que foi dada toda a informação necessária acerca do projeto PRACTICE aos participantes?

Sim, acho que sim. De um a cinco: cinco.

5.4. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Sr. Fernando Rosa

É agricultor do Monte da Achada, Castro Verde. Trabalha há vários anos com a LPN na aplicação de técnicas de agricultura menos lesivas para o solo.

0. O PROCESSO PARTICIPATIVO

0.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

0.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Estava aqui a ver os governantes que são os quinze... coitados não valem um! Se fossem bons não precisavam de lá estar quinze!

0.1.2. Na sua opinião, este número é exagerado face aos outros?

O exagerado... é assim: perante o governo que nós temos ou perante a governação que nós temos, se não for essa camada política a ser sensibilizada para as ações em que o resto do povo precisa de se apoiar se calhar não achamos um exagero. Se a gente for ver a burocracia que há neste sistema por aí se vê que nem com muitos a gente lá vai. (...) Os representantes dessas instituições que estão aí presentes todos eles têm uma palavra a dar: desde o representante da câmara municipal de um dos conselhos, ao representante do ICNF, etc. vê-se que tem de haver uma conjugação de esforços para que possamos levar a água ao nosso moinho. (...) Do que estamos aqui a ver, agricultores somos poucos, mas isso a nível nacional já hoje poucos somos, portanto nunca podemos exigir que seja uma classe agrícola que dê mandatos, por não consegue. (...)

Talvez estes quinze ainda sejam poucos, porque andam todos (os políticos) de costas voltadas.

0.1.3. E os outros agricultores para além deste 6, estavam de alguma forma interessados em participar?

Os agricultores tentam ir a algum lado, mas os entraves são tantos que depois de tanta coisa feita, e de tantos passos dados, e de tantas conferências e palestras dadas a gente olha para trás e o princípio do tapete não se desenrolou, ficou lá todo à mesma. Portanto, com o que já se fez, com aqueles estudos que já se debruçaram, com tantos colóquios, já eramos para ter um patamar mais vasto e ainda tamos num patamar muito reduzido.

O trabalho feito pela LPN é válido, mas falta aqui alguma coisa palpável. Quem manda não olha com olhos de ver nem de orientar. Aquilo que vejo neste domínio é que falta um pouco de orientação a dar ao agricultor, que realmente aproveitando todos estes passos poderíamos ter chegado mais longe. Os agricultores, no meu ponto de vista, ainda estão um pouco desamparados para ver o futuro. (...) O agricultor tem de produzir, mas o agricultor olha para trás e vê "produzir e competir com quem?". Produzirmos é uma coisa, agora produzirmos para competir com alguém é impossível nesta região, impossível. Nesta parte sim, poderíamos trabalhar para que haja uma proteção melhor. Mas depois também víamos uma sociedade a pedir pão e um agricultor a dizer que quer proteger um passarinho?! É complicado gerir essa situação.

(A proteção às abetardas) para mim é válida, acho justa, mas depois aquilo que a sociedade não compreende é que vai pagar impostos para isso e quando reclamam pão... É complicado

nós agricultores dizermos assim: "vamos produzir pão para a nação" é complicado, porque vamos gastar divisas... vamos arranjar trabalho mas vamos arranjar divisas ... fala-se no pão, mas não é pão com qualidade...

É um caso especial (a região do Campo Branco), mas isto sempre foi uma zona pobre, as zonas que realmente poderiam produzir mais, amanhã não o conseguem produzir porque já têm outros investimentos lá feitos. E o que é que sobra para produzir trigo?! São as terras marginais, são estes terrenos brancos, terras brancas. E o que é que acontece: quando começarem a pedir pão ao agricultor, o agricultor diz "não, eu já tenho lá o olival, não vou tirar o olival, porque já tenho a minha produção garantida". O que sobra aqui "vocês têm terra, esqueçam lá as abetardas um bocadinho e façam lá pão!" Mas depois como é que podemos competir com terras com produções de 700 quilos? Só que a gente sabe que quando o mercado internacional fechar a torneira e dizem "meus amigos se não houver escudos ou se não houver cifrões, não há trigo, vocês governem-se!". E aí...

0.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade? (identificar na escala)

A ver vamos. Uma coisa foi o decorrer da sessão outra coisa, esperemos agora os resultados da globalidade para depois realmente ver se isto chega aos ouvidos de alguém.

As intervenções foram todas positivas, mas agora ermos os frutos disso é ainda muito cedo, portanto poderíamos dar uma nota de um 4 e a ver vamos.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

0.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

0.4. Acha que se consegue avaliar se o processo participativo teve mesmo sucesso? Como?

Vai ser mais complicado, porque quando o processo começou estávamos no princípio de uma crise, portanto a sensibilidade estava de uma maneira. Se a crise realmente, na minha perspectiva, vai-se acentuar ainda mais, provavelmente daqui a 2/3 anos quando a crise começar a aliviar talvez se comece outra vez a olhar para este processo. Com a crise instalada acho que vai ser um bocadinho complicado, não é que não se olhe, e vai-se olhar como outra medida que é tudo o que faz neste momento sem saber o que é de concreto o pacote agrícola vai dar de 2014 para a frente, mas na base do que se tem falado, e ainda a crise não tava na totalidade esclarecida nem sabiam onde é que ia começar a ponta do véu, nós tínhamos uma perspectiva de que o pacote das medidas europeias ia beneficiar mais esta parte da proteção... Se a crise realmente vai rebentar, esses fundos realmente têm de ser desviados para a sociedade, para outros meios, este problema não é esquecido, mas vai passar um bocadinho à margem, ou seja, teremos de esperar que haja uma consciência entre a crise e o que há para preservar, porque a história vai ensinando, são ciclos, há cem anos atrás estamos quase numa mesma situação em que estamos presentemente que é: o agricultor que tem amanhã vai ser saqueado porque a sociedade não o tem. O agricultor está habituado sempre às crises porque foi sempre um setor fraco dentro da economia, mas o que revela a nossa história de Portugal é que quando nós tínhamos uma agricultura em alta economicamente estávamos bem e viáveis. Quando temos uma agricultura em baixa a coisa funciona mal. Neste momento é isso que se está a passar, com fundos estruturais que possam entrar dentro do país e que haja falta para tapar bocas com fome, provavelmente esse dinheiro que viria para a proteção (vai ser desviado para isso). (...) Vai dizer-se que vamos beneficiar meia dúzia de agricultores, que a seguir pode beneficiar uma natureza em prol de uma sociedade.

0.5. Do que estou a perceber acha que a classe dos agricultores é muito inferiorizada. No caso do PRACTICE, acha que a opinião dos agricultores é de alguma forma inferior à opinião dos técnicos, investigadores...?

Não, a opinião dos agricultores não é inferior... Agora a consideração (pela opinião) aí é que está o problema. Porque o agricultor não dá votos, não tem poder económico para dizer "a gente vai optar por isto porque queremos", portanto estamos sujeitos a tudo aquilo que nos possam dar para a gente evoluir no bom sentido. Portanto se não houver acompanhamento da outra parte, o agricultor sozinho, por muito boa vontade que tenha... é a parte mais fraca.

0.6. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

Vamos apostar num 4 porque a totalidade era a gente ver os resultados palpáveis. (...) Estou convencido que não fosse o acentuar da crise provavelmente toda a gente ia olhar para isto com outros olhos porque estavam a ser sensibilizados, a classe política estava a ser sensibilizada, a parte social estava a ser sensibilizada, a parte infantil da sociedade estava a ser sensibilizada. (...) Agora havendo uma rutura pelo meio, nada a rutura tem a ver com o projeto, o projeto em si só cai no meio desta crise e agora a ver vamos. Porque para o quadro comunitário que vier as ajudas sejam aplicadas para a defesa do bem-estar animal, do desenvolvimento rural e da proteção do ambiente se calhar isso vai dar resultados porque a parte social em que estamos inseridos, que está sensibilizada, agora se a gente abrir as portas ao resto da sociedade, aquela que não está inserida e não conhece o contexto... É o que falava há pouco, quando eles pedem pão e se desvia dinheiro para proteger um passarinho e não se produz o pão que eles necessitam vai ser complicado. Dessa parte do projeto, o sensibilizar uma zona, uma região, isso foi perfeitamente demonstrado que toda a sociedade, desde os políticos, a sociedade, os agricultores, todos eles compreendem que há que fazer alguma coisa para fazer uma alteração para um bem estar na globalidade. Agora a nível nacional... (...) eles dizem "estamos na cidade, temos os nossos problemas, o campo que nos arranje a comida".

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

1.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Poderiam ser menos elaborados e mais simplificados, mas como era um projeto internacional em que a metodologia tinha de ser seguida em vários parâmetros quem eramos nós para dizer que quem fez isto tudo e que estudou que aquilo seria a maneira mais fácil entre línguas que não se compreendem se entenderem se calhar é...

1.1.1. Mas, imaginando que tinha sido só aplicado a Portugal, o que é que tinha feito de maneira diferente?

Um questionário mais local. (...)

1.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos

Eu senti-me confortável, talvez quem estivesse a gerir é que não se sentisse tão confortável com a minha posição. A maneira como eu colocava o papelinho, queriam que eu fosse distribuindo, e eu normalmente punha à parte. Mas no fim a gente entendeu-se. (...) Eu fazia a minha maneira e no fim logo se via.

1.3. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

Tive contacto com pessoas do México, mesmo não falando a mesma língua a gente conseguia sempre dialogar, e portanto foi enriquecedor. A troca de experiências, a troca de ideias é sempre enriquecedora.

1.4. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Aí talvez seja a parte mais melindrosa da situação, isto é, os resultados que se tiram daquela conjuntura, daquela pontuação através dos cartões... A troca de ideia é enriquecedora, mas tenho dúvidas na parte final dos resultados. (...) Não se consegue perceber bem. (...) Desta parte também nunca troquei impressões com nenhum dos intervenientes, porque chega-se aquela parte e diz-se aquilo e depois é "adeus, até amanhã!" e ninguém fica debruçar-se "o que achaste do resultado final?!".

A parte final devia (ser feita) num outro dia (porquê) há muita gente que já está a pensar em estar num outro lado e como tal não se espera que haja um debate sobre os resultados.

1.5. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Porquê?

Sim. O debate poderia ter sido um bocadinho mais aberto, mas as pessoas se não forem "picadas" também não se querem pronunciar sobre os seus receios e as dúvidas de maior. Mas na parte final, se toda a gente tem opinião unânime, então vamos lá ver o que conseguimos tirar daqui, e é isso que falta, para que daqui consigamos encaminhar qualquer coisa para além. Porque assim parece que estamos a fazer um polvo, mas assim o polvo retrai outra vez os tentáculos e não transmite... Ou seja, em vez de ser um polvo a transmitir parece que é um polvo a arrecadar.

1.6. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

No intermédio, no debate, dava-lhe um 4. Na parte final um 3, porque falta ali qualquer coisa.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.7. Sugestões para melhoria.

Falta um *workshop* final, com todos os intervenientes internacionais. (...) Se a gente que foi participante não chegar a perceber o fim, se me perguntarem como é que eu posso explicar o que é que aconteceu?! Porque depois o que é que me dizem "andaste lá a perder tempo, a gente não soube de nada, a gente não vê nada". (Se tivéssemos os resultados) conseguíamos sensibilizar o resto da sociedade, porque assim a sociedade sabe que a gente fez isto. (...)

2. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

2.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Sim, o trabalho delas foi interessante e é de louvar. Mas para aquilo coincidir com tal contexto global, elas tinham aquelas regras que tinham de ser seguidas e não podiam ultrapassar aquelas regras porque depois seria mais difícil o trabalho.(...)

2.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Sim.

2.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim, sempre confortável. Se chegasse lá e não me sentisse confortável seria o primeiro a abandonar.

2.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

3. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

3.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

Da minha parte acho que bem as transmiti.

3.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

A participação deles foi "tá bem", "sim", "pois"... Faltaram ali vozes ativas. (...)

3.2.1. Estava à espera de uma resposta?

Não. Estes são os primeiros passos que tem de dar, mas a gente vê que já demos muitos passos para pouco caminho, ou seja, começamos com um plano zonal nos anos 90, já temos quase duas décadas, e a gente olha trás e diz assim "não podíamos ter feito melhor!?". Na minha opinião, sim. E porque não se fez? Porque é que a gente não conseguiu demonstrar à sociedade o trabalho destes 20 anos?

3.2.2. E acha que os seus colegas agricultores têm essa mesma percepção?

Os agricultores dividem-se muito: os que se acomodam, os que lutam e os que não querem saber. (...) Se a gente for ver a classe aí representada dos agricultores, estão aí aqueles que têm algum interesse, porque se os outros demonstrassem algum interesse por estas atividade a gente poderia estar muito melhor. (...)

3.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

(...) As propostas podem ir e chegam a um gabinete, mas se não tiver ninguém sensibilizado mete aquilo dentro de uma gaveta.

3.4. A sua opinião inicial foi de alguma forma mudada (ou enriquecida) através da interação com os outros participantes? O que pensava antes sobre isso? O que pensa agora?

A minha opinião não divergia muito daquilo que foi apresentado. (...)

3.5. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Sim.

3.6. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

4.1. Como teve conhecimento do projeto?

Através da LPN.

4.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Só não foram mais pessoas porque não quiseram, digo eu. Acho que houve muita gente que foi convidada e que simplesmente não foi.

Nos "caderninhos" da Câmara isso constava, portanto acho que toda a sociedade daqui estava informada. (...) Só não participou quem não quis. (...) A porta estava aberta a toda a gente que quisesse participar.

4.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Minimamente.

4.3.1. Se tivesse que avaliar o grau de conhecimento?

Quatro.

4.4. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Sr. Manuel Tomé

Foi agricultor até aos seus 50 anos. Desempenha atualmente funções públicas como presidente da Junta de Freguesia de São Marcos, pertencente ao concelho de Castro Verde.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Acho que todos são importantes. Claro que a desertificação é um problema que abrange toda a gente. (...)

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

As autarquias e o governo são as pessoas que deviam estar mais empenhadas em que a desertificação não existisse.

Principalmente os agricultores, porque é um meio onde devia ter mais atividade e não tem. (...)

Os agricultores deviam ter mais interesse neste projeto porque é uma coisa que os atinge.

1.1.3. Porque acha, então, que os agricultores não participaram em grande número?

Se calhar não se motivaram para estas coisas ou não foram bem esclarecidos. Nós, autarquias, tínhamos interesse em saber (a opinião dos agricultores), porque somos representantes do povo. Quanto mais fossem melhor.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

Sim, houve coisas interessantes.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Tenho dificuldades em responder-lhe... As perspetivas não são muito famosas... Oxalá que tenha.

1.4. Acha que ainda existe muita desconfiança por parte dos agricultores sobre o trabalho da LNP? Porquê?

Sim, acho sim. A prova está à vista: 6 agricultores numa região tão grande. Há aqui pelo menos umas dezenas largas.

Acho que depende tudo da situação do país, as pessoas desconfiam um bocado... Mas os agricultores são as pessoas que menos razões têm em não acreditar porque eles têm recebido muita ajuda, tem tido sempre apoio: no gado, em toda a parte da pecuária. Deveriam ser os primeiros a acreditar. (...) Mas não participaram ou por falta de tempo ou por falta de esclarecimento.

1.5. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Houve muita gente que metia os pés pela cabeça e não tinha muito conhecimento daquilo que estava a fazer.

Há pessoas, principalmente da parte dos agricultores, com muita dificuldade nessa parte. Eu também tive dificuldade em algumas.

(...) Para pessoas que estivessem dentro do assunto seria fácil, agora para quem nunca fez nada do género chegam ali e "trocam os pés pela cabeça". Eu na primeira sessão tive dificuldade, tive de pedir um esclarecimento. (...) Entregam-nos uma mão cheia de papéis e a gente à primeira vez tem dificuldade... (...) Principalmente para os agricultores mais velhos o processo devia ser mais simples.

2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

Não me senti desconfortável, mas havia pessoas que sim, que não sabiam onde colocar os (pontos)... Chegavam ali e punham num lado qualquer.

2.3. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

Aprendi alguma coisa.

2.4. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Acho que foi claro.

2.5. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Foi dado tempo suficiente às pessoas para discutirem?

Sim.

2.6. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.7. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?

A colocação dos papelinhos, acho que muita gente teve dificuldades, mas não foi o meu caso.

2.8. Pontos fortes: o que gostou mais? Sugestões para melhoria.

Gostei de ter ouvido os debates. Houve muito diálogo entre as pessoas e trouxe muito conhecimento de coisas que nós não sabíamos.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Sim, elas foram espetaculares. Acho que dirigiram aquilo da melhor forma.

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Sim e quando alguém tinha dificuldades elas tentavam explicar, fazendo todos os esforços nesse sentido.

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim.

3.4. Havia alguma coisa que mudasse no desempenho das facilitadoras?

Não

3.5. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

Estava mais numa de aprender, visto que não estava muito dentro do assunto.

4.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

Havia muita gente que percebia daquilo, os técnicos... Agora nos agricultores havia uns com mais dificuldades que outros. (...)

4.3. Acha que existe uma grande dificuldade em que agricultores e técnicos se entenderem?

Sim, acho que sim. Não digo muita (dificuldade), mas há alguma falta de entendimento.

4.4. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Acho que sim (em ambos os casos).

4.5. A sua opinião inicial foi de alguma forma mudada (ou enriquecida) através da interação com os outros participantes? O que pensava antes sobre isso? O que pensa agora?

Acho que sim, isto veio trazer algum conhecimento às pessoas. (...)

4.6. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Era. Eu sou um representante do povo e uma das minhas funções é estar disponível para estas coisas. (...)

4.7. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Através da LPN.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Sim, acho que sim.

5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Mais ou menos.

5.4. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

Não. Acho que foi bem divulgado com cartazes e na internet.

5.5. Acha que os cidadãos também se aperceberam do projeto?

Acho que não.

5.6. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Dr. Gabriel Lontro

Técnico da associação de cariz social Lar Jacinto Faleiro, em Castro Verde.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Penso que bem dividido.

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

Acho o critério dos agricultores e dos caçadores um tanto desajustados, visto que estes estão no campo.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Sim, tem de ter. Na prática... vamos ver. Dependo do *follow up* que lhe for dado. Muitas vezes fazem-se "maravilhas" neste campo e depois fica por ali, portanto é essencial ter seguimento.

1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Sim. Não tive dúvidas.

2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.

Sim.

2.3. E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

Penso que sim, havia um bom ambiente geral propício à discussão das ideias.

2.4. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

Não lhe consigo dar uma resposta concreta porque ainda não tive acesso ao relatório final que nos era para ser enviado...

2.4.1. Isso faz falta?

Faz falta porque para lhe responder corretamente a essa pergunta teria que ter resultados.

2.4.2. Sentiu, então, que no *workshop* final faltaram os resultados?

Gostei imenso das conclusões, até porque estamos bastante envolvidos em alguns dos trabalhos, as nossas propriedades também foram objeto de estudo e de experiências, mas estou à espera...

2.5. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Sim, foram esclarecedores ao nível dos resultados.

2.6. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.7. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?

Não lhe consigo dizer.

2.8. Pontos fortes: o que gostou mais?

Não lhe consigo dizer, mas gostei imenso de como a temática foi apresentada. O tema foi para mim o mais importante.

2.9. Sugestões para melhoria.

Solicitei para que fosse possível obter informações previa antes de cada *workshop*, acho que ajudaria ao sucesso final do *workshop* em si. No meu ponto de vista houve alguma falha no acesso à informação.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Sim. Dou-lhes 5.

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Sim.

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim.

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

Sim. Entre nós foram expostas as ideias, expostos e problemas e foram debatidos, e é isso que interessa.

4.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

Foi muito, muito positiva.

4.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Com certeza. Houve partilha de ideias.

4.4. A sua opinião inicial foi de alguma forma mudada (ou enriquecida) através da interação com os outros participantes? O que pensava antes sobre isso? O que pensa agora?

Houve ajustes. Debatermos os problemas e chegámos a um consenso.

4.5. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Com certeza. É diferente do que estamos habituados

4.5.1. O sentimento de o processo poder ter alguma repercussão na sociedade e no tratamento do problema também é uma motivação?

Com certeza. É a principal motivação.

4.6. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Através da LPN.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Penso que sim.

5.2.1. Acha que o cidadão comum teve conhecimento deste projeto?

Penso que não, não passou para esta classe.

5.2.2. E relativamente aos agricultores?

Para os agricultores acho que sim, fiquei muito satisfeito... É sempre um bocado problemático encontrar as horas mais propícias.

5.3. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

O que fizeram foi bem feito.

5.4. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Sr. José Pinto

Técnico da Junta de Freguesia de Casével, concelho de Castro Verde.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Não há duvida que participação foi muito diversificada, traz sempre alguma valia.

Os agricultores penso que serão os principais interessados, porque penso que isto era mais ou menos dirigido a eles.

1.1.2. E o número de agricultores, o que revela este numero?

Não sei os convites que foram endereçados, se foram muitos se foram poucos, e se os seis são representativos...Havia a Associação do Campo Branco, uma associação importantíssima aqui na zona, e pareceu-me que os contributos estavam bem distribuídos.

1.1.3. Falou na Associação do Campo Branco, acha que esta associação deveria ter sido mais envolvida?

Isto tudo tem muito do empenho da instituição e mais ainda pessoal. Se a pessoa se empenhar os próprios lucros vão ser substanciais, se a pessoa não se empenhar... De qualquer maneira, pareceu que isto (o processo) tinha bastante mérito, até por englobar outros países, a convivência e a distribuição de conhecimentos... Agora isso depende sempre, fundamentalmente, do empenho que as pessoas poem, desde que a base, digamos assim, tenha alguma credibilidade.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

Não faço ideia, depende sempre do empenho das pessoas.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Depende sempre do investimento e dependo da pressão dos outros países. Isto pode ter pernas para andar, o que seria ótimo. Penso que sim.

1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e percetível? Porquê?

Os computadores, as perguntas, os programas, etc. Para tentar perceber aquilo tinha de ser muito melhor explicado. (...) Os programas que decidem são baseados em opiniões que... um programa baseado nas minhas opiniões tenho algumas duvidas que possa resultar em qualquer coisa. Nas opiniões todas... acho que sim...

Não tive dúvidas, tive dúvidas por não perceber os programas... eu é que tive alguma limitações para perceber aquilo.

Não achei que a colocação dos papelinhos fosse clara, foi confuso.

2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.
Era desconfortável.

2.3. E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

Via que as outras pessoas ponham "sim" ou "não" naquele lado como podiam colocar outra coisa qualquer. Não era fiável, o que lá se punha não era fiável.

2.4. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

Sim, havia casos em que ganhei alguns conhecimentos, como era um leigo na matéria qualquer coisa me servia para aprender e não há duvida nenhuma que sim.

2.5. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Não, porque estava mentalizado para as tais respostas que não eram refletidas. Os resultados que viessem depois disso eram irreais.

2.5.1. Para si a metodologia não era credível?

Exatamente, para mim não era. Não quer dizer que não fosse, para mim era um bocado confuso. Era um bocado abstrato, daí que a pessoa não pudesse tirar conclusões.

2.6. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops* (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.7. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?

A utilização de programas de computador é um ponto fraco, salvaguardando que é a minha opinião.

2.8. Pontos fortes: o que gostou mais? Sugestões para melhoria.

O que gostei mais foi ver as pessoas no campo e o interesse que determinados países tinham em algumas plantas, etc.... esse aspeto mais rural.

2.8.1. Foi importante ver cá pessoas de outros países? Isso deu algum crédito ao projeto?

Sim, deu com certeza. Só pelo fato de termos os estrangeiros logo à partida garante-nos que mesmo que os portugueses estivessem ali a perder tempo os estrangeiros nem por isso. Aliás viu-se a dedicação de alguns em relação aos casos.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Acho que foram pessoas empenhadas.

Quando cá estiveram essas pessoas (peritos/ parceiros internacionais) eles comunicação em inglês as pessoas tiveram o cuidado de traduzir

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Sim.

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim.

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

Sim, penso que sim, embora eu esteja fora daquilo como "água da chávena", mas reconheço e vi o mérito. A minha contribuição só era válida por ser afastada do âmbito.

4.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

Houve contribuições realmente importantes. Não era difícil que entre tanta gente aparecesse meia dúzia de pessoas realmente empenhadas.

4.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Sim. Adquiri alguns conhecimentos que não tinha sobre a sementeira direta, etc. e lamas.

Penso que sim (que houve aprendizagem dos outros participantes). Aliás havia muitos participantes estrangeiros e vi bastante empenho neles. (...) Houve pessoas realmente empenhadas. Penso que houve alguma mais-valia naquilo tudo e que (as pessoas) tiraram conhecimento.

4.4. A sua opinião inicial foi de alguma forma mudada (ou enriquecida) através da interação com os outros participantes? O que pensava antes sobre isso? O que pensa agora?

Não.

4.5. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Sim, até por boa vontade. (...) Nós tiramos sempre proveitos destas coisas, aprende-se sempre, seja útil ou não.

4.6. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Através da LPN.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Acho que não.

5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Estou um bocadinho por dentro. Percebi o objetivo da troca de conhecimentos entre os países. Penso que sim.

5.4. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

Não, fizeram o que estava ao alcance deles.

5.5. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Eng.º Artur Lagartinho

Técnico da LPN em Castro Verde com formação em Engenharia Agrónoma.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Acho que são os agricultores e os decisores governamentais mais ao nível daqueles que diretamente tem a ver com o ordenamento do território, mais dos serviços públicos centrais, mas não sei se esses participaram. Dá-me ideia que os que participaram foram os governantes locais, sem intervenção direta.

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

Faltavam os governantes do Governo Central, os decisores das políticas. Aqueles que fazem regras para a agricultura, o Ministério da Agricultura entre outros.

Deviam estar mais agricultores, embora isso não seja muito fácil, e sobretudo suas associações.

1.1.3. Porque acha que os agricultores participaram em tão pouco número?

Nós temos esse problema aqui, neste projeto ou noutra em que temos a necessidade de ter a participação deles. O agricultor aqui na região ainda é uma pessoa muito fechada, pouco participativa, com um grau de conhecimento que ainda é baixo, embora já haja alguns com formação superior, têm pouco tempo, a atividade de agricultor é uma atividade muito ocupada. Depois alguns não gostam de participar, ou tem uma visão muito pessoal: vêem as coisas de um ponto de vista muito económico...

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

Tenho dúvidas...

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Tenho dúvidas... Eu próprio nunca percebi bem qual era a finalidade do projeto. Aquilo que eu entendi era que o objetivo era que os cientistas ouvissem os *stakeholders* e o que é que os *stakeholders* pensam destas coisas, mas a forma como foi feita... não sei se os resultados têm alguma utilidade. Tenho dúvidas.

1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

Acho que foi um pouco confuso.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Julgo que não foi clara.

2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.

Também não percebi o efeito que aquilo pode vir a ter, não percebi de facto. Não percebi a lógica.

2.3. E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

Acho que também não. Alguns perceberam à sua maneira, mas se calhar as opiniões são muito diferentes de uns para outros.

2.4. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

Não... manteve-se. A acrescentar será muito pouco.

2.5. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Não, acho que não.

2.6. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Foi dado tempo suficiente às pessoas para discutirem?

O tempo foi suficiente, mas não sei se se conseguiu atingir os resultados que se queriam. Não sei, tenho dúvidas.

2.7. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

Tenho alguma dificuldade em avaliar...

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.8. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?

É muito confuso. É interessante criar algumas dinâmicas de debate entre os participantes, mas também cria ao mesmo tempo uma grande confusão, talvez seja esse o objetivo, não sei...

2.9. Pontos fortes: o que gostou mais?

Gostei da oportunidade de (me) ter juntado com um grupo de pessoas diferentes.

2.10. Sugestões para melhoria.

Melhorava clarificando mais as questões que eram feitas, porque se não forem bem clarificadas atingem-se respostas muito díspares, muito diferentes umas das outras.

Estava confuso. A análise que faço disso é que o processo ou o método que foi utilizado, não discuto isso porque não é a minha área, mas notou-se claramente que por vezes as pessoas estavam a responder a questões que as moderadoras não as colocavam claramente, por não ser a área delas. Por ser um assunto de certo modo complexo, quando não é bem explicado as perguntas que se fazem depois... não se atinge as respostas próprias.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Assisti a vários (*workshops*) e acho que houve melhoria. No início houve muita confusão, no fim já estava a coisa mais clara.

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Não. Transmitiu mais no final (nos últimos *workshops*) do que no início. Notava-se que a própria equipa não sabia o que estava a fazer, notava-se que nós estávamos a ser alvo de uma experiência que não tinha sido ainda bem testada, bem aprimorados os seus contornos, e que no decurso dos *workshops* as pessoas que estavam a orientá-lo não estavam em consonância, portanto uns pretendiam de uma forma, outros pretendiam de outra, estavam a explicar como é pretendiam o decurso do *workshop* e transmitia alguma... para quem estava de fora aquilo não...

3.2.1. Está a falar apenas da equipa de facilitação ou também da equipa de parceiros da LPN?

E da equipa internacional, da equipa toda. Notava-se que havia pessoas que já tinham uma ideia mais ou menos formada de como é que se processava e outras não... Havia várias pessoas no grupo: pessoas que coordenavam o projeto da equipa espanhola que tinham uma visão diferente, o americano tinha outra, talvez mais clara, outros tinham formas diferentes de ver as coisas e não estavam a funcionar...

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim, houve debate... Estas questões são muito técnicas e, por vezes, mesmo sendo eu um técnico muitas vezes não as domino. Depois quando se misturam outras pessoas que não dominam estas matérias nota-se que há vazios. Não há grande debate, há algum, mas... No grupo em que estava havia uma ou duas pessoas que dominavam bem o assunto, mas outras que não dominavam nada e depois não há um grande debate, o debate não é de igual para igual.

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

Não houve assim grande debate neste processo. Houve entrevistas pessoais e depois houve aquelas sessões em que cada um colocava no quadro as suas opções e opiniões, mas as opiniões não foram muito debatidas. Depois houve aquele trabalho com os cartões...

4.1.1. Acha que faltou debate?

Talvez mais algum debate ou debate foi um pouco confuso, foi mais isso. Mais debate e mais clarificação naquilo que estávamos a fazer.

4.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

Houve algumas participações muito boas, outras menos... Não estou a dizer que sejam boas ou más, mas a questão é que as pessoas têm graus de conhecimentos diferentes. Alguns estavam a falar de uma coisa ou estavam a falar de uma forma, ou interpretavam a questão de uma maneira quando eu interpretava de outra, por isso é que digo que houve uma falta de clarificação.

4.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Houve pontos de vista... Ali não era uma questão de aprender ou de não aprender, era uma questão de "ponto de vista" (...), mas isto é tudo muito ambíguo, com funções pouco claras. Os próprios cartões, a forma como eles se interligam ou não, permitiriam hipóteses. E, às vezes, colocando eu os cartões de uma determinada forma ou universo, quase ... ambas eram formas

possíveis . Não há uma formula, a minha maneira de ver as coisas não era a mais abrangente, aquilo podia estar assim como o contrário

4.4. A sua opinião inicial foi de alguma forma mudada (ou enriquecida) através da interação com os outros participantes? O que pensava antes sobre isso? O que pensa agora?

O meu ponto de vista manteve-se.

4.5. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Sim.

4.6. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Através da LPN.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Este projeto não se previa que fosse muito divulgado. É um estudo dentro de um grupo e dentro do grupo houve divulgação. Agora para a opinião pública em geral não houve até porque me parece que seja esse o objetivo do projeto, pelo menos para já. Talvez no final, as conclusões possam ser.

5.2.1. Mas acha que a opinião pública, os cidadãos comuns, também deveriam estar envolvidos neste projeto?

Este projeto para mim sempre foi muito confuso. A minha interpretação daquilo que era o objetivo do projeto (...) a intenção era esta de ir buscar a opinião pública ou pessoas (representantes) da opinião pública para *stakeholders*, para ver de que forma eles viam o problema da desertificação. Não sei se os métodos foram os melhores, mas o objetivo era esse. Abrir isto à população toda ou à opinião pública em geral pode ter vantagens e desvantagens, pode enviesar os resultados. Porque ir buscar opiniões à opinião pública no seu todo, quando essa opinião pública não tem intervenção nessa área, pode enviesar um pouco as opiniões e acho que o melhor é ir para aqueles que têm ou possam vir a ter intervenção (no terreno).

Podia-se incluir aí o público em geral (...) mas não alguém que fosse selecionado "ao calhas" e agora vem aqui e dá a sua opinião. (...) É um tema muito técnico. (...) A opinião de algumas pessoas sim, no geral não.

5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Não, não estava e penso que os *stakeholders* também não estavam. Acho que devia ter sido melhor explicado. O problema é que essa clarificação deveria ter sido feita ao longo do projeto e explicar às pessoas o que é que se pretendia. Este projeto teve uma coisa muito boa: juntarem-se pessoas de várias partes do mundo, mas não estavam todas em consonância. Os países são muito diferentes uns dos outros, os problemas muito diferentes e depois tentam-se comparar dados que não são comparáveis e que não são dados fiáveis, porque são dados retirados de um ou dois anos apenas e não de períodos mais longos e não foram retiradas com fórmulas totalmente isentas do ponto de vista científico e cria erros por comparação de dados que não são comparáveis.

5.4. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

Não.

5.5. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Eng.º Lúcio do Rosário

Um dos maiores peritos nacionais em desertificação é, também, o Ponto Focal Nacional Adjunto da UNCCD. É atualmente técnico do ICNF.

0. CONTEXTUALIZAÇÃO

0.1. O processo participativo é inerente à replicação do PRACTICE? Se sim, que Vê a possibilidade de replicação deste projeto a nível nacional? Que mudanças deveriam haver?

Podemos falar do processo participativo sem falarmos no PRACTICE e depois voltarmos ao PRACTICE?

Eu acho que o processo participativo tem uma metodologia muito interessante. E é tão ou mais interessante quanto menos desenvolvido é o processo democrático no país ou menos desenvolvidas são certas práticas democráticas no contexto do país. Eu julgo que as práticas da teoria participativa têm sido sobretudo desenvolvidas exatamente nesse contexto. Há uma vertente que eu gostava de ver desenvolvida, que é exatamente como é que a teoria participativa, como é que os processos participativos funcionam em regimes, em países, em áreas onde os processos democráticos estejam completamente estabelecidos. Se houverem organizações da sociedade civil, e se os representantes democraticamente eleitos se corporizarem a favor do povo que os elegeram, em que medida é que o processo participativo faz ou não faz sentido?

0.2. O caso de Castro Verde é, também, um caso especial dentro do contexto do país: temos uma ONG enraizada no contexto social...

Isso é bom ou é mau?!

Primeiro tenho de fazer uma declaração de intenções: eu sou sócio da LPN desde 1965 e tenho um grande consideração pelo trabalho desenvolvido no contexto dessa organização. Dito isto, aquilo que eu acho ao contrário de outras organizações da sociedade civil com implementação regional, esta constitui a abertura de uma frente de uma organização de caráter nacional e que na essência tem essa matriz para uma abertura de intervenção ao nível local/regional. Portanto, não deixa de ser uma implantação de alguma coisa que é estranha, de um corpo estranho, no âmbito de uma sociedade. Por outro lado, correspondendo a um desafio dos tempos atuais, o conjunto de intervenções da LPN não deixa de ser um confronto, claramente, entre as visões urbanas da conservação, por um lado, e das visões rurais. E o meio rural, com tudo aquilo que tem de bom e de mau, por outro lado. E, portanto, as vitórias, os insucessos dessa evolução não deixam de ter de refletir, exatamente, este tipo de contexto. Antes de mais nada, (...) estamos a falar de visões ditas de sustentabilidade e ditas de conservação, são sobretudo visões urbanas, visões novas, de novas sociedades e novas pessoas que tem pouco a ver com a vivência direta no campo. (...)

Eu sou um rural e, portanto, o meu quadro de implantação rural, na verdade, é que não deixo de olhar sempre nestas questões para o outro lado de lá. Se é que eu ainda mantenho uma visão atualizada sobre aquilo que eram os anseios, as questões e os problemas da gente que vive no meio rural. Mas é exatamente o que eu penso.

Dito isto, este processo só tem que ser um processo ganhador. Pelo que ganha e pelo que perde. E portanto a sua capacidade de evolver os locais, de os fazer participar e comungar de certas ideias que são levadas aqui, só que em simultâneo quando se procura levar uma certa

mensagem, em simultâneo não se deixa de estar a incorporar aquilo que é a visão do lado de lá. E, portanto, seja qual for o final deste processo, ele será seguramente um processo ganhador, quer para um lado seja para o outro. Mesmo que sejam duas frentes e consciências e o tempo em que venha a acontecer este reencontro, já foi.

O PRACTICE tem essa matriz interessante e nunca o ter assumido desde o início que era uma visão pelo lado da conservação. Ele é na essência um projeto de aplicação de uma perspectiva de intervenção de desenvolvimento de indicadores com participação a aplicar no contexto da convenção do combate à desertificação. Ele tem sempre por trás (...) uma grande matriz de visões pelo lado da biodiversidade. E, portanto, eu às vezes nem consigo separar bem as águas: quando é que as pessoas estão a ter uma visão mais pelo lado da biodiversidade, que é uma perspectiva e um encaixe conservacionista puro, ou se por outro lado estão a tentar criar um caminho de combate à desertificação que tem na matriz e na essência questões que têm a ver com os problemas da proteção e da qualificação dos solos, mas em simultâneo têm uma matriz social extremamente profunda. Aliás, no ponto de vista destas três convenções do Rio (de Janeiro) é sempre a assumida que as outras são convenções ambientais e de alterações climáticas e que esta é do combate à desertificação. Tem uma matriz de desenvolvimento exatamente porque valências, como por exemplo, a pobreza da sociedade, o problema do despovoamento, mas sobretudo estas duas referências e o resto que vem daí associado em termos da qualidade das povoações rurais. Esses dois enfoques estão claramente manifestos no PRACTICE e fazem simultaneamente um caminho onde também há essa dualidade e tem a ver com o próprio desenvolvimento do processo PRACTICE. É que, por um lado, tem um conjunto de indicadores que são propostos ou desenvolvidos pelas comunidade locais, tem a sua própria visão sobre aquilo que são as questões essenciais, daquilo que se procura obter dos indicadores de quais são os objetivos locais. Mas, em simultâneo, incorpora aquilo que são um conjunto mínimo de indicadores globais, nacionais e regionais que são comungados pela convenção da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e que permitem fazer leituras cruzadas e muito mais vastas (...) o que põe para quem trabalha neste processo de desenvolvimento participativo *n* desafios e *n* questões diferentes. Porque uma questão é estar a fazer um processo participativo puro: vamos lá ver o que é que as populações pensam, o que é que dizem, o que é que explicam. Outra coisa é ter que simultaneamente conviver com processos e com indicadores que nos são impostos. Obrigatoriamente há um conjunto de indicadores externos que têm de ser avaliados. E fica-me a questão se de facto este conjunto de indicadores globais, nacionais, são tão válidos do ponto de vista participativo quanto são os indicadores que são eleitos, escolhidos pela população. Isto é, se as pessoas que conduzem o processo têm realmente a capacidade de transmitir, de fazer refletir as populações locais as questões dos indicadores que não são exclusivamente aqueles que a população escolhe.

0.3. Tratar o problema desertificação só faz sentido se feito com as pessoas, com as populações locais...

É a única convenção do Rio que tem implícita na sua matriz que o seu desenvolvimento é feito de baixo para cima. É feito primeiro com as populações e depois a partir do trabalho feito com as populações se trazem conclusões a nível global. É óbvio que isto é fácil de exprimir e de definir do ponto de vista dos objetivos globais, o difícil é consegui-lo. Porque não, a vida em sociedade não é assim e as alterações climáticas não são assim. E, portanto, quando eu digo isto por sentimento próprio, por um lado, mas porque é assim, exatamente, no âmbito da essência do procedimento da Comissão de Combate à Desertificação. A Comissão de Combate à Desertificação é a única que tem *bottom up* a pronto no contexto do desenvolvimento.

0.4. As questões da proteção da biodiversidade são tremendamente importante no contexto de Castro Verde. Essas questões devem ser tratadas de modo separado das questões da desertificação?

Não acho nada, acho que elas têm de ser tratadas em conjunto. E não é nada estranho que seja a LPN a assumir esse trabalho e essa frente. A LPN tem ela própria dentro da sua génese, no contexto dos seus quadros, pessoas ligadas a estas questões do combate à desertificação desde há muitos anos. (...) Essa questão é tão ou mais vincada do ponto de vista da matriz conservacionista da organização. E depois a questão da conservação da biodiversidade em ambiente áridos é ..., pelo contrário é exatamente no âmbito daquela conflitualidade, confronto, multiplicidade de questões: a ruralidade, a visão da conservação, a globalidade. Qualquer coisa, exatamente, que pode fazer a ponte entre aquilo que são os sentimentos do passado e, desde logo, as condições de futuro. Mas, do ponto de vista, exatamente, dos objetivos põe problemas extremamente sérios. Eu às vezes costumo brincar dizendo que, em algumas circunstâncias: "conservar determinado tipo de espécies, por exemplo, estas estepárias, pode implicar do ponto de vista do ordenamento do território, que não se querem estancar de forma absoluta os processos de desertificação ou degradação do solo". O que é que eu quero dizer com isto?! Por exemplo, podia-se tomar uma opção de um processo de recuperação de degradação mais adiantado e Castro Verde já teve ocupação arbórea e florestal muito mais expressiva do que tem hoje, poder-se-ia optar por arborizar toda a área de Castro Verde. O arborizar implica manter um status, não de degradação, pelo menos de não requalificação do ponto de vista dos solos para além de um certo número. Isso é uma opção social, política, antes de ser política social, que importa equacionar e tentar avaliar em que medida é que a sociedade no seu todo, e não é só um problema de Castro Verde, até porque manter aquela situação não só é à custas das pessoas de Castro Verde. É numa primeira instância e no curto prazo, à custa das pessoas de Castro Verde, a médio/ longo prazo é um compromisso com a sociedade portuguesa no global, numa segunda linha com a sociedade europeia, que tem fortemente subsidiado a aquisição das propriedades, e numa terceira linha um conjunto de projetos que têm vindo a ser desenvolvidos, esses são financiamentos comunitários. Quer dizer, são nossos, comparticipados também pelos portugueses pelas taxas que pagam, nomeadamente, em sede de IVA. Essa é uma solução e uma decisão que as pessoas têm de perceber. Foi decidido que seja assim? E isso é claramente assumido? É uma questão que tem de se perguntar. E como é que se passa de um processo participativo completamente focalizado, para um processo muito mais alargado do ponto de vista de cumprimento de compromisso social. E como é que não se faz "trampa"? Como é que não se engana? Como é que não se aldraba? Mas também não vamos discutir isso aqui. Vamos lá fazer as coisas cada um a seu nível, aí estamos a falar de processos participativos locais. (...) Vamos ver de que forma democrática, transparente e eficaz vamos responder a essa questão.

0.5. Mas, então, como se replicaria este processo para o nível nacional?

Isto faz-se de baixo para cima e não de cima para baixo. Quando do ponto de vista metodológico e pragmaticamente estrutural, quando propusemos que isto fosse extensificado. A nossa ideia é que o trabalho comece de baixo. Primeiro que tudo e antes de mais nada, que as pessoas possam ser implicada a nível local. E, em relação ao projeto em concreto, que elas possam ser implicadas, possam vir participar, que possam avaliar os resultados que o PRACTICE faz. É preciso começar por algum lado e, portanto, essa é uma questão essencial. Mas depois todos os passos que vou dizer do ponto de vista das implicações, no fundo, da perceção e do convencimento, do estar convencido de que esta é a solução. (...) Porque isto é um processo de construção da capacidade das pessoas perceberem o que está a acontecer no seu território, como é que podem intervir nele, como é que podem fazer coisas diferentes na perspetivas de melhorar o meio envolvente. E, portanto, nessa perspetiva sim. Acho que nós definimos um caminho. Antes de mais nada, Castro Verde não é o único sítio no Alentejo onde há problemas destes. A primeira coisa que dissemos era: "é interessante que este processo fosse extensificado, logo numa primeira linha para o Alentejo, se calhar designadamente com

associações como a ADPN em Mértola ou outras que estão a fazer coisas no Alentejo, podiam-se aplicar metodologias semelhantes a esta no sentido de fazer participar as pessoas. E, se calhar, com grande surpresa nossa a participação do ponto de vista das populações seria bem diferente daquilo que nós imaginávamos. E, numa segunda linha, que pode ser simultânea, fazer um ou dois projetos deste estilo em cada uma das outras regiões do país. Porque do ponto de vista operacional, as questões do combate à desertificação estão divididas por regiões: cinco no continente e dois nas regiões autónomas. Se bem que questões de desertificação e de degradação do solo há sobretudo, de desertificação em termos de regime de aridez, são sobretudo conhecidas na Madeira. E, portanto, aquilo que nós propúnhamos era que fosse lançada um ou dois projetos deste estilo nas outras cinco regiões do continente e outra na Madeira. (...)

0.6. Na sua opinião, a sociedade civil tem uma perceção real da problemática da desertificação?

Bom, nós temos alguns indicadores sobre essa questão. Quando em 2008 foi feito o ano mundial do combate à desertificação, foi feita uma avaliação da perceção dessas questões a nível nacional, conclui-se que mais de 50% das pessoas em Portugal sabiam o que era o assunto. A desertificação não é uma questão física direta, é qualquer coisa que vem silenciosamente e às vezes as pessoas só percebem os seus efeitos a longo prazo. Aliás, a desertificação em Portugal tem muito que ver com as questões de aridez, de degradação potencial, possível, que desde o Neolítico se apresenta em Portugal, estamos a falar de há muitos milhares de anos.

Que as pessoas têm noção disso? Sim. Tanto têm noção disso que até conseguiram encontrar formas superlativas de aplicar o termo desertificação a outras coisas estão ligadas mas são diferenciadas. Quando falamos de despovoamento e de desertificação sendo duas coisas completamente diferenciadas. Em Portugal, quase aplicamos indiferentemente o termo a uma coisa e outra. Mas as conclusões que o inquérito faz, é que cerca de 50% da população sabia do que é que estávamos a falar. E, ainda há três ou quatro semanas atrás, foi feito um programa sobre desertificação anunciada nos jornais nacionais, estávamos a falar do jornal das oito, e estes são os números do *share* da TVI demonstra que: estávamos com cerca de 200 mil pessoas a ver o Jornal Nacional e quando passamos para a questão da desertificação ficamos com 380 mil pessoas. O que quer dizer que não só se mantiveram as pessoas que estavam a ver, como houve um conjunto de pessoas muito largo, muito interessadas naquilo que se estava a apresentar. Portanto, julgo que, e não estou aqui a puxar a brasa à minha sardinha, dizendo que há uma perceção, do ponto de vista da sociedade há uma clara perceção. Mas não é uma questão prioritária na agenda. Não é aquilo que motiva entusiasticamente as pessoas. Até diria que é quase aquele assunto envergonhado, que estará sempre na retaguarda das nossas preocupações, e que só o vamos tratar quando tivermos tratado todos os outros.

0.6.1. É uma questão transversal à sociedade?

Não, não é uma questão transversal à sociedade. Na realidade é um problema que deve preocupar toda a sociedade na medida, por exemplo, do problema da subsistência alimentar é um problema transversal à sociedade. E a qualidade dos solos, para poder prover autossuficiência alimentar em Portugal é uma questão transversal. Quando estamos a falar de desertificação, estamos a falar de numa perspetiva de médio-longo prazo de manter a sustentabilidade da produção alimentar em Portugal. E, nessa perspetiva, estamos a falar de um problema transversal à sociedade.

Mas, quando passa da implicação direta naquilo que tem a ver com tratar da qualidade dos solos, já não é transversal. É um problema que diz respeito a qualquer coisa como menos de 20% da sociedade, que são aqueles que vivem, entre meios urbanos e rurais, nas áreas rurais do interior do país. Quando sabemos que desse número o que trabalha de facto no meio rural é

ainda muito mais limitado. Estamos a falar de um grupo mais restrito de pessoas em Portugal. E, portanto, este tipo de preocupações e de questões é, antes de mais nada, um problema para os agricultores, para os produtores florestais, para as pessoas que estão ligadas à pastorícia. Tem a ver com a forma como tratam a terra e a sustentabilidade da terra. É óbvio que preocupa os outros, mas tem de preocupar em primeira instância esses. E esses são cada vez menos, cada vez tem menos poder de voto e cada vez menos papel ativo na sociedade. (...) Isto é um problema transversal? É. Mas em simultâneo a dimensão e a importância desta questão...

0.7. Na generalidade, que opinião tem acerca dos processos participativos em ambiente? Há de facto consequências nos projetos/políticas em que estão integrados?

Acho que os processos participativos fazem sentido em países ou em regiões onde os processos democráticos são pouco acentuados. Se a democracia funcionasse os processos participativos eram completamente desnecessários. Os processos participativos são, de facto, processos que resolvem ou procuram resolver a falta de organização participativa da sociedade. E, portanto, dadas estas questões, eu acho que (dado) o atual status das coisas em Portugal e nas nossas regiões, eles fazem todo o sentido.

Procuram traduzir. Aliás, até acho que se não forem para esse objetivo nem vale a pena começa-los. E, portanto, essa é uma questão essencial. É preciso trazer a estes processos que lhes possa dar enquadramentos alargados, porque senão... Não quer dizer que se calhar alguns processos participativos não devam ser apenas isso. Começar e morrer ali. Pronto, consolidar, cristalizar o processo, fechou-se. Concluímos. Mas mesmo esses não deixam de criar plataformas para a seguir ser um processo de afirmação do ponto de vista da vontade da sociedade em relação a essas coisas.

0.8. O facto de LPN ter conduzido vários processos participativos ao longo dos anos e de a população ver poucos resultados no terreno, descredibiliza este processo?

Isto (os processos participativos) têm de responder a questões objetivas. Isto tem de dar voz, tem de levar a propostas. Uma pessoa pode ter que responder as pessoas, como pode ter que pagar aquilo que as pessoas dizem, e depois tem de ser capaz de ampliar. E não pode continuar a fazer o mesmo. Porque de facto, se não é uma canseira.

Às tantas isso cria sentimentos de que isto é uma forma de criar empregos às pessoas da cidade. (...) E as coisas não chegam de facto aos agricultores. (...)

A verdade é que estes processos inscrevem muito pouco do ponto de vista do desenvolvimento das sociedades locais. Portanto, é preciso ter muito cuidado com quem é responsável no âmbito de processos deste estilo, para não criarem processos mais ou menos estrangeiros no âmbito de uma região. (...)

0.9. Na sua opinião, como melhorar o eixo de comunicação entre os decisores/técnicos e os cidadãos?

Felizmente ou infelizmente, estamos a falar com comunidades de pessoas que estão condenadas. É um problema que dura mais 10 anos, mais 20, mas são cada vez menos. Aquilo que passamos a ter mais é gente que já tem outro tipo de processos de construção. Estamos aqui a falar de um tempo e é preciso tratar com dignidade este tempo e as pessoas deste tempo. Mas eu tenho dúvidas de que é um problema circunstancial no tempo. (...) Os outros interlocutores já vão ser gente com outra incorporação. Vão ser pessoas que constroem a sua formação na cidade e depois regressam ao campo para desenvolver a sua vida normal. E, portanto, os agricultores têm uma matriz de nascerem, desenvolverem, construir-se como pessoas (...) e viverem até ao final da vida como tal.

Na realidade, enquanto as coisas estiverem assim, eu não diria que é o fruto das circunstâncias, é possível dar a volta de outra forma. Nenhum de nós é matricialmente de uma forma ou de outra. (...) É por isso que eu vivendo há não sei quantos anos na cidade, mantenho uma matriz rural, porque nasci lá. As pessoas podem fazer aproximações, mas a sua matriz cultural vai condiciona-los ao longo do tempo. E entanto esse hiato do ponto de vista da origem de cultura não se diferenciar, não se aglutinar, essa realidade vai ser assim. Agora, no meio de isto tudo há uma coisa que é óbvia: é que os fluxos de bem-estar, económicos, sociais e outros, do ponto de vista do que aconteceu no processo, têm de ser transferidos para as pessoas que lá estão. As pessoas que lá estão têm de ter rendimento, daquilo que são convidadas ou obrigadas a fazer. Você não pode dizer a um agricultor que é convidado a participar na conservação da abetarda, quando isso a seguir não é uma fonte de rendimento e de bem-estar. Antes pelo contrário, é uma fonte de restrições e de condicionamento do ponto de vista daquilo que ele julga que pode fazer. Enquanto você não vencer, não quebrar essa frente, você vai ter sempre aí essa coisa... E, portanto, aquilo que se começa a falar agora dos serviços do ecossistema. Não é subsídios, é um pagamento por um serviço. Se a sociedade exige que uma determinada região ou um determinado local, conserve um determinado tipo de status, que tem um custo associado do ponto de vista da economia. Por mais falhas e dificuldades em se avaliar, há processos exatamente para avaliar esse tipo de diferenciais. Não se pode dizer que isto é um favor. É um favor que depois não se paga. E que "aguentem lá aí que a abetarda é um bicho muito giro!". É óbvio que é um bicho muito giro! Mas quando a União Europeia define que quer conservar, através da Rede Natura, as áreas de manutenção das populações mais importantes da abetarda, isso não pode ser às custas dos agricultores de Castro Verde. Querem, paguem. Que é aquilo que me acontece a mim quando quero ir comprar um pão, ou quero ir comprar vinho, quero ir assistir a um espetáculo. Quero, pago. E há muita forma de pagar e há uma que é óbvia! Eu não posso é ser eu a pagar aquilo que os outros querem.

0.10. As instituições públicas (como o ICNF) estão preparadas para realizar processos de PPA por sistema?

Não. Não estão. A resposta é radicalmente não. De um a cinco: um!

Uma parte das organizações, não só públicas, vivem dos pequenos poderes... E quando um determinado tipo de questões começa a ameaçar a nossa existência no dia-a-dia e aqueles poderes que vamos construindo, as pessoas tentam reagir pela negativa

Os processos de participação pública são por natureza processos incómodos.

Se você não tiver uma mentalidade aberta e uma cabeça aberta, disponível, se tiver que lidar com processos radicalmente diferentes, porque as pessoas ou a realidade... As pessoas não são por natureza disponíveis para processos de mudança. E, portanto, as organizações públicas que vivem elas próprias à volta de certo status, perante estes tipos de processos incomodam. Incomodam. Ameaçam.

O *empowerment* das pessoas significa uma retirada de *empowerment* das instituições. E, portanto, mais uma vez, estamos em termos de passagens de paradigmas. As organizações públicas do futuro não vão voltar a ser as mesmas que são atualmente. E obviamente que os novos funcionários públicos vão ver estes processos de uma forma completamente diferente. Agora, você não queira construir na cabeça dos portugueses, que viveram em não-democracia durante quase mais de meio século, e que só há pouco tempo começaram a dar os primeiros passinhos nesse campo... (...) Não queira imaginar que as organizações públicas que foram construídas em processos estruturais completamente diferenciados, estejam disponíveis para partilhar sistemas deste género. Portanto, sim. Essa é a circunstância, só temos de ir minando, minando os processos, minando o sistema e tentar fazê-lo mudar.

Mais uma vez que digo que é preciso perceber onde é que isto se aplica. Porque isto também não é aplicado em tudo. O processo de participação pública também não serve para tudo. Também não serve para nos embebedarmos com processos de participação pública. De facto, é preciso fazer participação pública daquilo que são as questões pendentes da sociedade. E nós estamos a falar de um processo pendente da sociedade. (...) Mas eu não espero que as organizações públicas promovam (processos de participação pública). Pode sempre haver um dirigente ou outro que esteja aberto a isso, mas é a exceção não é a regra.

0.11. O que acha do trabalho da LPN na região de Castro Verde?

Eu, se calhar, fui o principal responsável por a LPN ter comprado as herdades.

Castro Verde não é um padrão para o Alentejo. É uma sociedade completamente específica, com questões internas e exógenas que lhe dão um matriz muito diferenciada. Você não replica em mais lado nenhum, do Alentejo, sequer do Baixo Alentejo, aquilo que são os acontecimentos em Castro Verde. Você não leva sequer o que acontece em Castro Verde para Aljustrel, ou para Mértola, ou para Almodôvar ou para Ourique. Porque aquilo que acontece em Castro Verde é exclusivo de Castro Verde. Aquilo que estamos aqui a falar é aplicável no senso lato. Em relação a esta coisa que são os resultados específicos é de Castro Verde, ponto. Porque Castro Verde é essa matriz. (...)

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 stakeholders do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes. O que lhe afere dizer acerca destes números?

Do ponto de vista desta participação, parece-me sobretudo os que quase têm obrigação de participar. Isto é, as pessoas não participam neste processo porque o processo lhe interesse. Participam nesse processo porque é quase uma obrigação do ponto de vista maioritário. Basta olhar para os números. Eu já conhecia os números e é a primeira reflexão que eu faço acerca disso. É que não são representantes da sociedade. Obviamente que são líderes da sociedade, obviamente que são pessoas ligadas a esta questão e a quem o assunto interessa. Mas de facto é que isto ainda está num gueto. Está num grupo. Ainda é e continua a ser qualquer coisa que faz parte de um grupo relativamente controlado da sociedade. É bom ou é mau? Eu acho que nem é bom nem é mau, é aquilo que há neste momento. Isso não deixa de ser um facto da incipiência do desenvolvimento dos movimentos na sociedade civil em Portugal.

1.1.1. E o que acha deste valor de 6 agricultores, ainda é um número algo residual?

Acho que esse número já é brilhante se for olhar para os processos participativos de outras coisas. Se você for olhar, por exemplo, para a constituição da Assembleia Municipal ou da Junta de Freguesia e se você tiver uma constituição semelhante a essa, você vai quem são os participantes ativos nos processos de decisão local. E que esses números, eventualmente, não estarão muito longe daquilo que é a realidade. Se calhar até aí temos um número de participação de agricultores mais relevantes do que aquilo que é habitual noutros contextos. (...) Este não deixa de ser um processo que reflete o estado de desenvolvimento da sociedade civil em Portugal, e da má representação dos atores do mundo rural nos processos de decisão naquilo que lhes diz respeito.

1.1.2. Como é que se conseguem trazer mais atores deste tipo para o processo?

Eu acho que as pessoas só participam na medida em que as coisas as motivam. É óbvio se estivéssemos a fazer uma reunião sobre os processos de financiamento da nova PAC, e para discutir se o trigo rijo ia receber 100 ou 200 euros por ha/ano, ou se as vacas deixavam de ter subsídios, em vez de se ter aí seis agricultores era capaz de ter trezentos. Portanto, a mim não me espanta, quando estamos a falar de problemas de conservação ou estas questões de conservação do solo, que ainda são mais distantes, que haja tão poucas pessoas envolvidas. É

óbvio que esses aí têm de estar fortemente motivados para participarem. Deve haver aí questões específicas na cabeça dessa gente para participar. E, portanto, aquilo que nós temos de fazer nestes processos é transformar as questões e a discussão em problemas tão palpantes quanto possível. Não estou a dizer que se faça demagogia, pelo contrário. Mas a gente tem de escolher, de facto, aquilo que é relevante para as pessoas participarem nesta discussão. E depois não há milagres: não se pode ter aquilo que não existe. (...)

Como é que é possível fazer participar as pessoas? É indo cada vez mais ao cerne da questão, o que preocupa as pessoas, o que as leva a refletir e a pensar, e o que as pode atrair do ponto de vista da participação coletiva de um processo de decisão, ou seja, "vamos lá encontrar o melhor caminho". Vamos lá ver como a gente consegue coletivamente construir um processo de decisão que seja interessante para todos e não só para alguns.

1.1.3. E será possível motivar estas pessoas sem recorrer aos famosos subsídios?

Na realidade esse tem sido o engodo de um determinado tipo de questões. Mas eu diria que essa é uma parte superficial (...) Na medida em que estamos a discutir hoje mais um processo...

Se o processo de subsidiação for um processo de construção de coisas, que amanhã sejam capazes de vingar e de viver por elas próprias porque foram apoiadas no início. Agora se os subsídios forem subsídios por si só, para perpetuar status que não têm possibilidade nenhuma de continuarem no futuro.

Será que só é possível no futuro manter as populações de abetarda e de cisão de Castro Verde sem subsídios? Fica a questão, que já não respondo eu. (...) A resposta que eu fiz há 20 anos é a mesma que tenho agora. E, portanto, a questão essencial é essa. É só com subsídios? Não, não é com subsídios. Os subsídios são, de facto, um instrumento de trabalho. Um instrumento de trabalho para resolver e tentar estruturar respostas no curto, muito curto prazo. Tem de ser encarado como um investimento, e um investimento que a seguir tem de ser, de facto, desenvolvido, replicado, virado para o futuro. As pessoas não podem ficar eternamente, como em muitas circunstâncias ficam nestes últimos anos, à espera de continuarmos neste "bombom" fantástico que é: "eu recebo subsídios, quero lá agora saber!". "Se as ovelhas e a vacas me dão rendimento per capita por cabeça todos os anos de tanto, para que é que eu me vou estar a preocupar? Mesmo que as ovelhas e a vacas me estoirem com o montado, e com os matos, que me tornem as áreas agrícolas menos produtivas, as pastagens menos vigorosas... Que importância é que isso tem?! Durante 10 anos já recebi o dinheiro. E, agora, ainda vou receber de 2012 a 2014 ninguém me pode controlar as despesas porque já me asseguraram que vou receber. Porque é que eu vou estar preocupado com o raio da terra e com a qualidade da terra!? O meus netos que depois se preocupem com essas questões!" Isso é o pior que nos podem fazer do ponto de vista da sociedade. (...) É das piores coisas que, efetivamente, nos tem acontecido.

1.1.4. E como é se resolve esta situação?

Eu acho que temos um país fantástico, pessoas fantásticas, temos uma história fantástica e um conhecimento do passado... Nem tudo é bom, essa coisa de as sociedades tradicionais e os serviços são todos fantásticos é uma "treta". (...) A gente tem, de facto, experiência em fazer bem, e em fazer mal, temos uma experiência acumulada fantástica da população. E, portanto, eu acho que só temos de pensar um bocadinho. Aquilo que agora se esboça aí durante uns tempos parece-me óbvio: nem toda a gente vai sobreviver na sociedade a fazer serviços. Já renunciamos ao que parecia óbvio há um tempo atrás. Mas, enfim, foi por isso que optámos. E as questões essenciais é onde é que se pode produzir. Onde é que a gente pode produzir coisas? A gente produz acolá. O que é que a gente produz? O que é que a sociedade precisa, e aquilo que a sociedade vai precisar. E como é que se pode produzir de ponto de vista sustentável, que sejam não degradantes, que sejam compatíveis, pelo menos que não

degradem mais, que aguentem pelo menos o status, ou que possam progressivamente ir recuperando as capacidades produtivas, para podermos aumentar as produções. Até porque a população humana do ponto de vista demográfico a nível global vai crescendo e as produtividades também têm de crescer até mesmo para sermos competitivos no mercado. Como é que se resolve? Resolve-se por aí. Resolve-se do ponto de vista social com maior participação das pessoas, com maior desenvolvimento e participação das pessoas naquilo que lhes diz respeito. E, tentando manter essas valências de compromisso de uma forma clara. É preciso que a sociedade assuma quais é que são os seus objetivos do ponto de vista de sociedade. Se os objetivos são de conservação, e para mim são, então a gente tem de apostar nisso. Temos de saber se queremos uma coisa, temos de sacrificar outra. Isto não vale tudo dentro do mesmo saco. E, portanto, a gente tem de fazer os caminhos de acordo com os compromissos que estabelece.

1.1.5. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

A primeira coisa que diria aí nesse contexto são os representantes das associações de agricultores. Essa é a primeira linha. Não posso dizer de produtores florestais, até porque em Castro Verde não há propriamente produtores florestais. Mas se estivéssemos a falar de outros concelhos do país eu diria são os representantes das organizações de agricultores ou de produtores florestais, ou das pessoas ligadas à pastorícia. São a primeira linha, aquele com que devemos estar preocupados. Numa segunda linha, sim, ir às próprias pessoas individualmente. Mas se não tivermos tempo para isso, e este processos são sempre processos custosos, complicados do ponto de vista da economia. São processos de economia ela própria financeira. Portanto, se não tivermos outra hipótese é melhor começarmos aquilo que é no fundo a corporização das organizações, dos seus representantes. Se esses são os essenciais. A seguir eu diria que todos os outros são acessórios.

1.1.6. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

Sabe o que costumamos dizer acerca da desertificação "é que não podemos prescindir de ninguém". Que a porta está aberta para a participação de todos. E, portanto, aqueles que vierem sejam das categorias que forem são todos bem-vindos. E que nós, por mais complicados que sejam, não pode ter sequer a veleidade de marginalizar ninguém em relação a esses processos. Todas as manifestações de interesses e de vontades são necessárias em relação a estes processos. E, portanto, eu digo que sim, que pode haver mais, isto é, quantos mais aqueles que querem vir.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade? (identificar na escala)

Completa. É um cinco. Porque e é possível tirar ilações suficientes para caminharmos para outra coisa.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Sim, vai ter. No contexto local, regional, nacional e global.

Eu assisti... eu não acompanhei só o processo PRACTICE de Castro Verde. Eu assisti... Aí nesse aspeto deixe-me dizer-lhe que o nosso processo corre muito bem quando comparado com outros.

Apesar da matriz do processo ser a mesma, estamos a falar de universos completamente diferentes. Os grupos que fazem a aplicação do processo são muito diferentes. E, portanto, tendo em conta essas duas realidades, parece-me que por um lado há aqui uma genuína

preocupação na condução do processo participativo e que não está exclusivamente enraizado neste processo. Tem uma abrangência, raízes, em processos alargados destas coisas. Acho que o processo português é certamente aberto quando comparado com os outros. Mais aberto e muito mais participado. Se você fizesse uma coisa desta para Itália, para a Sardenha, onde estive, ou se fizesse uma coisa dessas na África do Sul você chegaria à conclusão que esse leque que tem aí, se restringiria fortemente.

1.3.1. E teríamos esta representatividade noutra área do Alentejo?

Eu acho que sim. E acredito que, neste momento, com o estado de desenvolvimento deste processos de participação da sociedade civil em Portugal noutras áreas, não só do Alentejo mas como do país, o nível de representação vai ser semelhante aquele que está aí. (...) Mais coisa menos coisa é isto que você vai ter. Vai ter mais técnicos, mais representantes de organizações, e os agricultores vão ser marginais. Portanto, são aqueles que são mais esclarecidos e mais interessados no motivo, e interessados no processo eles próprios.

Na realidade o processo português é comparativamente com outros, o processo PRACTICE português é extremamente interessante. Se compararmos, por exemplo, da África do Sul, há problemas de conservação extremamente relevantes. Não é o caso mais semelhante... É semelhante porque tem problemas de conservação da biodiversidade. Eu também nunca vi em áreas mais desertificadas do que as de Castro Verde, padrões de biodiversidade incomparavelmente melhores do que os nossos. Incomparavelmente... não só na diversidade das espécies, como na riqueza implícita, o que pode ser um espanto. Mas depois do ponto de vista da riqueza social da participação ela é francamente menos relevante. Tem problemas do ponto de vista social e político associados, que conduz a um processo ainda mais complicado. Que me levam a duvidar da possibilidade de replicação no futuro, em termos da realidade Sul-Africana. Enquanto que eu acredito que este processo de Castro Verde é replicável não só em Portugal, como na Península Ibérica, como na Bacia do Mediterrâneo, seja no Norte e no Sul, apesar das singularidades do Mediterrâneo Sul. E, portanto, nesse aspeto o padrão de aplicação do projeto é diferente num sítio e noutro. Não comparo isto com a Sardenha, porque o da Sardenha é claramente um processo institucional. É assumido sobretudo pelas instituições governamentais locais, e é conduzido e condicionado habilmente por essas instituições. Até é muito pouco transparente do ponto de vista da abertura à sociedade. Tem assim, digamos, uns engalanamentos, um ou dois representantes para dizer que também têm, mas é sobretudo institucional.

1.4. Consegue avaliar o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

Diria quatro, porque há muito mais coisas por fazer. Eventualmente se tivesse sido feita outra abordagem podia ter havido outras pessoas, outras representações. Podia eventualmente ter havido representações de instituições, não exclusivamente locais, mas também de desenvolvimento regional. E que possam depois levar este tipo de exercícios para as suas realidades. Apesar de tudo isto funcionou num processo relativamente estanque. Muito localizado. E talvez se pudesse ter aberto até ao máximo de 20% a representantes, eu não estou a dizer da região do Alentejo, de organização que pudessem promover isto. Ter leitura que não influenciassem do ponto de vista da decisão, mas que elas próprias pudessem transportar essa realidade. (...) Foi pena que se tenha perdido esta oportunidade.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Eu acho que a metodologia é clara. Embora na minha perspetiva ela precise de mais tempo. Não pode ser um ato simbólico num dia. (...) Eu acho que sobretudo os *workshops* locais precisam de mais tempo e de mais maturidade. De maior envolvimento. Precisa de maior trabalho de campo da parte da equipa que lidera o processo, do ponto de vista da ligação, da perceção das pessoas, se calhar de uma forma mais individual, ou mais grupal, restrita. E, depois, esse trabalho inicial, então, faz sentido fazer um *workshop* final de consensualização e de renovação das ideias. Acho que as pessoas poderiam estar muito mais preparadas para aquilo que vão ali fazer. Possivelmente, se forem cozidas em lume brando previamente, do que propriamente assim. Eu percebo, que não há dinheiro para tudo. Às tantas é um processo que pretende avaliar o que é que se pretende ganhar com uma coisa e outra. E se do ponto de vista da construção... Por é assim, o resultado mais importante destes processos não é o relatório final, não são os *workshops*. É aquilo que nós conseguimos convencer na cabeça das pessoas, que participaram nisto, e que a seguir passam a ser pessoas diferentes do ponto de vista daquilo que fazer no seu mundo rural, no âmbito das suas áreas de intervenção, de investigação, como técnico um ou outro. E, portanto, neste processo aquilo que fica na cabeça das pessoas é mais importante. E, portanto, eu acho que para esse objetivo podíamos ir um bocado mais longe.

2.2. Sentiu os participantes confortáveis com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.

Eu acho, por exemplo, do ponto de vista da confortabilidade em relação a alguns... Estas coisas também ainda não estão muito transcritas...

Acho que esta coisa de nos sentarmos num anfiteatro em que há uma mesa cá à frente que debita e depois um grupo de pessoas lá atrás, é muito pouco convidativo a uma participação ativa das pessoas. Sentar as pessoas à volta de uma mesa mais longa, pode ter o mesmo número de participantes, mas desde que as pessoas estejam mais encostadas à mesa com papéis à frente para puderem escrever. Ser mais parte do que propriamente ouvintes. E depois terminar com uma sessão... Acho que se pode criar dinâmicas

Mas acho que, por exemplo, os *workshops* locais tiveram exatamente esse caráter. Foram muito mais ativos, muito mais participados, envolvidos. (...)

2.3. Considera que os participantes conseguiram ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas? Houve aprendizagem?

Sim. Também a própria equipa que teve a trabalhar nisto, a começar pelo topo, nunca mais volta a ser a mesma ela própria. Não é só aqueles que lá estavam a receber a mensagem, é também daqueles que levaram a mensagem.

2.4. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Acho.

3.2. Considera que a equipa transmitiu segurança aos participantes?

Sim. As pessoas estavam à vontade.

3.3. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

3.4. Acha que houve divulgação suficiente?

O processo não foi divulgado. O projeto tem vindo a ser divulgado mas a nível externo. Temos vindo a fazer um esforço a nível da comissão nacional para divulgar. Mas a LPN ainda não começou a divulgar este projeto. Eu diria que eles se enconcharam com os resultados deste projeto. Que estão interessados em finalizar o projeto. Eles próprios ainda não utilizaram este projeto como uma bandeira... Eu acho que eles ainda nem sequer perceberam a importância deste projeto quer no âmbito nacional, regional e global daquilo que se pode fazer.

Acho que era muito importante que a sociedade, não só a sociedade civil, tivesse real conhecimento. Repare, é ainda um número de instituições públicas e privadas da sociedade civil e governamentais que estão representadas na comissão nacional. Apesar de tudo, isto precisa de ser olhado de fora, mesmo por outras pessoas que não participam exatamente nestas coisas. E este processo devia ter uma divulgação muito mais alargada do que aquilo que está a ter. E digo isto para a LPN, como digo isto para os próprios organizadores do PRACTICE.

3.5. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

Como organização da sociedade civil em Portugal da forma como funcionaram, eu diria 4 a 5 como classificação deles. Daquilo que são as minhas expectativas em relação a esta matéria dar-lhe-ia uma nota muito má. Eu tenho direito de dar uma nota muito má aquele que fazem o melhor que sabem neste contexto? Eu dou-lhe 4...

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Dra. Lília Fidalgo

Bióloga e técnica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo).

0. CONTEXTUALIZAÇÃO

0. Na generalidade, que opinião tem acerca dos processos participativos em ambiente? Há de facto consequências nos projetos/políticas em que estão integrados?

Eu acho que devem resultar, acho é que estamos muito no início, e a pouca experiência e até a pouca experiência de quem participa, não de quem lidera ou coordena o processo, mas mais de quem participa é que pode fazer com que não resultem em pleno. Mas acho que é a chave, sobretudo em ambiente, para se perceberem as questões da sustentabilidade e que tem a ver com a componente económica, social e ambiental, só resulta de facto através de processos participativos, só dá resultados de longo prazo. Agora, acho é que eles ainda estão muito "emperrados" .

Quando digo que há falta de experiência de quem participa e não de quem promove, é porque quem participa deve perceber que de facto é um processo continuado, não termina na fase em que é solicitada a participação. Ou seja, devia ser um processo que tem retroatividade, quando as coisas não estão a caminhar, deve ser um processo que permite em qualquer altura e através também do processo participativo nós invertermos ou melhorarmos o processo. Isto às vezes não se faz muito e portanto os resultados às vezes não são os esperados. Claro que também tem de haver vontade do gestor ou do promotor de encarar de factos os resultados desse processo e incorporá-los, mas também cabe a quem participou ter a certeza de que eles são incorporados e não permitir que acabe essa participação inicial.

0.1. Na sua opinião, qual deve ser o modelo de participação pública a seguir: os modelos tracionais (ex.: consulta pública) de PP ou os modelos de PPA (ex.: workshops)? (será a obrigatoriedade de consulta pública suficiente?)

A minha experiência é sempre limitada, mas os processos de participação que resumem aquela fase de consulta pública que acabam mais por se tornar um proforma, porque decorrer da legislação e a gente tem de abrir um processo em xis dias e ou não tem participação nenhuma ou tem participação dos diretamente envolvidos o que é uma coisa muito pontual. Não é o melhor processo.

Aqueles que hoje em dia se começam fazer, que tem mais a ver com que a pessoa seja chamada a participar presencialmente e discutir as questões presencialmente seria o que resultava melhor. No entanto, há falta de hábito nessa participação até mesmo por parte do Estado, dos organismos do Estado, que deveriam ter um papel nessas questões, acaba por encarar isso como uma obrigatoriedade e não como um processo interessantíssimo de estratégia de planeamento. E, por isso, ele não acompanha os processos de início e eu acho que o processo participativo só faz sentido quando acompanha deste início o planeamento de um plano, programa, seja o que for, o que de facto não se verifica.

Nós temos o exemplo, que será o mais antigo sem falar nas Assembleias Municipais, da Avaliação de Impacte Ambiental. A Avaliação de Impacte Ambiental só um processo participativo já na fase final, em que há um parecer final das entidades e aí as pessoas (são chamadas a participar). Eu não sei se não seria muito mais produtivo, e era com certeza para todos os envolvidos, o processo participativo ser anterior à fase de projeto , ser um bocadinho

como a Avaliação Ambiental Estratégica, que foi muito mal entendida e nem sempre é aplicada convenientemente, mas a ideia da Avaliação Ambiental Estratégica era muito essa: ser a montante do projeto, estudar as hipóteses, a viabilidade e o planeamento todo. Mas, infelizmente, ainda não estamos bem "rodados" nisso.

0.2. As instituições públicas (como a CCDR-Alentejo) estão preparadas para realizar processos de PPA por sistema?

Não. Até porque, e esta é uma opinião pessoal e não reflete a entidade que represento, os serviços públicos estão a ficar desprovidos de gente nova. As pessoas que estão (nos cargos públicos) são um bocadinho presas de determinados procedimentos e é muito difícil fugir ou propor novos, não é impossível mas torna-se difícil e isso ajudava. O processo de participação pública exige que a gente limpe da cabeça algumas ideias feitas, exigiria alguma gente nova nos serviços que desse a volta à questão.

Nós tivemos uma boa experiência, mas foi algo pontual, que foi um Plano Regional de Ordenamento do Território e foi de facto muito participado, foram muitas reuniões, muitas entidades envolvidas, aceitaram-se imensas sugestões e esse foi um exemplo de um processo participado desde o início que é como deveriam ser. Normalmente, nós aqui acompanhamos também os processos das câmaras, as revisões dos Planos Diretores Municipais, elaboração de planos de pormenor. São raras as situações em que a câmara promove uma fase de diagnóstico e de discussão das ideias, envolvendo toda a população. Quando se poderia aproveitar os processos de desenvolvimento da Agenda 21, que tiveram alguma obrigatoriedade de desenvolver e trabalhar nessa base. (...) As pessoas quando são chamadas a participar não percebem a importância desse participação.

0.3. Na sua opinião, como melhorar o eixo de comunicação entre os decisores/técnicos e os cidadãos?

Vamos sempre a tempo! No fundo é não desistir. Eu durante muito tempo tive ligada à educação ambiental e a educação ambiental teve muitas fases. Teve a fase inicial em que se tinha de explicar às pessoas porque é que se tinha de reciclar o lixo, porque é que se tinha de poupar água. Isso agora já começa a fazer parte da ideia das pessoas, mas quando eu comecei lembro que as pessoas acham estranhíssimo. Também houve uma fase em que a gente explicou porque é que o património natural é importante, embora essa ainda seja difícil de explicar. Porque é que destruir o Templo de Diana é mau e destruir uma espécie não é?! É a mesma coisa, tem a ver com património. Agora, se calhar, era a altura de começar a promover muito e em várias frentes a questão da participação pública e da tomada de decisão. Eu acho que é também por falta de informação, ainda não há muito esse hábito. Mas também não se está na estaca zero, acho que apesar de tudo já se avançou muito, mas acho que ainda há falta de informação. Porque as pessoas para participarem, para poderem dar a sua opinião, também têm de ter a informação toda e acho que muitas vezes não lhes chega e portanto elas não percebem a importância dessa participação.

0.3.1. A informação é uma peça chave para que as pessoas participem?

É e depois, neste caso, o esforço das entidades públicas ou privadas e não só: fazer ver aos gestores e à hierarquia, por exemplo, na função pública a importância processo e o que ele pode trazer de benefícios, não de mau. Porque a ideia é: "não vamos perguntar nada às pessoas, porque se não isso nunca mais". É ao contrário, ou devia ser ao contrário, vamos fazer isto para que não só as pessoas percebam o que estamos a fazer mas possam contribuir para melhorar... Essa ideia ainda tem de ser um bocadinho mudada.

0.4. Na sua opinião, a sociedade civil tem uma perceção real da problemática da desertificação?

Não, infelizmente não. E sobretudo aqui no Alentejo onde a questão é já mais aguda, acho que acabamos por ter que ser nós (CCDR-A)... Por exemplo, eu acompanho o projeto de AAE ao

nível do Alentejo e acabamos por ter de ser nós a chamar à atenção, ao nível das câmaras municipais ou mesmo privados, "atenção é uma zona de alta suscetibilidade à desertificação". O que já se nota, já há muitos indicadores estudados. Nós na Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Combate à Desertificação temos esses indicadores. E, portanto, há de facto uma realidade que não está a melhorar e está a agudizar-se, e não há consciência para ela. E também não há perceção do que é que é desertificação. Lá está, é as vezes falta de informação, por um lado as pessoas costumam confundir com despovoamento, obviamente que está ligado em muitas situações, mas não é a mesma coisa. Depois associam apenas à falta de água então "ah! com a Alqueva resolvem-se alguns problemas!". Quer dizer, não têm a real noção do que é, e do que pode implicar em termos futuros. E, às vezes, o futuro não é assim tão longe: começa a haver indicadores que demonstram que está mais à porta do que aquilo que se imagina. Mas acho que ainda temos longe de ter as pessoas bem informadas a respeito, apesar do esforço que tem sido feito.

0.5. A desertificação tem uma elevada componente social associada. Os processos de participação pública são especialmente importantes em casos como este?

Claro, em todos os problemas ambientais e neste também.

A desertificação é um exemplo, mas se a pessoa estiver bem informada pode escolher qual é a prática para aquele território, ou seja, a prática de uso para aquele território que permita conservar os recursos e não piorá-los. Na desertificação é muito dado aquele exemplo de Almeria, em Espanha, aquela zona em que as estufas da agricultura intensiva acabou por piorar a situação. Claro que aqui também há fatores - estou convencida - de alteração climática que nos ultrapassam e que se juntam, mas nós nem sequer estamos para minorar os efeitos que possam advir de uma coisa que é inevitável. Estamos a tentar, mas há muito pouca vontade neste momento em agir nesse sentido. Obviamente que a participação pública é fundamental e, como lhe digo, já se nota, por exemplo, neste acompanhamento deste processo de Castro Verde, como isto foi muito falado e foram processos que acabaram por ter a participação de produtores locais, agricultores e produtores florestais, e nota-se que eles começam a ter uma cultura destas coisas diferente, que é gratificante. Simplesmente, não podem ser só eles, tem de ser os decisores também. Uma vez que nós temos políticas agrícolas, essas políticas têm de ir ao encontro dessas questões. Embora a participação pública também os possa influenciar.

0.6. Vê a possibilidade de replicação deste projeto a para o restante Alentejo? Que mudanças deveriam haver?

O que há ali (em Castro Verde) é um passado de uma ONG, de um trabalho que deu até resultados que puderam ser visíveis. E sem isso dá mais trabalho. Aqui acho que as entidades têm um papel muito importante. Se houver vontade, de facto, para o fazer acho que sim. Quer dizer, havia condições. Até porque o território no Alentejo tem a vantagem da dimensão da propriedade, acabava por se tornar um processo mais fácil, se calhar, de desenvolver.

Agora a LPN tem feito um trabalho importante. A Liga, agora no âmbito do PRODER para estas zonas mais pobres... Estou-me a lembrar da associação de Mértola (ADPM), com processos de participação pública interessantes e colaboração, são fundamentais. Mas tem de haver um promotor, alguém que avance. As pessoas por si não vão desenvolvê-los. Volto a dizer, o processo de Avaliação Ambiental Estratégica poderia ser um projeto muito interessante de habituar as pessoas a isso e não está a ser concretizado como deveria.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Eu diria que está bem escolhido. Há aqui um desequilíbrio dos "representantes governamentais", não estou a criticar que sejam quinze. Por exemplo, "caçadores" acho muito poucos que podem estar aqui nas associações, mas também são poucas. Portanto, acho que a sociedade civil, digamos assim, é a que está pior representada em termos de volume.

1.1.2. Para o bom tratamento deste processo, faltariam mais agricultores e caçadores?

Sim, acho que sim.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

Sim, sim. Daria cinco, antes de mais e sobretudo, porque permitiu pôr as pessoas a discutir. Eu, por exemplo, aprendi imenso nas sessões que fui, sobretudo com os agricultores: as práticas agrícolas e as questões do que é a política agrícola, as políticas nós desenvolvemos e depois o conhecimento do terrenos desses agricultores. De que forma é que vêem que algumas não vão funcionar à partida e não podem fugir a isso. Essa discrepância. Há de tudo: há agricultores bem informados e capazes de dar resposta a questões ambientais e há outros que não, e que não gostam de mudar práticas que fazem há muitos anos e, se calhar, só o vão fazer se forem compelidos a tal. Mas o facto de haver estas sessões, de haver investigadores, de haver pessoas a debaterem as ideias, já os obriga também a pensar. Sobretudo os mais novos, lembro-me que houve sessões onde estavam agricultores com mais de 70 anos, é complicado. Aos 70 anos nem toda a gente tem a mente suficientemente aberta para inovar ou para perceber algumas coisas, porque a prática dos pais era assim ou ... Agora, como também há muitos agricultores novos, essas sessões e estes grupos de trabalho permitem, de facto, uma troca de ideia que eu acho muito produtiva. Eu, pessoalmente, aprendi imenso e gostei de ouvir debater as questões da forma como foram feitas.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Acho que devia. Aliás, espero que ele seja divulgado. Castro Verde como é um sítio da Diretiva Aves e como temos algumas obrigações para com aquele território e tem lá a Liga, acho que é um dos sítios onde poderá eventualmente resultar. Agora, só vai resultar se os representantes das entidades oficiais assim o quiserem. Até porque vi pontualmente boa vontade por parte dos agricultores e produtores locais, mas eles têm de ser compensados de alguma forma.

Tem de haver alguma compensação.

Eu se for agricultor e se disserem "olhe, não pode exercer esta prática agrícola por causa das questões da desertificação e por causa dos riscos de perda de solo". Eu até posso perceber isso, mas se neste momento a agricultora sendo subsidiada não me pagam ou pagam-me menos para eu desenvolver uma prática que é menos lesiva, eu não me vou prejudicar. Parece-me óbvio. Há tendência para não me prejudicar. Tem de haver aqui alguma compensação.

Há muito tempo que a paisagem ou os recursos naturais deixaram ser património, passaram a ser de facto recursos de uma fonte de rendimento. E tem de dar. É legítimo que as pessoas que o tenham como fonte de rendimento, portanto se eu vou baixar o meu rendimento por práticas que são de facto mais adequadas. E eu posso pensar assim, de facto, para os meus filhos fico cá com terra, mas até os filhos chegarem eu estou-me a prejudicar. Por isso digo,

acho que tem possibilidades sim. Castro Verde é um caso especial. Agora, tem de haver alguma política de incentivo. Os resultados do PRACTICE tem de chegar a quem depois vai influenciar as políticas agrícolas, florestais, por aí fora...

1.3.1. A forma de os agricultores se motivarem e trabalharem o solo de uma maneira mesmo lesiva está dependente do subsídio?

Também, mas não só. Até porque ele pode não vir sempre, há-de um dia, se calhar, esgotar-se. Tudo aponta para que hoje em a gente comece a ter que olhar mais para dentro do que para o que vem de fora. Mas seja como for, acho que o PRACTICE pode ter tocado, se calhar podia ter tocado mais para essa vertente. Eu acho que isso vai passar muito pela associação dos agricultores, ou seja, um agricultor por si não tem muita força. Se nós tivermos todos os agricultores de determinada região que envolve 3/4 concelhos e explicar que essas são as práticas adequadas, se calhar já tem outro peso. Portanto, aquilo que eventualmente também aprendi no PRACTICE, nessas sessões públicas e espero que possa ser transmitido também a quem lá esteve, é que mesmo importante estarmos em sintonia. E, portanto, as associações de produtores e de agricultores têm aqui um papel fundamental.

1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

Eu dava 4 porque acho que se pode ir sempre mais longe e há estas questões da representatividade dos *stakeholders*.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Sim, a maior parte das vezes sim. Eu creio que na altura nos inquéritos que respondi aponte uma ou outra questão que não tem tanto a ver com clareza. Acho que houve ali questões que foram muito direcionadas e não nos deram muito espaço para sair para outras questões ou abordar outras questões. Era mesmo a metodologia que já estava muito direcionada. Lembro-me, por exemplo, do que eu me lembro é mais do último, nós tínhamos de selecionar uma tipologia de paisagem e não nos era permitido selecionar, por exemplo, um mosaico dessas paisagens que podia ser o mais adequado. E, portanto, esse direcionar acabava por nos direcionar um bocadinho. Mas de resto acho que sim, foi clara, foi perceptiva.

2.2. E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

Acho que as pessoas não estão habituadas, então a primeira vez reagem assim um bocadinho... Acho que depois acabam por entrar na dinâmica e não ficam tão inibidas.

Não sei se vem a propósito, mas nós em educação ambiental com os miúdos - nós fazíamos mais com miúdos - antes de entrarmos propriamente no tema, usávamos às vezes metodologias para pôr as pessoas à vontade, para se conhecerem melhor. Que também não é muito fácil no tempo que vocês têm neste projeto para pôr em prática as coisas e com o tipo de pessoas que estavam envolvidas não é muito fácil. Mas às vezes ajuda um bocadinho só de conversa e de mais convívio antes de entrar na metodologia, porque depois estão mais à vontade. Embora não ache que tenha havido muita inibição.

2.3. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Não sei se todas (as pessoas) terão percebido. Porque acho que faltou, mas isso também tem a ver com as competências e não o que seria melhor, não estou nada habituada a esta área. Eu diria que a parte final foi muita atabalhoada porque estava toda a gente a querer ir embora.

E, se calhar, era muito importante na parte final estabelecer essa ligação, era aí que se devia fazer.

De facto, houve apresentações antes do processos, dessas metodologias de participação, houve apresentações individuais que tentaram fazer esse enquadramento. Não sei foi claro para toda a gente. E portanto acho que depois faltou... Essa parte da conclusão foi muito atabalhoada. Atabalhoada no aspeto de falta de tempo, não é que as pessoas não estivessem... Aí deveria ter havido, se calhar até justificava uma nova sessão só para perceber todo o processo. Fazer uma leitura do processo em geral e da opinião dos outros também.

Se calhar até valia a pena debater os resultados. (...) Essa sessão final a explicar todo o encadeado, como é que as coisas se articularam e como é que chegamos ali, falhou um bocadinho.

2.4. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Foi dado tempo suficiente às pessoas para discutirem?

Sim (respondido na pergunta anterior).

2.5. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.6. Sugestões para melhoria (para eventual replicação a nível nacional).

Não ser tão rígida a apresentação do que se pretendia como escolha. Também não sei se despertava tanto... Depois também tinha de ser articulado como a possibilidade de obter resultados, se depois começa a dispersar muito há mais dificuldade em ler os resultados.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Acho. Faltou-lhes se calhar aquilo que estava a falar: no início ter um tempo para criar um ambiente mais descontraído... Era mais as pessoas conhecerem-se, estarem mais à vontade umas com as outras e mais à vontade com as ideias...

Acho que houve um (*workshop*) em Castro Verde que funcionou bem porque tinha pouca gente. Se calhar também o número de pessoas...

Nesse *workshop*, participaram 5 pessoas e possivelmente já todas se conheciam...

Isso influencia muito também e passa por aí. Agora que o trabalho delas... não sei onde poderiam melhorar... a Úrsula tem sempre aquele ar de sargento alemão...

3.1.1. E acha que resulta?

Resulta para disciplinar. Estou a falar às vezes por mim e por um grupo que está sempre mais à vontade, pronto somos mais conhecidos e portanto também resvala um bocadinho... não é para a anarquia, mas pronto. A gente acha que tem a tarde toda e fica ali a mandar umas bocas. Às vezes é preciso impor algumas regras, é fundamental.

A professora Lia é sempre muito meiga, não tem tanto protagonismo como a Úrsula.

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Sim.

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

(Sim.)

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Espero que sim. Eu acho que sim.

4.2. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Eu sou da Liga para a Proteção da Natureza e depois, também, por acompanhar os projetos da tal comissão de combate à desertificação. Ainda por cima por estar aqui na CCDR. Portanto a informação acaba por chegar de várias vias.

Porque é que fui eu? É simples, sou a única bióloga na CCDR e, portanto, quando se fala em LPN e as questões de conservação, vêm todas cá ter. E, depois, como também estava a acompanhar os processos de combate à desertificação a nível oficial, chegou-me também por aí.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Não. Considero que não houve. Aliás falei disso agora no fim, se calhar naquela fase podia não ter havido, admito que não houvesse tanto. Mas acho que agora, depois de obtidos os resultados e de eu achar que efetivamente foi um processo muito interessante. Eu gostei de participar nele, fico muito contente porque achei muito interessante e inovador. E acho que esses resultados, podem não ser os resultados, agora numa escala não eram um 10, mas eram se calhar ficava pelo 6, mas já aí vale a pena. Portanto acho que agora, nesta fase final, poderia ser muito mais divulgado. E quando se fala em divulgação, encontrar novas formas de divulgação. Não ser só mandar um relatório para a Ministra da Agricultura e do Ambiente e para a CCDR, e depois esse relatório vai-me chegar a mim que até já conheço o projeto e... Se calhar arranjar outras formas de divulgação, mais eficazes e mais direcionadas. Isto interessa a quem? Aos agricultores. Então agora vamos tentar, através das associações, fazer chegar a eles, para além de Castro Verde e daqueles que lá estiveram, o que andamos a fazer e para que é que isto serviu. Portanto, mais aí, nesse nível. Nesse nível e ao nível das autarquias tem efeitos mais práticos do que mandar o relatório à CCDR.

Depois, acho que também é importante na CCDR porquê? Porque este projeto pode ser muito interessante de divulgar na altura em que se está a trabalhar, por exemplo, na aprovação de um novo quadro comunitário. Seria muito importante porque que tem informação que pode e deve condicionar, de facto, o próximo quadro estratégico. E, portanto, encontrar o canal para chegar aí. Dir-me-á assim: o quadro estratégico também passa aqui pela CCDR. Eu faço o que posso, mas às vezes internamente não é a forma mais eficaz de fazer chegar as coisas. Às vezes vindo por fora. Lá está, agora seria outra componente de participação pública, é quando os projetos e os planos estão em gestão pública. Fazer retirar do PRACTICE os contributos que possam entrar nessa fase de gestão pública.

5.2.1. Falou do que vem de fora. O facto do PRACTICE ser um projeto internacional dá-lhe maior credibilidade? Os outros participantes dão-lhe mais crédito por isso?

Eu acho que deve dar, mas não senti muito isso nas sessões de trabalho. À partida sim, até para efeitos de divulgação, por exemplo, acho que é importante, é decisivo. Mas depois nas sessões de trabalho que nós tivemos e no desenvolvimento prático do projeto, acho que às tantas isso já nem era muito importante. Já era importante a discussão em si, aplicada ao território.

A nível de divulgação do projeto é muito importante. Até agora, nesta fase final, em que se querem mostrar os resultados e para eles ganharem outra força em termo de serem transmitidos a outro nível, acho que tem importância. Agora nas sessões de trabalho eu não senti muito.

5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Estava, embora, culpa minha, nem sempre fiz o trabalho de casa, devia ter, de facto, aprofundado melhor. Embora, eles tinham sempre uma introdução e acaba por se orientar. Acho que tinha ajudado, se calhar... À bocado falamos daquela sessão final para perceber, também podia ter ajudado numa fase inicial, não se calhar num sessão propriamente, mas na altura em que se convocavam as pessoas dar talvez mais enquadramento. Porque as sessões acabam por se espaçar no tempo. Portanto eu hoje vou participar, mas depois estou 2 meses sem pegar no projeto nem acompanhamento. Se calhar, falha minha mas não acompanho, mas não teria que acompanhar. E depois sou novamente chamada a integrar. E esse hiato, às vezes a gente depois já não se lembra muito bem agora este facto corresponde a quê. Se tivesse havido um pouco mais de informação na altura em que a pessoa é convocada (...), talvez ajudasse. A culpa também é minha, reforço, em ir ver o trabalho que estava feito e trabalhar um bocadinho melhor.

5.3.1. E estaria essa informação devidamente disponibilizada?

Pois. E nem sei se toda a gente depois faria a leitura que eu poderia fazer enquanto trabalho como técnica. E, portanto, acho que não é mau quando na preparação desses *workshops*... Não é condicionar já os resultados, mas explicar: vamos fazer isto por isto ou aquilo, lembrar o projeto PRACTICE é assim, de uma forma muito esquemática e simples, antes do *workshop*. Lembrar, já que os *workshops* foram tão espaçados no tempo.

5.4. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Eng.ª Ana Lampreia

Engenheira e técnica da Associação de Agricultores do Campo Branco.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

0.1. De que forma descreve a região de Castro Verde em termos ambientais e sociais?

Em termos ambientais, vejo que é uma região até bastante rica porque tem uma biodiversidade grande. Em termos sociais, vejo que é uma sociedade bastante empobrecida, envelhecida, em que o meio rural é posto um bocadinho à parte a favor das vilas e das cidades. As pessoas se puderem deixam o campo, deixam o meio rural, para virem habitar mais para o meio urbano. Isso depois, leva a que haja um êxodo e um abandono progressivo da terra. Embora ela continue a ser cultivada, continue a ter a sua ocupação, está sempre em atividade. Mas, não haja tanta gente que se dedique a esse processo.

0.2. Na sua opinião, a sociedade civil tem uma perceção real da problemática da desertificação?

Eu acho que não, acho que se confunde um bocado. Eu própria, quando comecei a trabalhar nisto, também fazia isso. Liga-se a desertificação ao abandono total. A desertificação tem a ver com os recursos naturais que vão sendo degradados.

0.3. Mesmo os agricultores têm essa dificuldade?

Confunde-se muito o abandono da terra com a desertificação.

0.4. O que acha do trabalho da LPN na região de Castro Verde?

A LPN já cá está à bastantes anos. Acho que a LPN ao ser proprietária e ao trabalhar diretamente com os agricultores, tem um trabalho bastante válido. Não vê só a parte ambiental do sistema, porque isto é um conjunto de fatores que levam a se continue a proteger a natureza e que as pessoas que cá habitam continuem a ter o seu sustento. Acho que a Liga, tem acompanhado isso com um ponto de vista bastante razoável.

0.5. Ainda existe desconfiança dos agricultores relativamente ao trabalho da LPN?

Ainda existe e há pessoas que pura e simplesmente se negam a participar em ações de conservação. Às vezes até elas até fariam aquela ação, mas se calhar se lhes vierem dizer que se fizer assim é melhor, acabam por não fazer. À um bocado essa mentalidade, mas acho que aos poucos tem vindo a alterar. Até porque as políticas agrícolas levam um bocadinho nesse sentido. Atualmente, a política agrícola isolada não existe. Há uma política agroambiental, por assim dizer. Portanto, tem de se conjugar as duas coisas. E, também, do ponto de vista daquilo que é razoável fazer, daquilo que é bom fazer-se. Não podemos só ver do ponto de vista agrícola, e que às vezes o ambiental está associado ao agrícola.

0.6. Relativamente a essa desconfiança ainda sentida pelos agricultores. Conseguir identificar uma faixa etária onde isso esteja mais patente?

Existe essa desconfiança numa faixa etária mais elevada.

0.7. Na generalidade, que opinião tem acerca dos processos participativos em ambiente? Há de facto consequências nos projetos/políticas em que estão integrados?

Se fosse para pôr alguma coisa em prática, se fosse para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de melhorar o ambiente: sim. Acho que se deve continuar. Caso contrário...

0.8. Na sua opinião, qual deve ser o modelo de participação pública a seguir: os modelos tracionais (ex.: consulta pública) de PP ou os modelos de PPA (ex.: workshops)?

Às vezes a consulta pública passa um bocadinho ao lado das pessoas. Se calhar uma coisa mais direta. Para fazer essa pessoa responder a este tipo de inquérito ou comentar determinado documento ou qualquer coisa assim. Acaba por ser mais objetivo.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. O que lhe parecem estes números?

Acho muito elevado o número de representantes governamentais em relação, por exemplo, aos educadores, que são um setor interessante, e aos agricultores.

1.1.2. O que leva a que se tenha este número de agricultores?

Os agricultores estão muito saturados de reuniões, de *workshops*, de seminários, de nem sei o quê. Acabam por ser coisas que não saem dali e que não se transpõem, que depois não se aplicam. Não veem nenhum resultado daquilo e acabam por dizer: "isto é sempre a mesma coisa". Muitas vezes as pessoas que promovem estas coisas são sempre as mesmas. Acha-se que não vale a pena.

Por outro lado, o agricultor hoje em dia, com a pouca mão-de-obra que há no campo, tem um dia muito ocupado. Acaba por se levantar muito cedo e quando chega à hora de ter que ter tempo para outras coisas, já não tem. Porque isto não é só o campo. Existem também a parte da burocracia, e os papeis e o preenchimento de livros e de registos de isto e daquilo, que também ocupa bastante tempo. Portanto, acho que há aqui duas fações.

Às vezes o que acontece nestas sessões é que se fala de termos mais técnicos, não quer dizer que eles não se apliquem no dia-a-dia, mas para eles aquilo que outro nome, tem outra maneira de se abordar. E chegam ali, começa a "apanhar bonés" e então "já chega, vou-me embora". Eu acho que para captar a gente tem de fazer a mesma linguagem e às vezes não acontece. Falamos todos português, mas cada um tem a sua maneira de ver. (...) Nestes casos destes encontros, muitas vezes aquilo que se está a dizer para eles não faz sentido, não percebem. Já tem acontecido pessoas irem assistir a sessões de esclarecimento disto e daquilo, e no dia seguinte virem-me perguntar o que é que se lá fez, porque não ou não tiveram com muita atenção ou não entenderam.

1.1.3. E aí é falha de quem? Na sua opinião, como melhorar o eixo de comunicação entre os decisores/técnicos e os cidadãos?

Talvez seja uma coisa que se force a participar mais.

Mas aqueles que vão estão dispostos a dizer alguma coisa, penso eu. E nessa altura pô-los a falar. Estas coisas também têm o seu *timing*, o seu tempo, às vezes temos de mudar de assunto. Para os pôr à vontade, às vezes temos de ouvir histórias que não têm nada a ver com o assunto para chegar a dizerem aquilo que pretendem. Têm de os pôr à vontade para depois a partir daí construir.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

Trabalha-se muito à base de jogos, por assim dizer, que neste público não sei se será o mais adequado.

Se calhar, pondo mesmo as pessoas a falar. Às vezes... lembro-me uns onde se punham as pessoas a falar num grupo e depois havia um representante, é melhor do que estarmos só a pôr indicadores, este é mais este é menos. Conseguir que as pessoas falassem mais e daí tirar qualquer coisa. Não cingir àquilo que já está pré-estabelecido, em que as respostas já estão ali à frente. Era só escolher daqui. Não: temos que ir mais além.

Se isto realmente for por aí fora dou um 4, se não dou-lhe um 2.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Eu espero que sim. Sou otimista e espero que sim, que tenha. Porque eu acho que estarmos a envolver pessoas, tempo e dinheiro para depois ficar tudo dentro da gaveta... Assim, realmente, não vamos a lado nenhum.

1.4. O caso de Castro Verde é um caso especial visto ter uma ONGA no terrenos e por ter uma grande carga de associativismo nos agricultores. Que mudanças deveriam haver para a possibilidade de replicação deste projeto a nível nacional?

Talvez o facto de haver uma associação de agricultores que congrega, com uns mais interessados outros menos, talvez isso ajude. Há muita informação que eles podem ir buscar aqui. Há outros meios que não favorecem disso.

Muitas vezes quando as pessoas vão para estas sessões muitas vezes não sabem o que é que lá vão fazer. Mais informação.

2. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

2.1. Acha que este projeto foi divulgado convenientemente pela LPN?

Eu acho que tinha de ser mais. Talvez tenha de passar pela Associação, não sei. Às vezes a articulação também não é muito fácil, mas se calhar tem de ser um bocadinho melhorado esse ponto.

2.2. Considera estar bem informada acerca do projeto PRACTICE?

Mais ou menos.

2.3. E acha que os agricultores estão bem informados?

Não. Talvez o facto de o projeto ter um nome estrangeiro, talvez não seja perceptível de perceber à primeira o que é. Começa-se logo a pensar "isto não é para mim", "não percebo nada disto", "não tenho nada a ver com isto". Não se entregam logo à partida, porque acham que é uma coisa que lhes vai passar ao lado.

2.4. Como teve conhecimento do projeto?

LPN.

2.5. O facto de este projeto ser internacional, faz com que os agricultores acreditem mais no projeto?

Acho que isso nem sequer foi passado.

2.5.1. E se tivesse sido?

Acho que não.

2.6. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.7. Se a LPN tivesse trabalhado com a Associação de Agricultores, tendo-a também como parceira, acha que este projeto teria tido mais impacto?

Se calhar sim. Quando há mais envolvimento da nossa parte, talvez também haja mais vontade de as coisas também evoluírem. É um bocadinho o que eu sinto também: "hoje vou, não vou, hoje não posso ir". Se tivermos diretamente no projeto trabalhamos mais no sentido de aquilo ir dar melhores resultados.

Dr. David Marques

Presidente da associação de desenvolvimento regional ESDIME.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Eu acho que todos numa primeira fase. Agora os agricultores é importante e, se calhar, aqui ao nível da questão dos educadores que também me parece relevante serem mais. São grupos que eu acho relevantes, uns de curto prazo e outros de mais longo prazo. Os educadores em particular, mais de longo prazo.

Mas em termos de proporcionalidade não tenho nada a apontar.

Talvez seja excessivo (o número de representantes governamentais), mas isso não é um problema do processo participativo. É um problema da organização do Estado. (...)

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Uma coisa é o que eu acho, outra coisa é se eu gostaria que tivesse.

Gostaria que tivesse mais, porque acho que este exercício de participação, individual e também de envolvimento, parece-me muito relevante. É uma metodologia a reproduzir noutros contextos.

Se acho que é possível ou se vai ter utilidade? Acho que sim. Agora acho que o alcance pode ser sempre muito maior. E, portanto, como há sempre uma grande dificuldade em pôr as pessoas e as entidades concertadas, não há hipótese.

1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Sim. É uma das mais valias.

2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.

Sim e acho que é esse o caminho.

2.3. E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

Da forma como as outras pessoas aderiram e interpretaram a metodologia, pareceu-me que houve uma interpretação comum e clara.

2.4. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

Sim. Tem a ver com pequenas notas daquilo que é o conhecimento de cada um. (...) Tornou-se para mim mais claro e mais evidente certas coisas sobre as quais tinha algumas dúvidas. Quer na perspectiva dos parceiros ali presentes, quer nas coisas de mais natureza científica.

Acho que sim.

2.5. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Foi dado tempo suficiente às pessoas para discutirem?

Eu acho que é difícil também ser mais tempo. Acho que é o tempo adequado.

2.6. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.7. Sugestões para melhoria.

Eu estive num *workshop* apenas. Eventualmente terão existido outros em que não participei. Eventualmente esses momentos conjuntos, apesar de terem maiores dificuldades de organização, são sempre mais úteis porque confrontas as perspetivas. Para além das entrevistas individuais que me parecem pertinentes, mas creio que se deve criar mais condições e investir na componente conjunta. Independentemente de ser muitas vezes difícil. Portanto, eu acho que o processo teve sucesso.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Sim.

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Sim.

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim.

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

No quadro da metodologia: sim.

4.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

Muito positiva. Acho que é uma participação muito positiva.

4.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Sim.

4.4. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Sim.

4.5. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Através da LNP.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Tenho algumas dúvidas. Acho que se poderia ter feito mais em termos de divulgação pública, o que não é fácil tendo em conta as dificuldades deste tipo de metodologias de projetos que não é muito relevante para os *media*. Mesmo os locais nem sempre valorizam estas questões, ou não valorizam que é importante a contestação e a colaboração. Agora, acho que isso é uma área a investir mais.

5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Acho que tive a informação possível e a aquele que procurei. Eu acho que sim, aquele que eu necessitava para poder participar.

5.4. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

Se fosse só da divulgação dava 3.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Eng.º João Madeira

Engenheiro agrónomo e agricultor no concelho de Mértola.

0. CONTEXTUALIZAÇÃO

0.1. Na sua opinião, a sociedade civil tem uma perceção real da problemática da desertificação?

Não, não tem uma perspetiva real. Acho que a sociedade em geral tem uma perspetiva muito subestimada dos problemas potenciais que estão aí. (...)

A sociedade geral ouve falar em desertificação como uma coisa que está longe. Está no campo. A sociedade em geral está essencialmente localizada na cidade, não tem noção. De vez em quando aparecem uns documentários na televisão que lhes mudam a opinião durante 5 ou 6 dias, e depois esquecem.

A sociedade local está malgradadamente familiarizada com os sintomas de degradação. E, muitas vezes, essa familiaridade não lhes permite ter o alerta que as coisas deviam suscitar. As pessoas estão familiarizadas com os efeitos da erosão. Vêem valas abertas nos terrenos agrícolas e não lhes dão o devido valor. Sempre viram, sempre viram. E esquecem-se que isto é um processo cumulativo. Quanto mais nós perdemos menos temos para perder. E, portanto, acho que faz falta um alerta.

0.1.1. Os agricultores já sentem isso ao nível da perda de produtividade?

Sim, já sentem. O problema é que temos hoje em dia tecnologias que nos vão permitir mitigar um bocadinho os efeitos da desertificação sem a combater. Ou seja, temos máquinas mais potentes, adubos mais eficazes, conseguimos conviver com a delapidação do nosso solo e da nossa água e não ter impactes tão proporcionais como seria de esperar. Temos impactes menos proporcionais e o que é certo é que vamos delapidando os recursos que temos. Há falta de darmos um abanão às pessoas localmente e globalmente. E, também, nos próprios agricultores e atores que têm alguma interferência com o recurso natural solo e água.

0.2. Qual a importância dos projetos participativos no contexto de políticas de combate à desertificação?

Eu acho que todas as questões ambientais precisam disto. Porque o ambiente é uma coisa que é tratada de forma um bocadinho esquizofrénica pelas pessoas. Somos todos a favor: "eu sou a favor do ambiente". Mas estamos todos muito pouco disponíveis para mudar hábitos, principalmente se isso implica perda de conforto.

O processo participativo obriga as pessoas a dizer as coisas em voz alta. (...) Mas acho que isso faz diferença: a pessoa falar e ouvir-se. E quando fala e se ouve, geralmente diz aquilo que gostaria de ser. Eu acho que muitas vezes as pessoas dizem, quando são confrontadas com uma questão, dão a resposta que acham correta. Eu acho que se gera um conflito interior entre a resposta que a pessoa deve dar e aquilo que está disposta intimamente a fazer. Mas acho que esse confronto tem um resultado positivo. A pessoa, integrada num fórum com gente com preocupações deste género, ela própria com consciência que devia ter uma preocupação deste género, começa a policiar-se mais. Portanto, o processo participativo em abstrato parece-me sempre bom. Porque não há nada como envolver as pessoas que estão no terreno nas questões que as afetam.

0.3. Na sua opinião, qual deve ser o modelo de participação pública a seguir: os modelos tracionais (ex.: consulta pública) de PP ou os modelos de PPA (ex.: workshops)? (será a obrigatoriedade de consulta pública suficiente?)

Acho que esta metodologia é boa para gente com alguma formação. Para gente sem formação acho que as pessoas se retraem muito, têm mais dificuldades, eventualmente, em expressar-se, têm alguma vergonha disso...

As consultas nós também sabemos como é que aquilo funciona... Que na prática, arrogam-se de uma representatividade que muitas vezes não têm e dão a sua opinião. Depois, também, num processo de consulta pública há muito a noção de que as pessoas que se expressam e que participam, de que a sua opinião valeu muito pouco ou nada.

0.3.1. E não sentiu isso neste processo participativo?

Não. As pessoas saem daqui com a noção, para ou bem ou para o mal, a sua opinião foi registada. Ao longo das sessões tem transparecido que a equipa está essencialmente interessada nas nossas opiniões e isso é bom. Dá uma sensação de gratificação e de vontade de participar. Acho que desse ponto de vista a metodologia é conseguida. Há metodologias em que há um gajo que por alguma razão fala mais que os outros. E as pessoas ficam com a sensação que foi esse tipo que influenciou aquela sessão. Que eles até queriam ter dito uma coisa mas que pronto... com a eloquência do fulano ou a complexidade do assunto reprimiram-se. As coisas criam os tais constrangimentos, mas ficam registadas. As pessoas sentem que "a minha opinião vale exatamente o mesmo do que a daquele tipo que é mais eloquente, mais "verborrengo" do que eu". Nesse sentido a metodologia é boa.

0.4. Ainda existe desconfiança dos agricultores relativamente ao trabalho da LPN?

Sim, acho que sim. Estas coisas da defesa do ambiente começaram mal. Começaram com um Ministério do Ambiente muito autista, muito impositivo e pouco ouvinte. Muito vezes, e estou a falar do Estado, sem entender que havia uma componente na defesa da natureza que era essencial e que eram os Homens. Que gerem coisas que têm muitas vezes relação com os valores de conservação. Muitas vezes, numa primeira fase, o Ministério do Ambiente foi um buldózer: "o que importa é que chegamos ali e têm que se desviar". O problema é que as pessoas desviam-se umas para um lado outras para o outro. Geraram-se situações complicadas. (...)

No ambiente, esta desconfiança inicial com o Estado, com os organismos da administração, acabou por se estender às ONG de Ambiente. E, eventualmente, com alguma culpa delas nesta fase do processo. Porque nós hoje em dia assistimos a comportamentos extremamente responsáveis, como eu acho que é o caso aqui da Liga em Castro Verde. Tem conseguido entrosar-se com os agricultores e entender que as pessoas agem de determinada forma porque na prática aquilo é uma reação a um conjunto de condicionalismos que elas enfrentam. Portanto, não são maldosas nem bondosas, são pessoas no seu enquadramento e que têm um conjunto de necessidades que têm de satisfazer, com um conjunto de recursos e muitas vezes escolhem o caminho que lhes parece mais fácil. Muitas vezes não sabem que há outro. Agora, este discurso e esta postura que a Liga atualmente tem, se nós recuássemos 20 anos havia muitas ONG de Ambiente com um discurso quase semelhante ao do Estado autista: "o caminho é para ali, desviem-se da frente que nós vamos embora". E, portanto, acho que um bocadinho por contágio da postura estatal, mas as pessoas ainda vêm com alguma desconfiança. Não direi que é com muita. Há zonas que, por exemplo, não só aqui na Liga, acho que há também um processo de participação das pessoas com a questão da conservação na natureza ali no Vale do Guadiana. E aí a Liga tem menos intervenção. Mas o parque natural, a equipa gestora do parque soube fazer aquilo que a Liga fez aqui também, que é ir junto das pessoas, envolve-las, explicar, agir preventivamente e não corretivamente. Se todas as pessoas se entenderem tentam fazer bem.

Gente maldosa e gente mal intencionada há em todo o lado. É uma franja residual, senão a nossa sociedade implodia. Portanto, regra geral, é se as pessoas forem envolvidas, se as pessoas forem instruídas, tentarão fazer bem. Se entenderem que vem daí um benefício para elas, para a sociedade, que é um benefício aceitável face ao custo também aceitável que tem. Tudo isto andamos numa relação custo-benefício. Muitas vezes a racionalidade delas dizem-lhe para ir pelo caminho mais fácil. Muitas vezes é pernicioso do ponto de vista da conservação. Há que envolvê-las, há que explicar, há que ensinar. Porque muitas vezes as pessoas fazem mal por desconhecimento. E, muitas vezes, o Estado, numa primeira fase, achou que esse desconhecimento era má intenção. E foi uma grande falha. Perdemos ali algum *elan*.

0.5. É possível fazer conservação do solo e da biodiversidade sem subsídios?

Eu vou-lhe dar duas respostas: uma que sim, outra que não. Eu acho que em abstrato e, que se nós analisarmos as questões de ponto de vista mais teórico, se grande preocupação com o choque com a realidade, eu diria que todas as explorações agrícolas que conservam os seus recursos naturais são explorações mais ricas. Têm bom solo, terão boa água, terão um repositório de biodiversidade de uma série de amenidade que a natureza fornece de borla. Isto é a teoria. E agora vamos ao choque com a prática e a resposta é não. Essas explorações não vivem isoladas. Portanto, vivem em concorrência com explorações vizinhas, e os processos de conservação da natureza, conservação do ambiente e dos recursos naturais e da biodiversidade, têm normalmente associado a eles um grau de produtividade um bocadinho menor do que o grau ótimo. Têm uma produtividade mais moderada, embora do ponto de vista dos recursos utilizados possam ser sistemas altamente produtivos. Se nós consideramos a relação entre inputs e outputs, são sistemas extremamente produtivos. O que acontece é que nós temos recurso a inputs, inputs "maus", muito mais baratos que os recursos naturais. Não estamos a falar do caso extremo da agricultura biológica. Nós podemos, como lhe falei à bocado, ter uma prática de conservação do solo inexistente, portanto, má. Dar-mo-nos ao luxo de perder toneladas de solo por ano, mas carregamos lá para cima adubo e aquilo disfarça, disfarça o efeito negativo da erosão. E quando nós temos explorações que vivem nesta realidade de disfarçar o impacto negativo que têm sobre os recursos, e essas explorações competem com aquelas que têm preocupações de conservação dos recursos, o que nós percebemos é que as explorações que se portam mal têm vantagens competitivas de curto prazo sobre as que se portam bem. E, portanto, as pessoas ficam em desvantagem. Na prática o conservador fica em desvantagem face ao delapidador. Porque o delapidador faz o que quiser. E, portanto, está a transformar em dinheiro recursos que não vai conseguir renovar. Ao passo que o conservador não, está a conservá-los e só tira de lá o que eles podem dar. Quando alguém tira uma coisa mais do que ela pode dar, ganha no imediato. No curto prazo ganha mais dinheiro do que a pessoa que... Portanto, em abstrato, sim. É possível. Mas, num cenário em que as explorações ou as empresas, competem umas com as outras, eu acho que as ajudas devem entrar na equação. De forma a que a pessoa que conserva ganhe pelo menos tanto como, tenha pelo menos o mesmo nível de rendimento, do que aquele que não conserva. E isso não deve ser tanto entendido como uma ajuda, mas como um valor, como uma internalização de uma externalidade, se formos para o conceito económico. Na prática, um contributo que a sociedade paga para corrigir aquele enviesamento de mercado.

0.6. Castro Verde é um caso de estudo especial porquê?

Eu acho que Castro Verde tem uma característica, que eu revejo ali também no Vale do Guadiana, que é um bocadinho contrária aquela imagem clássica da conservação. A conservação da natureza é igual a não-distúrbio, ou seja, à não-atividade, ao abandono de qualquer aspiração produtiva naquela área. E Castro Verde e ali o Vale do Guadiana são duas áreas onde os valores conservação estão intimamente ligados à atividade humana. Eu acho

que, numa primeira fase, houve um choque com uma abordagem de conservação da natureza muito ortodoxa e muito desumanizada, de alguma forma. Numa primeira fase terá havido uma abordagem que era conservar a todo o custo. Houve capacidade de pessoas, pessoas Estado e pessoas ONG, perceberem que não era esse o caminho. Porque não dava, porque gerava anticorpos. Muitas vezes o motor da conservação é a pessoa que acha o ninho da abetarda e o preserva, em vez de lhe partir os ovos. Porque naquele momento em que o acha tem essas decisões: ou preservo o ninho e vai haver aqui mais abetardas ou parto os ovos e acabam-se os problemas. Muitas vezes é a noção que as pessoas têm. Quando são confrontadas com uma abordagem de conservação da natureza, muitas vezes optam pela primeira via. E, eventualmente, durante algum tempo optaram. Temos de reconhecer isso. A partir do momento em que houve uma inflexão na postura da administração e das ONGs de Ambiente para as problemáticas destas regiões em que eles reconheceram que o Homem e a atividade humana era uma das pedras basilares deste edifício, as pessoas começaram a ser envolvidas. A partir desse momento, reconciliaram-se, de alguma forma, a velocidades diferentes. Eventualmente, se nós fizermos uma amostragem de Castro Verde, haverá um conjunto muito grande que está reconciliado com estas questões, e outro conjunto, eventualmente significativo, que não quer saber disto para nada. Querem produzir sem restrições.

0.6.1. E esse conjunto é de uma faixa etária mais velha da população?

Tem muito a ver com a formação humana das pessoas. Eu acho que hoje em dia tenho experiência de andar aqui neste interface um bocadinho fluido de conciliação entre agricultura e conservação da natureza. Acho que as pessoas bem formadas, mesmo que sintam as restrições, eles aceitam-nas, muitas vezes mediante compensações. " Eu faço mas vou perder dinheiro, portanto, desculpem lá mas têm de me ajudar". Quando a formação das pessoas não é assim tão sólida, muitas vezes o que nós vemos são pessoas absolutamente indisponíveis para colaborar. Indisponíveis e insensíveis a toda a argumentação de defesa, de equilíbrio, de valor... Eu diria que tenho visto gente velha com atitudes exemplares, tenho visto gente nova com atitudes execráveis e vice-versa. A formação académica ajuda, saber ajuda, mas a formação pessoal, o íntimo, é muito importante. (...) Quem faz bem com custos... Eu acho que se pode fazer bem com custos. O que acho é que quem faz bem vai competir com quem faz mal. E como quem faz mal consegue vender mais barato porque desperdiça recursos. Quem faz bem vai ter indiretamente mais custos, vai estar em desvantagem competitiva. Quem faz bem com custos, a sociedade deve arranjar maneira, na medida do possível, de compensar esses custos. De maneira a que a pessoa que tem uma postura responsável não seja prejudicada por isso. (...) Se não for possível ou pertinente a compensação financeira da pessoa, ao menos a compensação social. Trazer para cima, exhibir às pessoas, à comunidade, que fulano tal ou um conjunto de fulanos tais, vive em regime de compromisso com a conservação da natureza, com exploração produtivas, competitivas e que no fim produzem bens de que toda a comunidade vai beneficiar. (...) Trazer o que as pessoas têm de melhor para cima. Porque muitas vezes, na nossa sociedade, o transgressor é o herói e quem cumpre é o parvo. (...)

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:

1.1.1. O que acha destes números?

Salta-me à vista o número de representantes governamentais. Parece-me um bocadinho mais hipertrofiado do que os outros.

A representação do Estado parece-me um bocadinho musculada.

1.1.2. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Eu acho que os agricultores, pela natureza das questões, têm uma particular importância. Ou seja, não sei se os seis representantes não chegará. Quando vejo seis representantes de agricultores e quinze do Estado, parece-me que há uma desproporção. Embora, também, estas questões não sejam essencialmente agrícolas. É necessário, entendo pelo menos assim, que isto seja abraçado pela sociedade como todo. Os agricultores têm ali uma importância um bocadinho diferente porque são os gestores daquele território, gestores diretos. E, portanto, agricultores/ associações de agricultores, porque às vezes nós temos testemunhos de agricultores individuais, o que é bom, mas depois vemos só o seu caso. Muitas vezes o caso é só setorial.

Porque de facto o que me parece é que estas coisas são decididas a um nível... Quando nós falamos em representantes locais estamos a falar essencialmente de representantes da estruturas locais da administração. É que, do meu conhecimento que pode ser enviado, têm muito pouca capacidade de reportar para cima. Portanto, na prática, temos aqui um exercício que até pode ser interessante mas a repercussão das conclusões a eles chegarão ao longo da cadeia de poder, cadeia de responsabilidade da administração pública, parece-me que se vai propagar muito pouco. Portanto, na prática, eles vêm e dão a sua opinião. Mas parece-me que seria mais frutuoso nós termos uma representação mais (acima). Estas coisas decidem-se essencialmente a níveis não locais, a nível da administração pública, de Governo, do Ministério da Agricultura essencialmente. E, portanto, talvez valesse apenas ter menos representantes públicos, mas representantes em sítios nevrálgicos. Em que a opinião daquela pessoa durante este processo participativo... Até aqui eu todas as sessões que em participei, a sensação com que fiquei é que foi um processo onde eu dei o meu contributo, bem ou mal, mas principalmente foi um processo de abertura para mim. Perceber como é que determinadas pessoas viam o problema. E, portanto, de alguma forma aprendi bastante. Mesmo em sessões em que eventualmente não vemos o resultado, no fim da sessão não temos o *out come* da coisa, mas sai-se daqui com uma experiência enriquecedora porque se percebeu outras opiniões que têm argumentos válidos e que interessa discutir. O que importa é também depois nós darmos uma consequência a isto. E se no que toca a uma pessoa individual, temos uma consequência que é mudarmos a nossa atitude, ou percebermos que há outras formas de vermos o problema. Enfim, vai dar sempre a uma mudança de atitudes. No caso dos representantes governamentais, o que me parece é que pode tornar-se um bocado inconsequente. Porque ir um técnico daqui da zona agrária de Castro Verde, com toda a boa-vontade que ele possa ter, a sua capacidade de influência na mudança de atitudes na instituição que ele representa é nula ou quase.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Pois é aí... Já lhe falei nisso no ponto de vista dos representantes governamentais. Se bem me lembro tínhamos aqui essencialmente gente local, que me parece que tem um *handicap* provocado pela própria lógica da administração pública em Portugal, que é: os decisores na prática são gente muitas vezes não ligada à própria estrutura da administração. São agentes políticos, que vão mudando consoante a cor política que domina na altura. E que há uma, isto é uma percepção minha não quer dizer que assim seja, mas pelo menos é assim que me parece que aconteça, há uma grande dificuldade em transmitir coisas ao longo desta cadeia. Ou seja, quem é da casa e está no terreno, tem muito pouca capacidade de influenciar quem está no topo e desenha políticas. E, portanto, aí parece-me que estes processos devem trazer simultaneamente, sem prejuízo dos agentes locais, devem tentar trazer os outros que decidem. Porque estes não decidem nada e influenciam muito pouco a capacidade de decisão.

Do ponto de vista mais global, e da consequência que isto possa ter, eu acho que as pessoas que aqui vêm ficam enriquecidas. E, portanto, elas próprias, estou a ver aí os agricultores e educadores, todas as pessoas que são elas próprias que estão aqui e não estão em representação institucional, será a forma de mudança de atitude mais imediata. Elas dependem de elas próprias, portanto mudam de atitude. Do ponto de vista institucional, não sei... não lhe sei responder a essa pergunta.

1.3.1. E considera que os vários processos participativos que a LPN tem desenvolvido e depois não se traduz na integração em políticas ou planos, de alguma forma descredibiliza os processos participativos?

Eu penso que não. Eu acho que as pessoas ficam, de alguma forma, realizadas quando são chamadas a dizer de sua justiça. Os processos devem convidar as pessoas a isso. Há algumas coisas na metodologia que a mim, eventualmente por uma questão de feitio, nem sempre acontece. Ou seja, as metodologias destes processos acho que devem deixar a pessoa completamente tranquila para opinar. Obviamente sendo necessário algum confronto dessa opinião com a realidade, e a realidade é feita pelas outras pessoas. Há algumas partes da metodologia que não me agradaram.

1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Sim, foi clara, foi relativamente clara. Às vezes não se percebe o objetivo. Quando somos confrontados: "agora a tarefa é esta, vamos pegar em papelinhos e fazer...". Quer dizer, nem sempre se percebeu o fio condutor. As pessoas podem-se perguntar: "aonde é que se quer chegar!?". E não sei se será, sendo certo que eu reconheço que pode haver alguma potencialidades em conduzir pessoas ao longo de um caminho que elas não sabem onde vai dar. Eventualmente exteriorizam determinados comportamentos que noutras circunstâncias reprimiriam. Mas, a mim especialmente não me agrada muito. Cumpro porque gosto de participar nestas coisas, porque é a metodologia e sigo-a. Mas tenho *mixed feelings*.

2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.

Sim (existe algum desconforto).

2.3. E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

Não, não senti muito as outras pessoas estarem desconfortáveis porque nesta fase (da ordenação dos indicadores) nós trabalhamos mais ou menos sozinhos.

Onde eu senti algum desconforto foi na parte da pontuação. Das pessoas terem de se levantar e ir pôr... Eu acho que perceberam o conteúdo, mas nem sempre é fácil...

Fui agora a um (*workshop*) na semana passada em Évora... E de facto aquilo é um exercício difícil. Difícil no sentido que é muito redutor. Parece-me que o que saí dali... Aliás, a equipa era a mesma, a equipa dinamizadora (equipa de facilitação). Foi um *workshop* que tinha uma metodologia pela mesma equipa. Mas as perguntas eram muito, muito redutoras. Eram tratados assuntos com algum grau de complexidade e eram tratados de forma muito telegráfica. E acho que as pessoas sentiram dificuldade em tornar, umas conhecendo melhor outras pior, conceitos relativamente complexos em dizer "sim/não". Há que coisas que não são nem preto nem branco, são cinzento.

Eu globalmente acho que para mim foi bom e enriquecedor. Acho que produz resultados. Agora que cria constrangimentos durante o processo, sim cria alguns. Algum desconforto.

2.4. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

Sim. A ideia eu acho que é nós questionarmo-nos. Nós fazermos uma seriação das coisas por ordem de importância. Discutimos e a seguir a equipa faz essa monitorização do que é que cada um dos *stakeholders* mudou na forma como hierarquizou a importância daqueles assuntos. E, eu próprio, mudei de opinião alguma vezes. Não muitas vezes, confesso. (...) Ou seja, é uma coisa interessante porque nos obriga a sistematizar, a arrumar. Às vezes nós temos as coisas na cabeça, andamos aqui um bocadinho em turbilhão. "Agora vamos pôr em papeis e depois pôr por ordem, e tal e tal e tal". Mas fico com dúvida acerca do que é que eu disse. Não sei se aquilo que os papeis ordenados daquela forma são aquilo que eu acho ou não.

2.5. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Tenho essa percepção porque fui ao *workshop* de encerramento. A nós, agora, devia-nos ser dado um tempo para digerirmos aquilo e falarmos novamente sobre aquele assunto. Porque a mim pessoalmente surgiram-me uma série de dúvidas nos dados, no resultado do tratamento da informação.

Acho que num *workshop* de apresentação dos resultados, não deixa grande tempo às pessoas que participaram naquilo para lerem aqueles resultados e se irem recordando como é que foi feito o percurso. Ou seja, acho que nós só estamos verdadeiramente aptos a discutir aquilo depois de um período de reflexão.

2.5.1. Faria falta um novo "*workshop* final"?

Eu acho que haveria eventualmente interesse em fazer um *workshop* de apresentação de resultados e um encontro... uma espécie de debate/ tertúlia para revisitarmos aquilo e pedir às pessoas que comentassem criticamente as coisas.

2.6. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Foi dado tempo suficiente às pessoas para discutirem?

Sim. Se bem que há alguma tendência para a deriva naquelas partes do debate. Mas aí a equipa teve bem e acho que pôs... Sim, conduziu o trabalho. Às vezes é um bocadinho ingrato, a discussão está agradável e... (é cortado)

Ali assuntos que são relativamente complexos e de diferentes abordagens. Enfim, aquilo às tantas acaba por ser também um processo de aprendizagem. Contacto com várias formas de ver o mesmo problema. E isso obriga a um esforço de auto-questionamento. Que depois tinha de ser interrompido, mas aí não me parece que haja problemas, porque as pessoas compreendem que o tempo é aquele e, portanto, não vamos estar aqui a laborar ao lado.

2.7. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.8. Pontos fortes: o que gostou mais? Sugestões para melhoria.

Acho que é muito interessante o debate. A parte de debate em que nós, enfim, confrontamos aquilo que achamos com aquilo que as outras pessoas acham.

2.8.1. Deveria ter havido mais tempo para isso?

Sim, acho que sim. Há partes na metodologia que acho que foram opacas e que de alguma forma nos formatam. Por exemplo, aquela parte de nós escrevermos as palavras em papeis. Há pessoas que não conseguem, e eu próprio sou uma delas e tive dificuldades em reduzir conceitos a uma palavra. E depois ordená-la em função da sua importância. Enfim, dá trabalho

e no fim até acaba por ter a sua piada. Fico sempre com a sensação se aquilo de facto representa o que eu acho ou se não foi uma forma de eu cumprir aquele objetivo. Desenrascar.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Sim. Dadas as restrições que já lhe disse na metodologia, mas acho que a equipa é facilitadora de facto.

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Sim, tirando aquelas parte que já também lhe falei, em que muitas vezes nos empurram para um caminho e não nos dizem onde aquilo vai dar. "Agora vamos fazer isto". "Mas porquê?! Aonde é que querem chegar". "Não se preocupem que agora...". Isso a mim não me causa particular desconforto, mas percebi que nalgumas pessoas causa.

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim.

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

Sim (respondido noutra questão).

4.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

Acho que sim. Acho que uma das coisas boas na metodologia é que as nossas opiniões vão escritas em papelinhos, vão escritas em autocolantes e, portanto, as pessoas sentem que aquilo conta. Sente que o que expressam é registado.

Portanto, as que as pessoas participam genuinamente. Objetivamente há gente mais tímida, com menos facilidade de expressão, mas é assim.

4.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Sim, na minha perspetiva sem dúvida.

Acho que mais ou menos toda a gente tira o mesmo sumo da coisa.

Aquilo que estou a falar é o seguinte: quando nós dependemos apenas da nossa atuação individual, nós damos logo uma consequência a essa aprendizagem. Quando nós estamos na base de uma cadeia de comando muito extensa e burocrática, as pessoas por muito que queiram aquilo fica com eles, morre ali. Não influencia políticas, que na prática. seria o importante. Além de tudo, o que seria também era que quem decide as coisas que influenciam os nossos comportamentos do dia-a-dia, ficasse também com isso incorporado nas suas atitudes.

4.4. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Sim.

4.5. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Fui convidado pela LPN.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Não. Porque eu só conheci o projeto através desse convite.

A sociedade em geral, local, não me parece que tenha tido noção deste processo de consulta, a não ser as pessoas que estavam de facto a ser consultadas. O que me parece pouco. Valeria a pena elaborar um bocadinho um divulgação pensada para a sociedade local, de que houve um processo de consulta que foi participado, houve não sei quantas sessões, não sei quantas pessoas e que os resultados foram estes. Isto que de ser feito, obviamente, numa linguagem que as pessoas entendam. Tem de ser feito por quem sabe. E, de alguma forma, se isso fosse bem feito, as pessoas sentiriam como elas próprias tidas em conta. Porque na prática nós temos ali um leque de participantes que é, de alguma forma, representativo dos *stakeholders* locais. Acho que poderia servir para aproximar as pessoas destas questões. Sentirem que elas não foram ouvidas mas que foi alguém por elas. Transmitir essa ideia.

5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Medianamente.

5.4. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

Acho que a questão da divulgação... O assunto é grave e as pessoas não têm noção nenhuma. Não têm a noção que deviam ter, não vou dizer que não têm noção nenhuma, mas não têm a noção que deviam ter. Portanto, há aqui uma coisa muito nobre que é arranjarmos a informação, trabalharmos com as pessoas e chegarmos a uma conclusão. Outra coisa tão nobre é fazer espalhar isto. Dizer às pessoas para ver se aquilo entra!

5.4.1. E acha que o facto de o projeto ter parceiros internacionais poderia motivar isso?

Eu acho que podia motivar uma coisa muito gira que era a troca de experiências.

Pode potenciar uma maior divulgação. (...) Porque muitas vezes que vivem os problemas insensibilizam-se. Quem vê uma coisa má todos dias, cria ali um bocadinho de insensibilização ou dessensibilização. E, as vezes, nós vemos que há pessoas com problemas da mesma natureza que os nossos, embora que eventualmente um bocadinho diferentes, e lidam com eles desta ou daquela forma, acho que isso é mais um alicerce no edifício da aprendizagem, que tem de se fazer. As pessoas ganharem a noção ou ganharem consciência deste problema é, em si, um processo de aprendizagem. Porque levaram a vida inteira a ser bombardeados com o facto de a mãe natureza era inesgotável. E, de repente, nós... já vejo pessoas a queixarem-se que no intervalo, na duração da sua vida, já verem as coisas a degradar-se. Que é uma coisa que nós tínhamos noção que seria entre gerações, ou seja, nós íamos ver agora que na geração dos nossos avós havia mais do que nós temos agora. Mas não, hoje em dia já há pessoas que conheceram outra realidade e que agora já não é nada daquilo. Há essa noia de interpretação. Achamos sempre que antigamente é que era. Há essa questão na caça, essa questão na qualidade das coisas "antigamente é que a fruta era boa, antigamente..."

5.5. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Arq. Nuno Lecoq

Arquiteto paisagista, é professor no Instituto Superior de Agronomia.

0. CONTEXTUALIZAÇÃO

0.1. O que acha dos processos participativos em ambiente? Há de facto consequências nos projetos/políticas em que estão integrados?

São, são, primeiro são sempre tomadas em consideração. E hoje em dia, vejo que elas acabam por ser decisivas na sua implementação. E estou a dizer isto porque em todos os processos que tenho estado têm acontecido. E mais do que isso. Antigamente não se falava nisto, porque como sabe, hoje em dia, acho que esta é uma realidade bem vinda, e que eu acho que está honestamente a frutificar, lentamente, mas a frutificar.

0.2. Na sua opinião, a sociedade civil tem uma perceção real da problemática da desertificação?

Não. Aliás, eu penso que 90% das pessoas continua a achar que a desertificação é a saída das pessoas do meio rural para as cidades.

0.3. No contexto da desertificação, tendo em consideração o seu cariz fortemente social, este processo participativo é ainda mais importante?

Sim, eu acho que sim. E há problemas com isso mesmo dado às repercussões que podem ser e à partida, sem dúvida nenhuma, que é a componente humana que tem um processo cívico na existência da desertificação. E depois obviamente, as consequências são gravíssimas a todos os níveis quando o processo chega ao ponto de as pessoas não terem as condições para viverem ?(...) resultante das suas más práticas agrícolas e até ambientais...

Um dos grandes problemas da nossa sociedade portuguesa é o problema da educação cívica e comportamental e por aí fora. Isso também passa no meio rural por uma educação ao nível das boas práticas, boas práticas agrícolas, boas práticas florestais, etc. Isso vai ser implementado, quando nós em vez de andarmos a, Deus me perdoe, estudar catequese, mas acho que esta componente é uma componente muito importante, nem que só desse umas luzinhas sobre o assunto, as pessoas ficavam !(...); assim não, quer dizer: "Ouve lá, o que é que achas sobre a desertificação? !(...)" Ah pois, as pessoas estão a vir todas para as cidades!"

0.4. Dentro desse contexto, a diferença entre os *stakeholders* do mundo rural e o mundo urbano tem sido visto de um modo positivo ou negativo por parte dos agricultores. O que é que sentiu desse processo participativo?

Senti sobretudo uma grande curiosidade pelo assunto e uma grande vontade de esclarecimento - foi isso o que senti.

0.5. Castro Verde é um caso especial em que medida?

Era uma área problemática em termos ambientais, nos dois sentidos: no mal e no bom. No bom, porque é um sítio com uma riquíssima biodiversidade, com uma biodiversidade muito particular no âmbito das aves estepárias. É problemática porque é uma das áreas do Alentejo onde se sente que o processo de desertificação existe, por variadíssimos motivos, desde a campanha do trigo que ficou no estado em que aquilo ficou. Foi o único sítio onde houve um plano regional que pretendia atingir determinados objetivos e que foi um sucesso. Obviamente que esse sucesso também aconteceu porque as pessoas que lá apareceram, as pessoas deram a cara (os agricultores) as pessoas acabaram por ter bons resultados. A sua aderência foi muito interessante e significativa, mas sobretudo porque, eram compensados por terem

aderido a um conjunto de boas práticas. Acho que foi um sucesso, pena é que mais uma vez os grandes *lobbies* nacionais, da agricultura intensiva, química, industrial (são todas um bocadinho isto), mexeram os seus cordelinhos no sentido dos dinheiros irem para as suas atividades principais e para que os dinheiros não fossem investidos noutros planos regionais que é uma pena que isso não tivesse acontecido, mais uma vez o dinheiro foi para os mais ricos e não foi para quem precisava e quem tem carinho pela terra e quem está disponível para juntar a componente ambiental com as suas atividades do dia-a-dia no campo.

Chamei-lhe comparticipação porque não gosto de falar no subsídio, parece que subsídio é uma "esmolinha" e não é nada uma "esmolinha". As pessoas continuam a trabalhar, têm de ser compensadas. Porque se utilizassem determinados agroquímicos se calhar obteriam maiores produções, mas isso se calhar não interessava, como é evidente a uma série de parâmetros ambientais. Acho que devem ter uma compensação, é justíssimo.

0.5.1. Não vê outro modelo onde se consiga aliar uma agricultura mais de acordo com cânones ambientais sem comparticipações do Estado?

Difícilmente. Estamos a falar de agricultores descapitalizados, estamos a falar de uma zona particularmente pobre. Estamos a falar de pessoas que precisam de dinheiro para sobreviver como qualquer cidadão. Nessa perspetiva, vejo uma certa dificuldade em pessoas aderirem a projetos para perderem dinheiro. um dos exemplos que dou sempre é a Alemanha, sempre tiveram uma agricultura rica, porque felizmente essas pessoas tinham condições agroclimáticas ótimas. O solo sempre com muita chuva, sempre muita água no solo, a matéria orgânica não se degradava tão depressa, não se mineralizava tão depressa. Portanto eles foram bafejados pela sorte nesse aspeto, tiveram essas vantagens todas. Nós com a nossa sabedoria fizemos o montado, que é das coisas mais inteligentes que eu vejo... um território pobre. Acho que deve haver uma compensação. Veja o seguinte, depois vamos lá para o Conselho Europeu e dizem que Portugal tem que cumprir com os parâmetros ambientais. Mas a gente depois pergunta: o que é que vocês fizeram com a vossa biodiversidade? A vossa biodiversidade comparada com a nossa é zero. Porque é que nos a temos? Porque estamos a gerir se calhar melhor o nosso território que o vosso. Nós estamos a utilizar formas de gestão mais ambientais. Se calhar é por isso que estamos mais pobres. Mas é por isso que vocês estão mais ricos. Se vocês querem manter a biodiversidade e querem cá vir de férias e verem os buteos? e verem as abetardas então deem cá umas coroas para pagarmos a essas pessoas que ainda gerem o território de modo a haver esse património natural.

0.6. Relativamente à plataforma de *stakeholders*, acha que haveria diferenças significativas relativamente à representatividade se o projeto fosse replicado noutra parte do país?

Sim, acho que sim. É mais fácil trabalhar no Alentejo, porque o Alentejo não é um minifúndio. Portanto a LPN até se tornou num latifundiário no bom sentido. A LPN teve a sorte e a inteligência de ter comprado aquelas duas herdades e mostrado que isto não é só conversa, tem que por atos demonstrar que à consonância com aquilo que pensamos com aquilo que fazemos. À uma certa propriedade, até porque era tão óbvio que aquilo que a LPN acabou por convencer os outros *stakeholders*, nomeadamente a componente agrícola (os empresários agrícolas ou os rendeiros). É mais fácil, porque basta eles engatarem no bom sentido três ou quatro, e ficam logo com uma área brutal. Ao passo que se a menina quiser ir fazer isso numa zona do país de minifúndio é muito complicado, é mais complicado por ali uma data de gente de acordo. O património é outro, muito mais rico, muito mais biodiverso, portanto, replicar isso por outras zonas do país tinha que haver um trabalho muito grande e de grande profundidade e sobretudo dizer às pessoas assim: a gente quer isto, mas temos isto para oferecer, se não tiver nada para oferecer é muito difícil.

- 0.7. Alguns *stakeholders* têm-me dito que estão agradados com o trabalho da LPN, mas ao longo destes últimos anos (desde que a LPN foi para lá) tem havido muitos processos participativos, mas tem estado tudo na mesma, não existem coisas palpáveis. "A LPN faz um excelente trabalho, mas nós não vemos os frutos dos processos participativos". Não existe uma consequência real do trabalho que as pessoas estão a ter. Isto pode trazer descrédito ao processo participativo?**

Pode trazer descrédito. Mas essa questão ultrapassa-se com a publicitação dos resultados. Ao implementar o projeto é dada a indicação que os objetivos têm que ser visíveis até ao fim do período do projeto, portanto é só publicitar os resultados e dizer assim: nós metemo-nos nisto por causa das seguintes questões: A, B e C. Por acaso foram todos os objetivos atendidos, então estamos todos de parabéns. Isto quer dizer que os senhores agricultores foi bom em termos ambientais porque já temos mais 200 abetardas e já temos mais isto e mais aquilo. Foi bom para os agricultores, porque não perderam dinheiro, antes pelo contrário. Além disso o solo, o teor de matéria orgânica subiu 1%. Têm que ser coisas assim. Desde que pelo menos o agricultor não tenha perdido nada, acho que isso já não é mau.

- 0.8. Relativamente à distinção entre os vários detentores da terra. O professor Eugénio dizia: dentro dessa categoria de agricultores devia-se fazer uma distinção mais clara entre quem é rendeiro, proprietário e única e exclusivamente trabalhador, já que cada um deles vai tratar a terra de uma forma diferente.**

E é verdade, mas não é obrigatório que o seja. Mas na prática isso costuma acontecer. As pessoas não cumprem um código das boas práticas. As pessoas não são bem educadas. No sentido de não agirem corretamente em qualquer circunstância. Se têm uma forma de estar como rendeiros e têm outra forma de estar como proprietários, no mínimo isso não é de admitir de uma pessoa bem educada e de uma pessoa que age de uma forma correta. É nessa perspetiva.

- 0.8.1. Tem essa sensação que o tratamento é diferente consoante a propriedade?**

É diferente, mas não devia ser. Acho é que se devia trabalhar no sentido de ter que evitar que isso seja transparente ou que isso ocorra.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

- 1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas seguintes classes:**

- 1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?**

Sim, eu acho que, para já, todos eles são importantíssimos. Estão bem escolhidos. Agora aqui selecionar um grupo: os agricultores... tenho que pôr aqui também os representantes governamentais porque esses têm poderes decisórios ...

Então eu acho que são, vou-lhe dizer sem problemas nenhuns, sem dúvida nenhuma: os agricultores, representantes de associações (de agricultores)...

- 1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade?**

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

- 1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?**

Espero que sim, quer dizer, não se vai porque não sou bruxo, mas espero que sim, é nessa perspetiva.

E até lá estavam uns quantos, como sabe. Claro que são aqueles que dão mais a cara, eventualmente são aqueles que são mais lúcidos em termos de conhecimento; porque são

mais modernações, mais inovadores, etc, etc. Portanto que compreendem o alcance desse trabalho que tiveram e do estudo que fizeram, sem dúvida nenhuma. Portanto eu espero que isso seja uma realidade que venha a valer a pena.

1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível? Porquê?

Para mim foi clara e perceptível.

2.2. Sentiu-se confortável com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.

2.3. E acha que as outras pessoas também se sentiram confortáveis?

(E senti isso de...) Toda a gente. Vou-lhe dizer porquê. Quando aquilo é uma grande chatice, desculpe o termo, as pessoas acabam por estar todas caladinhas e ali o que se sentiu era que as pessoas tinham de ser mandadas calar porque toda a gente queria participar e toda a gente queria ser útil, dado os assuntos importantes que estavam em cima da mesa. As pessoas estavam todas muito esclarecidas. Todos nós que lá estavam continuamos a nos irritar um bocadinho quando falam em desertificação; ao ouvir os senhores jornalistas falarem na desertificação das pessoas.(...) Acho que devia haver um maior esforço! (...) que a desertificação é um processo físico, é uma coisa, e que o despovoamento é outra coisa. Muitas vezes o despovoamento é um resultado, sem dúvida nenhuma, da desertificação. Mas são duas coisas que podem não ter nada uma com a outra. E isso era importante ser esclarecido, porque isso ajudava muito !(...)

2.4. Conseguiu ganhar em informação e conhecimento com as dinâmicas criadas?

2.5. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Acho que houve um bom debate.

2.6. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Foi dado tempo suficiente às pessoas para discutirem?

2.7. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.8. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?

Devia ser mais bem explicitada a forma de votação através dos papelinhos.

2.9. Pontos fortes: o que gostou mais? Sugestões para melhoria.

Acho que devia ter havido mais tempo para debate.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Acha que as facilitadoras que mediarão os *workshops* conseguiram criar um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Sim. Acho é que deviam dar um bocadinho mais tempo... Se eu tivesse mais tempo para pensar não estava ali sob pressão.

3.2. A equipa transmitiu-lhe segurança?

Sim.

3.3. Sentiu-se confortável para fazer intervenções durante o *workshop*?

Sim. Mas gostava de ter mais tempo. Mais tempo para debate e para pensar.

3.4. Como avalia o desempenho da equipa de participação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. As suas ideias/opiniões foram claramente partilhadas durante o processo participativo? Porque diz isso?

Poderiam ter sido mais partilhadas. Deviam dar o mesmo tempo para cada pessoa que quisesse intervir. Houve ali pessoas que gostam muito de se ouvir. Há alguns que se alastram sempre é aí que a nossa amiga (referindo-se à facilitadora Úrsula Cáser) não os devia deixar falar muito. E não se meter com os outros que gostavam de contribuir.

4.2. Como avalia a participação dos outros *stakeholders*?

Boa e muito importante. Nomeadamente a componente dos agricultores.

4.3. Considera que houve aprendizagem ao longo do processo? Sua? Dos outros?

Não muito, mas aprendi alguma coisa. Uma das coisas que mais aprendi foi a importância de estarem sempre lá presentes e deviam lá estar mais presentes eram os que quem lidam com a terra, porque esses é que podem mudar a cabeça aos técnicos que acabam por a sua ação de gabinete ter influência negativa ... acho que deviam lá estar. Achava que essas reuniões não deviam ser às 15h nem às 14h, porque nessa altura estão a trabalhar. Se disserem que se essa altura for às 21h, não vai lá aparecer nenhum técnico do estado. Nessa altura ... para lá estar essa gente essa gente trabalha, se calhar as melhores horas para essas reuniões deviam ser outras.

4.4. A sua opinião inicial foi de alguma forma mudada (ou enriquecida) através da interação com os outros participantes? O que pensava antes sobre isso? O que pensa agora?

4.5. Voltaria a participar num processo participativo semelhante a este? Porquê?

Sim, sem duvida nenhuma.

4.6. Como avalia o seu desempenho enquanto *stakeholder*? (identificar na escala)

Porque o que eu disse não serviu para nada, foi um *dejá vu*. Gostava de ter ouvido mais de outras pessoas, até para as questionar. Não descobri nada.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Como teve conhecimento do projeto?

Foi no serviço por intermédio de um colega. Desta vez não fui notificado, mas costumo ser, até porque sou sócio da LPN.

5.2. Acha que houve divulgação suficiente?

Não. Honestamente devia de ter havido mais, era muito útil isso e não era para Lisboa mas sim para a região, uma região significativa. Era nestes dois terços para dentro e deixava o litoral sossegado. E chamava lá os políticos, não da terra mas do distrito. Achava muito importante estarem lá os políticos. No mínimo os regionais, se fosse um país evoluído deviam de estar os secretários de estado.

5.3. Considera estar bem informado acerca do projeto PRACTICE?

Razoavelmente informado porque tenho o Faustino. Fui o primeiro a estar metido nisso em representação da AFM mas depois disse que não podia continuar, porque o trabalho que lá desenvolvia não podia dar esse assunto o relevo que ele merece. Era um dos apaniguados do Lúcio do Rosário.

5.4. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

Se calhar sim. Em termos de divulgação sim, até porque no que nós acabamos de falar.

5.5. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

Última questão: a minha metodologia assenta em 5 vértices

Úrsula Caser é uma mediadora de conflitos e facilitadora de processos de participação pública.

0. CONTEXTUALIZAÇÃO

0.1. O que acha dos processos participativos em ambiente? Há de facto consequências nos projetos/políticas em que estão integrados?

Sim. Sim. Muitas coisas que surgiram dos cidadãos assim foram depois incluídas nos planos ou nos municípios ou as instituições que conseguiram esclarecer a sociedade civil crítica que afinal já estavam a trabalhar nisto que eles queriam. Portanto, houve muito trabalho de esclarecimento e houve também muita inclusão das ideias e das propostas da sociedade civil. Agora isto depende sempre muito de quem manda, no fim. Se o presidente do município, por exemplo, está muito convencido, que quer dar nas vistas ouvindo as ideias cidadãos, aí sim, é irresponsável. Depende muito do promotor... A sociedade civil portuguesa é muito mal organizada porque o que se sente é que o facto da situação entra ou por lei ou por desespero e poucas vezes por decisão racional que teria melhor resultado. Ou seja, pela minha experiência ou perspetiva, na Alemanha entra muito mais sob desespero. Esta entrada com o desespero conquistou, entretanto, um espaço interessante de evitar o desespero. Isto é porque está muito claro que a sociedade civil organiza-se em três tempos e depois há grandes conflitos e grandes protestos.

0.1.1. E cá, o contexto é completamente diferente, as pessoas têm mais dificuldade em organizar-se, em fazer valer a sua opinião...

Sim, talvez as pessoas são mais resignadas. Não sei... essa sensação de que eu própria posso modificar o meu ambiente, não sinto assim tão instalado. E daí, a pressão é mais pequena.

0.2. A promoção de vários processos participativos por parte de uma qualquer organização pode levar a que os próprios processos descredibilizem a participação?

O que eu acho é que, idealisticamente, devia-se fazer os processos participativos exatamente para o efeito que depois se queira criar. Ou seja, com a aplicação prática das coisas que se sair, saem. Isto de fazer participação para inglês ver, não é propriamente o que faz bem aos processos participativos. O problema é que a legislação em projetos que metem participação e não é muito bem nem é muito mau, não é dito como tem de ser feita esta participação, pode ser desde reuniões de informação até, realmente, envolvimento com as pessoas e isto descredibiliza um bocadinho, acho eu.

E se calhar também um grande número de projetos incidentes sobre o mesmo território, envolvendo as mesmas pessoas, sem grandes implementações. Por outro lado, estas coisas demoram tempo também. Por terem envolvido várias vezes num certo estado da situação, sentem que nunca mais vai nada à frente. Também não se deve desistir da participação porque as coisas exteriores, a crise por exemplo, mexe muito com isto. Pode ou não ter efeito porque não há dinheiro.

Não acho que a participação descredibiliza-se a si própria mas acho que ainda está um pouco natural a nível de utentes a sério que ainda estamos no caminho de construção.

1. O PROCESSO PARTICIPATIVO

1.1. Os 48 *stakeholders* do processo participativo estão divididos pelas classes abaixo indicadas. Analise estes números.

1.1.1. Existe algum grupo de *stakeholders* que considera mais importante ser ouvido no processo? Quem?

Não, são todos importantes de ser ouvidos. Em termos de números, é um bocado difícil dizer... Mas parece-me mais ou menos equilibrado, entre governamentais e técnicos e outros.

1.1.2. Considera que foram chamadas a participar as pessoas mais relevantes para serem ouvidas? Se não, quem faltou?

Não sei bem reagir a isto porque estou dentro do projeto para saber em que consiste concretamente o projeto. Talvez outros habitantes, outros membros da sociedade civil, eventualmente.

1.2. Acha que o processo participativo do PRACTICE teve utilidade? (identificar na escala)

Pelo que eu vi, uma das grandes dificuldades foi utilizar uma metodologia que foi geral para situações muito diferentes. Nesta perspetiva, também não sei muito bem se provavelmente teria alguma utilidade como tem sempre utilizado, envolver as pessoas, agora... Isto pareceu-me ser uma das grandes dificuldades deste projeto, a metodologia que foi feita, por uma equipa exterior ao sistema português, ao sítio português que é, e depois teve que se fazer isto desta maneira mas não foi assim tão fácil, acho eu.

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

1.3. Acha que este projeto vai ter repercussões no futuro? Como?

Houve alguns interessados em repetir o processo e o projeto em vários pontos do país, a nível nacional. Pelo que eu percebi está fora deste ambiente nacional. Portanto, se isto se verificar, vai haver repercussões positivas porque vejo uma linha de continuidade. (...) Portanto, há uma tradição em Portugal de participação em relação à desertificação. Há uma tradição a que se pode ligar isto, eventualmente até no passado – teria que ver se há uma lógica nisto, uma continuidade... Pelo próprio processo PRACTICE nós também temos em muito pouco tempo dos assuntos, não me parece que isto vai sofrer ações concretas. Eventualmente num processo mais alargado.

1.4. Como avalia o sucesso do processo participativo do PRACTICE? (identificar na escala)

Isto é difícil porque entrei mais tarde...

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2. DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA

2.1. Considera que a metodologia seguida nos *workshops* foi clara e perceptível para os participantes? Porquê?

Também não posso dizer em relação ao projeto todo por que não estive no projeto todo. Foram-me buscar porque as coisas não estavam a funcionar muito bem. Portanto, teve que se dar, dentro das margens que o projeto permitia, qualquer coisa mais adequada para a situação.

Sim, eu entrei depois das alterações e aí tentei que as pessoas entendessem o que era para fazer.

2.2. Sentiu que os participantes estavam confortáveis com as dinâmicas de trabalhos do *workshop*? Dê exemplos.

Sim, quando chegou a um certo momento, já estavam habituados. Outra coisa, ali em Castro Verde, eles já estão bastante habituados a serem resolvidos. Muitos já tomaram conhecimento com este tipo de processos de intervenção de abordagem.

2.2.1. Acha que isso é bom, mau ou diferente?

Acho que isso não é assim tão linear. Isto é bom se as coisas têm efeito. Se as coisas são apenas exercícios intelectuais, como às vezes acabam de ser, porque as pessoas estão envolvidas e constroem coisas que depois nunca são implementadas. Aí, claramente, é muito mau porque depois as pessoas pensam que são abusadas e que isto é uma perda de tempo.

2.2.1.1. E foi essa a percepção que teve?

No sítio de Castro Verde fiquei com a sensação que toda a gente colabora de bom grado. Em primeiro lugar, a sensação com que eu fiquei foi que eles acharam interessante serem envolvidos numa coisa destas e acederam às metodologias propostas de bom grado mesmo.

2.3. Os *workshops* foram esclarecedores ao nível dos resultados do projeto?

Eu acho que sim.

2.4. Considera que o tempo de *workshop* foi suficiente? Porquê?

Eu acho que sim... mais (tempo) era um bocado difícil pelos problemas de organização, mas pela apresentação de resultados foi... adequado.

2.5. Como avalia o desenho (metodologia) e funcionamento dos *workshops*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

2.6. Pontos fracos: o que poderia ter sido feito de forma diferente?

Contando com esta última (*workshop*), isto já foi o fim do projeto, já não havia grandes contributos a receber, era mais dar e discutir o feedback e fazer mais umas pontuações finais... Acho que a metodologia foi mais ou menos adequada, podia ter sido feito uma sessão de perguntas um bocado mais estruturadas e lançar mais um bocado a discussão entre os participantes.

Do que eu me lembro bem do que foi, não houve muito tempo para debate e podia ter havido uma necessidade mais... senão não teria havido certos comentários. E podia ter sido feito em grupos, por exemplo, e promover o feedback. Podia ter sido feito uma unidade metodológica específica para dar feedback e debater mais os resultados apresentados.

2.7. Sugestões para melhoria.

Há que fazer uma metodologia mais adequada. O desafio é sempre nestas coisas, é fazer uma metodologia mais adequada ao sítio, mas que é repetível em termos de comparação entre os sítios. De cruzar informações. Isso seria o desafio que tinha que haver. Claro que depois pode-se fazer mais isto conforme as necessidades portuguesas. Como foi feito com o PRACTICE, este era para as necessidades da África do Sul até ao Chile. Foi muito geral. Portanto mais adaptado...

Se se querem indicadores que valham alguma coisa, tem que se construir com as pessoas que tenham conhecimentos técnicos mas também as pessoas que tenham conhecimento do terreno propriamente dito e fazer isto de raiz. Nós vemos sempre quando são utilizados indicadores gerais porque depois se vai chegar a coisas muito gerais, mesmo. Uma análise àqueles indicadores que existiam eram muito gerais. (...) Portanto, seria interessante talvez de conseguir localmente envolvidos os seus indicadores para os locais para depois ver onde há, para depois cruzar isto de alguma maneira...

2.7.1. Como é que isso se faz, tendo em consideração que existem de facto públicos-alvo muito diferentes e com níveis de literacia muito diferentes?

Eu acho que isso não é assim tão difícil como isso. Porque cada um desses grupos-alvo tem de ter, numa primeira fase, um envolvimento adequado. Se há alguém que sabe da desertificação nos últimos 30 anos são os caçadores e os agricultores. Não é por razões técnicas mas sabem o que mudou na própria terra deles, eles sabem. A questão é fazer as perguntas certas dentro de metodologias específicas, por exemplo, não muito formalizadas num primeiro passo com os agricultores. Porque temos agricultores no Norte do país... temos tudo e mais alguma coisa em Portugal. Há de todos nos níveis de educação e todos os níveis de...

2.7.2. E acha que isso de alguma forma foi conseguido no PRACTICE, esse envolvimento?

Pelas coisas que eu vi pareceu-me que não, francamente.(...) Mas é difícil de dizer.

2.7.3. O que é que teria feito de forma diferente para os tentar envolver no processo? Neste caso a plataforma de *stakeholders* estava definida à partida...

Fazer uma análise de *stakeholders* para cada região ou local e depois tentar ver como é que se consegue envolvê-los. De uma maneira comparável e adequada, é difícil dizer...

2.7.4. Acha que se a LPN tivesse trabalhado com a Associação de Agricultores, tendo-a também como parceira, acha que este projeto teria tido mais impacto?

Sem dúvida. Ali em Castro Verde, parece-me que estão muito habituados a participar. Isto faz com que as pessoas venham, mas também trazem algumas dúvidas acerca do valor do envolvimento que mantêm.

Agora, se a associação de agricultores não está interessada em colaborar, o projeto não é propriamente muito favorável com qualquer metodologia que seja. São estes os primeiros afetados por qualquer decisão. À partida, em termos de participação, na análise de *stakeholders* metodologicamente, faz-se uma investigação a quem é afetado diretamente ou indiretamente, quem pode bloquear as decisões e quem está sempre contra. E depois vai se falando com estes *stakeholders*, com estes grupos, a ver se eles querem, se estão dispostos a integrar o projeto de participação; com quais expectativas e assim vai-se construir uma plataforma de parceiros, uma plataforma de *stakeholders*, e isto vai condicionar como parceiro de participação pode ser. Porque se temos grupo-chave a não se quererem envolver, não se podem tomar decisões. Que nível de participação se pode ter com o grupo de *stakeholders* que está disposto a envolver-se, realmente. Mas isto pode ser um dos erros deste projeto PRACTICE: foram definidos os parceiros independentemente se eles se querem envolver ou não, com uma metodologia imposta, independentemente se isto serve ou não. E, assim, parece aos participantes, imagino eu, mais um exercício intelectual, mais um destes que eventualmente não chegará a bom porto.

Voltando à pergunta, o que deveria ser feito de maneira diferente: genuinamente começar com quem está no terreno a agir e quem envolve e depois fazer as metodologias adequadas. E depois escolher termos de comparação entre as metodologias ou as intervenções nos diferentes pontos do país.

2.7.5. Era importante para este tipo de processo participativo estarem *stakeholders* políticos com real impacto na definição de políticas?

Não têm que estar necessariamente lá mas tem que haver um acompanhamento de perto interessado pela Secretaria de Estado ou qualquer outro organismo que depois pode legislar eventualmente sobre a matéria. Eu acho que é ilusório ter alguém deste nível envolvido em muitas reuniões. Não me parece muito praticável porque o importante é o tipo de processos (...) Mas pode-se construir eventualmente... Isto partindo do princípio que há lá um nível

relativamente alto, alguém que esteja realmente interessado na questão da desertificação. Se alguém estiver mesmo interessado na questão da desertificação pode inventar metodologias de acompanhamento, de alguma maneira. Um feedback regular, qualquer evento ou palestras, que seja organizado mesmo pela Secretaria de Estado, qualquer coisa que fizesse realmente ver que realmente está ao nível de governo interessado na matéria, alguém que acompanhe o projeto – embora não esteja lá. As pessoas podem não estar lá, mas têm de haver mecanismos que façam a ponte.

3. DESEMPENHO DOS FACILITADORES

3.1. Considera que criou um ambiente favorável ao trabalho? Porquê? De que forma?

Espero que sim.

3.2. Qual o seu grau de informação acerca do projeto? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

3.3. O grau de conhecimento do projeto é determinante para o sucesso do processo participativo?

Isto depende de como se constrói a equipa de facilitação. Claro que se tem de fazer elementos ligados ao conteúdo, que saibam o que é o processo e os objetivos do processo. Mas é muito importante ter elementos, acho eu, neste caso fui eu a quem foram buscar – provavelmente para isto – para facilitar, para ser a cara da facilitação, numa posição muito isenta. Para a minha própria intervenção, não é preciso saber muito do projeto. Tem é que saber um bocadinho daquilo de que se trata, claro. Tenho que estar envolvida no desenvolvimento da respetiva metodologia para ver se dentro do contexto do projeto faz sentido, portanto tenho que fazer aqui uma ligação.

É sempre essa eterna pergunta difícil: saber muito do projeto faz uma própria interpretação das coisas? Tendo um elemento afastado do conteúdo, acho que é uma coisa muito importante para a equipa de participação propriamente dita.

3.3.1. É importante o facilitador não ter nenhuma ideia pré-concebida do assunto?

Sim, estar isento, não saber muito do projeto. Isso faz com que o facilitador, neste caso, eu, quando aparece uma pergunta possa dizer “Então a sua pergunta é esta, quem na equipa pode responder?” e não me envolvo nas coisas do conteúdo e não interrompo a palavra das pessoas. Por isso, tenho que ter uma atitude isenta.

É importante que o facilitador tenha alguma ideia da linguagem de que se fala. Portanto, eu sou geógrafa por isso entendo um bocadinho destas coisas. Tenho alguma ideia do que é a desertificação, o que é sustentável. Um jurista ou um psicólogo se calhar já não tem.

3.4. Considera importante o prévio conhecimento dos participantes? Através do método de entrevista?

Isso pode ser muito importante em certos meios mas também muito perigoso. Por exemplo, em meios pouco educados. Pode ser perigoso em que se conhece algumas pessoas, especialmente se são os “poderosos”, e outras não assim tão bem. O que é o nosso caso, porque nós conhecemos, muitas vezes, os técnicos das instituições, porque não são assim tantos. (...) Eu preferia não conhecer ninguém assim muito bem as pessoas, e haver dentro da equipa pessoas que façam essa ligação. Ou da equipa de parceiros ou da equipa da participação, ter um elemento mais ligado aos agricultores, etc..(...)

A questão é que a metodologia que se faz tem que ser sempre adequada ao meio a que se intervém. Por exemplo, na Cova da Moura fizemos uma equipa com elementos de cor. Porque há tanta gente de África ali. Era um elemento de ligação. Aparece lá uma professora

portuguesa branca e uma alemã... Sentimos necessidade de ter elementos virtualmente perto. Imagina que a gente interviesse numa comunidade de ciganos, por exemplo, teria que ter posto uma etnia (cigana). Portanto, não é assim tão linear como isso, tem que se ser bem construído para conseguir criar confiança na equipa que participa, na isenção e ao mesmo tempo da certeza e ser adequado ao meio. Este é o desafio.

3.5. Pergunto-lhe se essa divisão é necessária entre parceiros e equipa de facilitação?

Houve uma mistura de tarefas: as pessoas do projeto facilitavam os *workshops*. Isto não foi bem separado. Eventualmente foram-me buscar por causa disso, porque eu tinha uma separação nítida entre as pessoas e o problema. Isto vai dar ser uma grande confusão se os mesmos do projeto são os facilitadores. Estes têm de ser neutros. Eu acho que sim.

3.6. Como avalia o desempenho da equipa de facilitação? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

4. DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES

4.1. Como avalia a participação e comportamento geral dos *stakeholders*?

Pareceu-me que foi de bom grado.

4.2. Acha que houve aprendizagem por parte dos *stakeholders* ao longo do processo participativo?

Acho que sim.

4.3. Sentiu que existisse algum *stakeholder* a monopolizar o processo?

Acho que não.

4.4. Sentiu-se desafiada enquanto facilitadora? Como?

Sim. Aquela situação (referindo-se a uma situação com o *stakeholder* Nuno Lecoq durante o *workshop* final) senti-me desafiada.

Esta foi uma situação em que nem era para desafiar. Aliás, eu com esta situação política em que estamos, as outras pessoas deram uma interpretação de que, pelos vistos, nem foi intencionada. Portanto, nessa situação senti-me desafiada. Mas acho que ninguém nunca pôs em causa as minhas competências de facilitadora.

Por acaso isto é uma repercussão de uma situação política e social que pode ir desde o agradecimento pelas medidas que levaram Portugal a bom porto ou, por outro lado, que nunca mais ninguém de pode contratar aqui porque tenho um sotaque alemão. Eu, sendo alemã, não posso ser um risco para o processo.

4.5. Como avalia o desempenho dos *stakeholders*? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------

5. DESEMPENHO DOS PARCEIROS

5.1. Acha que houve divulgação suficiente?

Não faço ideia.

5.2. Considera que a equipa de parceiro deu a devida informação sobre o projeto aos participantes?

Não tenho ideia. Os participantes eram capazes de fazer as tarefas sem grandes perguntas. Antes da minha intervenção foi diferente (...)

5.3. Há alguma coisa que faria de forma diferente? O quê e como?

É muito difícil dizer. Talvez não deviam ter facilitado (...) na medida em que, deviam ter estruturado mais o processo, o conteúdo.

5.4. Como avalia a atuação da equipa de parceiros (LPN Castro Verde)? (identificar na escala)

1	2	3	4	5	NS/NR
---	---	---	---	---	-------